

Revista da Educação Superior do Senac-RS

competência

V.16 - N.2 - Dezembro 2023 - ISSN 2177-4986



Expediente

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul

Presidente do Sistema Fecomércio e Presidente do Conselho Regional do Senac

Luiz Carlos Bohn

Diretor Regional

Ariel Fernando Berti

Gerente do GEP - Gerência de Educação Profissional

Janine Ledur Queiroz

Diretores das Faculdades Senac-RS

Lianamar da Silveira Rosa

Tiago Buchert Radmann

Editor Chefe

Giuliano Karpinski Moreira, Senac-RS, Brasil

Editor Executivo

Giuliano Karpinski Moreira, Senac-RS, Brasil

Conselho Editorial

Avelino Francisco Zorzo, PUCRS, Brasil

Anna Beatriz Waehneltd, Senac-RS, Brasil

Claisy Maria Marinho-Araujo, Universidade de Brasília, Brasil

Daniel Gomes Mesquita, Universidade Federal do Pampa, Brasil

Dieter Rugard Siedenberg, UNIJUÍ/RS, Brasil

Francisco Aparecido Cordão, Peabiru Educacional, Brasil

Jorge Antonio Duarte, Centro Universitário de Brasília, Brasil

Margarida Maria Krohling Kunsch, USP, Brasil

Marília Costa Morosini, PUCRS, Brasil

Milton Lafourcade Asmus, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Patricia Alejandra Behar, UFRGS, Brasil

Editores de Seção

Afonso Valau de Lima Junior, Senac EAD, Brasil

Nadia Studzinski Estima de Castro, Senac EAD, Brasil

Revisão Língua Estrangeira

Ana Carolina Moreira Paulino, Senac-RS, Brasil

Giulia Mainardi Dornelles, Senac-RS, Brasil

Normalização

Giuliano Karpinski Moreira, Senac-RS, Brasil

Projeto Gráfico e Diagramação

Bruno Ramos Laurino, Senac-RS, Brasil

Douglas Brochado Machado, Senac-RS, Brasil

Gabriel Magalhaes Gil, Senac-RS, Brasil

Giancarlo Silva Giacomelli, Senac-RS, Brasil

Raissa Oliveira Silva, Senac-RS, Brasil

Ruda Moreira Vidal, Senac-RS, Brasil

Silvia Froemming Pont, Senac-RS, Brasil

Periodicidade

Semestral (junho e novembro)

Para submissão de artigos, os autores devem cadastrar-se na plataforma SEER, no link: <http://seer.senacrs.com.br/index.php/RC/user/register>

Competência – Revista da Educação Superior do Senac-RS.

Fone: 51.3284.1987

E-mail: competencia@senacrs.com.br

O conteúdo dos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Atualmente, a Revista Competência:

• **Encontra-se indexada em 13 bases (Nacionais e Internacionais):**
OJS (SEER), Redib, Sumarios.org, Index Copernicus, Europub, Scilit, BASE, Harvard Library Hollis, PKP Index, DOAJ, AO Journal/CASS, Biblioteca UWSB Merito Chorzów, fatCat!

• **Está presente em 28 diretórios de busca (Nacionais e Internacionais):**

Icap, Latindex, LivRe, Miar, Electronic Journal Library, DRJI, Union Catalogue of Serials (ZDB), LatinREV, Universitätsbibliothek Leipzig, Root Society for Indexing and Impact Factor Service, JournalTocs, TIB, Diadorim, RCAAAP, Bibliothek Hamburg, REX, Stanford, Researchbib, SJIFactor, CiteFactor, Mir@bel, Open Academic Journals Index (OAJI), Miguilim, PennState University Libraries, Observatorio Científico de Acceso Abierto Universidad de Pinar Del Rio, KindCongress, AiScholar, LetPub.

• **Presente em 3 Divulgadores:**

Portal de Periódicos da Capes, Worldcat, Publons

Estes indexadores, nacionais e internacionais, têm como objetivo promover a divulgação e visibilidade dos artigos publicados pela revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Competência: Revista da Educação Superior do Senac-RS [recurso eletrônico] / Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul. - Vol. 1, n. 1 (dez. 2008) - Porto Alegre: SENAC-RS, 2008-.

v.: il. ; 28 cm.

Semestral (jun. e nov.)

Nota: A edição de julho de 2009 é v.2, n.1

ISSN online 2177-4986

1. Tecnologia da Informação 2. Gestão 3. Negócio 4. Moda 5. Turismo 6. Meio Ambiente 7. Ensino Superior 8. Educação I. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul II. Título

CDU 001

Nativos Digitais: o Trabalho *Home Office* em tempos de Pandemia na Cidade de Santa Maria de Jetibá/ES

*Arthur Plaster Neto **Kêmela Henker Rogge ***Alexandre Fromholz Pimenta
**** Sérgio Adriany Santos Moreira

Informações do artigo

Recebido em: 02/11/2021

Aprovado em: 05/12/2023

Palavras-chave:

Home Office. Nativos Digitais.
Pandemia.

Keywords:

Home Office. Digital Natives. Pandemic.

Autores:

*Graduando em Administração pelo IFES
Instituto Federal do Espírito Santo - IFES,
Estrada Guilherme João Frederico Kruger,
Caramuru, Santa Maria de Jetibá - ES, Brasil
arthurplaster@hotmail.com

**Graduanda em Administração pelo IFES
Instituto Federal do Espírito Santo - IFES,
Estrada Guilherme João Frederico Kruger,
Caramuru, Santa Maria de Jetibá - ES, Brasil
kemela_henker@hotmail.com

***Graduando em Administração pelo IFES
Instituto Federal do Espírito Santo - IFES,
Estrada Guilherme João Frederico Kruger,
Caramuru, Santa Maria de Jetibá - ES, Brasil
alexandrefp.27@gmail.com

****Doutorando em Administração de
Organizações pela Fearn/USP
Instituto Federal do Espírito Santo - IFES,
Estrada Guilherme João Frederico Kruger,
Caramuru, Santa Maria de Jetibá - ES, Brasil
sergio.moreira@ifes.edu.br

Como citar este artigo:

NETO, Arthur Plaster; ROGGE, Kêmela
Henker; PIMENTA, Alexandre Fromholz;
MOREIRA, Sérgio Adriany Santos. Nativos
Digitais: o Trabalho *Home Office* em
tempos de Pandemia na Cidade de Santa
Maria de Jetibá/ES. **Competência**, Porto
Alegre, v. 16, n. 2, dez. 2023.

Resumo

Este estudo teve como objetivo compreender as vantagens e desvantagens do trabalho *home office*, na cidade de Santa Maria de Jetibá/ES, para a geração dos nativos digitais em tempos de pandemia. Foi utilizada uma pesquisa qualitativa, por meio de um questionário aberto. A amostra foi composta por 20 indivíduos que compunham a mesma faixa etária dos nativos digitais. Os dados coletados foram analisados por meio da identificação de palavras-tema e tabulados utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2009), com auxílio da ferramenta Microsoft Excel. As diversas opiniões coletadas nessa pesquisa fizeram com que fossem evidenciados que as maiores vantagens do trabalho remoto estão relacionadas à comodidade, praticidade e flexibilidade do trabalho em casa, por outro lado, o *home office* proporciona distrações, isolamentos e aumento da carga horária de trabalho, impactando negativamente em algumas atividades. Políticas públicas podem ser implementadas pelas empresas visando adaptar alguns cargos à modalidade de trabalho híbrida. Este estudo se mostra como referência na literatura em pesquisas qualitativas sobre o trabalho *home office* dos nativos digitais, uma geração jovem e que permanecerá economicamente ativa no mercado de trabalho nas próximas décadas.

Abstract

This study aimed to understand the advantages and disadvantages of remote work in the city of Santa Maria de Jetibá/ES for the generation of digital natives during the pandemic. A qualitative research approach was employed using an open-ended questionnaire. The sample consisted of 20 individuals within the same age range as digital natives. Data collected were analyzed by identifying theme-related words and tabulated using Bardin's content analysis (2009) with the assistance of Microsoft Excel. The diverse opinions gathered in this research revealed that the major advantages of remote work are associated with the convenience, practicality, and flexibility of working from home. On the other hand, remote work introduces distractions, isolation, and an increase in working hours, negatively impacting certain activities. Public policies could be implemented by companies to adapt some positions to a hybrid work model. This study serves as a reference in the literature for qualitative research on remote work among digital natives, a young generation that will remain economically active in the job market in the coming decades.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020, o vírus COVID-19 se alastrou pelo mundo todo, causando uma pandemia. Essa pandemia trouxe impactos imediatos na sociedade global, principalmente pelas restrições de convívio social. Dentre as recomendações da Organização Mundial de Saúde, o isolamento social foi amplamente adotado com intuito de diminuir os riscos da proliferação do vírus (OMS, 2020). Segundo De Rezende, Marcelino e Miyaji (2020) para minimizar as contaminações e diminuir o crescimento da curva de contaminação foi necessário o fechamento de grande parte dos setores produtivos da economia. A mudança abrupta para esse novo modelo de trabalho impactou e ainda vem impactando vários contextos sociais, especialmente o das organizações do trabalho, afetando significativamente a saúde e o bem-estar dos indivíduos (DOS SANTOS; FUKUDA, 2023).

Por conta disso, muitas empresas foram obrigadas a buscarem um meio de trabalho que atendesse essas restrições de convívio social, o trabalho do tipo *home office*. Mesmo após o período pandêmico, com os indivíduos retornando às suas atividades laborais presenciais, muitas empresas estão adotando modelos de trabalho remoto e híbrido (GOÉS; MARTINS; NASCIMENTO, 2021; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020), que apresentam vantagens e desvantagens para os trabalhadores (ITALO; AMAZARRAY, 2022; DOS SANTOS; FUKUDA, 2023; EVARISTO *et al.*, 2023).

Nos estudos de Júnior *et al.* (2020) os autores observaram que várias micro e pequenas empresas no ramo do varejo precisaram se transformar, migrando para o *home office* devido a transformação digital que passaram, obrigando os empresários a reestruturarem a forma de comercializarem seus produtos/serviços. Assim, nos dias atuais, o trabalho *home office* foi adotado por várias empresas que visaram a necessidade de ter seus colaboradores trabalhando em suas casas.

Pela facilidade em utilizar ferramentas digitais, indivíduos pertencentes às gerações do século 21 possuem características intrínsecas peculiares quando comparados a pessoas de outras gerações, pois estão habituadas a utilizar a internet e diversas plataformas tecnológicas desde a infância em suas diversas atividades diárias (SCHWIEGER; LADWIG, 2018; IORGULESCU, 2016; VEEN; VRAKKING, 2009). Autores como Reis e Tomaél (2016) e Toledo, Albuquerque e Magalhães (2012) caracterizam esses indivíduos como pertencentes à geração Z, pela velocidade que utilizam os recursos tecnológicos para se comunicarem. Prensky (2001) utiliza a nomenclatura de “Nativos Digitais” para denominar os indivíduos familiarizados em utilizar as ferramentas digitais em suas tarefas cotidianas.

Foram escolhidos os nativos digitais como amostra dessa pesquisa pelo fato de já nascerem na era da tecnologia. Segundo

Coelho (2012), os nativos digitais possuem características de realizarem trabalhos multitarefas, bem como estão dispostos a enfrentarem os desafios que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) apresentam. Tais indivíduos também estão conectados com essas tecnologias desde seu nascimento (BASSIOUNI; HACKLEY, 2014; HERMAWAN; DWIDIENAWATI; HAPSARI, 2023; MOREIRA, 2022).

Assim sendo, este estudo teve como objetivo compreender as vantagens e desvantagens do trabalho *home office*, na cidade de Santa Maria de Jetibá/ES, para a geração dos “nativos digitais” em tempos de pandemia, no intuito de averiguar se para essa geração o trabalho *home office* se tornaria mais fácil, ou se até mesmo para esses indivíduos haveria dificuldades no trabalho remoto. Isto posto, foram entrevistados 20 nativos digitais com intuito de analisar os relatos referentes ao trabalho remoto nesse período de pandemia.

Este estudo visa complementar os estudos de Gatti *et al.* (2018) sobre as vantagens e desvantagens do *home office*, bem como elencar esse tipo de trabalho às gerações mais novas e propor discussões sobre as práticas de trabalho remoto, visando sanar lacunas como as expostas no estudo de Losekann e Mourão (2020). Além disso, Dos Santos e Fukuda (2023) apontam a necessidades de estudos que explorem o trabalho *home office* para explorar as vantagens e desvantagens do modelo remoto.

Por conta da necessidade de as empresas continuarem se mantendo em atividade, tornou-se necessário buscar novos métodos de trabalho que sejam eficientes e produtivos, ou perceber pontos negativos dessa forma de trabalho com o intuito sempre de analisar diferentes pontos de vista e trazer novos conhecimentos para uma época pós pandêmica.

Além de apresentar relatos sobre os trabalhos *home office* dos nativos digitais da cidade de Santa Maria de Jetibá/ES, acredita-se que essa proposta possa gerar novos estudos voltados para as áreas laborais, que precisam estar alinhadas às diretrizes de saúde. Assim, espera-se levar novas propostas para as empresas, contribuindo para uma nova opção de trabalho, valorizando o seu funcionário quando se refere ao cumprimento de metas alinhadas às particularidades, conforme expõe Trindade (2011), pois o profissional se mostra competente e talentoso para a empresa se consegue cumprir metas consideradas tangíveis para o momento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTO DE APRENDIZAGEM DOS NATIVOS DIGITAIS

Prensky (2001), um dos cunhadores da nomenclatura “Nativos Digitais”, acredita que estes indivíduos trabalham

melhor quando estão em rede e utilizam ferramentas digitais para tarefas diversas. O autor ainda expõe, em seus estudos, que os nativos digitais possuem dificuldades de compreenderem a linguagem dos “imigrantes digitais” – indivíduos que, ao contrário daqueles, cresceram em uma época que a internet, interconectada aos aparatos tecnológicos, não fazia parte do cotidiano daquela geração (PRENSKY, 2001). Os imigrantes digitais são os empregadores e chefes dos nativos digitais. Marzo e Braccini (2016) realizaram um estudo comparando como imigrantes e nativos digitais se comportam em equipe e concluíram que devem ser realizadas pesquisas empíricas na literatura para compreender melhor os comportamentos dos nativos digitais.

Nos estudos de Moreira (2018) foi realizada uma pesquisa com alunos de um Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, com o objetivo de analisar a percepção dos alunos sobre a disciplina de logística e seus recursos de aprendizagem utilizados, além de propor estratégia de novas aprendizagens para a geração Z, em nosso estudo denominada geração dos nativos digitais. O autor concluiu que essa é uma geração que utiliza diversos recursos tecnológicos desde a infância para seu processo de aprendizagem, e que poderá vir a utilizá-los também em seu ambiente de trabalho.

Borawska-Kalbarczyk, Tołwińska e Korzeniecka-Bondar (2019) acreditam que mudanças sociais, formação de novas culturas e novas experiências em termos de relacionamentos são fatores que podem transformar a civilização contemporânea e, conseqüentemente, alterar modelos de pensamento. Por isso as autoras propõem que transformações também devem acontecer nas metodologias de aprendizagem para acompanhar as mudanças. Borawska-Kalbarczyk, Tołwińska e Korzeniecka-Bondar (2019) ressaltam a importância de um aprendizado que denominam de *smart pedagogy* (*smart teaching and smart learning*) para desenvolver os jovens dessa nova geração inseridos em um contexto de mudanças rápidas do mundo digital.

Ressaltamos a urgência com que Alfadil, Anderson e Green (2019) observaram em seus estudos para a utilização de tecnologias emergentes (laptops, tablets e smartphones) em sala de aula, por parte dos instrutores/professores, no intuito de tornar o aprendizado mais efetivo para os jovens da Era Digital.

Quando observado o processo de ensino aprendizagem da geração dos Nativos Digitais, Green e Mccann (2021) ressaltam os grandes desafios e mudanças causadas pelo impacto da COVID-19 nas escolas e universidades, e o desafio de pensar metodologias inovadoras que possam promover estratégias de estudos efetivos, de maneira a reter e engajar os estudos no processo de ensino.

Em relação à formação educacional, os Nativos Digitais demandam uma atenção especial quando comparados às outras gerações (ZAIN *et al.*, 2021; SHOREY *et al.*, 2021; SZYMKOWIAK

et al., 2021). Por isso tais indivíduos carecem de liderança, responsabilidades, regulamentos e regras pois priorizam o lazer digital, o que pode dificultar a adaptação de um novo contexto virtual (VITVITSKAYA *et al.*, 2022) como é o caso do *home office*.

2.2 MERCADO TRABALHO E A GERAÇÃO DOS NATIVOS DIGITAIS

O mercado de trabalho durante a pandemia do COVID-19 vem se mostrando muito incerto por diversos fatores, impactando de maneira significativa a indústria e o comércio, gerando baixas expectativas para os próximos anos (Do Nascimento, Britto e De Santana, 2020).

No ensaio de Nasciutti (2020) a autora apresenta o trabalhador inserido a determinados contextos que se encontra, e que em uma Pandemia, como a da COVID-19, as mudanças decorrentes das relações de emprego pode gerar clima de ansiedade e insegurança, bem como interferir em relações profissionais, sociais e até mesmo familiares dos empregados.

Uchôa-de-Oliveira (2020) ressalta o cuidado que se deve ter com as mudanças nas relações laborais em período de Pandemia. No estudo da autora com motorista de aplicativos, ela propôs que as mudanças nas relações de trabalho com a Pandemia poderiam ser reconfiguradas, se fazendo necessário observar as alterações nas formas que essas mudanças são implementadas, de maneira que não super-explore o empregado.

Brown III (2019) realizou um estudo aonde percebeu a necessidade de explorar os pontos de vista e habilidades dos futuros trabalhadores da próxima geração, para poder subsidiar pesquisas que promovam adaptações em currículos escolares desses estudantes que comporão a mão-de-obra futuramente. Segundo Rech, Viêra e Anschau (2017) recrutar novos talentos vai muito além de oferecer uma boa remuneração e/ou benefícios por parte das empresas.

Podemos ressaltar também o trabalho de Novaes *et al.* (2019) sobre o tema da geração Z com o mercado de trabalho. Os autores buscaram analisar a relação com o trabalho dos jovens da geração Z em Caxias do Sul – RS sobre a visão dos empregadores. Como forma metodológica, foi realizada uma pesquisa exploratória através de entrevistas com profissionais do Recursos Humanos. Por meio dessa pesquisa e da análise de dados, foi evidenciado que as dificuldades da Geração Z se remetem ao preparo para o trabalho e seu comportamento, porém, não foram observadas políticas de RH adaptadas para características dessa geração, deixando assim uma sugestão de novos estudos na área de práticas de RH voltadas para Geração Z. Interessante a análise dos autores da falta de preparo para o mercado de trabalho com que os novos profissionais se

encontram. Os autores ainda expõem as oportunidades existentes de trabalho para os indivíduos jovens e a dificuldade que a educação profissional possui para preparar esses indivíduos para o mercado (NOVAES, *et. al.*, 2019).

Ademais, vale ressaltar a análise de Moreira (2021) sobre o impacto da utilização maciça de ferramentas tecnológicas utilizadas pelas pessoas no período da pandemia do COVID-19 pode impactar de maneira ímpar na forma de aprendizagem em sala de aula dos Nativos Digitais, mão-de-obra que ocupará os postos de trabalho nos próximos anos.

Berdu, De Mori e Miotto (2015) acreditam que devem ser considerados fatores específicos, como a utilização de ferramentas tecnológicas na realização de tarefas pelos futuros profissionais da geração Z. E que a busca por um bom plano de carreira e autorrealização no trabalho podem ser fatores cruciais para o ingresso desses indivíduos no mercado.

Em uma projeção estatística, tendo como base dados históricos, Morisi (2017) expõe que em 1979, 60% dos jovens trabalhavam, enquanto que em 2015 essa taxa diminuiu para 34%, e espera-se que em 2024 o número de jovens trabalhando caia para 25%. Complementando esses dados, Schroth (2019) acredita que os gerentes atuais enfrentam desafios específicos para lidarem com os nativos digitais, pois não estão tão preparados para o mercado de trabalho como as gerações passadas. Vale salientar que estes indivíduos iniciaram seu ingresso no mercado de trabalho em meados de 2020 (MOREIRA, 2022). Ainda pode ser aventada a emergência de se adotar estratégias voltadas aos jovens dessa geração para as organizações não serem apanhadas de surpresas com altos índices de *turnover* (SCHROTH, 2019).

Brown III (2019) explorou três categorias para os futuros trabalhadores do século XXI: 1) Trabalhadores Inovadores – com espírito de liberdade e criatividade no local de trabalho; trabalhadores com ideias originais e flexibilidade para inovar no mercado. 2) Trabalhadores Leais: considerados comprometidos no longo prazo com a empresa, tendo papel fundamental para encontrar soluções para os problemas da companhia; são leais à sua equipe. 3) Trabalhadores líderes: comprometidos com os compromissos e projetos da empresa, sendo competentes e dedicados ao seu trabalho. São motivados por suas realizações e lideranças no ambiente de trabalho.

Para além das formas tradicionais de trabalho, foi explorado estudos como de Gatti *et al.* (2018) sobre as vantagens e desvantagens do *home office*, com o objetivo de obter uma visão sobre o tema proposto, afim de compreender como os nativos digitais percebem o trabalho remoto nessa época de pandemia.

Também vale ressaltar o estudo de Moore (2006) sobre equilíbrio entre vida pessoal e profissional com o objetivo de

examinar a contribuição do potencial do trabalho em casa para a qualidade de vida. A coleta de informação para análise de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas e questionários com foco em grupos específicos. Em relação aos resultados Moore (2006) percebeu diversas razões para se trabalhar em casa, tais como: flexibilidade, financeiro, família, disponibilidade de trabalho, conforto, entre outros.

3 METODOLOGIA

Para a elaboração do estudo, primeiramente foi realizada a revisão de literatura, que facilitou a delimitação do tema, sendo construído a partir da leitura de diversos artigos relacionados cujos termos de busca foram: nativos digitais, *home office* e o mercado de trabalho em época da pandemia do COVID-19.

Para atender ao objetivo do estudo foi utilizada uma pesquisa qualitativa na qual se pretendeu verificar as vantagens e desvantagens do trabalho *home office* em tempos de pandemia. Segundo Neves (1996) a pesquisa qualitativa não emprega instrumental estatístico para análise de dados, pois seu foco é amplo e parte de uma perspectiva de obtenção de dados descritivos, em uma interação do pesquisador com o objeto de estudo. Esse tipo de pesquisa pode compreender fenômenos a partir da perspectiva dos participantes imersos na situação pesquisada (NEVES, 1996).

Com isso, para realização desta pesquisa foi selecionada uma amostra de indivíduos que estão alocados no lapso temporal dos nativos digitais e que estão em situação de trabalho *home office*. No intuito de delimitar esse lapso temporal foi utilizada a nomenclatura de nativos digitais para jovens nascidos a partir de meados da década de 1990 como expostos nos estudos de Smith (2019), Moreira (2018) e Prensky (2001). Os indivíduos selecionados para nossa amostra nasceram entre os períodos de 1995 a 2010, constituindo o lapso temporal dos nativos digitais (BASSIOUNI; HACKLEY, 2014; BENCSIK; HORVÁTH-CSIKÓS; JUHÁSZ, 2016; BERKUP, 2014; KOKSAL, 2019). Para entender um pouco a classificação dessa faixa etária utilizamos como uma das bases referenciais Palfrey e Gasser (2011) que propõe que todos nativos digitais possuem habilidades para utilizar das diversas ferramentas tecnológicas.

Para coletar os dados dessa pesquisa, foi desenvolvido um questionário aberto, composto por duas perguntas direcionadas aos trabalhadores nativos digitais: “Quais são as vantagens do *home office*” e “Quais são as desvantagens do *home office*”. O questionário foi elaborado na plataforma do Google docs. Foram utilizadas ferramentas de email e *WhatsApp* para a divulgação do mesmo, em forma de link. Os dados foram coletados no mês de agosto de 2020.

A amostra dos indivíduos respondentes foi composta por 20 indivíduos na mesma faixa etária dos nativos digitais. Tais indivíduos foram escolhidos por conveniência. Os dados coletados foram analisados por meio da identificação de palavras-tema (MOREIRA; ARAÚJO, 2018) e tabulados utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2009), com auxílio da ferramenta Microsoft Excel.

A escolha dos entrevistados foi aleatória o que demonstrou uma variedade de perfis, porém realizada de forma não probabilística e selecionados por conveniência e/ou acesso dos autores, no intuito de identificar as percepções dos nativos digitais sobre o trabalho *home office*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para os vinte entrevistados nativos digitais da pesquisa foi adotada a nomenclatura ND (Nativos Digitais), sem distinção de sexo, no intuito de analisarmos o que os mesmos veem como vantagens e desvantagens sobre o *home office* em tempos de pandemia.

Abaixo, na **Tabela 1**, podemos observar a nomenclatura em ordem sequencial para os nativos digitais entrevistados, separados por sexo, no intuito de demonstrar que a amostra do estudo foi equiparada, mesmo que não seja objeto deste trabalho a discussão do sexo dos entrevistados. As **Tabelas 1, 2 e 3** foram confeccionadas a partir das respostas dos entrevistados no formulário, utilizando assim as próprias palavras dos nativos digitais.

Tabela 1: Sexo e idade dos entrevistados

Nativo Digital	Sexo	Idade
ND1	Feminino	22
ND2	Masculino	21
ND3	Masculino	22
ND4	Masculino	23
ND5	Feminino	24
ND6	Masculino	20
ND7	Feminino	22
ND8	Feminino	22
ND9	Masculino	21
ND10	Masculino	23
ND11	Feminino	22
ND12	Masculino	21
ND13	Masculino	21
ND14	Masculino	23

ND15	Feminino	20
ND16	Masculino	20
ND17	Feminino	22
ND18	Masculino	20
ND19	Feminino	21
ND20	Feminino	22

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dessa pesquisa respondida pelos indivíduos selecionados, identificamos dentre eles 11 homens representados por 55% e 9 mulheres representadas por 45% dos entrevistados. Optou-se por coletar informações dos entrevistados em uma relação de equivalência entre homens e mulheres, em conformidade aos estudos de Alfadil, Anderson e Green (2019), para que os resultados pudessem estar próximos a uma comparação por gênero das características culturais e sociais, representadas pelos nativos digitais. Dos Santos e Fukuda (2023) também apontam que a equidade de gênero deve ser buscada para esse tipo de estudo.

Para análise das vantagens do trabalho *home office*, foram elencadas as palavras-tema mais citadas pelos nativos digitais, conforme a **Tabela 2** abaixo:

Tabela 2: Palavras-tema para identificação das vantagens do *home office*

Vantagens (palavras-tema)	Nativo Digital
Conforto	ND2, ND7 e ND9
Segurança	ND2 e ND17
Produtividade	ND3, ND4, e ND14
Comodidade	ND6, ND7, ND12, ND16 e ND19
Redução de custos e tempo de deslocamento	ND1, ND4, ND5, ND10, ND14, ND15 e ND18
Trabalho flexível	ND1, ND4, ND19 e ND20
Otimização de tempo	ND5 e ND16
Praticidade	ND6 e ND12
Tranquilidade para trabalhar	ND8 e ND10
Sem desavenças com colegas de trabalho	ND11
Estar mais próximo da família	ND13
Mais autonomia	ND14
Tempo para fazer outras coisas	ND5 e ND18
Ambiente confortável	ND19
Maior concentração	ND10
Trabalhar em casa	ND17 e ND20

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após coletados os dados dos entrevistados, selecionando as suas respostas e evidenciando na tabela acima, percebemos diversas opiniões dos entrevistados em relação as vantagens do trabalho *home office*. Dentre essas opiniões, as palavras-tema mais citadas foram *Conforto, Produtividade, Comodidade, Redução de Custos e Tempo de Deslocamento e Trabalho Flexível*. Percebemos assim que o fato de estar em casa se tornou uma vantagem importante para os referentes nativos digitais, pois por estar em um ambiente na zona de conforto e estarem antenados com o mundo tecnológico e suas diversificadas formas de interação, tornou-se algo mais cômodo e simples desses jovens se adaptarem ao trabalho *home office*.

As diversas formas de interatividade entre os jovens para aprendizados mútuos e compartilhamento de conhecimentos e experiências, pode ser visto como exemplo nos estudos de Borawska-Kalbarczyk, Tołwińska, e Korzeniecka-Bondar (2019).

Em relação às vantagens do trabalho remoto podemos encontrar convergência aos estudos de Gatti (2018) que concluiu que o trabalho *home office* pode sim ser bem-sucedido quando trabalhado de forma estratégica, estipulando objetivos, metas, para que a empresa junto com os funcionários venha trabalhar juntos para o crescimento pessoal e profissional, se sentindo assim mais motivados.

Vale ressaltar que os ND's tiveram opiniões menos expressivas, mas também importantes para analisar as vantagens do *home office*, dentre elas podemos citar as palavras-tema: *Sem desavenças com colegas de trabalho, estar mais próximo da família, mais autonomia, Maior concentração e Tranquilidade para trabalhar*. Essas vantagens, apesar de menos evidentes na pesquisa, mostram também que por estar em um ambiente cômodo, se torna propício para ter um maior rendimento dentro das tarefas realizadas em prol da empresa.

Para além de algumas palavras-tema elencadas como vantagens pelos entrevistados, destacamos os estudos de Moore (2006) identificando que o fator qualidade de vida não é aumentado com o trabalho em casa, em vez disso os pontos positivos e negativos variam de acordo com o modo de trabalho, fatores psicológicos, motivação e controle.

Para análise das desvantagens do trabalho *home office*, foram elencadas as palavras-tema mais citadas pelos nativos digitais, conforme a **Tabela 3** abaixo:

Tabela 3: Palavras-tema para identificação das desvantagens do *home office*

Desvantagens (palavras-tema)	Nativo Digital
Distração	ND1, ND14 e ND16

Redução de trabalhos coletivos	ND1
Maior cobrança	ND2
Falta de foco	ND3 e ND13
Falta de contato social	ND4, ND9, ND10, ND15, ND17, ND18 e ND20
Trabalho excessivo	ND4 e ND20
Locais pouco apropriados para trabalho	ND4
Distrações domésticas	ND5 e ND14
Ficar muito tempo em casa	ND6 e ND12
Não vê desvantagem	ND8 e ND11
Sedentarismo	ND10
Menor rendimento	ND18 e ND15
Dificuldade em manter a rotina	ND19
Gastos maiores em casa	ND7

Fonte: Elaborado pelos autores.

A respeito dos dados coletados dos ND's entrevistados sobre as desvantagens do trabalho *Home Office*, mostrou-se as seguintes opiniões mais evidentes: *Falta de Contato Social, Distração, Trabalho excessivo, Menor rendimento* e também tivemos a opinião de que *Não vê desvantagens* no trabalho *home office* em tempos de pandemia. Analisamos que além das vantagens citadas anteriormente, também existem pontos negativos no trabalho remoto nas condições de pandemia, demonstrando uma quebra na rotina de trabalho, trazendo pontos prejudiciais não só para o funcionário como também para a empresa.

A metodologia de trabalho *home office* também é apresentada com muitos percalços por Nasciutti (2020), onde a autora expõe questões como a falta de limites de horários para trabalho diário, ausência de cooperação em questões laborais e solidão no ambiente de trabalho.

Podemos fazer um paralelo das desvantagens do trabalho remoto no que tange as palavras-tema *Distração* e *Menor rendimento* encontradas com as distrações causadas mediante o uso de tecnologias no aprendizado em sala de aula, ressaltadas nos estudos de Alfadil, Anderson e Green (2019), aonde os estudantes utilizavam seus laptops ou celulares para ouvir músicas, enviar mensagens de texto e acessar Netflix e redes sociais, desvirtuando o objetivo principal de aprendizagem em sala de aula.

Além desses pontos mais relatados nos questionários, tivemos alguns pontos menos expressados nas opiniões dos ND's, que são eles: *Gastos maiores em casa, Dificuldade em manter a rotina, Sedentarismo, Redução do trabalho coletivo e Maior cobrança*. Assim, percebe-se que apesar de menos citados, são pontos importantes que atrapalham o rendimento do trabalho e

também do lado pessoal do ND, afetando diretamente na saúde, como também expõe Uchôa-de-Oliveira (2020) em seu ensaio.

Algumas vantagens para o trabalho *home office* nas respostas dos nativos digitais entrevistados neste estudo convergiram com algumas pesquisas: no estudo utilizado como referência para este artigo (MOORE, 2006) foram obtidas respostas semelhantes às que adquirimos, dentre elas identificou-se a flexibilidade, fator financeiro e conforto como fatores importantes para o trabalho *home office*; flexibilidade, disponibilidade de horários e autonomia, também foram vantagens apontadas nos estudos de Italo e Amazarray (2022); autonomia também foi considerado um aspecto positivo nos estudos de Evaristo *et al.* (2023).

Algumas desvantagens para o trabalho *home office* nas respostas dos nativos digitais entrevistados neste estudo convergiram com algumas pesquisas: falta de contato social/isolamento, aumento de horas trabalhadas e distrações/interrupções foram desvantagens apontadas nos estudos de Italo e Amazarray (2022); Evaristo *et al.* (2023) também aponta a possibilidade de redução do contato social como possibilidade de artificialização das relações.

Por fim, vale ressaltar os estudos de Losekann e Mourão (2020), onde os autores refletiram a importância de se aprimorar o trabalho *home office* no intuito de conciliar harmonia e produtividade dos trabalhadores, tendo em vista que este tipo de trabalho tem se tornado cada vez mais comum nos ambientes laborais após o fim do período pandêmico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou mostrar algumas das vantagens e desvantagens do trabalho *home office* para os nativos digitais em tempos de pandemia, mostrando que fatores como: flexibilidade no trabalho, isolamento social, distrações, excesso de trabalho, redução de custos e autonomia, influenciam de maneira efetiva o trabalho remoto para esses jovens. Percebemos que esse é um assunto pouco abordado por se tratar de uma geração que ingressou no mercado de trabalho já pouco tempo, se tornando assim uma sugestão para estudos mais aprofundados do tema, que venham a contribuir cada vez mais para contrastar com informações demonstradas neste artigo.

Este estudo visou expor algumas percepções dos nativos digitais sobre o *home office* que possa contribuir para a literatura acerca das novas relações de trabalho remotas que estão se estruturando e, conseqüentemente, contribuindo com os estudos de Losekann e Mourão (2020) sobre melhores soluções laborais

adotadas pelas empresas, que estão em constante discussão nesse período.

Há que nos atentarmos ainda para as futuras gerações que surgiram após os Nativos Digitais e que ocuparão os postos no mercado de trabalho, como o caso da geração Alpha (ARIFAH; MUNIR; NUDIN, 2021) que, provavelmente, demonstrará muitas semelhanças e características próximas aos Nativos Digitais abordados nessa pesquisa. Uma das investigações que poderiam ser realizadas futuramente é se as instituições estão fornecendo treinamento para os empregados utilizarem as ferramentas adequadas no *home office* pois, em comparação aos estudos de Silva (2020), sobre a educação em época da Pandemia do COVID-19, o indivíduo precisa estar integrado aos recursos existentes para que possa utilizar as ferramentas de maneira efetiva.

Visando estudos futuros, sugere-se a maior especificação das causas que levam o trabalho *home office* a possuir vantagens e desvantagens elencadas pelos nativos digitais entrevistados neste estudo, estabelecendo fatores como posicionamento e auxílios da empresa, questões sociais, questões culturais, questões de gênero, no intuito de trazer à tona maiores contribuições para essa modalidade de trabalho. Pode-se contribuir também ao replicar os dados dessa pesquisa a outras gerações que não estão familiarizadas com a utilização das tecnologias em um ambiente laboral.

Por fim, Políticas públicas podem ser implementadas pelas empresas visando adaptar alguns cargos à modalidade de trabalho híbrida. Este estudo se mostra como referência na literatura em pesquisas qualitativas sobre o trabalho *home office* dos nativos digitais, uma geração jovem e que permanecerá economicamente ativa no mercado de trabalho nas próximas décadas.

Referências

ALFADIL, Mohammed; ANDERSON, Derek; GREEN, Amber. Connecting to the digital age: using emergent technology to enhance student learning. **Education and Information Technologies**, p. 1-14, 2019.

ARIFAH, M. N.; MUNIR, M. A.; NUDIN, B. Educational Design for Alpha Generation in the Industrial Age 4.0. In: **2nd Southeast Asian Academic Forum on Sustainable Development (SEA-AFSID 2018)**. Atlantis Press, 2021. p. 137-145, 2021.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. rev. e atual. **Lisboa: Edições**, v. 70, n. 3, 2009.

BASSIOUNI, Dina H.; HACKLEY, Chris. 'Generation Z'children's

- adaptation to digital consumer culture: A critical literature review. **Journal of Customer Behaviour**, v. 13, n. 2, p. 113-133, 2014.
- BENCNIK, Andrea; HORVÁTH-CSIKÓS, Gabriella; JUHÁSZ, Tímea. Y and Z Generations at Workplaces. **Journal of competitiveness**, v. 8, n. 3, 2016.
- BERDU, Isabela Gardin; DE MORI, Luci Mercedes; MIOTTO, José Luiz. A indústria da construção civil e a geração z: argumentos para atrair o jovem para o setor. In: SIBRAGEC – ELAGEC, 2015. **Anais...** São Carlos, 2015.
- BERKUP, Sezin Baysal. Working with generations X and Y in generation Z period: Management of different generations in business life. **Mediterranean journal of social Sciences**, v. 5, n. 19, p. 218, 2014.
- BORAWSKA-KALBARCZYK, Katarzyna; TOŁWIŃSKA, Bożena; KORZENIECKA-BONDAR, Alicja. From smart teaching to smart learning in the fast-changing digital world. **Didactics of smart pedagogy**, p. 23-39, 2019.
- BROWN III, Wilmon. Guiding the path: Identified skills for educating the next generation of workers. **Journal of Education for Business**, v. 94, n. 6, p. 400-407, 2019.
- COELHO, Patrícia Margarida Farias. Os nativos digitais e as novas competências tecnológicas. **Texto livre: Linguagem e tecnologia**, v. 5, n. 2, p. 88-95, 2012.
- DE REZENDE, Adriano Alves; MARCELINO, José Antônio; MIYAJI, Mauren. A reinvenção das vendas: as estratégias das empresas brasileiras para gerar receitas na pandemia de covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 6, p. 53-69, 2020.
- DOS SANTOS, Ana Carolina de Souza; FUKUDA, Claudia Cristina. Privilegiados da pandemia: home office em tempos de Covid 19. **Trabalho (En) Cena**, v. 8, n. Contínuo, p. e023012-e023012, 2023.
- EVARISTO, Jorge Luiz de Souza *et al.* Diagnóstico do home office pós pandemia da covid-19: o que mudou no mundo do trabalho? **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 19, n. 14, 2023.
- GATTI, Daniele Pala *et al.* Home Office: vantagens, desvantagens e desafios para empresas e funcionários. **Revista de Administração do UNIFATEA**, v. 16, n. 16, 2018.
- GÓES, Geraldo Sandoval; MARTINS, Felipe dos Santos; NASCIMENTO, José Antonio Sena. O trabalho remoto e a pandemia: o que a PNAD Covid-19 nos mostrou. **Carta Conjunt. (Inst. Pesqui. Econ. Apl.)**, p. 1-16, 2021.
- GREEN, Daryl D.; MCCANN, Jack. The Coronavirus Effect: How to Engage Generation Z for Greater Student Outcomes. **Manag Econ Res J**, v. 7, n. 1, p. 22007, 2021.
- HERMAWAN, E.; DWIDIENAWATI, D.; HAPSARI, A. W. What are Digital Skills Still Lacking to Survive in Digital World? **WSEAS Transactions on Computer Research**, v. 11, p. 73–81. 2023.
- IBGE. PNAD Covid-19. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10095/0?ano=202011>. Acesso em: 22 out. 2023.
- IORGULESCU, Maria-Cristina *et al.* Generation Z and its perception of work. **Cross-Cultural Management Journal**, v. 18, n. 1, p. 47-54, 2016.
- ITALO, Caroline Tomazi; AMAZARRAY, Mayte Raya. Home Office: Percepções de Trabalhadores durante a Pandemia de COVID-19. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 22, n. 3, p. 2069-2077, 2022.
- JÚNIOR, Djalma Silva Guimarães *et al.* Efeitos da pandemia do COVID-19 na transformação digital de pequenos negócios. **Revista de Engenharia e Pesquisa Aplicada**, v. 5, n. 4, p. 1-10, 2020.
- KOKSAL, Mehmet Haluk. Differences among baby boomers, Generation X, millennials, and Generation Z wine consumers in Lebanon: Some perspectives. **International Journal of Wine Business Research**, v. 31, n. 3, p. 456-472, 2019.
- LOSEKANN, Raquel G. C. B.; MOURÃO, Helena C. Desafios do teletrabalho na pandemia covid-19: quando o home vira office. **Caderno De Administração**, v. 28, n. Edição E, p. 71-75, 2020.
- MARZO, Francesca; BRACCINI, Alessio Maria. Information, technology, and trust: a cognitive approach to digital natives and digital immigrants studies. **Organizational Innovation and Change**, v. 13, p. 147-159, 2016.
- MOORE, Jeanne. Homeworking and work-life balance: does it add to quality of life? **European review of applied psychology**, v. 56, n. 1, p. 5-13, 2006.
- MOREIRA, Sérgio Adriany Santos. A disciplina de logística e a utilização de recursos de aprendizagem por estudantes da geração Z. **XXI SemeAd seminários de administração**, p. 1-13, 2018.
- _____. A Educação do Século XXI e os Desafios Impostos pela Tecnologia. **A Gazeta**, Vitória, 02 Maio. 2021. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/artigos/a-educacao-no-seculo-xxi-e-os-desafios-impostos-pela-tecnologia-0521?utm_medium=share-site&utm_source=whatsapp. Acesso em: 5 ago. 2023.
- _____. As ferramentas de aprendizagem preferidas da geração

- Z do curso técnico em Administração de um Instituto Federal: o contexto da disciplina de Logística. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, p. 430-449, 2022.
- _____.; ARAÚJO, Bruno Felix Von Borell. Homens e Mulheres da Geração Y e suas Âncoras de Carreira. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 621-650, 2018.
- MORISI, Teresa L. Teen labor force participation before and after the Great Recession and beyond. **Monthly Lab. Rev.**, v. 140, p. 1, 2017.
- NASCIUTTI, Jacyara Rochoael. Pandemia e perspectivas no mundo do trabalho. **Caderno De Administração**, v. 28, n. Edição E, p. 82-88, 2020.
- NOVAES, Tiago *et al.* Geração Z: Uma Análise sobre o Relacionamento com o Trabalho. In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 16., p. 1-16, 2019.
- PALFREY, John Gorham; GASSER, Urs. **Born digital**: Understanding the first generation of digital natives. New York: Basic Books, 2011.
- PRENSKY, Marc. Nativos digitais, imigrantes digitais. **On the horizon**, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.
- RECH, Isabella Maria; VIÊRA, Marivone Menuncin; ANSCHAU, Cleusa Teresinha. Geração z, os nativos digitais: como as empresas estão se preparando para reter esses profissionais. **Revista tecnológica**, v. 6, n. 1, p. 152-166, 2017.
- REIS, Elismar Vicente; TOMAÉL, Maria Inês. A geração Z e as plataformas tecnológicas. **Seminário em Ciência da Informação**, Londrina, 3 a 5 de agosto de 2016.
- SCHROTH, Holly. Are you ready for Gen Z in the workplace?. **California Management Review**, v. 61, n. 3, p. 5-18, 2019.
- SCHWIEGER, Dana; LADWIG, Christine. Reaching and retaining the next generation: Adapting to the expectations of Gen Z in the classroom. **Information Systems Education Journal**, v. 16, n. 3, p. 45, 2018.
- SHOREY, Shefaly *et al.* Learning styles, preferences and needs of generation Z healthcare students: Scoping review. **Nurse education in practice**, v. 57, p. 103247, 2021.
- SILVA, Rosa Jussara Bonfim. Reflexões acerca do trabalho home office ocasionado pela pandemia da covid-19. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 25, n. 1, p. 153-168, 2020.
- SMITH, Katherine Taken. Mobile advertising to Digital Natives: preferences on content, style, personalization, and functionality. **Journal of Strategic Marketing**, v. 27, n. 1, p. 67-80, 2019.
- SZYMKOWIAK, Andrzej *et al.* Information technology and Gen Z: The role of teachers, the internet, and technology in the education of young people. **Technology in Society**, v. 65, p. 101565, 2021.
- TOLEDO, Priscila Bassitt Ferreira; ALBUQUERQUE, Rosa Almeida Freitas; MAGALHÃES, Àvilo Roberto. O Comportamento da Geração Z e a Influência nas Atitudes dos Professores. **Simpósio de excelência em gestão e tecnologia**, v. 9, 2012.
- TRINDADE, Celso Luiz Gomez *et al.* Até onde os benefícios influenciam a permanência do funcionário na empresa? 2011.
- UCHÔA-DE-OLIVEIRA, Flávia Manuella. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, 2020.
- VASCONCELOS, Paulo Sérgio; VASCONCELOS Priscila Elise Alves. Desafios da Estratégia Empresarial: antes, durante e após a pandemia. **Revista Interdisciplinar de Direito**, p. 1-20, 2020.
- VEEN, Wim; VRAKING, Ben. **Homo Zappiens**: educando na era digital. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.
- VITVITSKAYA, Olga *et al.* Behaviours and Characteristics of Digital Natives Throughout the Teaching-Learning Process: A Systematic Review of Scientific Literature from 2016 to 2021. **Academic Journal of Interdisciplinary Studies**, v. 11, n. 3, p. 38-38, 2022.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Coronavírus (Covid-19): Paineis de emergência de saúde da WHO. **WHO**, 2020. Disponível em: <https://covid19.who.int/> Acesso em: 22 abr. 2023.
- ZAIN, Nurul Hidayah Mat *et al.* Winning the needs of the Gen Z: Gamified health awareness campaign in defeating COVID-19 pandemic. **Procedia Computer Science**, v. 179, p. 974-981, 2021.

A Gestão do Design no contexto do vestuário inclusivo: uma premissa aos produtos das marcas brasileiras

*Fabiana Maffezzoli de Melo **Luiz Fernando Gonçalves de Figueiredo

Informações do artigo

Recebido em: 12/07/2023

Aprovado em: 20/11/2023

Palavras-chave:

Gestão do design. Vestuário. Inclusão.

Keywords:

Design management. Clothing.
Inclusion.

Autores:

*Mestranda em Design pela Universidade
Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC)
fabi.moda22@hotmail.com

**Pós-doutor em Tecnologia Ambiental
pela Universidade Federal de Mato Grosso
do Sul (UFMS). Professor coordenador
do Núcleo de Abordagem Sistêmica do
Design na UFSC.
lff@cce.ufsc.br

Como citar este artigo:

MELO, Fabiana Maffezzoli de;
FIGUEIREDO, Luiz Fernando Gonçalves
de. A Gestão do Design no contexto
do vestuário inclusivo: uma premissa
aos produtos das marcas brasileiras.
Competência, Porto Alegre, v. 16, n. 2,
dez. 2023.

Resumo

O presente artigo busca fazer um apanhado das principais marcas nacionais de vestuário inclusivo e quais produtos elas oferecem ao mercado. Buscou-se referência teórica em alguns conceitos da Gestão do Design para dar o devido embasamento a este estudo. Neste sentido, foi feita uma análise das cinco principais marcas da área, são elas: Reserva, Equal, Aria, Lado B e AdaptWear. Foram analisados aspectos como tipo de produto, gênero, tamanhos disponíveis, e preço. A metodologia se deu através de uma abordagem qualitativa, onde foram pesquisados os tipos de produtos vendidos nos sites dessas marcas. Posteriormente foi selecionado um produto de cada marca para uma análise de funcionalidade das peças vendidas. O resultado da análise serviu para reconhecer que tipos de produtos de vestuário para pessoas com deficiências são produzidos pelas marcas brasileiras. Concluiu-se que estas atendem ao que se propõe, enquanto criadoras de produtos de vestuário inclusivo, vendendo peças de roupas funcionais para os mais diversos tipos de PCDs.

Abstract

This article seeks to make an overview of the main national brands of inclusive clothing and what products they offer to the market. Theoretical reference was sought in some concepts of Design Management to give the proper foundation to this study. In this sense, an analysis was made of the five main brands in the area, they are: Reserva, Equal, Aria, Lado B and AdaptWear. Aspects such as product type, gender, available sizes, and price were analyzed. The methodology was based on a qualitative approach, where the types of products sold on the websites of these brands were researched. Later, a product of each brand was selected for a functionality analysis of the parts sold. The result of the analysis served to recognize which types of clothing products for people with disabilities are produced by Brazilian brands. It was concluded that these meets what is proposed, as creators of inclusive clothing products, selling functional clothing for the most diverse types of PCDs.

1 INTRODUÇÃO

Conforme os dados informados pelo Censo 2010, no Site IBGE Educa¹, “quase 46 milhões de brasileiros, aproximadamente cerca de 24% da população do Brasil, declarou ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus), ou possuir deficiência mental/intelectual” (IBGE EDUCA, 2023).

Auler (2014), diz que esses dados mostram um grande contingente de pessoas com necessidade de inclusão ao acesso de bens de consumo. E que existe um grande potencial no que se refere ao mercado de vestuário. Percebe-se, portanto, que para a parcela de pessoas até então excluídas há uma possibilidade de acesso a produtos e serviços do setor. Sob o mesmo prisma, para as marcas de vestuário existe uma oportunidade real de conquistar novos clientes.

A proposta do Design Inclusivo, também conhecido como Design Universal, é ampliar o público ao qual o projeto se destina, considerando suas características, vivências e necessidades. Assim, favorece de forma abrangente, a diversidade funcional humana e contribui com uma melhor qualidade de vida para todos (PEREIRA, 2017).

Para Ourives *et al.* (2017, p. 281) “O design nada mais é que a melhoria dos aspectos funcionais, ergonômicos e visuais do produto, de modo a atender às necessidades do consumidor, melhorando o conforto, a segurança e a satisfação dos usuários”

O design tem como característica estar inserido em um campo híbrido onde este conecta informação, artefato, usuário e sistema, sendo assim, capaz de viabilizar soluções sistêmicas e criativas para os desafios que são propostos em meio a natureza do projeto (OURIVES *et al.*, 2017).

Segundo Bononi *et al.* (2015), é possível observar cada vez mais pessoas portadoras de deficiências físicas nas ruas. Isso acontece porque existem várias propostas de mudanças e de adaptações para que os deficientes consigam melhor se locomover, seja nos espaços urbanos ou em meios de transporte.

Percebe-se que vários são os meios que tentam se adaptar para receber este tipo de público em seus espaços, e neste sentido a moda também deve buscar por soluções que atendam a essas necessidades de mercado.

A Gestão do Design pode contribuir para a criação desses vestuários, se utilizada da maneira correta nas empresas do setor. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo fazer um levantamento de quais marcas estão presentes no cenário

nacional, quantas peças produzem, quais os modelos, para qual gênero, entre outros. A partir de um levantamento bibliográfico, pretende-se também apresentar os conceitos de moda inclusiva e funcional.

2 GESTÃO DO DESIGN NO CONTEXTO DO VESTUÁRIO

Trabalhar com criação de moda, no contexto de produtos de vestuário que abordem as questões de moda inclusiva e funcional ainda é um desafio para o mercado da moda brasileira. Poucas são as marcas encontradas que visam atender a esse público específico. Contudo a Gestão do Design pode se tornar uma ferramenta facilitadora, ajudando a empresas do setor obterem um melhor aproveitamento na produção e confecção de seus vestuários.

A Gestão do Design implementa o design a partir das atividades desenvolvidas dentro de uma corporação. Isso se dá através de se comunicar o quanto o design é relevante para as metas da empresa a longo prazo (MOZOTA, 2011).

Frente a este contexto, a Gestão do Design se mostra de extrema importância para que se consiga elaborar um produto com a qualidade necessária, passando por todos os seus processos de fabricação, como também se torne algo que atenda às necessidades do público-alvo em questão, envolvendo dessa maneira todas as fases do processo produtivo existentes em uma empresa.

As contribuições de técnicas de gestão da qualidade para a gestão do design podem ser analisadas de uma perspectiva científica, administrativa e de recursos humanos. O design já aborda questões de ergonomia, marketing e análise de valor como ferramentas científicas relacionadas à gestão de qualidade. O desenvolvimento de ferramentas de gestão do design e até mesmo a medição da eficácia do design poderiam ser obtidos lançando-se mão de técnicas de gestão de qualidade. A coleta de dados sobre a satisfação do cliente é um exemplo dessa abordagem (MOZOTA, 2011).

No que diz respeito a moda, para Treptow (2013, p. 63) “o designer de moda precisa conhecer a capacidade produtiva da empresa e por quais produtos ela é conhecida no mercado”.

A autora coloca que o designer precisa conhecer a capacidade e as limitações da indústria e que precisa dominar os conceitos de produtividade bem como conhecer as metas da empresa quanto à produção e ao faturamento (TREPTOW, 2013).

Conforme Pires (2007 *apud* CRHISTO, 2016) a criação, desenvolvimento e produção de objetos do vestuário vinculados

¹Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em 14 jan. 2023.

à noção de moda no Brasil, só passou a ser pensada e considerada como atividade pertencente ao campo de atuação de um designer no final da década de 1990 e início do século.

O designer de moda ou estilista, assim como qualquer outro designer, precisa ter conhecimentos sobre formas, processos criativos, processos de uso, materiais, processos de fabricação, produção e distribuição, custos de produção e venda do produto. (CHRISTO, 2016).

É próprio do designer questionar a maneira como as coisas são feitas. Tal singularidade pode ser ferramenta para mudança em uma organização, quando usada proativamente. A disposição para melhorar continuamente os produtos e a empresa em si é fator determinante para a excelência. Não obstante o uso do design como um meio de aperfeiçoamento de produtos, pode também o designer participar ativamente da otimização de funções estratégicas, tais como comunicação interna e gestão de pessoas e recursos humanos, por exemplo (MOZOTA, 2011).

Contudo, a Gestão do Design trabalhada de forma correta através de suas abordagens, seus objetivos e suas aplicações, pode ser um meio de se obter resultados significativos no que diz respeito à criação desses vestuários, visto que a mesma busca utilizar “testes de qualidade, teorias da forma, repensar processos”, entre outros meios (MOZOTA, 2011).

Se pensada dessa forma, onde se busca linkar processos de gestão e produção com criação e desenvolvimento de produtos, é que pode se chegar a peças que agregam todos os aspectos necessários para se desenvolver um produto eficaz.

3 ASPECTOS DO DESIGN DE MODA INCLUSIVA E FUNCIONAL

A “inclusão social”, de acordo com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade, significa fazer das pessoas deficientes, participantes da vida social, econômica e política do meio em que estão inseridas, garantindo o cumprimento aos seus direitos no contexto da Sociedade, do Estado e do Poder Público. (FERREIRA; VENTURELLI, 2021).

Moreira (2006 *apud* ALONSO; FERNEDA; SANTANA, 2010), “apresenta uma visão no sentido de que a inclusão social nada mais é do que proporcionar às populações excluídas as oportunidades necessárias para se viver com qualidade através de acesso a bens materiais, educacionais e culturais” (p. 156).

Ainda segundo o autor,

“[Inclusão Social] pode ser entendida como a ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas – no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos – oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens. Em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente (MOREIRA, 2006 *apud* ALONSO; FERNEDA; SANTANA, 2010, p. 1).

Nesse sentido, designers podem facilitar a rotina de pessoas, ainda mais quando se fala de vestuário inclusivo, utilizando de seus conhecimentos para criar peças funcionais e práticas que possam ser usadas pelos mais diversos corpos.

De acordo com Brogin e Kimoto (2018) a moda funcional diz respeito à “função” da roupa, onde está passa a favorecer a autonomia do usuário, possibilitando que este possa se vestir ou desvestir sozinho, promovendo assim sua independência e mais qualidade de vida.

Ourives *et al.* (2017, p. 281) afirmam que uma das melhores definições para o que seria o design funcional é aliar estética e praticidade [...]. Sendo assim, uma roupa para ser funcional precisa aliar conforto e beleza. Para o design funcional o importante é que o usuário e sua experiência não sejam subestimados.

O debate a respeito dos aspectos funcionais do vestuário alimenta a indústria da moda na disputa conceitual sobre forma e função. A forma até agora levava vantagem no que diz respeito ao design de produtos de moda. Porém, atualmente estimula-se o reconhecimento do ganho que o usuário pode ter ao vestir uma roupa funcional, evidenciando a importância da função da roupa (OURIVES *et al.*, 2017).

Em alguns países da Europa e dos E.U.A. a moda inclusiva já é foco de alguns estilistas. No Brasil o nicho cresce lentamente, sendo ainda muito difícil encontrar este tipo de produto para pessoas com deficiências físicas (SOUZA; XAVIER; ALBUQUERQUE, 2017).

Freitas (2011, p. 27) diz que “todo projeto de design tem por objetivo elaborar um produto que seja útil e relevante para seu usuário”. E conclui que “o design se realiza não só na produção de um objeto, mas também na interação com o usuário, por meio do cumprimento de seus objetivos estéticos e funcionais”.

E neste sentido se dá a funcionalidade de peças de vestuário inclusivo, pois estas não servem apenas como

representação de modelos estéticos, mas sim exercem a função de ajudar seus usuários através de suas particularidades.

Aplicar os princípios do Design Universal no design de moda, através do vestuário, pode proporcionar a inclusão, não somente para pessoas com deficiência, pois a facilidade e praticidade ao se vestir deve estar presente até para quem não a possui (WICK; CAVALCANTI, 2017).

Muitas pessoas com deficiências tornam-se incapazes de realizar as tarefas do dia a dia, desde a manutenção de sua higiene pessoal até a capacidade para o trabalho e o lazer, uma situação que pode resultar na exclusão social destas pessoas (FERREIRA; VENTURELLI, 2021).

Sendo assim, “a acessibilidade pode garantir a realização de tarefas cotidianas, diminuindo assim as dificuldades encontradas, permitindo a participação e a independência individual” (SCATOLIM; SANTOS; LANDIM, 2014, p. 2).

O design, sempre teve de uma forma geral, uma abordagem mais transversal às áreas de conhecimento com as quais está conectado, ligando-se dessa maneira a conceitos oriundos de outras áreas como ciência social aplicada. Ficando isso bem claro nas linhas do *design* que pretendem lidar com a inclusão social, a sustentabilidade e a psicologia (MACÁRIO, 2015).

Para Macário (2015), o fato de a prática do design ser sempre acompanhada por uma série de definições, tais como design inclusivo, design universal e design para todos, torna complicada a sua relação com as complexas necessidades das pessoas com deficiência. Tais diferenciações são produto da dificuldade de viabilizar a aplicação de tecnologia e soluções de produção em massa por força da inexistência de uma quantidade mínima de usuários - o que gera falta de interesse do mercado - além da falta de compreensão das características específicas das interações de pessoas com deficiência como parte do conjunto de possibilidades das interações humanas, conforme proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O profissional de design, a princípio, utiliza conhecimentos tácitos em detrimento dos explícitos, que parte da sua própria interação com os objetos ou com o ambiente para resolver os problemas, mas que, no entanto, esta prática falha quando o profissional não pode vivenciar uma situação da mesma forma que o seu “cliente” (MACÁRIO, 2015).

Projetar peças que possam contribuir para tratamentos de saúde, como dores, inchaços, melhorar a posição da coluna, entre outros, são possibilidades funcionais do vestuário. Isso pode facilitar a vida dos usuários, e caso as roupas não tenham essas funcionalidades, podem ao menos facilitar a autonomia do deficiente ao vestir e despir as peças (BROGIN; KIMOTO, 2019).

Contudo, a criação de um vestuário para uma pessoa com deficiência é totalmente diferente de criar para pessoas sem nenhum problema motor, pois neste caso leva-se em consideração que este indivíduo ficará sem os movimentos de algumas partes do corpo por um tempo e que provavelmente encontrará dificuldades para vestir e se despir (FERREIRA; VENTURELLI, 2021). Cabe com isso, o conhecimento do profissional em usar técnicas de modelagem, costuras, aberturas e até mesmo tecidos inteligentes, que possam contribuir para a criação de peças funcionais.

Neste sentido, diversos fins são almejados em projetos inteligentes de vestimentas, principalmente, com atribuições ergonômicas, que neste caso, pretendem melhorar a percepção do usuário com a roupa, além de beneficiar o bem-estar, o conforto e a saúde do mesmo (FERREIRA; VENTURELLI, 2021).

Em resumo, a criação e produção de moda inclusiva e funcional deve levar em conta as necessidades físicas, psicológicas e de saúde, em todos os aspectos, de seus usuários, podendo assim, desenvolver produtos que auxiliem nos mais diversos campos da diversidade dos quais a moda é capaz de trabalhar.

4 AS MARCAS DE MODA INCLUSIVA NO CENÁRIO NACIONAL

O objetivo geral deste trabalho se dá em torno de pesquisar quem são as marcas brasileiras que produzem roupas para pessoas com deficiência, seus produtos, e entender esse contexto. Foram identificados o gênero para o qual as peças são destinadas, o público-alvo, o tamanho e preço.

Para esta análise foram escolhidas as marcas nacionais conhecidas na área da Moda Inclusiva, são elas: Reserva, Equal, Aria, Lado B, e AdaptWear.

Dessas marcas, realizou-se uma pesquisa qualitativa para conhecimento da história da empresa e análise de alguns dos produtos oferecidos. Todas essas informações foram obtidas através de pesquisas nos sites das marcas.

A primeira empresa a ser analisada foi a Reserva², conforme mostra o **Quadro 1**, que é uma marca de roupas, brasileira, criada em 2004 pelos sócios e amigos de infância Rony Meisler e Rafinha, no Rio de Janeiro. A marca Reserva não é uma marca específica para Moda Inclusiva, porém esta lançou no mercado a coleção Adpte, que segundo eles pode ser usada por qualquer pessoa. No site da marca percebe-se que a coleção apresenta itens para o segmento de moda masculina, sendo indicados para cadeirantes e amputados. Os tamanhos variam de

² Disponível em: <https://www.usereserva.com/cultura.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

PP ao EGG ou pela grade numérica do 38 ao 3G. Os preços dos produtos giram em torno de R\$ 200,00 à R\$ 900,00.

Quadro 1: Análise dos produtos da marca Reserva

Reserva (Adapte)	Produtos	Gênero	Tamanhos	Público-alvo	Preço
Vestuário 1	Calça Iron Adapte Amputado	Masculino	38 ao 3G	Amputados inferiores	R\$ 389,00
Vestuário 2	Jaqueta Over Tóquio Adapte Cadeirante	Masculino	P ao GGG	Cadeirantes	R\$ 899,00
Vestuário 3	Polo Piquet Adapte Cadeirante	Masculino	P ao GGG	Cadeirantes	R\$ 249,00
Vestuário 4	Camiseta Pima Cores Adapte Amputados	Masculino	P ao GGG	Amputados superiores	R\$ 239,00

Fonte: Autora (2023)

A segunda marca analisada foi a Equal³ Moda Inclusiva, para eles conforto, modelagens diferenciadas e autonomia são as palavras-chave da marca.

Entre seu público-alvo estão cadeirantes, pessoas com dificuldades em abrir botões, que sentem dores ou desconfortos com seu vestuário, que demoram muito tempo para colocar uma roupa ou têm as articulações enrijecidas. Segundo a marca eles reconhecem a moda como um importante canal de comunicação, que fortalece a identidade e a representatividade das pessoas com deficiência.

Quadro 2: Análise dos produtos da marca Equal

Equal	Produtos	Gênero	Tamanhos	Público-alvo	Preço
Vestuário 1	Blusa em Malha com zíperes nos ombros	Feminino	Não informado	Cadeirantes	R\$ 125,00

3 Disponível em: <https://www.silvanalouro.com.br/equal-moda-inclusiva>. Acesso em: 04 mar. 2023.

Vestuário 2	Bermuda Adaptada para cadeirantes	Feminino	P ao G	Cadeirantes	R\$ 169,00
Vestuário 3	Vestido Recorte Adaptado para Cadeirantes	Feminino	Não informado	Cadeirantes	R\$ 220,00
Vestuário 4	Blusa Elazir	Feminino	G	Cadeirantes	R\$ 169,00
Vestuário 5	Vestido preto com debrum off white	Feminino	Não informado	Cadeirantes	R\$ 245,00
Vestuário 6	Capa de chuva	Unisex	G	Cadeirantes	R\$ 180,00

Fonte: Autora (2023)

No **Quadro 2**, podemos ver que a marca trabalha o oposto da marca Reserva, trazendo opções de produtos quase que em sua totalidade femininos, com exceção da capa de chuva que pode ser usada por ambos os gêneros. A maioria dos tamanhos ou não é informado ou consta como tamanho único. São peças descritas para cadeirantes e em relação aos preços ficam em torno de R\$ 125,00 à R\$ 245,00.

No ano de 2017, a partir de uma reformulação da marca surgiu a Aria Moda Inclusiva⁴, uma marca de roupas adaptadas e funcionais que pensa tanto em seus usuários como também em seus cuidadores. Criam peças que dão mais autonomia, conforto e praticidade, o que facilita no vestir e o despir no dia a dia para pessoas com deficiência.

A empresa Aria produz peças que variam entre o masculino e feminino, trazendo nas suas medidas tamanhos que vão do PP ao EGG. Os preços são diferenciados em relação ao tipo de pagamento escolhido, e as peças são caracterizadas para uso de PCD em geral, porém a marca “indica” seus produtos primeiramente para pessoas com deficiência: cadeirantes, amputados, acamados, acidentados, idosos, pós operados; mas também define que podem ser usados por qualquer pessoa, com ou sem mobilidade reduzida.

Destaca-se no **Quadro 3**, uma gama de produtos mais variados produzidos pela marca Aria, comparado as duas marcas anteriormente mencionadas.

4 Disponível em: <https://ariamodainclusiva.com.br/a-empresa-aria-moda-inclusiva>. Acesso em: 04 mar. 2023.

Quadro 3: Análise dos produtos da marca Aria

Aria	Produtos	Gênero	Tamanhos	Público-alvo	Preço
Vestuário 1	Bermuda Eficiência com abertura lateral	Feminino	P ao EGG - Sob encomenda	PCD	R\$ 170,99 (à vista) R\$ 179,99 (cartão)
Vestuário 2	Calça Determinação	Feminino	P ao EGG - Sob encomenda	PCD	R\$ 256,49 (à vista) R\$ 269,99 (cartão)
Vestuário 3	Calça Resiliência com abertura total nas laterais e entre as pernas	Feminino	P ao EGG - Sob encomenda	PCD	R\$ 256,49 (à vista) R\$ 269,99 (cartão)
Vestuário 4	Camiseta Cecília com abertura nas costas	Feminino	P ao EGG - Sob encomenda	PCD	R\$ 142,49 (à vista) R\$ 149,99 (cartão)
Vestuário 5	Macacão confiança	Feminino	P ao EGG - Sob encomenda	PCD (Alzheimer, Síndrome de Down e Altismo Severo)	R\$ 237,49 (à vista) R\$ 249,99 (cartão)
Vestuário 6	Bermuda Bento com abertura frontal e bolso para sonda	Masculino	EG	PCD	R\$ 189,99 (à vista) R\$ 199,99 (cartão)
Vestuário 7	Calça Praticidade com abertura frontal	Masculino	P ao EGG - Sob encomenda	PCD	R\$ 256,49 (à vista) R\$ 269,99 (cartão)
Vestuário 8	Camiseta Oliver com abertura nas costas	Masculino	P ao EGG - Sob encomenda	PCD	R\$ 142,49 (à vista) R\$ 149,99 (cartão)

Vestuário 9	Macacão Valente	Masculino	P ao EGG - Sob encomenda	PCD (Alzheimer, Síndrome de Down e Altismo Severo)	R\$ 189,49 (à vista) R\$ 199,99 (cartão)
Vestuário 10	Calcinha / Cueca Adaptada para Idosos e Pessoas com Deficiência	Unisex	PP ao EGG	PCD	R\$ 56,99 (à vista) R\$ 59,99 (cartão)

Fonte: Autora (2023)

Para a marca Lado B⁵, a inclusão depende de um conjunto de ações que permita às pessoas com deficiência se sentirem integradas à sociedade e para isso deve ser dada a possibilidade de que as pessoas tenham suas decisões, como o direito de ir e vir e que possam assim também escolher as roupas que desejam usar. Segundo eles, a marca é a pioneira no Brasil, a criar, confeccionar e comercializar Moda Inclusiva.

No **Quadro 4**, podemos ver os produtos disponíveis no site da marca. Entre eles encontram-se três produtos masculinos e um feminino, a cueca tem sua grade nos tamanhos P ao GG e é indicada para cadeirantes. Os demais produtos são definidos para PCD e tem seus tamanhos entre o 36 e o 50.

Quadro 4: Análise dos produtos da marca Lado B

Lado B	Produtos	Gênero	Tamanhos	Público-alvo	Preço
Vestuário 1	Kit cueca boxer com abertura na frente com botões	Masculino	P ao GG	Cadeirantes	R\$ 84,00
Vestuário 2	Bermuda brim leve com abertura na frente	Masculino	36 ao 50	PCD	R\$ 159,00
Vestuário 3	Calça brim leve com abertura na frente	Masculino	36 ao 50	PCD	R\$ 179,90

Vestuário 4	Calça brim leve com abertura nas laterais e bolsos	Feminina	36 ao 50	PCD	R\$ 129,90
-------------	--	----------	----------	-----	------------

Fonte: Autora (2023)

A marca AdaptWear⁶ foi criada por um casal sensível à causa de pessoas com necessidades especiais. Para eles a limitação de mobilidade não pode ser um fator limitante para se ter opções de vestuário. Eles citam que passaram um bom período conversando com seu público-alvo e assim puderam identificar as necessidades e os desafios que envolvem seus clientes e também seus cuidadores.

A marca descreve que através de seus produtos atende as necessidades específicas de pessoas com: E.L.A (Esclerose Lateral Amiotrófica), *alzheimer*, cuidado assistido, acamados, paralisia cerebral, desabilitados, deficiente, esclerose múltipla, peças para vestir-se sentado, derrame, cadeirante, incontinente, *parkinson*, rigidez na perna, rigidez no braço, pós-operatório, e perna quebrada. Dessa forma, foi a marca que mais apresentou produtos variados em seu site. Foram encontradas 14 opções de vestuário, variando entre peças masculinas, femininas e unissex. A grade de tamanhos também é bastante variada, conforme podemos ver no **Quadro 5**.

Quadro 5: Análise dos produtos da marca AdaptWear

Adapt-Wear	Produtos	Gênero	Tamanhos	Público-alvo	Preço
Vestuário 1	Blusa adaptada abertura nas costas	Feminino	G, GG e EXG	PCD	R\$ 170,00
Vestuário 2	Poncho para pessoas em cadeira de rodas	Unissex	Único	PCD	R\$ 210,00
Vestuário 3	Bermudas para pessoas em cadeira de rodas	Masculino	PP ao EXG	Cadeirantes	R\$ 155,00
Vestuário 4	Calça transfer para pessoas em cadeira de rodas	Feminina	PP ao EXG	Cadeirantes	R\$ 160,00

Vestuário 5	Roupa íntima - body tipo maiô	Feminino	P ao EXG	PCD	R\$ 108,00
Vestuário 6	Macacão para pacientes com alzheimer (opção curto e longo)	Feminino	P ao GG	PCD	R\$ 210,00
Vestuário 7	Macacão para pacientes com Alzheimer	Masculino	P, M e G	PCD	R\$ 195,00
Vestuário 8	Calça com abertura lateral em velcro	Unissex	P ao GG	PCD	R\$ 179,95
Vestuário 9	Calça acamados e acidentados - abertura lateral	Unissex	Único	PCD	R\$ 180,00
Vestuário 10	Sutiã com fecho frontal	Feminino	P ao GG	PCD	R\$ 102,60
Vestuário 11	Bermuda transfer	Masculino	PP ao G	PCD	R\$ 160,00
Vestuário 12	Macacão pijama calça longa para pacientes alzheimer	Unissex	P ao EXG	PCD	R\$ 195,00
Vestuário 13	Calça para pessoas em cadeira de rodas	Feminino	P ao GG	PCD	R\$ 150,00
Vestuário 14	Calça para pessoas em cadeira de rodas	Unissex	P ao GG	PCD	R\$ 150,00

Fonte: Autora (2023)

De uma maneira geral, ao analisar todas as marcas juntas, no que diz respeito ao público-alvo, as marcas apresentam peças que podem ser adaptadas e foi percebido que atendem um número bem variado de PCD. A marca com maior variedade de peças foi a AdaptWear, contando com um número de 14 produtos entre o gênero masculino e feminino, sendo está a que abrange um público-alvo mais diferenciado. A Equal e Aria, apresentam 6 e 10 peças, respectivamente. Já as marcas com menos peças apresentadas foram a Reserva e a Lado B com 4 produtos.

Cabe ressaltar que o preço dos produtos não é o enfoque principal desta análise e que dessa maneira, não serão discutidos de forma mais aprofundada, porém, em relação a estes, percebe-se que variam bastante de uma marca para outra, encontrando desde calcinhas e cuecas que ficam em torno de R\$ 50,00 até jaquetas de R\$ 800,00.

5 ANÁLISE DE FUNCIONALIDADE DAS PEÇAS ESCOLHIDAS

Posteriormente ao levantamento das marcas existentes no mercado nacional, foram analisadas algumas peças em relação à sua funcionalidade.

Para Brogin e Kimoto (2018), também é necessário, garantir a qualidade das peças, para que o usuário sinta segurança com o produto adquirido. Deve-se ter cuidado desde a escolha do tecido utilizado, a estrutura deste, a elasticidade e a temperatura adequada à finalidade, bem como os locais, tamanhos e profundidade das pences, costuras limpas e aviamentos acessíveis.

Um dos pontos que a Gestão do Design coloca é que a estética de um produto pode, por si só, ser suficiente para proporcionar o prazer buscado pelo consumidor, independentemente da sua função. É comum, todavia, que valores utilitário e estético ocorram juntos. Produtos que aliam os dois benefícios são os que costumam ser mais bem sucedidos (MOZOTA, 2011).

Com isso, foram escolhidos um modelo de cada marca, para uma pequena análise funcional destas. Na **Figura 1**, por exemplo, podemos ver o modelo de calça da marca Reserva, que apresenta aberturas laterais, ajudando o vestir e desvestir de pessoas amputadas e usuários de prótese, facilitando assim a sua colocação e remoção. Desse modo, adaptando pequenos detalhes, peças normais podem se tornar peças inclusivas e funcionais, podendo ajudar e facilitar nas atividades diárias de pessoas que necessitam desses ajustes.

Figura 1: Modelo de produto da marca Reserva



Fonte: Autora, adaptado de Reserva, 2023.

Na **Figura 2** vemos um modelo de blusa feminina da marca Equal, que apresenta cavas soltas e zíperes nos ombros, bem como o comprimento mais curto, para ser usada por cadeirantes. Para mulheres com deficiência ou mobilidade reduzida, os zíperes facilitam o vestir sem desconfortos ou dores e para as cadeirantes as cavas soltas liberam os braços para a movimentação da cadeira.

Figura 2: Modelo de produto da marca Equal



Fonte: Autora, adaptado de Equal, 2023.

Na **Figura 3**, o modelo da bermuda da marca Aria tem abertura frontal e bolso com detalhe para usuários de sonda. Essa abertura possui zíper nas laterais e fica presa na cintura da peça através de velcros. A abertura em local estratégico impede que o usuário precise baixar e subir a peça para fazer a troca da sonda, quando necessário. E o detalhe no bolso serve para que partes dela possam passar pela roupa sem atrapalhar o usuário.

Figura 3: Modelo de produto da marca Aria



Fonte: Autora, adaptado de Aria, 2023.

Na análise do produto da marca Lado B, através da **Figura 4**, pode-se perceber que a abertura frontal da cueca possibilita a passagem da sonda, se assim necessário, facilitando dessa forma seu uso para os diversos tipos de necessidades específicas.

Figura 4: Modelo de produto da marca Lado B



Fonte: Autora, adaptado de Lado B, 2023.

Todas essas funcionalidades podem facilitar muito a rotina e o cotidiano de pessoas com deficiências bem como de seus cuidadores, a inserção de aberturas em lugares específicos, é um dos quesitos que pode ser inserido em qualquer tipo de vestuário, e pode ser utilizado por qualquer pessoa, mas que de fato pode vir facilitar a vida de seu cliente em potencial.

Na **Figura 5**, logo abaixo, a calça para pessoas em cadeira de rodas da marca AdapWear, apresenta algumas funcionalidades específicas, possui botões de pressão ajustáveis, elástico na cintura, pode ser colocada com a pessoa sentada possui abertura traseira completa, entre outras.

Figura 5: Modelo de produto da marca AdapWear



Fonte: Autora, adaptado de AdapWear, 2023.

Segundo a marca, todas essas adaptações foram feitas e pensadas para garantir uma melhor usabilidade deste público, garantido assim, um produto que se encaixe nas necessidades de seu público-alvo.

Dentre todas as peças analisadas, o que se pode perceber em relação às facilidades de uso, além dos tecidos e aviamentos colocados em lugares específicos, são também as aberturas diferenciadas, que ajudam muito o vestir de pessoas com baixa mobilidade, facilitando assim o seu dia a dia.

Ao analisar esses cinco modelos de peças produzidas pelas marcas, a partir dos aspectos funcionais, percebe-se que são produtos modernos, bem pensados, estudados e desenvolvidos sem perder sua estética. Nesse caso, a gestão entra como aliada, no sentido de trazer os conhecimentos necessários para que designers possam atender as demandas de mercado de vestuário, em relação à sua função, mas sem perder suas qualidades estéticas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzir roupas funcionais é de extrema valia em mundo globalizado que tende a incluir cada vez mais pessoas nos diversos meios da sociedade. O vestuário se mostra de fundamental importância para que esta inclusão aconteça. Roupas que facilitem o dia a dia de todos, se fazem necessárias.

Pessoas com deficiência física necessitam ainda mais dessas aplicações em seus produtos, pois é de suma importância que as modelagens e acessórios de suas roupas atendam às suas necessidades físicas e funcionais. O mercado de moda brasileira está atento para essas necessidades, mesmo que de forma lenta.

O que se espera tanto dos profissionais da área do design e da moda, bem como de outros profissionais, é que estes possam aplicar os conceitos do Design Universal e Inclusivo em inovações em produtos e serviços, podendo assim, fazer com que o mercado consiga de fato atender estas demandas, facilitando, dessa maneira, o processo de compra destes.

A partir deste estudo, percebe-se que ainda são poucas as marcas que trabalham com produção de vestuário inclusivo e que mesmo as que trabalham contam com um número limitado de peças.

No entanto, analisando as marcas, pode-se perceber que existe o empenho em atender ao público de pessoas com deficiência, a partir de um contexto global em respeito às suas necessidades específicas.

Analisando as funcionalidades das peças, pode-se

perceber que aplicar pequenos detalhes podem facilitar muito seu uso. A inserção de aberturas, botões, zíperes, entre outros, colocados em lugares estratégicos auxilia não só quem os veste, mas também quem ajuda vestir.

Contudo, o que se busca é que esses produtos possam ser acessíveis para todos, o que pode ser facilitado a partir da Gestão do Design, onde um produto pensado e elaborado sob esse viés, passa por todos os processos para atingir os requisitos funcionais desejados, podendo dessa maneira ter um preço acessível e um produto inclusivo e de qualidade, fabricado e disponível para todos que necessitam destas facilidades.

Referências

ALONSO, Luiza Beth Nunes; FERNEDA, Edilson; SANTANA, Gislane Pereira. Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 154-177, jun. 2010.

AULER, Daniela. **Moda inclusiva**: considerações e novidades no projeto de vanguarda da moda brasileira. São Paulo: SEDPCD, 2014. p. 08-11. Disponível em: <http://modainclusiva.sedpcd.sp.gov.br/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BONONI, Juliana *et al.* Aspectos inclusivos do design de moda para crianças com cegueira. In: ERGODESIGN USIHC, 15., 2015, Recife. **Anais [...]** São Paulo: Blucher, 2015. v. 2, p. 954-966. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281745669_ASPECTOS_INCLUSIVOS_DO_DESIGN_DE_MODAL_PARA_CRIANCAS_COM_CEGUEIRA. Acesso em: 13 fev. 2022.

BROGIN, Bruna; KIMOTO, Maria Lucia Leite Ribeiro. Tendências de moda na cocriação de moda funcional. In: COLOQUIO DE MODA, 14., 2018, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: Colóquio de Moda, 2018. p. 1-17. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CHRISTO, Deborah Chagas. **Estrutura e funcionamento do campo de produção de objetos do vestuário no Brasil**. São Paulo: Estação das Cores e Letras, 2016. 172 p.

DAL BOSCO, Glória Lopes da Silva. Moda inclusiva: uma análise estética e funcional. In: COLÓQUIO DE MODA – 7ª EDIÇÃO INTERNACIONAL, 10., 2014, Caxias do Sul. **Anais [...]** Caxias do Sul: Abepem, 2014. p. 1-10. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202014/COMUNICACAO-ORAL/CO-EIXO3-CULTURA/CO-Eixo-3-Moda-Inclusiva-Uma-Analise-Estetica-e-Funcional.pdf>. Acesso em: 17 fev.

2022.

FERREIRA, Veridianna Cristina Teodoro; VENTURELLI, Suzete. A tecnologia têxtil aliada ao design inclusivo. **DATJournal**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 266-278, fev. 2021.

FREITAS, Renata Oliveira Teixeira de. **Design de superfície**: ações comunicáveis táteis nos processos de criação. São Paulo: Blucher, 2011.

MACÁRIO, Henry Magalhães. Design e Tecnologia Assistiva: Uma abordagem inserida no contexto de reabilitação. Henry Macário; orientador Dianne Viana; co-orientador Shirley Queiroz. Brasília, 2015. 120 p.

MOZOTA, B. B. **Gestão do design**: usando o design para construir o valor de marca e inovação corporativa. Porto Alegre: Bookman, 2011.

OURIVES, Eliete Auxiliadora *et al.* A importância da abordagem sistêmica na ergonomia para um design funcional. **Proceedings Systems & Design 2017**, Valencia, p. 273-293, nov. 2017. Universitat Politècnica València. <http://dx.doi.org/10.4995/sd2017.2017.6648>.

PEREIRA, Daniela Gomes. A aplicabilidade do design inclusivo em projetos de design. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Design, Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=30055@1>. Acesso em: 13 fev. 2022.

SCATOLIM, Roberta Lucas; SANTOS, João Eduardo Guarnetti dos; LANDIM, Paula da Cruz. Aspectos do design universal: uma proposta de máquina de cartão para deficientes visuais. **Blucher Design Proceedings**, Gramado, v. 4, n. 1, p. 1-9, nov. 2014.

SOUZA, Rosângela Elisa de; XAVIER, Lucyana Azevedo; ALBUQUERQUE, Suellen Silva de. Moda inclusiva: reconhecendo a necessidade da criança cadeirante. **Moda Palavra E-Periodico**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 4-22, jan. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/issue/view/517>. Acesso em: 16 jan. 2022.

TREPTOW, Doris. **Inventando moda**: planejamento de coleção. 5. ed. São Paulo: Edição da Autora, 2013. 208 p.

WICK, Carla F.; CAVALCANTI, Anna L. M. S. Moda Funcional: a tecnologia a favor da inclusão. In: COLOQUIO DE MODA, 13., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Colóquio de Moda, 2017. p. 1-16. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

A liderança do diretor e suas relações com o desempenho escolar na visão do corpo docente

*Betina Kiosho-Sama Leal Oliveira Schaeffer **Elaine Cristina Rossi Pavani

Informações do artigo

Recebido em: 05/08/2022

Aprovado em: 20/11/2023

Palavras-chave:

Gestão escolar. Corpo docente.
Desempenho escolar. Qualidade da
educação. SAEB.

Keywords:

School Management. Faculty; School
performance. Quality of education.
SAEB.

Autores:

*Mestre em Ciências Contábeis e
Administração com atuação em Gestão
Escolar Fucape Business School; Professora
do Ensino Fundamental nas séries iniciais
na Prefeitura Municipal de Vitória.
betinaleal12@gmail.com
ORCID: 0000-0003-4403-5662

**Doutora em Geografia Fucape Business
School
elainecristinarossi@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7665-544X>

Como citar este artigo:

SCHAEFFER, Betina Kiosho-Sama Leal
Oliveira; PAVANI, Elaine Cristina Rossi. A
liderança do diretor e suas relações com
o desempenho escolar na visão do corpo
docente.

Competência, Porto Alegre, v. 16, n. 2,
dez. 2023.

Resumo

Este estudo tem por objetivo verificar se há relação entre a liderança do diretor com o desempenho escolar dos alunos do 5º ano nas escolas públicas municipais e estaduais do Espírito Santo. Foram analisados dados secundários oriundos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), edição 2019. O teste de hipóteses foi realizado por meio de regressão linear múltipla. Como variáveis de controle foram utilizadas algumas características socioeconômicas dos alunos, tais como: escolaridade dos pais e posse de bens e serviços. Os resultados indicam que a hipótese que se refere à prática do diretor de mobilizar a colaboração da família para superar problemas que interferem na aprendizagem foi confirmada para explicar o desempenho escolar. A variável de controle relacionada às características socioeconômicas dos alunos, especialmente a que se refere ao nível 5, também foi estatisticamente significativa para explicar o desempenho em Língua Portuguesa. Os resultados deste estudo pretendem contribuir com pesquisas que analisam fatores relacionados ao desempenho do aluno, assim como para reflexões e tomadas de decisões quanto às políticas públicas para a melhoria da qualidade da Educação Básica.

Abstract

This study aims to verify whether there is a relationship between the director's leadership and the school performance of 5th grade students in municipal and state public schools in Espírito Santo. Secondary data from the Basic Education Assessment System (SAEB), 2019 edition were analyzed. The hypothesis test was performed using multiple linear regression. Some socioeconomic characteristics of the students were used as control variables, such as: parents' education and possession of goods and services. The results indicate that the hypothesis that refers to the principal's practice of mobilizing the family's collaboration to overcome problems that interfere with learning, was confirmed to explain school performance. The control variable related to the students' socioeconomic characteristics, especially the one referring to level 5, was also statistically significant to explain the performance in Portuguese. The results of this study are intended to contribute to research that analyzes factors related to student performance, as well as to reflections and decision-making regarding public policies to improve the quality of Basic Education.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo verificar se há relação entre a liderança do diretor e o desempenho escolar dos alunos do 5º ano nas escolas públicas municipais e estaduais do Espírito Santo. A pesquisa foi delimitada em dados do 5º ano se justifica pela importância dessa etapa escolar em que se encerra os anos iniciais do ensino fundamental.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação com equidade, esforços acadêmicos têm sido direcionados para identificar características associadas ao desempenho escolar (SORIANO *et al.*, 2021). O relatório publicado por Coleman (1968) foi tido como um marco neste sentido. Seus estudos se deram no contexto da democratização do acesso à escola e da ampliação da escolaridade obrigatória, fatos que tornaram evidentes as desigualdades em relação à escolarização (BONAMINO *et al.*, 2010). O resultado de Coleman (1968) apontou que as condições socioeconômicas dos alunos são os fatores que mais explicam a variação do desempenho, e que a escola tem pouca influência nos resultados acadêmicos. A partir destes achados, outros estudos surgiram contrapondo seus resultados pessimistas, tais como os de Edmonds *et al.* (1979), Mortimore *et al.* (1988) e Rutter *et al.* (1979).

Mesmo ao constatar que os fatores extraescolares (condições socioeconômicas, escolaridade dos pais, entre outros) são importantes, o avanço das pesquisas ao longo dos anos indicou que os fatores intraescolares (gestão da escola, ambiente de aprendizagem, recursos escolares, monitoramento do progresso, entre outros) também podem explicar o desempenho escolar (OLIVEIRA; CARVALHO, 2018; CARVALHO; SANTOS; CHRISPINO, 2020). Sendo assim, o diretor tem sido apontado como fator-chave para o desempenho dos alunos em diversos estudos (OLIVEIRA; CARVALHO, 2018; LEITHWOOD, 2009; SOARES, 2007; ASSIS; MARCONI, 2021). Leithwood (2009) destaca que, apesar da relevância das práticas em sala de aula, a atuação do diretor traz um efeito positivo sobre a aprendizagem dos alunos de forma indireta. Soares (2007) também realça a importância do diretor diante da função de administrar a escola, que engloba desde o projeto pedagógico e as pessoas envolvidas, até os aspectos físicos e financeiros da organização.

A importância da relação entre o diretor da escola e os professores para uma melhoria do desempenho escolar também tem sido constatada em outras pesquisas (HULPIA; DEVOS; VAN KEER, 2011; JACKSON; MARRIOT, 2012), o que confirma a necessidade de investigar como os professores percebem a liderança do diretor (OLIVEIRA; CARVALHO, 2018). Apesar da contribuição de pesquisas nacionais e internacionais (BROOKE; SOARES, 2008; LEITHWOOD, 2009; ROSISTOLATO; PRADO; FERNÁNDEZ, 2014; PINTO *et al.*, 2019; GOBBI *et al.*, 2019), evidencia-se a necessidade,

especialmente no Brasil, de estudos que associem a relação existente entre liderança do diretor e o desempenho escolar. Isso implica entender os contextos escolares e as relações que se constroem particularmente nas mesmas (OLIVEIRA; WALDHELM, 2016; MORAES *et al.*, 2020; GIMÉNEZ ESTEBAN; BARRADO; ARIAS RAMÍREZ, 2019; ASSIS; MARCONI, 2021).

Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, com uso de base de dados secundários oriundos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), edição 2019 (INEP, 2019b). A amostra inicial deste estudo foi de 1.229 escolas públicas municipais e estaduais de Educação Básica do Estado do Espírito Santo. Devido à ausência de dados em algumas das variáveis pesquisadas, utilizaram-se 271 observações referentes ao desempenho escolar em Língua Portuguesa e Matemática, e 364 informações relacionadas às respostas dos professores. Essa amostra correspondeu, em média, a 22% (vinte e dois por cento) do total inicial.

A contribuição teórica deste estudo se dá no campo liderança organizacional da Educação Básica, abrangendo o efeito do trabalho do diretor no desempenho escolar. Já como contribuição prática, visa estimular políticas públicas para a qualidade da educação básica, a partir do desenvolvimento dos diretores escolares em sua capacidade de liderar equipes e engajar a comunidade no processo ensino-aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESEMPENHO ESCOLAR

De acordo com Fernandes *et al.*, (2018, p. 217), “o desempenho escolar pode ser entendido como a capacidade que os alunos têm de expressar sua aprendizagem e seu conhecimento adquirido no processo ensino-aprendizagem”. Os resultados obtidos por meio deste desempenho são de suma importância para a formação do indivíduo, que refletem em toda a sua vida. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), baixos níveis de escolarização estão geralmente associados aos altos índices de desigualdades sociais (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO [OECD], 2018), portanto, avançar na escolarização possibilita maiores chances de renda (SIMÕES *et al.*, 2018; FRANCO; MENEZES, 2017).

O desempenho escolar é mensurado no âmbito mundial por meio do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), coordenado pela OCDE. Criado e desenvolvido desde 1997, o PISA é um exame internacional que mede, a cada três anos, o nível educacional de jovens de 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica, por meio de provas de leitura, Matemática e Ciências. Seu principal objetivo é produzir indicadores que contribuam nacional e internacionalmente para a qualidade da educação básica e que possam subsidiar políticas

nacionais de melhoria da educação (INEP, 2018).

Para monitorar a qualidade da Educação Básica no Brasil e oferecer elementos para formulação de políticas educacionais, nos anos de 1930, foi criado por Lourenço Filho e Anísio Teixeira, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tornando-se o pioneiro na produção de informações educacionais. Em 2007, o INEP formulou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Seu objetivo é aferir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O IDEB considera o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações obtida pelos alunos ao final das etapas de ensino, ou seja, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio (INEP, 2019b).

2.1.1 Pesquisas pioneiras acerca do desempenho escolar

Investigar os determinantes dos melhores desempenhos e utilizar estes achados para melhorar a eficácia escolar têm sido alvo de diversas pesquisas nas últimas décadas (EDMONDS *et al.*, 1979; MORTIMORE *et al.*, 1988; RUTTER *et al.*, 1979; SAMMONS, 1999; BROOKE; SOARES, 2008; LEITHWOOD, 2009; PASSONE, 2019; JALOTO; PRIMI, 2021). Pesquisas referentes ao efeito-escola, que é a influência da escola no desenvolvimento cognitivo dos seus alunos, teve origem nos Estados Unidos, na década de 1960, no extenso *survey* conduzido por Coleman (1968) e seus colegas. Foram coletados dados de cerca de 570 mil alunos, aproximadamente 60 mil professores e informações sobre as instalações de cerca de 4 mil escolas. Esse foi o segundo maior projeto de pesquisa científica e social da história. Naquele momento, acreditava-se que os *inputs* ou insumos escolares determinariam seus *outputs* ou resultados. O aspecto pioneiro do estudo reside no fato de investigar as relações entre as características das escolas e o desempenho alcançado pelos diferentes grupos de alunos (BROOKE; SOARES, 2008).

O relatório de Coleman (1968) constatou que as diferenças entre as escolas não exerciam fator de influência no desempenho dos alunos e concluiu que “a escola não faz diferença”, mas o nível socioeconômico dos alunos é que seria um determinante para o seu desempenho cognitivo (BROOKE; SOARES, 2008). Seus resultados pessimistas, no que se referiam à falta de influência das escolas, promoveram diversas pesquisas que contrapuseram esses achados (RUTTER *et al.*, 1979; MORTIMORE *et al.*, 1988; EDMONDS *et al.*, 1979).

Rutter *et al.* (1979) buscaram novas metodologias de pesquisa por meio da incorporação de novas variáveis que são atribuídas ao modo de funcionamento da instituição escolar, assim como a situação anterior dos alunos. Intitulada “15 mil horas”, essa pesquisa foi realizada numa escola secundária de Londres, abrangendo mais de 2 mil alunos entre 11 e 17 anos. Após diagnosticar como estes alunos chegavam à escola e sua evolução,

evidenciou-se que havia diferença entre as escolas no que se referia ao progresso dos alunos.

Também nos Estados Unidos, Edmonds *et al.* (1979) examinou dados do desempenho dos alunos de escolas primárias de origem pobre e identificou escolas em que as crianças eram bem-sucedidas. Ele elencou características que considerou essenciais para o sucesso dos alunos e produziu artigos de forma pioneira, ao utilizar o termo “eficácia escolar”, o que disseminou lições junto às escolas menos eficazes, com o intuito de influenciá-las.

Na Inglaterra, Mortimore *et al.* (1988) realizaram uma pesquisa intitulada “Projeto de Escola Primária”, que acompanhou mais de 2 mil alunos entre 7 e 11 anos. Nesse estudo, buscaram incluir medidas obtidas por meio de testes cognitivos de leitura e Matemática, e testes não-cognitivos, como a avaliação de comportamento dos alunos feita pelos professores, autoavaliações e dados de frequência escolar. Seus achados foram mais consistentes, pois demonstraram em qual grau as escolas contribuíam para cada dimensão da aprendizagem cognitiva e não-cognitiva dos alunos. Dessa maneira, confirmaram-se diferenças robustas entre conjuntos de escolas que são eficazes e as outras que não foram bem-sucedidas (BROOKE; SOARES, 2008).

2.1.2 Fatores explicativos do desempenho escolar no mundo

As pesquisas de Rutter *et al.* (1979), Edmonds *et al.* (1979) e Mortimore *et al.* (1988), atestaram diferenças relevantes entre as escolas eficazes e a sua capacidade de garantir o sucesso de seus alunos, no entanto, restava investigar quais eram as causas dessas diferenças. Sammons (1999) fez uma extensa pesquisa, na qual atribuiu destaque às características que melhor descreveriam uma escola bem-sucedida. Seus estudos foram baseados em dados de diversos países, em especial do Reino Unido, Estados Unidos e Holanda. Esse estudo concluiu que há, pelo menos, onze fatores-chave presentes nas escolas eficazes, os quais fornecem um resumo relevante dos melhores mecanismos de eficácia encontrados na pesquisa (BROOKE; SOARES, 2008). São estes:

“[...] liderança profissional, objetivos e visões compartilhadas, ambiente de aprendizagem, concentração no ensino e na aprendizagem, ensino e objetivos claros, altas expectativas, incentivo positivo, monitoramento do progresso do aluno, direitos e responsabilidades do aluno, parceria casa-escola, organização orientada à aprendizagem. (SAMMONS, 1999, p. 351).

2.1.3 Fatores explicativos do desempenho escolar no Brasil

Os resultados obtidos através do monitoramento da educação no Brasil têm evidenciado os baixos níveis de

aprendizado e novas fases das desigualdades educacionais, o que sugere um ensino de baixa qualidade (ALVES; SOARES, 2008). Na tentativa de melhorar a qualidade do ensino, as pesquisas do século XXI caminham na direção de identificar os fatores associados à eficácia escolar. Alves e Franco (2008) elencaram cinco fatores associados que estão descritos na literatura brasileira: a) recursos escolares; b) organização e gestão da escola; c) clima acadêmico; d) formação e salário docente; e) ênfase pedagógica.

Passone (2019) fez uma análise sistematizada da literatura relacionada à eficácia escolar do período 2000 a 2018, com o intuito de identificar aspectos, questões e dimensões que se destacam no âmbito nacional. Dentre as 42 produções acadêmicas publicadas neste período, 34 abordaram os fatores de organização/gestão escolar e clima organizacional, relacionados à eficácia da escola, e outras investigaram a dimensão dos recursos escolares.

José Francisco Soares é um pesquisador relevante na área da educação, especialmente na avaliação e análise dos indicadores nacionais. Soares (2007) destaca a família, as estruturas da sociedade e a escola como fortes fatores que impactam no desempenho escolar da educação básica. O autor afirma que a escola não é capaz por si só na mudança desta determinação social, no entanto, em maior ou menor medida, algumas conseguem que seus alunos tenham um aprendizado melhor que o esperado para suas condições sociais. Neste sentido, Soares e Candian (2007) apontam para a necessidade de considerar a influência da condição socioeconômica dos alunos no desempenho escolar.

2.2 LIDERANÇA

O termo liderança é o mais usado no âmbito das organizações e possui grande variedade de significados. No entanto, elementos comuns às práticas da liderança podem ser apontados como o processo de influência, realizado no âmbito da gestão de pessoas, no sentido de mobilização de esforços, orientados por uma visão clara da organização e de objetivos a serem realizados para a melhoria contínua da organização e das pessoas envolvidas. A liderança é o processo pelo qual se desencadeiam ações orientadas para uma direção clara (LUCK, 2014).

No âmbito escolar não é diferente. Oliveira e Vasques-Menezes (2018) observam que o conceito de gestão (ou administração) escolar foi construído em um processo histórico incutido de valores e significados do contexto político e educacional brasileiro. Inicialmente, a função apontava para aspectos mais administrativos. No entanto, com a instituição do princípio da gestão democrática na Constituição (1988) e da nova LDB (Lei n. 9.394, 1996), houve a reconstrução do seu perfil assumindo um caráter mais pedagógico e político.

Uma nova administração dá destaque à eficiência, principalmente uma gestão apoiada “na percepção da complexidade do ambiente e dos problemas a serem enfrentados” (NASCIMENTO, 2020, p. 9). Sendo assim, o diretor escolar assume um significado vinculado a habilidade de gerir uma dinâmica na unidade escolar de forma participativa, compartilhada e de engajamento que envolve atividades como, elaboração, monitoramento e melhoria no que se refere à aprendizagem, assim como administração de pessoal, recursos materiais e financeiros, articulação com a família e sociedade (GOBBI *et al.*, 2019).

2.2. Liderança do diretor na dinâmica escolar

Leithwood (2009) dedicou duas décadas aos estudos sobre a liderança escolar exercida por meio do trabalho do diretor. O autor define esta função como “o trabalho de mobilizar e influenciar outros a articular e alcançar intenções e objetivos escolares compartilhados” (LEITHWOOD, 2009, p. 20).

No perfil de liderança do diretor existem questões que abrangem as relações pessoais e outras relativas ao trabalho pedagógico e administrativo (OLIVEIRA, 2015). Desenvolver um relacionamento de confiança com os profissionais que fazem parte da unidade escolar, contribui com o trabalho da liderança e da distribuição de responsabilidades de forma transparente e participativa, fomentando condições favoráveis para a melhoria do ensino aprendizagem (PINTO *et al.*, 2019). Portanto, sugere-se a seguinte hipótese:

H1: A confiança do professor no que se refere ao trabalho do diretor impacta positivamente o desempenho escolar.

A percepção da liderança por parte dos professores também é acentuada no estudo de Oliveira e Carvalho (2018), como um dos fatores que possui forte impacto no resultado dos alunos. Portanto, sua influência é percebida pela participação do professor, assim como pelo estabelecimento de uma comunicação eficaz entre seus pares. Neste contexto sugere-se a seguinte hipótese:

H2: A prática do diretor de informar aos professores sobre as possibilidades de aperfeiçoamento profissional impacta positivamente o desempenho escolar.

Para Oliveira e Waldhelm (2016), dentre as tarefas do diretor, estão as relacionadas à rotina de funcionamento da escola, bem como ao uso dos recursos que visam atender às necessidades de aprendizagem dos alunos. Eles destacam que diante dos resultados positivos encontrados nas escolas deve-se conciliar a manutenção de “um ambiente propício para a aprendizagem e um trabalho coletivo de visão e metas compartilhadas entre a equipe.” (OLIVEIRA; WALDHELM, 2016, p. 828). Desta forma, considera-se a

seguinte hipótese:

H3: A prática do diretor de debater metas educacionais com os professores influencia positivamente o desempenho escolar.

No mesmo sentido, Gobbi *et al.* (2019) afirmam que a liderança do diretor diz respeito ao seu estilo de gestão, além da sua relação com os valores e objetivos da escola. Sua atuação nos processos de ensino-aprendizagem, seu envolvimento e conhecimento sobre o que é relacionado à sala de aula, inclui o currículo, estratégias de ensino e monitoramento do progresso do aluno, o que está associado a uma liderança pedagógica, o que impacta positivamente o desempenho escolar. Pressupõe-se então as seguintes hipóteses:

H4a: A prática do diretor de tratar a qualidade de ensino como responsabilidade coletiva influencia positivamente o desempenho escolar.

H4b: A prática do diretor de dar atenção especial aos aspectos relacionados à aprendizagem dos alunos influencia positivamente o desempenho escolar.

Hulpia, Devos, Van Keer (2011) fizeram uma pesquisa com 1.522 professores de 46 grandes escolas secundárias da Bélgica na qual examinaram a relação entre o comprometimento dos professores e suas percepções sobre a relevância da função de diretor, tomada de decisão participativa e cooperação dentro da equipe. Constatou-se que a liderança tem efeito direto no comprometimento organizacional dos funcionários. Considerando o engajamento e o compromisso dos professores como um importante indicador para o desempenho do aluno, sugere-se a seguinte hipótese:

H5: A prática do diretor de animar e motivar com frequência o professor para o trabalho influencia positivamente o desempenho escolar.

Sammons (1999) destaca como característica de um ambiente favorável à aprendizagem, um ambiente ordenado e atraente, que oferece aos alunos um clima agradável e estimulante para o ensino. Para o autor, quanto maior o comprometimento do diretor na organização e manutenção do clima escolar, melhor será o desempenho do aluno. Logo, consideram-se as seguintes hipóteses:

H6a: A prática do diretor de dar atenção especial às normas administrativas influencia positivamente o desempenho escolar.

H6b: A prática do diretor de tratar de questões relacionadas à qualidade da convivência e gestão de conflitos

como uma responsabilidade coletiva impacta positivamente o desempenho escolar.

Segundo Luck (2014), o campo de atuação do diretor perpassa as dimensões administrativas e pedagógicas para a dimensão de resultados. Como a gestão democrática supõe a mobilização e organização de pessoas para atuarem em conjunto, o trabalho do diretor escolar demanda competência de liderança, que se expressa na capacidade de influenciar a atuação das pessoas de maneira que tenha envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para a efetivação dos objetivos da escola (LUCK, 2014). Sobre a importância das ações do diretor escolar no sentido de influenciar pessoas a produzirem resultados, o envolvimento da comunidade escolar (alunos, professores, pais e sociedade em geral) é um indicador positivo para o desempenho do aluno. Desse modo, sugerem-se as seguintes hipóteses:

H7a: A prática do diretor de mobilizar a colaboração entre professores (*feedback*, trocas, projetos interdisciplinares) influencia positivamente o desempenho escolar.

H7b: A prática do diretor de mobilizar a equipe gestora da escola para superar dificuldades em sala de aula influencia positivamente o desempenho escolar.

H7c: A prática do diretor de mobilizar a gestão da escola para superar problemas que interferem na qualidade das relações com os estudantes influencia positivamente o desempenho escolar.

O comprometimento e envolvimento dos pais na aprendizagem também têm se apresentado como um fator importante no desempenho escolar (ALVES; FRANCO, 2008; PASSONE, 2019). A parceria entre a família e a escola possibilita a reflexão do sentido dos papéis, o que impacta o desenvolvimento dos alunos de forma mais ampla (LARA; SARACOSTTI, 2019). Neste sentido, cabe também ao diretor, a percepção da complexidade do ambiente e a busca de alternativas para superar a falta do envolvimento da família nas atividades escolares (ALVES; FRANCO, 2008; LEITHWOOD, 2009; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018; MORAES *et al.*, 2020; PINTO *et al.*, 2019; GOBBI *et al.*, 2019; NASCIMENTO, 2020; ASSIS; MARCONI, 2021). Ao levar em consideração que o trabalho do diretor de envolver os pais impacta positivamente o desempenho da criança, supõe-se a seguinte hipótese:

H8: A prática do diretor de mobilizar a colaboração das famílias para superar problemas que interferem na aprendizagem influencia positivamente o desempenho escolar.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza quantitativa com a utilização da base de dados secundários oriundos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), edição 2019 (INEP, 2019b).

3.1 DADOS

O banco de dados da amostra foi organizado por escola e ano, com três grupos de informações: desempenho escolar, liderança do diretor e características socioeconômicas dos estudantes. A seleção de tais variáveis levou em consideração a necessidade de pesquisar a influência do diretor sobre o clima escolar favorável ao aprendizado, assim como um olhar mais relacional a partir da visão dos professores sobre o seu trabalho (HULPIA; DEVOS; VAN KEER, 2011; OLIVEIRA, 2015; ISMAIL *et al.*, 2018; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018).

Foram utilizados os resultados do questionário contextual do professor que se referem à atuação do diretor, enquanto atributos de exercício de liderança (questões 81 a 92), assim como os resultados do questionário da escola que revelam as características socioeconômicas dos estudantes (questão 09). Os dados de nível socioeconômico são denominados Indicador de Nível Socioeconômico (Inse). Na edição de 2019, a base desse indicador conciliou dois elementos, a escolaridade dos pais e a posse de bens e serviços, desse modo, seu objetivo é conhecer a realidade social de escolas e redes de ensino (INEP, 2019a).

Inicialmente, havia 1229 observações, no entanto, devido à ausência de dados em algumas das variáveis pesquisadas, utilizaram-se 271 observações referentes ao desempenho escolar em Língua Portuguesa e Matemática, e 364 relacionadas às respostas dos professores. Isso posto, essa amostra correspondeu, em média, a 22% (vinte e dois por cento) do total das escolas públicas estaduais que ofertaram o 5º ano do Ensino Fundamental no Espírito Santo no ano de 2019.

O intuito desse estudo é verificar se há relação entre a liderança do diretor, por meio da percepção dos professores, com o desempenho escolar dos alunos do 5º ano nas escolas públicas municipais e estaduais do Espírito Santo. Cabe ressaltar que nesta edição os questionários foram preenchidos com o apoio dos diretores das unidades de ensino e que não houve identificação dos mesmos. A **Quadro 1** apresenta os dados da amostra.

Quadro 1: Descrição das variáveis da pesquisa

Tipo	Grupo	Nome da Variável	Tipo de Variável	Fonte de dados
Explicativa	Desempenho Escolar	Desempenho_LP	Saeb Língua Portuguesa	Avaliação de Língua Portuguesa do Saeb 2019 / INEP/MEC
		Desempenho_MAT	Saeb Matemática	Avaliação de Matemática do Saeb 2019 / INEP/MEC
Explicativa	Liderança do Diretor	Pratica_debater	Há prática de debater com os (as) professores (as) as matas educacionais.	Questão 81 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Qualidade_envio	Trata a qualidade de ensino como uma responsabilidade coletiva	Questão 82 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Informa_aperfei_prof	Informa aos(as) professores(as) as possibilidades de aperfeiçoamento profissional	Questão 83 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Atento_a_aprendizagem	Dá atenção especial a aspectos relacionados à aprendizagem dos alunos.	Questão 84 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Atento_as_normas	Dá atenção especial a aspectos relacionados às normas administrativas	Questão 85 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Motiva_prof	Anima e motiva com frequência o(a) professor (a) para o trabalho.	Questão 86 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Confia_no_diretor	Tem confiança no(a) diretor(a) como profissional.	Questão 87 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Assegura_qualidade_convivencia	Sempre assegura que as questões relacionadas à qualidade da convivência e gestão de conflitos sejam uma responsabilidade coletiva	Questão 88 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Colaboracao_familia	As famílias colaboram para superar problemas que interferem na aprendizagem dos(as) alunos(as).	Questão 89 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Colaboracao_colegas	Os colegas colaboram entre si.	Questão 90 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
Controla	Característ Socioecon	Inse	Indicador de Nível Socioeconômico (Inse)	Questão 009, do Questionário da Escola Saeb 2019 / INEP/MEC
Controla	Variáveis de interação	Nivel_3_colaboracao_familia	Indicador de Nível Socioeconômico de número 3 e colaboração da família.	Questão 0009 do Questionário da Escola e questão 89 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Nivel_4_colaboracao_familia	Indicador de Nível Socioeconômico de número 4 e colaboração da família.	Questão 0009 do Questionário da Escola e questão 89 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Nivel_5_colaboracao_familia	Indicador de Nível Socioeconômico de número 5 e colaboração da família.	Questão 0009 do Questionário da Escola e questão 89 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC
		Nivel_6_colaboracao_familia	Indicador de Nível Socioeconômico de número 6 e colaboração da família.	Questão 0009 do Questionário da Escola e questão 89 do Questionário do Professor Saeb 2019 / INEP/MEC

Fonte: Elaborada pela Autora.

Nota: Neste trabalho o desempenho é mensurado de duas formas: 1) considera-se o desempenho em Língua Portuguesa e 2) considera-se o desempenho em Matemática.

As variáveis dependentes são as medidas de Desempenho Escolar em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do 5º ano, extraídas dos dados do Saeb, da edição de 2019.

As variáveis explicativas se referem ao trabalho exercido pela liderança do Diretor que envolve a dimensão pedagógica, administrativa, pessoal, de recursos, da articulação com a família e comunidade escolar. As informações são fornecidas por meio dos questionários dos professores do 5º ano (INEP, 2019b).

As variáveis de controle reúnem dados dos questionários dos estudantes do SAEB de 2019. Se trata de um Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) que possibilita conhecer a realidade social e contextualizar os resultados obtidos (INEP, 2019a). Esta edição possui a combinação da escolaridade dos pais e a posse de bens e serviços. Por meio da incorporação das mesmas, objetivou-se verificar quais seus efeitos sobre o desempenho escolar, conforme achados de Rutter *et al.* (1979), Sammons (1999), Brooke e Soares (2008) e Jaloto e Primi (2021).

Os dados foram analisados por regressão linear múltipla com o intuito de chegar ao objetivo proposto. De forma

consolidada a equação (1) expressa o modelo proposto.

Onde:

$$Y_i \text{ Desempenho} = \beta_0 + \beta_1 \text{ Pratica_debater} + \beta_2 \text{ Qualidade_ensino} + \beta_3 \text{ Informa_aperfeic_prof} + \beta_4 \text{ Atento_a_aprendizagem} + \beta_5 \text{ Atento_as_normas} + \beta_6 \text{ Motiva_professores} + \beta_7 \text{ Confia_no_diretor} + \beta_8 \text{ Assegura_qualidade_convivencia} + \beta_9 \text{ Colaboracao_familia} + \beta_{10} \text{ Colaboracao_colegas} + \beta_{11} \text{ Colaboracao_diretor_sala} + \beta_{12} \text{ Colaboracao_diretor_estud} + \beta_{13} \text{ DNivel3} + \beta_{14} \text{ DNivel4} + \beta_{15} \text{ DNivel5} + \beta_{16} \text{ DNivel6} + \beta_{17} \text{ nivel3_Colaboracao_familia} + \beta_{18} \text{ nivel4_Colaboracao_familia} + \beta_{19} \text{ nivel5_Colaboracao_familia} + \beta_{20} \text{ nivel6_Colaboracao_familia} + \epsilon_i$$

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A **Tabela 1** se refere ao total de observações, média, coeficiente de variação, mínimo, primeiro quartil, mediana, terceiro quartil e máximo, respectivamente, de todas as observações da amostra.

Tabela 1: Estatística descritiva

	Variáveis	Obs.	Média	DP	Min	Max
Desempenho escolar	Desempenho_LP	271	216.833	0,0796647	169.86	260.82
	Desempenho_MAT	271	231.1432	0,077901	188.2	283.19
Liderança do Diretor	Pratica_debater	364	89.3744	0,2705757	0	100
	Qualidade_ensino	364	93.79475	0,2044444	0	100
	Informa_aperfeic_prof	364	93.79011	0,1898098	0	100
	Atento_a_aprendizagem	364	92.1758	0,2245543	0	100
	Atento_as_normas	364	96.62	0,13802	0	100
	Motiva_professores	364	87.55077	0,2836499	0	100
	Confia_no_diretor	364	94.05162	0,1830765	0	100
	Assegura_qualidade_convivencia	364	92.23659	0,2230668	0	100
	Colaboracao_familia	364	53.7072	0,6919734	0	100
	Colaboracao_colegas	364	83.05701	0,3423136	0	100
Características socioeconômicas interações	Colaboracao_diretor_sala	364	84.18544	0,3096846	0	100
	Colaboracao_diretor_estud	364	86.26245	0,2849895	0	100
	DNivel3	364	.1126374	2.81065	0	1
	DNivel4	364	.5494505	0,906785	0	1
	DNivel5	364	.3104396	1.492434	0	1
	DNivel6	364	.010989	9.499891	0	1
Características socioeconômicas interações	Nivel3_colaboracao_familia	364	5.819533	3.641701	0	100
	Nivel4_colaboracao_familia	364	30.04596	1.281472	0	100
	Nivel5_colaboracao_familia	364	16.21626	1.950402	0	100
	Nivel6_colaboracao_familia	364	.5036539	12.11657	0	100

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da amostra.

Ao observar o desempenho escolar em Língua Portuguesa (Saeb), verificou-se uma média de 216,83 em que o menor valor foi de 169,86 e o maior de 260,82. Em relação ao desempenho em Matemática (Saeb), o valor médio apresentado foi de 231,14, em que o menor valor obtido foi de 188,20 e o maior 283,19. Estes resultados indicam um maior desempenho escolar em Matemática em comparação ao de Língua Portuguesa nos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental.

Em relação à liderança do diretor, as médias apresentaram altos resultados. As respostas dos professores indicaram valores significantes de influência nas questões que abrangem as relações pessoais entre seus pares e o trabalho pedagógico e administrativo. No entanto, a variável “Colaboracao_familia” que se refere ao trabalho do diretor de mobilizar a família para resolver problemas relativos à aprendizagem dos alunos, se destaca pela média de 53,70, o que indica que as famílias não colaboram neste sentido de forma satisfatória.

4.2 ANÁLISES E DISCUSSÕES

As análises foram realizadas no software estatístico STATA, com utilização de regressão linear múltipla e do comando robust, no qual buscou corrigir a existência de problemas devidos à heterocedasticidade. Em virtude da evidência da variável “Colaboracao_familia” apresentar-se estatisticamente significativa, fez-se a interação da mesma com alguns níveis socioeconômicos para verificar sua influência (**Tabela 2**).

4.2.1 Fatores explicativos do desempenho escolar em Língua Portuguesa e Matemática

Tabela 2: Regressões com o desempenho de língua portuguesa

	Estimação 1	Estimação 2	Estimação 3	Estimação 4	
Desempenho_LP	Coefficientes	Coefficientes	Coefficientes	Coefficientes	
Pratica_debater	0,0702703	0,0678546	0,0686928	0,0663344	
Qualidade_ensino	-0,0246367	-0,0155851	-0,037689	-0,0170899	
Informa_aperfeic_prof	-0,0353889	-0,0343738	-0,0188985	-0,0316569	
Atento_a_aprendizagem	0,0503046	0,050206	0,0417366	0,0501102	
Atento_as_normas	-0,0080301	-0,0120824	-0,023486	-0,0160782	
Motiva_professores	-0,0626191	-0,0593064	-0,0658245	-0,0595957	
Confia_no_diretor	-0,047128	-0,0433535	-0,0343366	-0,0382815	
Assegura_qualidade_convivencia	-0,017825	-0,0160102	-0,0303735	-0,0188616	
Colaboracao_familia	0,0687976**	0,0413934	0,0334467	0,0557234**	
Colaboracao_colegas	0,0359738	0,0374079	0,0411641	0,0378747	
Colaboracao_diretor_sala	0,0471762	0,0375794	0,0513681	0,0354045	
Colaboracao_diretor_estud	-0,0620408	-0,063795	-0,0606981	-0,0648374	
Características socioeconômicas interações	DNivel3	-0,5636513	-7,237072	-9,586883	-6,6047651
	DNivel4	-0,6914341	-1,871084	-1,239944	-0,9035193
	DNivel5	16,57735**	12,50331*	12,41268*	12,70699**
	DNivel6	13,4316	12,84691	12,6405	31,65703
	Nivel3_colaboracao_familia			0,1417603	
	Nivel4_colaboracao_familia		0,1417603		
Nivel5_colaboracao_familia	0,0677215				
Nivel6_colaboracao_familia				-0,4020341***	
Observações	271	271	271	271	
F de significação	0,000	0,000	0,000	0,000	
R2	0,1621	0,1578	0,1671	0,1678	
VIF médio	5,14	5,28	5,15	5,01	

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Os símbolos ***, ** e * indicam que a diferença é estatisticamente significativa aos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

No conjunto de variáveis da estimação 1 observou-se que as variáveis “Colaboracao_familia” e a “DNivel5” são significativamente relacionadas com a variável dependente. As mesmas apresentaram, respectivamente, 0,050 e 0,027 de significância, ambas com um intervalo de 95% de confiança. O resultado corrobora com os achados de Lara e Saracostti (2019) e Jeynes (2018), que ressaltam a influência positiva do envolvimento dos pais sobre o desempenho acadêmico. Semelhantemente ao estudo de Gramani (2017), destacaram-se as variáveis socioeconômicas e educação materna como determinantes de eficiência.

Na estimativa 2 apenas a variável “DNivel5” destacou-se com 12,50 pontos de acréscimo em média no desempenho em Língua Portuguesa do Saeb. Como o desempenho médio dos alunos das escolas da amostra foi de 216,83 pontos, este valor equivale a aproximadamente 5,76% do total de pontos da avaliação.

Na estimativa 3 apenas a variável “DNivel5” apresentou uma forte relação com o desempenho escolar em Língua Portuguesa. Estes achados são confirmados por Jaloto e Primi (2021), que destacam em suas pesquisas que diferenças sociais são significativas para explicar o desempenho.

Novamente, na estimativa de número 4, a variável “Colaboracao_familia” mostrou-se estatisticamente relevante, assim como a variável de “DNivel5”, obtiveram, respectivamente, 99% e 95% de confiança. Foi acrescentada a esta regressão a variável de interação “nivel6_colaboracao_familia”, que indicou uma relação negativa com a variável dependente.

Seguem as regressões econométricas que correspondem ao desempenho escolar médio em matemática como variável dependente (Tabela 3).

Tabela 3: Regressões com o desempenho em matemática

		Estimación 1	Estimación 2	Estimación 3	Estimación 4
	Desempenho_MAT	Coefficientes	Coefficientes	Coefficientes	Coefficientes
	Pratica_debater	0,0372117	0,0349983	0,0345214	0,0324037
	Qualidade_ensino	0,0642736	0,0523856	0,0755897	0,0737897
	Informa_aperfeic_prof	-0,118994	-0,1011891	-0,1190078	-0,1144325
	Atento_a_aprendizagem	0,0611566	0,051938	0,0618962	0,0608261
	Atento_as_normas	-0,1096044	-0,1269774	-0,1131813	-0,1194533
Liderança do diretor	Motiva_professores	-0,1302492**	-0,1329624**	-0,1260778**	-0,1264663
	Confa_no_diretor	-0,0044357	0,0100958	-0,0012181	0,0063185
	Assegura_qualidade_convivencia	0,0661051	0,0530759	0,0693079	0,064948
	Colaboracao_familia	0,0973006***	0,0564716**	0,0570966	0,0805045***
	Colaboracao_colegas	-0,0112575	-0,0054022	-0,0099906	-0,0088721
	Colaboracao_diretor_sala	0,0396959	0,042025	0,0283581	0,0251548
	Colaboracao_diretor_estud	-0,0611912	-0,0600893	-0,0635384	-0,0645673
Características socioeconômicas e interações	DNivel3	0,0314711	-9,432799	-0,2255346	-0,0232183
	DNivel4	-0,8540022	-1,485966	-2,988001	-1,12467
	DNivel5	16,58049**	11,44085	11,40568	11,75658
	DNivel6	15,05621	14,15418	14,16933	36,18789**
	Nivel3_colaboracao_familia		0,1484314*		
	Nivel4_colaboracao_familia			0,0278663	
	Nivel5_colaboracao_familia	-0,0843089			
	Nivel6_colaboracao_familia				-0,4668312**
Observações	271	271	271	271	
F de significação		0,000	0,000	0,000	0,000
R2		0,1763	0,1794	0,1707	0,1826
Mean VIF		5,14	5,15	5,28	5,01

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Os símbolos ***, ** e * indicam que a diferença é estatisticamente significativa aos níveis de 1%,5% e 10%, respectivamente.

No conjunto de variáveis selecionadas na estimação 1, a variável denominada “Motiva_professores”, mostrou comportamento convergente em relação à variável dependente. Este achado sugere falhas na interação entre o diretor e a equipe docente. Lacruz, Américo e Carniel (2019) corrobora com esta percepção, na medida em que salienta a importância dos vínculos dos professores com a escola, indicando que quanto mais próximos, melhores serão as chances de sucesso dos alunos. Ainda na estimativa 1, mais uma vez, as variáveis “Colaboracao_familia” e “DNivel5” possuem uma forte relação com a variável dependente. Considerou-se que o desempenho médio dos alunos das escolas da amostra foi de 231,43 pontos, os alunos que se enquadram neste nível socioeconômico podem acrescentar, em média, 16,58 pontos no desempenho em Matemática no Saeb, o que equivale, aproximadamente, a mais 7,16% do total de pontos da avaliação.

Na estimativa de número 2, a variável “Colaboracao_familia” teve significância a 5% e a variável “nivel3_colaboracao_familia” mostraram-se significativas a 1% para explicar o desempenho escolar em Matemática. A variável denominada “Motiva_professores” mostrou-se convergente.

Na estimação 3 apenas a variável “Motiva_professores” se revelou convergente em relação à variável dependente.

Por fim, na estimativa 4, a variável “Motiva_professores” novamente se apresenta convergente em relação à variável dependente. De igual modo, a “nivel6_colaboracao_familia”,

interfere negativamente no desempenho escolar em matemática no SAEB. Semelhantemente, apresentou-se de forma isolada a variável "DNível6", neste conjunto de variáveis. Apenas a variável "Colaboracao_familia" apresentou forte relação com a variável dependente, as demais variáveis apresentadas nesse modelo de regressão não foram significativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo verificar se há relação entre a liderança do diretor ao desempenho escolar dos alunos do 5º ano nas escolas públicas municipais e estaduais do Espírito Santo.

As respostas dos professores indicaram valores significantes de influência nas questões que abrangem as relações pessoais entre seus pares, o trabalho pedagógico e administrativo do diretor escolar. Sendo assim, as hipóteses H1, H2, H3a, H3b, H5, H6a, H6b, H7a, H7b, H7c e H8c não foram significativas para explicar o desempenho nestas escolas. Dessa maneira, essas dimensões do trabalho desenvolvido pelo diretor não evidenciaram forte relação ao desempenho escolar em Língua Portuguesa e Matemática.

A hipótese H4, que se refere à prática do diretor de motivar o trabalho do professor, se revelou convergente nas regressões do desempenho em Matemática. Sendo assim, esta hipótese influenciou negativamente. Em se tratando de professores de escolas públicas, este resultado aponta para algumas pistas da forma como o professor pode perceber essa prática como cobrança, ao invés de se sentir motivado.

A hipótese H8, que se refere ao trabalho do diretor de articular a participação das famílias, apresentou fortes relações entre o desempenho escolar. À vista disso esta hipótese foi confirmada, porque influenciou positivamente o desempenho escolar tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Este achado também é encontrado nas pesquisas de Lara e Saracostti (2019), Alves e Franco (2008) e Passone (2019) as quais apontam que o envolvimento dos pais é um elemento crítico no desempenho acadêmico das crianças, especialmente durante seus primeiros anos escolares. Ressalta-se a possibilidade de interpretações equivocadas por parte dos professores no que se refere à pergunta relacionada à colaboração da família. As variáveis analisadas referem-se ao trabalho exercido pela liderança do diretor que envolve a dimensão pedagógica, administrativa, pessoal, de recursos, da articulação com a família e comunidade escolar. A grande abrangência destes itens possibilita múltiplos olhares, ressaltando o fato de não estar explícito que a articulação com a família e a comunidade escolar apontam para a prática do diretor.

As variáveis de controle relacionadas às características socioeconômicas dos estudantes, especialmente as relacionadas ao Nível 5, foram confirmadas como relevantes para explicar o desempenho escolar em Língua Portuguesa. Nessa escala, os alunos estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Indicador de Nível Sócio Econômico (INEP, 2019a). Considerou-se o grau de escolaridade dos pais (ensino médio ou superior completo) e a posse de bens e serviços. Tais resultados são semelhantes aos de Jaloto e Primi (2021), Franco e Menezes (2017), Gramani (2017), Soares e Candian (2007), que associam as diferenças no desempenho escolar com o *status* socioeconômico das famílias e com a escolaridade dos pais. Um achado importante diante das regressões é a variável de Nível 6, que caracteriza estar acima da média nacional do Inse e que são convergentes com o desempenho, tanto isoladamente, quanto associadas com a variável "Colaboracao_familia". No entanto, conforme salienta Oliveira (2015), apesar da importância do *background* familiar no desempenho acadêmico do aluno, alguns fatores intraescolares podem reduzir o efeito da origem social.

Finalmente, sobre coleta de dados, foram utilizados 22% das informações, devido à baixa representatividade docente por escola e à ausência de dados para todas as variáveis analisadas. Estas foram as limitações no que se refere ao tamanho da amostra. Dada a importância destes dados, sugere-se tanto aos gestores, quanto aos professores, que façam uma melhor análise do conteúdo do questionário e, sobretudo, da importância do preenchimento dos mesmos.

As contribuições teóricas deste estudo estão associadas à ampliação de estudos brasileiros que correlacionem fatores relativos à liderança do diretor da escola que influenciam no desempenho escolar e que busque contribuir com melhorias para a realização de suas funções. Como maneira de complementar os resultados apresentados, recomenda-se um estudo mais detalhado em relação às práticas do diretor escolar que podem impactar o desempenho escolar. No campo prático, sugere-se a ampliação de dados para além do 5º ano, pois sabe-se que quanto maior a amostra, mais modelos complexos podem ser analisados e, assim, a apresentação de resultados é mais confiável. Também se faz necessário o aprofundamento de debates sobre a importância da participação da família no processo de aprendizagem, assim como buscar alternativas para um avanço no seu engajamento.

Referências

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FRANCO, Creso. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____.; SOARES, José Francisco. O efeito das escolas no aprendizado dos alunos: um estudo com dados longitudinais no Ensino Fundamental. **Educação e Pesquisa**, v. 34, p. 527-544, 2008. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000300008>.

ASSIS, Bruno Sendra de; MARCONI, Nelson. Efecto de las políticas de selección de directores en la gestión escolar en Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 55, p. 881-922, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190470>.

BONAMINO, Alicia *et al.* Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 487-499, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300007>.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9984.htm>. Acesso: 16 fev. 2022.

_____. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 16 fev. 2022.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COLEMAN, James S. Equality of educational opportunity. **Integrated Education**, v. 6, n. 5, p. 19-28, 1968. Doi: <https://doi.org/10.1080/0020486680060504>.

CARVALHO, I. D.; SANTOS, J. D.; CHRISPINO, Á. Sucesso e fracasso no ensino fundamental: uma relação entre reprovação, abandono e proficiência. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 136-161, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v12i34.2248>.

EDMONDS, Ronald *et al.* Effective schools for the urban poor. **Educational leadership**, v. 37, n. 1, p. 15-24, 1979.

FERNANDES, Luana de Mendonça *et al.* Preditores do desempenho escolar ao final do ensino fundamental: histórico de reprovação, habilidades sociais e apoio social. **Temas em Psicologia**, v. 26, p. 215-228, 2018. Doi: <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-09Pt>.

FRANCO, Ana Maria de Paiva; MENEZES, Naercio Aquino. Os determinantes do aprendizado com dados de um painel de escolas do SAEB. **Economia Aplicada**, v. 21, n. 3, p. 525-548, 2017. Doi: <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea120268>.

GRAMANI, Maria Cristina. Análise dos determinantes de eficiência educacional do estado do Ceará. **Ensaio: avaliação e políticas**

públicas em educação, v. 25, n. 95, p. 507-526, 2017. Doi: <http://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500811>.

GIMÉNEZ ESTEBAN, Gregorio Gaudioso; BARRADO, Beatriz; ARIAS RAMÍREZ, Rafael. El papel del profesorado y el entorno de aprendizaje en el rendimiento de los estudiantes costarricenses: un análisis a partir de PISA. **Revista complutense de educación**, v. 30, n. 4, p. 1127-1145, 2019. Doi: <https://doi.org/10.5209/rced.60189>.

GOBBI, Beatriz Christo *et al.* Uma boa gestão melhora o desempenho da escola, mas o que sabemos acerca do efeito da complexidade da gestão nessa relação?. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 28, p. 198-220, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701786>.

HULPIA, Hester; DEVOS, Geert; VAN KEER, Hilde. The relation between school leadership from a distributed perspective and teachers' organizational commitment: Examining the source of the leadership function. **Educational Administration Quarterly**, v. 47, n. 5, p. 728-771, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1177/0013161X11402065>.

INEP. **Indicador de nível socioeconômico do Saeb 2019: nota técnica**. 2019a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/indicador_nivel_socioeconomico_saeb_2019_nota_tecnica.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

_____. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, PISA**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 24 maio 2020.

_____. **Testes e questionários do Saeb**. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/testes-e-questionarios>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ISMAIL, Siti Noor *et al.* Instructional Leadership and Teachers' Functional Competency across the 21st Century Learning. **International Journal of Instruction**, v. 11, n. 3, p. 135-152, 2018.

JACKSON, Karen M.; MARRIOTT, Christine. The interaction of principal and teacher instructional influence as a measure of leadership as an organizational quality. **Educational Administration Quarterly**, v. 48, n. 2, p. 230-258, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1177/0013161X11432925>.

JALOTO, Alexandre; PRIMI, Ricardo. Fatores socioeconômicos associados ao desempenho no Enem. **Em Aberto**, v. 34, n. 112, p. 125-141, 2021. Doi: <https://doi.org/10.24109/2176-6673>.

emaberto.34i112.5002.

JEYNES, William H. A practical model for school leaders to encourage parental involvement and parental engagement. **School Leadership & Management**, v. 38, n. 2, p. 147-163, 2018. Disponível em: <https://10.1080/13632434.2018.1434767>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LACRUZ, Adonai José; AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner. Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. **Revista brasileira de educação**, n. 24, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240002>.

LARA, Laura; SARACOSTTI, Mahia. Effect of parental involvement on children's academic achievement in Chile. **Frontiers in psychology**, v. 10, p. 1464, 2019. Doi: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01464>.

LEITHWOOD, Kenneth. **¿Cómo liderar nuestras escuelas? Aportes desde la investigación**. Santiago: Fundación Chile, 2009.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

MORAES, Joysi *et al.* Prácticas Organizativas en las Escuelas Públicas de Alto Rendimiento en Brasil. **REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 18, n. 1, p. 5-25, 2020. Doi: <https://doi.org/10.15366/reice2020.18.1.001>.

MORTIMORE, Peter, *et al.* **School matters: The junior years**. Wells: Open Books, 1988.

NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO [OECD]. **Education at a Glance: OECD Indicators**. 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/ocde/education_at_a_glance/Country_Note_traduzido.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

OLIVEIRA, Ana Cristina Prado; CARVALHO, Cynthia Paes. Gestão escolar, liderança do diretor e resultados educacionais no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-18, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230015>.

_____; WALDHLM, Andrea Paula Souza. Liderança do diretor, clima escolar e desempenho dos alunos: qual a relação?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, p. 824-844, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000400003>.

OLIVEIRA, Cynthia Paes. As relações entre Direção, Liderança

e Clima Escolar em escolas municipais do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.25774>. Acesso em: 11 jan. 2022.

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, n. 169, p. 876-900, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/198053145341>.

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. Gestão Escolar e Democracia: o que nos ensinam os estudos de Eficácia Escolar. **Laplage em revista**, v. 5, n. 2, p. 142-156, 2019. Disponível em: <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/456>. Acesso em: 24 maio 2021.

PINTO, Vera Regina Ramos *et al.* Avaliação da Influência da liderança transformacional do diretor de escola sobre o desempenho dos alunos: análise a partir de microdados da Prova Brasil. **Education Policy Analysis Archives**, v. 27, p. 102-102, 2019. Doi: <https://doi.org/10.14507/epaa.27.4267>.

ROSISTOLATO, Rodrigo; PRADO, Ana Pires; FERNÁNDEZ, Silvina Julia. Cobranças, estratégias e “jeitinhos”: avaliações em larga escala no Rio de Janeiro. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 59, p. 78-107, 2014. Doi: <https://doi.org/10.18222/eaee255920142853>.

RUTTER, Michael *et al.* Conclusões, especulações e implicações. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1979.

SAMMONS, Pam. **As características-chave das escolas eficazes. Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SIMÕES, Celeste *et al.* School performance paths: Personal and contextual factors related to top performers and low achievers in Portugal and Spain. **The Spanish Journal of Psychology**, v. 21, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1017/sjp.2018.37>.

SOARES, José Francisco. Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 135-160, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000100007>.

_____; CANDIAN, Juliana Frizzoni. O efeito da escola básica brasileira: as evidências do PISA e do SAEB. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 2, n. 4, p. 163-181, 2007.

SORIANO, Felipe Furlan *et al.* Melhores práticas e performance de escolas municipais do ensino fundamental no Ceará: Análise da

eficiência na gestão escolar. **Education Policy Analysis Archives**,
v. 29, n. jan./jul., p. 47-47, 2021. Doi: <https://doi.org/10.14507/epaa.29.3993>.

Contribuições e possibilidades a partir da meta-avaliação: reflexões sobre o diálogo em torno dos resultados da CPA

*Thiago Henrique Almino Francisco **Giancarlo Moser ***Melissa Watanabe

Informações do artigo

Recebido em: 14/03/2023

Aprovado em: 21/11/2023

Palavras-chave:

Meta-avaliação. SINAES. Avaliação
Institucional.

Keywords:

Meta-evaluation. SINAES. Institutional
Assessment.

Autores:

*proftf@gmail.com

**mosergiancarlo@gmail.com

***melissawatanabe@unescc.net

Como citar este artigo:

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino;
MOSE, Giancarlo; WATANABE, Melissa.
Contribuições e possibilidades a partir
da meta-avaliação: reflexões sobre o
diálogo em torno dos resultados da CPA.
Competência, Porto Alegre, v. 16, n. 2,
dez. 2023.

Resumo

Desde 2004 a avaliação institucional tem sido um tema amplamente discutido no ecossistema do ensino superior brasileiro, dentro dos mais variados paradigmas. Diversos desafios têm sido descortinados, e que vão desde a compreensão do sistema até a utilização de seus resultados. Nesse sentido é que a reflexão sobre os usos dos resultados da avaliação ganha contornos importantes e neste ensaio propõe-se uma relação entre esse desafio e a prática da meta-avaliação. Partindo do pressuposto de que não há consumo dos resultados sem diálogos objetivos, este texto faz uma relação com prática da meta-avaliação a partir da perspectiva do instrumento elaborado pelo JCSEE. Os resultados permitem considerar que a utilização dos resultados da avaliação só é possível a partir de dois elementos que parecem ser relevantes neste contexto: o diálogo com os stakeholders promovido pela escuta induzida pela meta-avaliação e a vontade político-institucional para que a avaliação seja considerada um mecanismo de governança institucional.

Abstract

Since 2004, institutional evaluation has been a widely discussed topic in the Brazilian higher education ecosystem, within the most varied paradigms. Several challenges have been uncovered, ranging from understanding the system to using its results. It is in this sense that reflection on the uses of evaluation results gains important contours and this essay proposes a relationship between this challenge and the practice of meta-evaluation. Based on the assumption that there is no consumption of results without objective dialogues, this text makes a relationship with the practice of meta-evaluation from the perspective of the instrument developed by the JCSEE. The results allow us to consider that the use of the evaluation results is only possible based on two elements that seem to be relevant in this context: the dialogue with the stakeholders promoted by the listening induced by the meta-evaluation and the political-institutional will for the evaluation to be considered an institutional governance mechanism.

1 INTRODUÇÃO

Desde 2004, a avaliação institucional tem sido um tema bastante debatido no contexto da gestão do ensino superior, e mais especificamente no cenário daqueles que discutem os modelos de governança acadêmica e administrativa dos diversos; e porque não dizer complexos; modelos institucionais brasileiros. Entre os diversos elementos discutidos neste contexto, alguns se destacam com mais intensidade em função dos diversos “momentos” pelos quais o SINAES passou. Seja na perspectiva da autoavaliação, ou na trilha da regulação, os debates intensos se referem a diversas estratégias, críticas e, até mesmo, proposições com o objetivo de aprimorar o Sistema.

Em torno de tudo isso, uma pauta complementar sempre foi discutida com bastante intensidade, já que os diversos momentos do atual sistema de avaliação do ensino superior sempre tiveram como norte um importante elemento: a utilização de seus resultados. A literatura mostra, ao longo dos últimos 17 anos, que a avaliação é um mecanismo institucional que demanda vontade política da IES e, sobretudo, reconhecimento técnico daqueles que possuem a responsabilidade pela condução da temática. Nesse sentido, por indução, percebe-se que a utilização dos resultados se relaciona diretamente com a percepção dos “usuários” da avaliação a respeito destes elementos. Por isso, não há como afirmar que os resultados são devidamente comunicados, sem que exista a prática da meta-avaliação. É por meio dela que ocorre o diálogo entre os avaliadores e avaliados, sob uma perspectiva de debate sobre as melhores alternativas relacionadas a funcionalidade do processo avaliativo.

É nesse sentido que este ensaio teórico se apresenta, na medida em que tem o objetivo de descortinar um debate sobre os desafios, as oportunidades e as contribuições para a estratégia institucional que surgem a partir da meta-avaliação, com indutora da utilização dos resultados da avaliação institucional pela CPA. Este texto não tem a pretensão de esgotar o tema, mas muito pelo contrário. Espera-se debater um fundamento essencial para a prática e para o processo avaliativo, de maneira que seja possível abrir uma trilha de pesquisa que possa contribuir com estratégias legitimadas para o uso dos resultados da avaliação.

2 CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA

2.1 REFLEXÕES SOBRE OS ELEMENTOS EMERGENTES DA LITERATURA RELACIONADOS A GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Com o surgimento do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), no ano de 2004, as discussões a

respeito dos modelos estratégicos adotados nas instituições de ensino superior têm aumentado de forma considerável. Seja do ponto de vista acadêmico, ou do ponto de vista técnico, o que se percebe é que a comunidade que discute o tema, desde então, tem se debruçado no sentido de perceber o real significado do movimento estratégico para a governança de entidades dessa natureza. Por isso, considerando a importância do tema e a grande quantidade de estudos que se reportam à relação entre esses dois elementos (estratégia e ensino superior) pode-se criar aqui um quadro que estruture esses estudos em três principais correntes.

A primeira corrente se relaciona com a relação entre a estratégia e temas emergentes no ensino superior. Ao considerar alguns estudos mais contemporâneos, principalmente aqueles que buscaram compreender o impacto da pandemia da COVID-19 no ensino superior, é possível perceber um conjunto de estudos que evidenciam a necessidade de um reposicionamento estratégico das instituições a partir de elementos relacionados com a inovação curricular, a inovação tecnológica, com a internacionalização e com a garantia da qualidade. Estes termos ficam evidentes quando pesquisas como a de Harres *et al.* (2005), Masetto (2011), Masetto (2018), Campani *et al.* (2019), Gaeta (2020), Caliari, Zilber e Perez (2017), Turchi e Morais (2017), Miranda (2019), Amorim e Finardi (2017), Franklin, Zuin e Emmendoerfer (2018), Pessoni (2017), Vale, Cachinho e Morgado Sousa (2018), Leal, Stallivieri e Moraes (2018), Komotar (2021); Alhamad e Aladwan (2019); Pham e Nguyen (2020); Rybinski (2020); Khelifi *et al.* (2020); Staub (2019); Salto (2021).

Ao considerar este compendio de textos, percebe-se que o movimento que se estabelece nessa corrente versa sobre elementos pedagógicos, tecnológicos e conceituais atrelados ao pensamento estratégico que é hegemônico nos contextos em que é discutido. Do ponto de vista da inovação curricular, os estudos tem a tendência de indicar a necessidade de aproximar as instituições e cursos de graduação do mundo do trabalho, proporcionando o desenvolvimento de elementos formativos que tornem o egresso não apenas um profissional, mas também um cidadão, globalizado, politizado e com um exercício profissional coerente com a sua visão de mundo. Neste sentido, Masetto (2011), Masetto (2018) apresentam resultados que permitem explorar novas reflexões, já que a relevância do processo educativo no ensino superior está relacionado com a relevância do currículo, sua aplicabilidade e, sobretudo, sua avaliação.

Já no que se refere aos estudos a respeito da inovação tecnológica, identifica-se que o tema central está vinculado a integração das IES com o ecossistema de inovação, promovendo condições que facilitem a inovação, o empreendedorismo e o fomento a capacidades que movimentem o cenário de novos negócios e de solução de problemas sociais relevantes. Além de fomentar disciplinas, projetos integradores e ações integradas com o modelo de gestão das IES, esse aspecto instituiu um mecanismo

que orienta a governança para a inovação e amplia a visão das IES a respeito de seu papel social. Embora seja um tema que caminha por visões de mundo dicotômicas, estudos que se posicionam nessa área indicam a necessidade da diversificação “corporativa” das IES, considerando o mote da inovação como um dos elementos que induzem a busca por novas fontes de receita. É algo que pode ser percebido nos estudos de Miranda *et al.* (2019), Amorim e Finardi (2017), mas que também já eram percebidos na reflexão de Christensen e Eyring (2011). Outro movimento que começa a emergir está relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais interferem (ou pelo menos podem interferir) nos modelos de governança e na *práxis* pedagógica das IES, o que parece indicar os relatos de Serafim e Arruda Leite (2021).

Outra pauta importante é aquela que se refere a internacionalização, em especial quando se considera as condições para o desenvolvimento de interfaces institucionais em contextos globalizados. O trabalho de Leal e Moraes (2018) sustenta essa discussão e aponta para formas diferentes de internacionalização, em especial considerando pontos emergentes que podem fomentar a prática da internacionalização no âmbito “sul-sul”. Nesta perspectiva, Leal, Stallivieri e Moraes (2018) indicam a necessidade da criação de indicadores que possam promover as maneiras corretas para que a internacionalização ocorra, bem como o respeito à identidade de cada modelo institucional para que a internacionalização, a mobilidade acadêmica e as práticas de intercâmbio possam acontecer com objetivos claros e coerentes.

Por fim, considerando a garantia da qualidade como conceito emergente no campo da gestão universitária a qualidade é discutida como um fator articulado com a identidade da instituição. Quando se referem à educação superior os estudos destacam que a qualidade deve se construir a partir da leitura dos movimentos sociais e dos objetivos estratégicos de cada nação (ALTAKHAINEH; ZABIN, 2021). Outros estudos ainda indicam que a qualidade deve ser um mecanismo que integre, de maneira sistêmica, com educação superior a sociedade (Komotar, 2021; Alhamad e Aladwan, 2019; Pham e Nguyen, 2020; Rybinski, 2020; Khelifi *et al.*, 2020; Staub, 2019; Salto, 2021).

A partir deste panorama, considerado o movimento emergente da literatura sobre a gestão universitária, alguns recortes podem ser extraídos e que permitem inferir que os temas emergentes tangenciam elementos tratados na estrutura do SINAES, que será discutido a seguir. Contudo, poucos estudos parecem tratar da relevância da CPA, ou de outras comissões, como indutoras da prática da avaliação institucional, que é o ponto a ser discutido por esse artigo.

2.2 O SINAES E SEUS DESDOBRAMENTOS ESTRATÉGICOS: UMA RELAÇÃO COM A GOVERNANÇA ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

Ao longo de toda a sua trajetória, o ensino superior brasileiro se constituiu em torno de um modelo ancorado nos pressupostos regulatórios, sobretudo em função da participação estatal no movimento de governança institucional. O trabalho de Francisco (2017) demonstra esse viés e destaca, sobretudo em suas inferências, que o modelo de ensino superior brasileiro se constituiu em torno de um movimento bastante complexo, com forte participação estatal e a partir de uma estrutura “não universitária”.

Esse princípio parece ter se mantido ao longo de toda a trajetória da construção do modelo de ensino superior brasileiro, e ganhou contornos relacionados à governança a partir das várias reformas que acometeram o sistema que ia se criando. Ao que parece, com a Lei No. 9.394, de 25 de novembro de 1996 e com o Plano Nacional da Educação de 2001, discutido por Oliveira *et al.* (2011), alguns elementos consolidados na história do modelo construído foram rediscutidos, com o objetivo de se construir um panorama mais alinhado a modelos internacionais que se destacavam à época. Nesse sentido, a pauta da avaliação entra novamente em discussão, após um período de pouco êxito destacado por Zandavalli (2009), e traz à tona a importância da prática da avaliação como mecanismo indicativo da qualidade e da pertinência da oferta. Nesse sentido, após distintas experiências com a avaliação, em 2004 surge o que se denominou de Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Promulgado pela Lei No. 10.861, de 14 de abril de 2004, o sistema angariou experiências anteriores e se constituiu em um mecanismo que orientou a governança no ensino superior, contribuindo para o desenvolvimento de práticas e modelos de governança que tinham, na avaliação; ou pelo menos no modelo proposto pelo SINAES; um direcionador para as ações estratégicas no ensino superior. A partir do surgimento do sistema, o que se viu foi um aumento bastante significativo de estudos que versaram sobre a avaliação. O trabalho de Francisco (2017) destaca que tais estudos se posicionavam no sentido de compreender a relação entre avaliação-regulação e, especialmente, no caminho para aprofundar o entendimento sobre os impactos do ENADE no percurso pedagógico e estratégico das IES.

Em um contexto mais contemporâneo, os estudos de Bonisenha e D’Ángelo (2018), Pereira, Araújo e Machado-Taylor (2020), Nunes, Duarte e Pereira (2017), Ribeiro e Guerra (2019), Vieira, Kreutz e Costa (2019), Cavalcanti e Guerra (2019) e Guerra e Souza (2020) trazem para a discussão elementos que fizeram do SINAES um elemento importante na gestão das IES e de seus projetos pedagógicos. A partir do recorte destes estudos, é possível perceber que, em se tratando de governança acadêmica

e administrativa, dois pontos chamam a atenção. O primeiro está relacionado com o apelo regulatório, que voltou as IES para a compreensão da estrutura e da gestão do Conceito Preliminar de Curso, enquanto o outro, mais especificamente em um cenário recente, se preocupou com elementos relacionados com a eficiência administrativa. O que se mostra curioso é que poucos estudos tem se posicionado de maneira direta no sentido de compreender os desdobramentos do papel da Comissão Própria de Avaliação como uma comissão alinhada com os desdobramentos estratégicos das Instituições, principalmente quando considerada uma “inovação” dentro do Sistema.

Do ponto de vista dos elementos regulatórios, os estudos tem tratado do SINAES como um mecanismo complexo, sobretudo em função dos diversos dispositivos que interferem no movimento de governança do sistema e que alteram a percepção dos elementos que estruturam o seu funcionamento. O trabalho de Francisco (2017) e de Queiroz (2014) apresentam boas definições a respeito destes elementos e apresentam a regulação com um movimento integrado com o sistema de gestão da IES, mas destacam que é fundamental que o movimento regulatório seja compreendido com o objetivo de promover a flexibilidade ideal para o modelo de gestão da IES.

Um ponto que destaca-se, relativo aos desdobramentos do SINAES na perspectiva de avaliação, está no fato de que o sistema oferece condições para que as IES possam trabalhar as perspectivas do sistema em seu modelo de governança. Da auto avaliação, até o ENADE, vários momentos e movimento do Sistema oferecem elementos que podem ser estratégicos na condução dos projetos institucionais de uma IES, independente de sua modalidade. Mesmo que controverso, o ENADE oferece condições para compreender a integração de um Projeto Pedagógico com uma determinada Diretriz Curricular. Isso contribui com o desenvolvimento de uma série de ações acadêmicas e administrativas que abarcam todos os envolvidos com o processo formativo em um curso de graduação, sobretudo com os estudantes. O ENADE é, portanto, um dos elementos intervenientes da relação entre o SINAES e a governança de uma IES, mas não o único.

Outro que pode ser destacado é o movimento relacionado com a avaliação externa, mais especificamente em função da utilização dos instrumentos de avaliação do INEP, que orientam os atos regulatórios, como fontes norteadoras para ações de governança institucional. Os instrumentos, seus critérios de análises, e *insights* provenientes de sua aplicação geram, pelo menos desde 2017, oportunidades para que as IES tenham condições de operar seus projetos e sua estratégia. É uma ação que tem condição de promover um portfólio de oportunidades as IES que utilizam estes materiais de forma correta, sobretudo quando identificam-se as questões relacionadas com as “ações inovadoras ou exitosas” previstas nestes documentos.

Além destes, outro desdobramento que pode ser evidenciado como elemento que interfere na relação entre o SINAES e a governança institucional é aquele relacionado com a própria regulação. O SINAES exacerbou um movimento que é histórico na educação superior brasileira, na medida em que promoveu a governança baseada no estudo detalhado dos atos regulatórios e normativos, tornando-os parte importante da estratégia institucional. Portarias, notas técnicas, decretos e outros elementos legislativos oferecem a condição para que as IES pudessem implementar ações de *compliance*, observando premissas essenciais para o seu funcionamento de forma responsável. Pelo menos desde 2004, é o que se percebe no ecossistema institucional do ensino superior brasileiro, independente do modelo institucional ou de sua autonomia.

Ademais destes, talvez um dos grandes desafios proporcionados pelo SINAES estão relacionados ao próprio processo de auto avaliação institucional. Considerando uma das grandes inovações do processo; aproveitando uma experiência do PAIUB proposta ainda na década de 1990; este foi um elemento bastante discutido até o ano de 2008, quando surgem o que se denominou de indicadores de qualidade que foram propostos pela Portaria Normativa No. 40, de 13 de dezembro de 2007. Com o surgimento do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC), o que se viu foi um esvaziamento da auto avaliação e, por consequência, da Comissão Própria de Avaliação em detrimento do ENADE e dos indicadores provenientes deste exame, já que eles tinham impacto na regulação institucional. A partir daí, o que se viu foi um movimento de (re) construção das atividades da CPA, responsáveis não só por acompanhar o projeto da CPA, mas também por subsidiar a governança da IES com ações institucionais relacionadas com a regulação e, sobretudo, com o ENADE.

Nesse sentido, é possível perceber por meio deste breve relato, que o SINAES foi um fator interveniente da regulação e da avaliação institucional no ensino superior brasileiro desde 2004, contudo os diversos desdobramentos do Sistema promoveram distintos impactos nos projetos institucionais de uma IES, o que tornou extremamente complexo o movimento de utilização dos dados provenientes deste processo: A avaliação institucional.

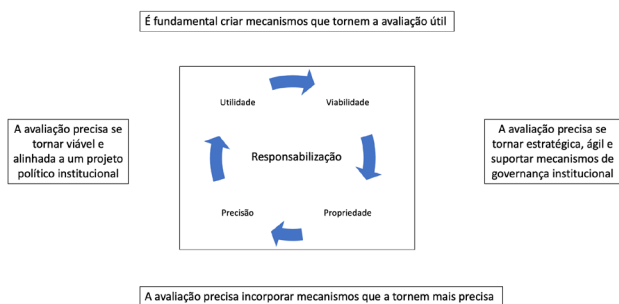
3 DESAFIOS, OPORTUNIDADES E CONTRIBUIÇÕES ESTRATÉGICAS: O MOVIMENTO DO RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Ao longo do histórico do SINAES, sobretudo no movimento estabelecido desde 2004, o que se percebe é um conjunto de elementos que estruturaram a percepção do ecossistema do ensino superior brasileiro sobre a avaliação

institucional. Como é um tema recente, a avaliação carece, portanto, de um aproveitamento teórico-metodológico que possa contribuir para que seja possível desenvolver uma plataforma adequada que possa fomentar a melhoria do sistema. Um dos trabalhos que pode contribuir com essa reflexão é o de Serpa Pinto (2015), especificamente na medida em que surge para o debate o que se denominou de meta-avaliação, considerando-a um elemento essencial para compreender a dinâmica e os resultados do processo avaliativo. Para ele, a meta-avaliação é uma prática que tem a condição de descortinar elementos que tenham condições de promover a avaliação, aprimorar os resultados e, sobretudo, legitimar a sua prática.

Nesse sentido, como fruto deste ensaio teórico que não tem a pretensão de esgotar o tema, emergem desafios, oportunidades e contribuições estratégicas que podem fomentar a avaliação como um mecanismo de governança institucional. Por este fator, é fundamental considerar a meta-avaliação como uma forma de (re) pensar o processo e compreender as formas pelas quais a avaliação poderá ser considerada elemento estratégico para as IES. Dessa forma, para tratar da prática de maneira coerente com os desafios enfrentados pelo SINAES no atual contexto, importa identificar o movimento estabelecido na **Figura 1**, a seguir, que foi adaptada a partir do modelo do *Joint Committee on Standards Educational Evaluation* (JCSEE). Os padrões de viabilidade, propriedade, precisão e utilidade, e no centro do processo a responsabilização.

Figura 1: Padrões para compreender a meta-avaliação



Fonte: Adaptado e traduzido de JCSEE (2019).

Para compreender melhor o modelo, o **Quadro 1** estruturado por Zimmerman (2021), a seguir, apresenta o detalhamento do modelo do JCSEE que contribui para a compreensão dos desafios, das oportunidades e das contribuições estratégicas que podem emergir da utilização dos resultados da avaliação:

Quadro 1: Modelo do JCSEE

Meta-avaliação	
<p>O padrão de UTILIDADE tem o intuito de aumentar o valor dos processos e produtos na visão das partes interessadas do programa</p>	<p>U1 Credibilidade do Avaliador: As avaliações devem ser conduzidas por pessoas qualificadas que estabelecem e mantêm credibilidade no contexto de avaliação.</p> <p>U2 Atenção às avaliações das partes interessadas: Deve dedicar atenção a toda a gama de indivíduos e grupos investidos no programa e afetados por sua avaliação.</p> <p>U3 Propósitos negociados: Os propósitos da avaliação devem ser identificados e continuamente negociados com base nas necessidades das partes interessadas.</p> <p>U4 Valores Explícitos: As avaliações devem esclarecer e especificar os valores individuais e culturais que sustentam os propósitos, processos e julgamentos.</p> <p>U5 Informações relevantes: As informações da avaliação devem atender às necessidades identificadas e emergentes das partes interessadas.</p> <p>U6 Processos e Avaliações de Produtos Significativos: devem construir atividades, descrições e julgamentos de maneiras que incentivem os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos.</p> <p>U7 Comunicação e relatórios oportunos e apropriados: As avaliações devem atender às necessidades de informações contínuas de seus múltiplos públicos.</p> <p>U8 Preocupação com as consequências e as avaliações de influência devem promover o uso responsável e adaptativo, ao mesmo tempo que se protege contra consequências negativas não intencionais e uso indevido.</p>
<p>Os padrões de VIABILIDADE têm como objetivo aumentar a eficácia e eficiência da avaliação.</p>	<p>F1 As avaliações de gerenciamento de projetos devem usar estratégias eficazes de gerenciamento de projetos.</p> <p>F2 Procedimentos Práticos: Os procedimentos de avaliação devem ser práticos e adequados à forma como o programa opera.</p> <p>F3 As avaliações de viabilidade contextual devem reconhecer, monitorar e equilibrar os interesses e necessidades culturais e políticas de indivíduos e grupos.</p> <p>F4 As avaliações de uso de recursos devem usar os recursos de maneira eficaz e eficiente.</p>

<p>Os padrões de PROPRIEDADE apoiam o que é adequado, legal, correto e justo nas avaliações.</p>	<p>P1 As avaliações de orientação responsiva e inclusiva devem atender às partes interessadas e suas comunidades.</p> <p>P2 Acordos formais: Os acordos de avaliação devem ser negociados para tornar as obrigações explícitas e levar em consideração as necessidades, expectativas e contextos culturais dos clientes e outras partes interessadas.</p> <p>P3 Direitos humanos e avaliações de respeito devem ser elaboradas e conduzidas para proteger os direitos humanos e legais e manter a dignidade dos participantes e outras partes interessadas.</p> <p>P4 Clareza e Justiça: As avaliações devem ser compreensíveis e justas ao abordar as necessidades e propósitos das partes interessadas.</p> <p>P5 Transparência e Avaliações de Divulgação devem fornecer descrições completas das descobertas, limitações e conclusões para todas as partes interessadas, a menos que isso viole as obrigações legais e de propriedade.</p> <p>P6 Conflitos de interesses: As avaliações devem identificar e tratar abertamente e honestamente os conflitos de interesses reais ou percebidos que possam comprometer a avaliação.</p> <p>P7 As avaliações de responsabilidade fiscal devem levar em conta todos os recursos gastos e cumprir procedimentos e processos fiscais sólidos.</p>	<p>Os padrões da RESPONSABILIZAÇÃO da avaliação incentivam a documentação adequada das avaliações e uma perspectiva meta-avaliadora focada na melhoria e prestação de contas dos processos e produtos de avaliação.</p>	<p>E1 Documentação da avaliação: As avaliações devem documentar completamente seus objetivos negociados e os projetos, procedimentos, dados e resultados implementados.</p> <p>E2 Avaliação interna de meta-avaliação: Os avaliadores devem usar estes e outros padrões aplicáveis para examinar a responsabilidade do desenho da avaliação, procedimentos empregados, informações coletadas e resultados.</p> <p>E3 Os patrocinadores, clientes, avaliadores e outras partes interessadas no programa de meta-avaliação externa devem incentivar a realização de meta-avaliações externas usando esses e outros padrões aplicáveis.</p>
<p>Os padrões de PRECISÃO visam aumentar a confiabilidade e a veracidade das representações, proposições e descobertas da avaliação, especialmente aquelas que apoiam interpretações e julgamentos sobre a qualidade.</p>	<p>A1 Conclusões e decisões justificadas. As conclusões e decisões da avaliação devem ser explicitamente justificadas nas culturas e contextos em que têm consequências.</p> <p>A2 Informações válidas. As informações de avaliação devem servir aos propósitos pretendidos e apoiar interpretações válidas.</p> <p>A3 Os procedimentos de avaliação de informações confiáveis devem fornecer informações suficientemente confiáveis e consistentes para os usos pretendidos.</p> <p>A4 Descrições explícitas do programa e do contexto. As avaliações devem documentar os programas e seus contextos com detalhes e escopo adequados para os fins da avaliação.</p> <p>A5 As avaliações de gerenciamento de informações devem empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento de informações.</p> <p>A6 Projetos e análises sólidos. As avaliações devem empregar projetos e análises tecnicamente adequados, adequados para os fins da avaliação.</p> <p>A7 Raciocínio explícito da avaliação. O raciocínio da avaliação deve levar informações e análises a descobertas, interpretações, conclusões e julgamentos de forma clara e completamente documentada.</p> <p>A8 Comunicação e relatórios. As comunicações da avaliação devem ter escopo adequado e proteger-se de conceitos errôneos, preconceitos, distorções e erros.</p>	<p>Fonte: Zimmerman (2021, p. 38)</p>	
<p>A partir das orientações do modelo, portanto, é possível pensar em desafios, contribuições e estratégias para a utilização dos resultados da avaliação a partir da prática da meta-avaliação. Com base em um dos roteiros estabelecidos por Zimmermann (2021), considerando a proposta do JCSEE, percebe-se que a aplicação dos movimentos propostos no instrumento orienta o avaliador e o avaliado, no que se refere a importância e a contribuição da avaliação como um instrumento de gestão institucional.</p>			
<p>Do ponto de vista dos desafios, o que se percebe é que existe uma perspectiva essencial quando aos resultados e a avaliação, portanto, deverá se atentar para toda a estrutura do modelo. Do ponto de vista da utilidade, os desafios parecem estar calcados, mais especificamente, na promoção de “informações relevantes”, nos “propósitos negociados”, na “comunicação e relatórios oportunos e apropriados” e na “preocupação com as consequências” No que se refere à promoção de informações relevantes, os desafios se apontam no sentido da CPA proporcionar uma linguagem que tornem os resultados da avaliação inteligíveis aos usuários, permitindo a compreensão, a apropriação, e o usufruto dos resultados a partir dos propósitos de cada envolvido. Ao considerar a linguagem, essa parece ser um dos grandes desafios da CPA em torno do processo, sobretudo pela quantidade de dados gerados pela avaliação e pelos diferentes interesses dos stakeholders envolvidos no processo.</p>			
<p>Na perspectiva dos propósitos negociados, parece emergir um desafio relacionado a sensibilização para o processo, na medida em que surgem importantes elementos que requerem da CPA a capacidade de dialogar com os diferentes usuários da prática e dos resultados da avaliação. Há, ainda o desafio da comunicação e relatórios apropriados e com a preocupação com as consequências, o que na perspectiva da utilidade requer da CPA a necessidade de que se ancore em um projeto construído de maneira coletiva, participativa e democrática, com a avaliação eivada de vontade político-institucional para que ocorra.</p>			

Do ponto de vista da viabilidade, os desafios para a CPA parecem estar relacionados com o desenvolvimento de procedimentos práticos que fazem com que as avaliações se adaptem ao contexto para o qual ela se aplica, indicando a necessidade de adaptar os instrumentos e as metodologias. Isso faz com que a CPA se preocupe com o custo do processo, com a operacionalização do processo e com práticas que sejam acessíveis aos diversos usuários do processo avaliativo. Já no que se refere a propriedade, ao analisar o modelo do JCSEE, identifica-se que a avaliação deverá ser responsiva para atender integralmente as partes interessadas. Os maiores desafios nessa dimensão parecem estar nas possibilidades de conflito de interesses e nos acordos formais que deverão ser feitos, sobretudo na transparência e nas divulgações, já que os dados promovidos pela CPA possuem significados distintos, polissêmicos e cujos interesses parecem ser “sazonais”, a depender da prática e da metodologia aplicada ao processo.

Quanto a precisão, a outra dimensão do modelo, os desafios parecem estar na elaboração das conclusões justificadas, que permitem com que a CPA tenha condições de encaminhar proposições que possam encontrar necessidades preditivas, já que a CPA reúne essa condição em função da quantidade de dados que ela domina. Nesse sentido, a produção de informações validas e a comunicação dos relatórios parecem ser também pontos críticos que exigem da CPA uma condução estratégica e conceitual que permitam com que a Comissão possa criar uma plataforma que seja coerente com a prática, considerando as necessidades dos stakeholders que se envolvem com o processo. Uma avaliação precisa, portanto, tem a condição de fomentar a vontade política necessária para o desenvolvimento de práticas que se voltam a utilização dos resultados do processo. Por fim, na perspectiva dos desafios, a responsabilização parece indicar a necessidade do desenvolvimento constante da prática da meta-avaliação, principalmente pelo fato de que é por meio dela que é possível compreender as funções e as funcionalidades do processo e da prática da avaliação.

Já na perspectiva das contribuições, a meta-avaliação pode contribuir com a utilização dos resultados das avaliações na perspectiva que promove a condição técnica para a CPA e para os dirigentes do processo avaliativo, na medida em que induz a possibilidade de um diálogo constante e proativo com a prática e com os resultados do processo avaliativo. A partir da prática, identifica-se que a meta-avaliação tem a condição de orientar os participantes do processo avaliativo para que consuma os seus resultados, tornando, portanto, a avaliação como um instrumento de governança institucional, inserindo todos os envolvidos na discussão estratégica da IES no movimento de discussão, utilização, revisão, implementação e avaliação da própria avaliação. Isso cria uma cultura para a utilização dos resultados, para a análise crítica dos resultados e, principalmente, para o que se pode chamar de profissionalização da prática da avaliação. Isso pode tornar a

avaliação como um elemento integrado a uma política de gestão, diretamente vinculada a um desafio estratégico do processo que é torná-la um instrumento de governança institucional, que podem fomentar uma discussão importante sobre práticas de governança que podem contribuir com a gestão do PDI, dos PPCs e dos demais projetos institucionais que orientam os objetivos institucionais. A avaliação pode, portanto, tornar-se um movimento integrado com a estratégia institucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notadamente reconhecido como um dos grandes desafios da avaliação institucional, o uso dos resultados parece ser ainda um grande desafio que se apresenta para todos aqueles que usufruem da prática e do processo avaliativo, independente do espaço que ocupam no ecossistema do ensino superior. Embora o SINAES esteja entrando em uma fase de maturidade, o que se percebe é que após quase 20 anos falar a respeito da avaliação, dos usos dos resultados, parece ser um movimento que demanda uma discussão mais aprofundada, especialmente por se tratar de um tema que impacta diretamente o escopo estratégico de qualquer IES brasileira. As CPAs, nesse sentido, precisam se debruçar sobre pontos específicos deste tema, no sentido e criarem alternativas para fazer com que a avaliação possa, de fato, se constituir em uma política institucional de gestão.

A partir da reflexão proposta neste ensaio teórico, alguns desafios são descortinados com o objetivo de ampliar o debate sobre a avaliação institucional e seus desafios. Um deles, o uso dos resultados, parece estar atrelado ao segundo, que é o da própria meta-avaliação. Em consonância, ambos têm a condição de minimizar a “miopia” que pode existir na relação entre a prática e o processo avaliativo, pois só a imersão da CPA nos dados não promove aquilo que só a utilização correta dos dados, e o fenômeno da meta-avaliação, podem proporcionar: **vontade política.**

À guisa de conclusão, este ensaio não tem, a pretensão de esgotar o tema, mas de ampliar o debate sobre a utilização dos dados de um processo avaliativo. Por mais que as CPAs se debruçam em alternativas para ampliar o acesso aos resultados do processo, sem a meta-avaliação não é possível comprovar se os dados estão, de fato, se constituindo como relevantes. Portanto, somente com a “avaliação da avaliação” é possível considerar a relevância, a aplicação e a condição de promover transformações no ecossistema institucional que só a avaliação institucional é capaz de promover. Como forma de forma de compreender a visão dos usuários sobre a prática e o processo avaliativo, os itens do instrumento do JCSEE parecem ser um bom indicativo para a criação de oportunidades que permitam ampliar a percepção

sobre os processos e sobre os resultados da avaliação.

Não obstante, a importância da meta-avaliação reside no fato de que as avaliações realizadas pelas agências reguladoras, como o Ministério da Educação, não são suficientes para fornecer uma visão completa sobre a qualidade de uma instituição. A meta-avaliação permite avaliar a qualidade dos processos de avaliação e garantir que as informações fornecidas pelas agências reguladoras sejam precisas e confiáveis.

Além disso, a meta-avaliação pode ajudar a identificar lacunas nas áreas de avaliação e fornecer recomendações para o aprimoramento das práticas avaliativas. Por exemplo, se a meta-avaliação revela que uma agência reguladora tem uma metodologia deficiente para avaliar a qualidade da pesquisa científica em uma instituição de ensino superior, as recomendações podem incluir a inclusão de especialistas em áreas específicas de pesquisa para ajudar na avaliação. Outra vantagem da meta-avaliação é que ela pode ajudar a promover a transparência e a prestação de contas das instituições de ensino superior. Através da meta-avaliação, as instituições podem avaliar a efetividade de suas próprias práticas de avaliação interna e fornecer informações mais precisas e completas sobre sua qualidade e desempenho.

Conclui-se, com base no exposto pelos instrumentos e pela prática da meta-avaliação, que não é possível saber qual é a melhor forma de utilizar os resultados de um processo avaliativo, sem que se questione o próprio usuário destes resultados e sem que haja vontade político-institucional para isso. Eis o desafio.

Referências

ALHAMAD, Bassam Mohamed; ALADWAN, Rama. Balancing centralization and decentralization management at University of Bahrain. **Quality Assurance in Education**, 2019.

ALTAKHAINEH, A. R.; ZABIN, A. Foreign Language Processing of English Regular and Irregular Past Tense Verbs by Arabic-Speaking EFL Children. **Psycholinguistics**, v. 32, n. 2, 2021. Disponível em: <http://ephshair.phdpu.edu.ua/bitstream/handle/89898989/6953/Psycholinguistics%202022.32%282%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

AMORIM, Gabriel Brito; FINARDI, Kyria Rebeca. Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 614-632, 2017.

BONISENHA, Carla Nardi; D'ANGELO, Marcia Juliana. O papel da cultura organizacional no desempenho operacional de uma instituição de ensino superior à luz dos indicadores de qualidade SINAES. **BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 15, n. 4, p. 307-327, 2018.

BRASIL. **Lei Nº. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Estabelece o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Casa Civil. Brasília, 2004.

_____. **Lei Nº. 9.394, de 25 de novembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Casa Civil. Brasília, 1996.

_____. **Portaria Normativa Nº. 40, de 13 de dezembro de 2017**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e outras disposições. Casa Civil. Brasília, 2017.

CALIARI, Ketter Valeria Zuchi; ZILBER, Moisés Ary; PEREZ, Gilberto. Tecnologias da informação e comunicação como inovação no ensino superior presencial: uma análise das variáveis que influenciam na sua adoção. **REGE-Revista de Gestão**, v. 24, n. 3, p. 247-255, 2017.

CAMPANI, Adriana; DA SILVA, Rejane Maria Gomes; SILVA, Maria do Socorro; SOUSA E. Inovação curricular no ensino superior: desafios e possibilidades. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 23, n. 1, p. 785-797, 2019.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Diagnóstico institucional da Universidade Federal da Paraíba a partir da análise swot. **Revista Meta: Avaliação**, v. 11, n. 33, p. 694-718, 2019.

CHRISTENSEN, Clayton M.; EYRING, Henry J. **The innovative university**: Changing the DNA of higher education from the inside out. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2011.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino. O desdobramento do PROIES em uma Universidade Comunitária: uma teoria fundamentada na Grounded Theory. 399 fls. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FRANKLIN, Luiza Amália; ZUIN, Débora Carneiro; EMMENDOERFER, Magnus. Processo de internacionalização do ensino superior e

mobilidade acadêmica: implicações para a gestão universitária no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 4, n. 1, p. 130-151, 2018.

GAETA, Cecília Damas. O permanente ciclo da inovação curricular no ensino superior. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 3, p. 1197-1213, 2020.

GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; SOUZA, Saulo Rodrigo Alves de. Avaliação da educação superior no Brasil. **Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 9, n. 18, p. 1-18, 2020.

HARRES, João Batista Siqueira *et al.* Laboratórios de Ensino: inovação curricular na formação de professores de ciências. **Santo André: ESETec**, v. 1, p. 99, 2005.

JCSEE - JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. **The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users: a guide for evaluators and evaluation users**. 3rd. ed. Thousands Oaks, CA: Sage, 2011.

KHELIFI, Adel *et al.* A proposal for a national frame of reference for the accreditation of engineering programs in Tunisia. **Quality Assurance in Education**, 2020.

KOMOTAR, Maruša Hauptman. Discourses on quality and quality assurance in higher education from the perspective of global university rankings. **Quality Assurance in Education**, 2021.

LEAL, Fernanda Geremias; MORAES, Mário Cesar Barreto. Decolonialidade como epistemologia para o campo teórico da internacionalização da educação superior. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas= Education Policy Analysis Archives**, v. 26, n. 1, p. 97, 2018.

_____.; STALLIVIERI, Luciane; MORAES, Mário César Barreto. Indicadores de internacionalização: o que os Rankings Acadêmicos medem?. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 4, n. 1, p. 52-73, 2018.

MASETTO, Marcos T. **Trilhas abertas na universidade: inovação curricular, práticas pedagógicas e formação de professores**. [S. l.]: Summus Editorial, 2018.

_____. Inovação curricular no ensino superior. **Revista e-curriculum**, v. 7, n. 2, 2011.

MIRANDA, Ana Lucia Brenner Barreto *et al.* Inovação nas universidades: uma análise do novo marco legal. **Revista ENIAC Pesquisa**, v. 8, n. 1, p. 85-98, 2019.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; DUARTE, Michelle Matilde Semigueem Lima Trombini; PEREIRA, Isabel Cristina Auler. Planejamento e avaliação institucional: um indicador do instrumento de avaliação do SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 373-384, 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade *et al.* Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 483-492, 2011.

PEREIRA, Cleber Augusto; ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes. Remendo novo em roupa velha? SINAES* de maturidade ou de saturação do modelo de avaliação do ensino superior brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020.

PESSONI, Rosemeire AB. Internacionalização do ensino superior. **International Studies on Law and Education**, São Paulo, v. 28, p. 93-110, 2017.

PHAM, Huong Thi; NGUYEN, Cuong Huu. Academic staff quality and the role of quality assurance mechanisms: The Vietnamese case. **Quality in Higher Education**, v. 26, n. 3, p. 262-283, 2020.

QUEIROZ, Kelli Consuelo Almeida de Lima. Reconhecimento de Cursos de Graduação em Instituições Privadas no Marco do Sinaes: avaliação, regulação e acomodação. Tese (Doutorado em Educação) - Programa Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RIBEIRO, Wagner Leite; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Avaliação de cursos a partir do SINAES: uma análise para melhoria da qualidade na Universidade Federal da Paraíba. **Revista Educação em Questão**, v. 57, n. 53, p. e17064, 2019.

RYBINSKI, Krzysztof. Are rankings and accreditation related? Examining the dynamics of higher education in Poland. **Quality Assurance in Education**, 2020.

SALTO, Dante J. Beyond national regulation in higher education? Revisiting regulation and understanding organisational responses to foreign accreditation of management education programmes. **Quality in Higher Education**, p. 1-16, 2021.

SERAFIM, Milena Pavan; ARRUDA LEITE, Juliana Pires de. O papel das Universidades no alcance dos ODS no cenário do "pós"-pandemia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 26, n. 2, 2021.

SERPA PINTO, Rodrigo. Meta-avaliação: uma década do processo de avaliação institucional do SINAES. 209 f. 2015. Tese (Doutorado

em Administração) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

STAUB, Donald. 'Another accreditation? what's the point?' effective planning and implementation for specialised accreditation. **Quality in Higher Education**, v. 25, n. 2, p. 171-190, 2019.

TURCHI, Lenita Maria Organizadora; MORAIS, José Mauro de Organizador. **Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ações**. [S. l. : s. n.], 2017.

VALE, Mário; CACHINHO, Herculano; MORGADO SOUSA, Paulo. **A internacionalização do Ensino Superior português no âmbito do Erasmus: 2014-2016**. [S. l. : s. n.], 2018.

VIEIRA, Kelmara Mendes; KREUTZ, Rafael Rudolfo; COSTA, Flavio Naccheri Vilar. Conhecer, acreditar e participar? A avaliação institucional na percepção dos discentes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, p. 615-636, 2019.

ZANDAVALLI, Carla Busato. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 14, p. 385-438, 2009.

ZIMMERMANN, Melissa Maria de Souza. **Avaliação institucional: proposta de instrumento de meta-avaliação para a avaliação interna de IES**. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

Diferença de atributos de atratividade entre instituições de ensino superior de cidades de diferentes portes

*Luisa Ribeiro Varela **Aridelmo Teixeira ***Octavio Locatelli

Informações do artigo

Recebido em: 04/10/2019

Aprovado em: 07/11/2023

Palavras-chave:

Instituição de Ensino Superior. Fatores de atratividade de alunos. Porte da cidade.

Keywords:

Institution of Higher Education. Factors of attractiveness of students. Size of the city.

Autores:

*Mestre em Administração de Empresas pela FUCAPE Business School
luisavarella@hotmail.com

**Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP)
aridelmo@fucape.br

***Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela FUCAPE Business School
octaviolocatelli@fucape.br

Como citar este artigo:

VARELLA, Luisa Ribeiro; TEIXEIRA, Aridelmo; LOCATELLI, Octavio. Diferença de atributos de atratividade entre instituições de ensino superior de cidades de diferentes portes. **Competência**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, dez. 2023.

Resumo

Buscando aumentar a atração e a manutenção dos alunos nos cursos de graduação, as Instituições de Ensino Superior (IES) estão cada vez mais interessadas em conhecer os fatores que impactam o processo de escolha do aluno e desenvolver ações mais assertivas. Além disso, as diferentes características entre as cidades de pequeno e grande porte podem significar também diferentes hábitos entre os consumidores. Para tanto, foi desenvolvida esta pesquisa com o objetivo de identificar diferenças nos fatores de atratividade que distinguem o comportamento dos alunos de IES localizadas em cidade de grande e pequeno porte. Realizou-se uma pesquisa quantitativa com alunos ingressantes em uma IES localizada em cidade de pequeno porte (Muriaé/MG) e de grande porte (Belo Horizonte/MG). Os resultados apurados indicam que dentre as quatro dimensões comparadas, os alunos da IES localizada na cidade de pequeno porte se mostraram mais atraídos por três dimensões de atributos: Atributos da IES, do Curso e de Mercado de Trabalho. Os alunos da cidade de grande porte se apresentaram mais atraídos pela dimensão relacionada a Motivos Pessoais. Dessa forma, identificar diferenças nos fatores de atratividade de alunos permitirá às IES direcionar esforços e recursos nos fatores relevantes, considerando o ponto de vista dos alunos.

Abstract

Higher Education Institutions (HEIs) are increasingly interested in knowing the factors that affect the students' selection process and develop more assertive actions. In addition, the different characteristics between small and large cities can also mean different habits among consumers. Therefore, this research was developed with the objective of identifying differences in the attractiveness factors that distinguish the behavior of students from HEIs located in large and small cities. A quantitative research was carried out with incoming students at an HEI located in a small city (Muriaé / MG) and in a large city (Belo Horizonte / MG). The results show that among the four dimensions compared, the IES students located in the small city were more attracted by three dimensions of attributes: HEI Attributes, Course and Labor Market. The students of the large city were more attracted by the dimension related to Personal Motives. Thus, identifying differences in students' attractiveness factors will allow HEIs to direct efforts and resources in the relevant factors, considering the students' point of view.

1 INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira tem crescido nos últimos anos, paralelamente com a interiorização do ensino superior pelo país (PERFEITO *et al.*, 2004; MONDINI *et al.*, 2014). Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, 1996), pode-se verificar um crescimento no número de instituições de educação superior (IES) no Brasil, principalmente no setor privado. Dentre as razões que justificam o aumento expressivo de matrículas pode-se citar a demanda reprimida (COBRA; BRAGA, 2004), o incentivo dos programas governamentais como FIES e PROUNI (APPIO TIBOLA *et al.*, 2012) e o aumento do número de IES em cidades de médio e de pequeno porte (MONDINI *et al.*, 2014). A partir de 2007, o mercado inicia a sua consolidação, com grandes grupos nacionais e internacionais passando a investir e a transacionar ações na BM&FBovespa (HOPER, 2015) e buscando fusões e aquisições, além da abertura de filiais em cidades de médio e de pequeno porte em todo território nacional (FORBES, 2015; HOPER, 2015).

Percebe-se que o acirramento da competição exige que as instituições de ensino superior (IES) privadas busquem vantagens competitivas que as diferenciem dos concorrentes para manutenção de seus estudantes (SEEMAN; O'HARA, 2006; MAINARDES; DOMINGUES, 2011), e, sobretudo, para influenciar a decisão de futuros alunos. A literatura de Marketing de Serviços aplicado à IES apontou que os principais fatores nesta decisão são: imagem e reputação, custos, localização, infraestrutura, bolsas e financiamentos, empregabilidade, tradição, indicadores de desempenho, inovação, influência de familiares e amigos, percepção de qualidade, entre outros (VIANA *et al.*, 2014; MAINARDES, 2007; PERFEITO *et al.*, 2004; DAVIES, 2002; MAINARDES; DOMINGUES, 2011; GELI DE CIURANA; LEAL FILHO, 2006; MAVONDO; TSARENKO; GABBOTT, 2004; CHIMHANZI; MORGAN, 2005; MONDINI *et al.*, 2014).

De fato, inúmeros fatores investigados impactam o processo de escolha da IES, mas a abertura de novas IES em cidades de pequeno porte oferece ao aluno a possibilidade de permanecer na sua cidade natal, contribuindo para que o fator localização da IES próxima a sua casa e/ou trabalho fosse determinante na escolha do aluno, por conta da economia de recursos e de aspectos sociais, como estar próximo da família e amigos. Por outro lado, ao abrir filiais em cidades de pequeno porte replicando estratégias de marketing utilizadas em cidades de grande porte, as IES podem estar desconsiderando características comportamentais específicas e importantes do público alvo como características sociais, culturais, comportamentais, psicológicas que influenciam o processo de escolha do serviço (KOTLER, 1998), desse modo, deixando de gerar benefícios para os stakeholders (MAINARDES; DOMINGUES, 2011).

Segmentos como o varejo e o financeiro já perceberam que existem diferenças importantes nos hábitos dos consumidores

entre as cidades de pequeno e grande porte, relacionadas a inadimplência (SEHN; CARLINI JUNIOR, 2008), utilização de crédito (SBICCA; FERNANDES, 2011), e ainda comportamento financeiro pessoal entre jovens (LÜCKE, 2015).

Diante das diferenças de comportamento do consumidor identificadas em cidades de portes diferentes e em diversos segmentos de mercado, o objetivo dessa pesquisa é identificar diferenças nos fatores de atratividade que distinguem o comportamento dos alunos de IES localizadas em uma cidade de pequeno porte e em outra IES localizada em cidade de grande porte.

Portanto, o presente estudo tem como principal problemática responder a seguinte pergunta: quais fatores de atratividade de alunos se diferenciam em IES localizadas em cidade de grande e de pequeno porte?

Este estudo busca contribuir com a ampliação e atualização do conhecimento no sentido de investigar se o porte da cidade onde a IES está instalada influencia sua atratividade. Além disso, estudos envolvendo o cenário educacional brasileiro também contribuem para o desenvolvimento acadêmico local.

Outra justificativa encontra lugar no campo gerencial, onde a presente pesquisa pode contribuir de forma prática com estratégias de marketing mais assertivas das IES privadas do Brasil, considerando a heterogeneidade dos grupos locais e suas especificidades. Ao identificar determinantes de atratividade de alunos considerando o porte da cidade, as IES particulares poderão adequar suas estratégias de marketing contribuindo para a atração e retenção de alunos (MAINARDES; DOMINGUES, 2011).

Para alcançar o objetivo de identificar diferenças nos fatores de atração de alunos em IES localizadas em cidades de pequeno e grande porte, foi realizada uma revisão da literatura na área de marketing de serviços, a aplicação dos conceitos de marketing de serviços na educação superior, atributos de atratividade, e por fim, estudos que abordam as diferenças entre públicos baseado no tamanho da cidade foram revisados. Os dados para a pesquisa são provenientes de uma *survey* - adaptação do questionário utilizado por Mainardes (2007) - aplicada a alunos de duas IES de Minas Gerais, uma localizada Muriaé (representando a cidade de pequeno porte) e outra localizada em Belo Horizonte (cidade de grande porte). Após a seção de revisão bibliográfica, inicia a seção de metodologia, seguida da análise dos dados coletados. Por fim, são expostas as conclusões, contribuições e limitações da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MARKETING NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Educação Superior no Brasil passou por muitas transformações e está caminhando para uma consolidação do mercado. Por isso, as instituições privadas passaram a enfrentar o mercado como qualquer outra empresa, exigindo maior profissionalização em busca de vantagens competitivas (MAINARDES, 2010). As instituições de ensino superior, que outrora, atuavam de forma passiva foram forçadas a tornarem-se ativas no uso das ferramentas de marketing educacional em prol de todos envolvidos no processo de atração e manutenção do aluno (MAINARDES; DOMINGUES, 2010; VIANA *et al.*, 2014; HOPER, 2015).

Esta nova postura surgiu em decorrência da comprovação de que estudantes apresentam uma tendência a fazerem suas escolhas como consumidores (ALONDERIENE; KLIMAVICIENE, 2013). A partir desta visão, o entendimento de que o processo decisório, relativo a escolha da universidade/faculdade ou o curso que se pretende frequentar, pode beneficiar sobremaneira os departamentos de admissão e de marketing das instituições de ensino (ALONDERIENE; KLIMAVICIENE, 2013).

A natureza intangível do serviço educacional torna difícil a avaliação dos méritos da escolha da instituição, o que aumenta o risco do estudante de fazer uma escolha inapropriada (MAZZAROL; SOUTAR; THEIN, 2001). Para reduzir esse risco, as instituições necessitam reafirmar a sua habilidade de promover um resultado positivo para o estudante. Os autores defendem a utilização de estratégias de marketing na educação superior, com uma visão que aborda a educação como um serviço comercializável, influenciada por fatores, como: aspectos da percepção institucional – imagem e reputação; e, aspectos relativos aos estudantes – perspectivas de emprego, cursos ofertados e oportunidades em pesquisas (MAZZAROL; SOUTAR; THEIN, 2001).

Segundo Faganel (2010), o emprego do marketing educacional auxilia na identificação das exigências dos clientes/alunos, porém, o marketing só será eficaz em instituições que unirem suas competências, objetivando agregar valor superior ao da concorrência. Quando Silva (2005) afirma que campanhas de marketing bem executadas reforçam os valores propostos e a imagem da instituição, complementa a afirmação de Faganel (2010), pois, entender os atributos valorizados pelos estudantes faz grande diferença em uma campanha de marketing. Adicionalmente, os diferenciais competitivos e os fatores de atratividade devem ser bem comunicados aos alunos, fazendo valer o conhecimento percebido.

Neste cenário, assim como as mudanças tiveram impactos

na relação acadêmica entre IES e aluno, reflexos também foram sentidos na gestão das IES, que passam a ser exigidas a buscar profissionalização na tomada de decisão estratégica (PERFEITO *et al.*, 2004; MAINARDES, 2007). Contudo, um ponto precisa ser cuidadosamente considerado, o aluno está cada vez mais ciente de seus direitos como cliente de uma instituição prestadora de serviços educacionais aumentando, assim, as exigências quanto à qualidade (FAGANEL, 2010).

Vrontis, Thrassou e Melanthiou (2007) corrobora Faganel (2010) e Silva (2005) afirmando que o marketing em uma instituição de ensino superior não significa mais explorar apenas as ferramentas de marketing, tais como publicidade e propaganda, mas sim adotar uma nova postura com ações abrangentes e integradas em todos os níveis da organização. Como consequência, o marketing perde o caráter de ferramenta e passa a acompanhar o planejamento estratégico da organização. O marketing educacional estratégico para as instituições de ensino superior evidenciado por Vrontis, Thrassou e Melanthiou (2007) reinterpreta os processos das IES com os olhos dos clientes/alunos, ou seja, com uma orientação voltada para o mercado, situação normalmente vivenciada pelo meio empresarial convencional e evidenciada nas IES brasileiras em função do momento de consolidação vivenciado.

As IES que focarem apenas na operacionalização de ações envolvendo publicidade e propaganda, podem ter dificuldades em construir vantagens realmente competitivas que perpassam aos aspectos acadêmicos e não acadêmicos valorizados pelos alunos (ABDULLAH, 2006). Ainda assim, para um melhor entendimento sobre práticas envolvendo o marketing de serviços em provedoras de ensino superior, faz-se necessário conhecer o contexto atual do mercado brasileiro.

2.1.1 CONTEXTO ATUAL DO MERCADO DE TRABALHO DAS IES NO BRASIL

Em 1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil presenciou uma abertura importante no setor educacional privado após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, 1996), que possibilitou o surgimento de novas instituições de ensino superior privadas no Brasil entre os anos de 2003 e 2013, um crescimento na ordem de 28,5% (INEP).

Este novo cenário gerou um acirramento da competitividade, exigindo uma maior profissionalização do segmento da educação superior. Por outro lado, uma demanda reprimida de alunos pôde ser atendida, classes sociais menos favorecidas tiveram acesso facilitado ao universo do ensino superior (MAINARDES, 2010). No mesmo período citado anteriormente (2003 a 2013), observou-se o crescimento do número de matrículas

na ordem de 85,5%, totalizando 5,16 milhões de alunos no ensino superior brasileiro (INEP, 2016).

Segundo a consultoria especializada em educação Hoper, o segmento de ensino superior privado apresentou em 2015 uma receita líquida de R\$49,3 bilhões, deste total, 44% são provenientes de 12 grandes grupos educacionais. A Forbes (2015) avaliou que este foi o ano da consolidação da educação superior brasileira.

A expansão do mercado de ensino superior aponta que os grupos investidores estão de olho nos grandes centros urbanos, mas também em cidades de pequeno porte (HOPER, 2015). Esse fato pode ser confirmado pelo movimento de aquisição de pequenas faculdades pelas grandes marcas. Há dez anos, as 20 maiores instituições detinham 14% do mercado, e hoje a participação das 12 maiores é de 44% do *market-share*. Recentemente, em 11 de julho de 2016, os dois principais players do mercado Kroton/Anhanguera e Estácio anunciaram nova fusão.

Além disso, os dados apontam que a demanda por ensino superior é crescente e o mercado ainda se movimentará para consolidação - diferentemente da avaliação feita pela Forbes (2015) - para tanto as prestadoras de serviços de educação superior precisam focar suas ações na captação de alunos em cidades de grande, médio e pequeno porte, no controle da evasão e na gestão do crédito e da inadimplência, importantes gargalos no setor atualmente.

Movimentos estratégicos do mercado demonstram que as IES particulares estão se articulando para ampliação do mercado, por meio de aquisições e/ou fusões e ainda abertura de novas unidades de ensino, inclusive em cidades de pequeno porte. Desse modo, as IES particulares buscam se manter no mercado utilizando de ferramentas importantes, dentre elas o marketing de serviços direcionado para o ensino superior (HOPER, 2015).

As mudanças ocorridas nas IES nas últimas décadas afetaram profundamente os aspectos relacionados a formação integrada do aluno, a evolução dos métodos de ensino, a incorporação da tecnologia, o compromisso com o ensino-aprendizagem, a infraestrutura e o ambiente da IES, tais itens correspondem ao padrão esperado de uma IES moderna e compromissada com o aluno (PERFEITO *et al.*, 2004).

Desta maneira, quando as IES procuram conhecer expectativas e fatores de atração valorizados pelos clientes, estão enxergando novos horizontes impostos pela complexidade do mercado em que estão inseridas, sendo necessário, para tanto, adotar uma postura mais criativa voltada para o cliente, ou seja, uma visão preconizada pelo Marketing de Serviços (PERFEITO *et al.*, 2004).

2.2 ATRIBUTOS DE ESCOLHA DE UMA IES

A revisão de literatura aponta que ferramentas de pesquisas para apurar os fatores de atratividade dos alunos no momento da escolha consideram as expectativas dos alunos como base. Diversos autores dirigiram esforços em seus estudos para entender o papel das expectativas no processo de escolha das IES como Mavondo, Tsarenko e Gabbott (2004), Mainardes (2007), Appleton-Knapp e Krentler (2006), Crisp *et al.* (2009), Mondini *et al.* (2014), Abdullah (2006), Suarman, Aziz e Yasin (2013), entre outros. Ao compreender indicadores de satisfação e/ou insatisfação do aluno a partir das expectativas construídas por ele e a realidade vivenciada, as IES podem gerenciar de modo mais eficaz suas estratégias de mercado para atrair e reter seus estudantes (MAINARDES, 2007).

Ao identificar que expectativas pré-concebidas afetam diretamente a escolha do futuro aluno, as IES podem utilizar desses fatores de atração para incrementar sua comunicação com o público alvo, bem como suas ações estratégicas que envolvem a prestação de serviço ao longo do curso, e assim satisfazer necessidades e expectativas dos alunos. Este ponto da discussão está apoiado nos conceitos do comportamento do consumidor e o modo como ele opera para selecionar e adquirir serviços de educação superior (VIANA *et al.*, 2014).

Os fatores de atratividade de alunos na década de 1970 envolviam aspectos acadêmicos, ampliação das oportunidades de emprego, baixo envolvimento entre aluno e professor e a conquista de um grau (LONG *et al.*, 1999). Nas duas últimas décadas, houve uma ampliação do entendimento sobre fatores de atratividade, tornando-os mais complexos e abrangentes (DAVIES, 2002), exigindo uma nova postura das IES diante dos desafios.

Ao identificar que o processo de atrair alunos passa por uma visão ampla, holística e integrada, as IES têm se esforçado para entender os fatores que mais atraem alunos e têm buscado construir uma imagem positiva junto ao público-alvo e assim manter-se por longo prazo (PALACIO; MENESES; PÉREZ, 2002). A atração de novos alunos é um fenômeno complexo, tal processo acontece em três fases distintas, segundo Eades e Daake (2011), predisposição, pesquisa e escolha. Os autores sugerem que o futuro aluno é influenciado por características pessoais, aspirações, opinião de parentes e amigos, bem como as características da própria IES - reputação acadêmica, indicadores de desempenho, taxas de aprovação e satisfação dos alunos (SEEMAN; O'HARA, 2006). O estudo de Sojkin, Bartkowiak e Skuza (2015) sugere que a tomada de decisão no que diz respeito ao ensino superior é multifacetada e longitudinal, uma vez que combina um conjunto de diferentes fatores em cada etapa do processo de tomada de decisão.

Dentre os fatores de atratividade que impactam a decisão de um aluno por uma ou outra IES estão cada vez mais relacionados a localização geográfica da IES (MING, 2010; BENEKE, 2011; SOJKIN; BARTKOWIAK; SKUZA, 2015; OBERMEIT, 2012). Tais pesquisas demonstraram que ao decidir estudar em uma IES próxima de casa ou trabalho, o aluno considera questões envolvendo conveniência e acessibilidade. O menor custo de deslocamento é fator que influencia a decisão, além disso, melhora as taxas de frequência e contribui para reduzir o abandono ao curso (MING, 2010). Outro ponto importante sobre a localização da IES considera o risco psicológico que o aluno se vê envolvido quando escolhe uma IES longe de casa, isso pode significar que o afastamento de amigos para estudar em cidade diferente pode ser interpretado como a escolha com alto grau de exigência e que pode ser extremamente desafiador para o aluno (BENEKE, 2011).

Por conta das dimensões continentais do Brasil, atender alunos consumidores de serviços de educação superior é desafiador para as IES. Para exemplificar, segundo os dados do IBGE (2015) com base nos dois últimos Censos de 2000 e 2010, demonstra que das 5.570 cidades brasileiras, apenas 304 municípios concentravam 56% da população brasileira. Tais informações levam os gestores de IES a investirem, de fato, onde há aglomerados de pessoas, mas a evolução dos fatores de atratividade leva às IES buscarem alternativas, investindo em cidades de pequeno porte e assim atendendo uma demanda crescente por educação superior (BENEKE, 2011).

Os atributos levantados por Mainardes (2007), que serviram de base para o presente trabalho, envolvem o universo de quatro dimensões de fatores, que são: 1) atributos que envolvem as características da IES; 2) atributos relacionados ao mercado de trabalho; 3) atributos ligados a motivos pessoais e 4) atributos do curso escolhido. Contudo, o autor não considerou o porte da cidade em que a IES está localizada como um fator de possível mudança no comportamento do consumidor, que representa um fator fundamental nesta pesquisa.

2.2.1 DIFERENÇAS ENTRE PÚBLICOS BASEADAS NO TAMANHO DA CIDADE

Consumidores com o mesmo perfil possuem comportamento de compra distinto, influenciados pelo tamanho da cidade. Algumas pesquisas acadêmicas e ainda algumas de entidades de classes aprofundaram o conhecimento sobre comportamento do consumidor no processo de escolha de compra de bens e serviços relacionados ao varejo, comportamento de inadimplência, percepção de imagem e estereótipos de cidades de diferentes portes e que podem gerar vantagens competitivas às empresas (SEHN; CARLINI JUNIOR, 2008; SEMESP, 2016; QUEZADO *et al.*, 2012; ACSP, 2016).

Quezado *et al.* (2012) pesquisaram sobre percepção de aglomeração de shopping em duas cidades, Sobral (CE), com população de 188.233 e Fortaleza (CE), com população de 2.425.185, sendo uma capital e uma no interior do estado com aspectos socioculturais diversos. As conclusões apontam que:

“[...] a cidade de interior, onde a aglomeração é tratada de forma positiva, a percepção de *crowding* foi menor e a satisfação de compra e de emoções positivas maiores. Na capital, onde os aspectos negativos da alta densidade são mais intensos houve maior percepção de *crowding*, menor satisfação de compra e mais emoções negativas (QUEZADO *et al.*, 2012, p. 222).

Sehn e Carlini Junior (2008), em outro artigo, observaram diferenças importantes no comportamento do consumidor em relação à inadimplência no sistema financeiro de habitação em um estudo realizado junto a mutuários da Caixa Econômica Federal. Os resultados conferem que na capital a inadimplência verificada foi de 19,27% e nas cidades de interior na ordem de 22,44%. Sendo os principais motivos das diferenças de comportamento do consumidor a prioridade no orçamento familiar dos mutuários de interior com outras instituições de saúde e educação, o maior índice de mutuários que não leram o contrato antes da assinatura nas cidades de interior e o maior índice de comprometimento de renda antes da assinatura no interior, mostrando maior dificuldades para pagar as prestações em dia.

O estudo de Lücke (2015) compara o comportamento financeiro entre jovens e adultos de uma cidade de pequeno porte. Dentre as conclusões encontradas indicam que a principal forma de pagamento utilizada pelos entrevistados, há uma predominância de pagamento em dinheiro, esse fato diverge dos dados das capitais onde a predominância é o pagamento em cartão de crédito e débito.

Após evidências de que existem diferenças no comportamento do consumidor que mora em cidades de grande e pequeno porte (ACSP, 2016; SEHN; CARLINI JUNIOR, 2008; QUEZADO *et al.*, 2012; SEMESP, 2016), este trabalho propõe ir além da identificação dos fatores de atratividade que já foram amplamente debatidos pela academia, mas busca identificar quais fatores se diferenciam no processo de escolha de IES localizadas em cidades de pequeno e grande porte, surgindo a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: Os fatores de atratividade de alunos de IES localizadas em cidades de grande porte são diferentes dos fatores de atração de alunos de IES localizadas em cidades de pequeno porte.

3 METODOLOGIA

A natureza desta pesquisa é quantitativa com dados primários coletados por meio de *survey*, com corte transversal (HAIR *et al.*, 2005). Assim, trata-se de uma investigação descritiva por expor características de determinada população ou fenômeno, composta por uma amostra intencional, isto é, dois grupos de alunos de IES diferentes acessíveis aos pesquisadores foram selecionados (SEVERINO, 2017).

A população da pesquisa é composta por 1262 alunos matriculados no primeiro semestre de um dos cursos da FAMINAS – Faculdade de Minas, ou seja, alunos que entraram há pouco tempo na IES, desse modo, os critérios de atração de escolha da IES estavam mais evidenciados na memória (APPLETON-KNAPP; KRENTLER, 2006). Deste grupo, 694 ingressantes da IES localizada na cidade de Muriaé (pequeno porte), dos quais 246 (35%) responderam o questionário. Na cidade de Belo Horizonte (grande porte), a faculdade teve 568 alunos ingressantes, com 359 respondentes (63%). Assim, a amostra da pesquisa representa 55% do total de alunos que se enquadram no perfil, totalizando 605 respostas ao questionário.

Para atender o objetivo de encontrar os fatores de atratividades de IES localizadas em cidades de pequeno e grande porte, foi adaptado o questionário elaborado por Mainardes (2007), que identificou 42 fatores de atração de alunos para o ensino superior que foram subdivididas nas quatro dimensões definidas no trabalho original (MAINARDES, 2007), são elas: Atributos da IES, Mercado de Trabalho, Motivos Pessoais e Atributos do Curso. O instrumento de pesquisa caracteriza-se por possuir perguntas fechadas (HAIR *et al.*, 2005), tendo utilizado a escala Likert de cinco pontos, onde 1 representa “baixa influência na escolha” e 5 “alta influência na escolha” de uma IES.

A FAMINAS – Faculdade de Minas foi escolhida por possuir dois campi, sendo um na cidade de Muriaé, uma cidade de 107.916 (IBGE, 2016) habitantes, com economia baseada no comércio local e em atividades rurais, considerada de pequeno porte, e o outro na capital Belo Horizonte, uma cidade com 2.513.451 habitantes (IBGE, 2016), considerada de grande porte. Portanto, enquadra-se dentro do critério de pesquisa exigido, que é possuir uma unidade em uma cidade de pequeno porte e outra unidade na capital do Estado, além de desenvolver toda sua política de comunicação e marketing de forma integrada e única para as duas unidades.

O critério adotado pelo IBGE para diferenciação do porte das cidades considera o número de habitantes, sendo que as cidades de pequeno porte são aquelas que possuem até 100 mil habitantes e tem sua economia baseada em comércio local e atividades rurais, já as cidades de médio porte possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes, e são centros econômicos regionais, acima

disso são consideradas cidades de grande porte. O questionário foi disponibilizado nos computadores dos laboratórios de informática das duas IES, em horários específicos, através da ferramenta “Google Docs”.

Para analisar os dados, duas técnicas foram empregadas. Primeiro foi realizado um teste de comparação de médias (teste-t para amostras independentes), e em seguida foi rodada uma regressão para avaliar o quanto cada fator impacta na percepção de atratividade por parte do aluno.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A pesquisa teve um total amostral de 605 alunos, sendo 359 (59%) da cidade de Belo Horizonte e 246 (41%) da cidade de Muriaé. Desse total, 65% eram do sexo feminino e 35% masculino. Tal distribuição de gênero é muito semelhante entre as cidades. Em Belo Horizonte 64% dos respondentes eram do gênero feminino, enquanto que em Muriaé as mulheres representaram 66%. A idade dos alunos respondentes concentra-se, majoritariamente, na faixa de 16 a 30 anos (87%). A caracterização das cidades por matrícula no Ensino Superior está na **Tabela 1**.

Tabela 1: Caracterização das Cidades

Cidade	Salário Médio (em salários mínimos)	População	Nº de matrículas no Ensino Superior	Nº de alunos matriculado na IES	Nº de Respostas
Belo Horizonte (MG)	3,6	2.513.451	216.489	568	359
Muriaé (MG)	1,9	107.916	4.297	694	246

Dados do IBGE (2016) e do INEP (2016).

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DA AMOSTRA

Para atender o objetivo desta pesquisa, os alunos respondentes dos dois campi, interior e capital, foram questionados quanto os fatores de atração relacionados ao curso e a IES, em 42 questões. Em relação às médias das cidades pesquisadas, a **Tabela 2** abaixo mostra as variáveis que envolvem os atributos de atratividade mais e menos valorizados pelos alunos da cidade de grande e de pequeno porte.

Tabela 2: Fatores de atratividade X Localização da IES

Belo Horizonte MG	
Variáveis com maior atratividade	Variáveis com menor atratividade
- Empregabilidade (M = 4,02)	- Acesso ao FIES (M = 2,30)
- Cursos oferecidos (M = 4,04)	- Ligação sentimental com a IES (M = 2,62)
- Curso de uma forma geral (M = 4,12)	- A17 Acesso ao Pronui (M = 2,78)
Muriaé MG	
Variáveis com maior atratividade	Variáveis com menor atratividade
- Compromisso da IES com o serviço educacional (M = 4,14)	- Acesso ao FIES (M = 2,17)
- Reputação do curso (M = 4,15)	- Valor da Mensalidade (M = 2,54)
- Cursos oferecidos (M = 4,16)	- Proximidade da casa do aluno (M = 2,54)

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.3 COMPARAÇÃO DAS MÉDIAS

Nesta etapa de comparação das médias, o objetivo é encontrar as diferenças nas avaliações dos fatores de atração entre os alunos que moram em Muriaé, cidade de pequeno porte, e os alunos que moram em Belo Horizonte, cidade de grande porte. As 42 questões foram subdivididas nas quatro dimensões definidas no trabalho original (MAINARDES, 2007), são elas: Atributos da IES, Mercado de Trabalho, Motivos Pessoais e Atributos do Curso.

O teste-t para amostras independentes foi o escolhido para avaliar se existe diferença na percepção de atratividade relativa a localização da IES, ou seja, o seu porte. Antes de analisar tais resultados, é importante destacar que o teste de Levene revelou a violação da homogeneidade da variância entre os grupos nas dimensões Atributos da IES (0,004), Mercado de Trabalho (0,007) e Atributos do Curso (0,027) foram significantes a valor-p menor que 0,05, ou seja, rejeita-se a hipótese nula de que as variâncias pudessem ser iguais.

Diante do exposto, a violação da suposição de homogeneidade das variâncias faz com que seja considerada a estatística indicada na linha variâncias iguais não-assumidas (ver Tabela 3). Logo, pode-se observar os valores do test-t na linha de variâncias iguais não assumidas para essas três dimensões Atributos da IES (-3,376), Mercado de Trabalho (-3,051) e Atributos do Curso (-2,517).

Tabela 3: Teste de Amostras Independentes

		Teste Levene		Teste-t					
		F	Sig.	T	df	Sig. (2ext)	Erro padrão de diferença	95% I.C. da diferença	
								Inferior	Superior
Atributos IES	Variâncias iguais assumidas	8,263	,004	-3,286	603	,001	,06033	-,31670	-,07974
	Variâncias iguais não assumidas			-3,376	571,516	,001	,05872	-,31354	-,08289
Mercado de trabalho	Variâncias iguais assumidas	7,249	,007	-2,975	603	,003	,06308	-,31152	-,06377
	Variâncias iguais não assumidas			-3,051	568,733	,002	,06151	-,30846	-,06683
Motivos pessoais	Variâncias iguais assumidas	,301	,584	2,925	603	,004	,06808	,06542	,33283
	Variâncias iguais não assumidas			2,911	518,018	,004	,06840	,06476	,33350
Atributos do Curso	Variâncias iguais assumidas	4,901	,027	-2,466	603	,014	,06474	-,28676	-,03248
	Variâncias iguais não assumidas			-2,517	562,178	,012	,06341	-,28416	-,03507

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na dimensão Motivos Pessoais, o teste de Levene não foi significativo, pois apresentou valor $p > 0,05$. Neste caso, o valor de 0,584. Ou seja, o resultado assume a hipótese nula de que as variâncias são iguais, sendo assim, trabalha-se com a estatística t cujo valor de 2,925 pode ser observado na linha de variâncias iguais assumidas.

Tabela 4: Comparação das Médias (teste-t)

Dimensões	Cidade	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média	Estatística t	Graus de Liberdade	Valor p
Atributos da IES	Belo Horizonte	359	3,48	0,77	0,04	-3,376	572	0,001
	Muriaé	246	3,67	0,67	0,04			
Mercado de Trabalho	Belo Horizonte	359	3,68	0,80	0,04	-3,051	569	0,002
	Muriaé	246	3,86	0,70	0,04			
Motivos Pessoais	Belo Horizonte	359	3,49	0,81	0,04	2,925	603	0,004
	Muriaé	246	3,29	0,83	0,05			
Atributos do Curso	Belo Horizonte	359	3,84	0,82	0,04	-2,517	562	0,012
	Muriaé	246	4,00	0,73	0,05			

Fonte: Elaborado pelos autores.

A dimensão atributos da IES indicam 19 fatores de atratividade que envolvem a IES de modo geral, tais como atendimento dos funcionários, infraestrutura, percepção de qualidade, preço, atmosfera e imagem da IES. Os alunos da unidade de Muriaé avaliaram melhor os itens relacionados aos atributos da IES (M=3,67; EP=0,04), em média, quando comparados com

os alunos de Belo Horizonte ($M=3,48$; $EP=0,04$). Tal diferença foi significativa $t(572) = -3,376$, $p < 0,05$, com um tamanho de efeito médio $r = 0,139$. Assim, existe evidência de que os alunos de Muriaé percebem os atributos da IES como mais atrativos em comparação com os alunos de Belo Horizonte.

A dimensão Mercado de Trabalho, envolve 9 variáveis de atratividade relacionadas à empregabilidade ligada ao ensino superior. Ao analisar os resultados, pode-se observar que, em média, os alunos da unidade de Muriaé avaliaram a dimensão mercado de trabalho com média superior ($M=3,86$; $EP=0,04$), quando comparado aos alunos da unidade de Belo Horizonte ($M=3,68$; $EP=0,04$). Essa diferença foi significativa $t(569) = -3,051$, $p < 0,05$, com um tamanho de efeito médio $r = 0,126$. Portanto, esses resultados evidenciam que os alunos de Muriaé percebem os atributos relacionados ao mercado de trabalho como mais atrativos em comparação aos alunos de Belo Horizonte.

Na dimensão Motivos Pessoais, foram condensados 7 itens relacionados aos atributos pessoais do aluno, tais como percepção de imagem da IES, influência de amigos/ familiares e proximidade da IES da casa ou trabalho. Já nesta dimensão, os alunos da unidade de Belo Horizonte avaliaram melhor os itens relacionados aos motivos pessoais ($M=3,49$; $EP=0,04$), em média, do que os alunos da unidade de Muriaé ($M=3,29$; $EP=0,05$). Essa diferença foi significativa $t(603) = 2,925$, $p < 0,05$, com um tamanho de efeito médio $r = 0,118$. Sendo assim, existe evidência de que os alunos de Belo Horizonte percebem os atributos relacionados aos motivos pessoais como sendo mais atrativos do que os alunos de Muriaé.

Na quarta e última dimensão denominada de Atributos do Curso, foram condensados 7 itens relacionadas ao corpo docente, satisfação e percepção de qualidade sobre o curso da IES. Nesta dimensão, a avaliação média também foi superior ($M=4,00$; $EP=0,05$) quando comparada aos alunos de Belo Horizonte ($M=3,84$; $EP=0,04$). A diferença foi significativa $t(562) = -2,517$, $p < 0,05$, com um tamanho de efeito médio $r = 0,105$. Portanto, os resultados apresentaram evidências de que os alunos de Muriaé percebem os atributos relacionados ao curso como mais atrativos do que os alunos de Belo Horizonte.

A avaliação de alunos que frequentam a unidade de Muriaé apresentou médias maiores em três dimensões: Atributos da IES, do Curso e de Mercado de Trabalho. E a cidade de Belo Horizonte apresentou média maior apenas na dimensão relacionada a Motivos Pessoais. Tais resultados indicam que a hipótese testada, ou seja, que os fatores de atração de alunos são diferentes em cidades de portes diferentes, está confirmada. Pode-se conjecturar que a razão para tal diferença de percepção seja relacionada ao fato de os alunos de Belo Horizonte viverem os dilemas das grandes cidades como mobilidade urbana, os custos envolvidos na mobilidade, além de terem mais opções na oferta

de IES e cursos à disposição, o que leva a crer que a localização e a influência de amigos e parentes são fatores de atratividade que de fato pesam mais no processo de escolha da IES.

Em contrapartida, os alunos da cidade de Muriaé têm menos opção de IES e Cursos para escolha, pesando na avaliação do aluno aspectos acadêmicos e não acadêmicos relacionados a IES e ao Curso a ser escolhido. Pode-se assumir que tais fatores podem ser determinantes, na visão do aluno, como amplificadores das ofertas no Mercado de Trabalho.

Diante desses resultados, pode-se dizer que os alunos de Muriaé se sentem mais atraídos pelos fatores relacionados aos Atributos da IES, ao Curso e ao Mercado de Trabalho. Esse resultado corrobora com a ideia de que o aluno do interior considera que o investimento de tempo e recursos financeiros em um curso superior amplie oportunidades de vida e carreira para ele. Já os alunos da cidade de grande porte, Belo Horizonte, são atraídos por fatores envolvendo Motivos Pessoais. Dentre esses motivos, a localização e a Imagem da IES, e a influência de amigos e familiares são relevantes na escolha da IES. A gama de oferta de IES e Cursos diferenciados em cidades de grande porte fazem com que o aluno afunile os atributos de atratividade direcionando seu processo de escolha.

Os resultados indicam a relevância dos atributos apresentados por Mainardes (2007) e apresentam diferenças relacionadas ao porte das cidades. Isso também corrobora as pesquisas de Ming (2010), Beneke (2011), Sojkin, Bartkowiak e Skuza (2015) e Obermeit (2012) ao mostrar que questões geográficas tem impacto na escolha dos alunos por uma IES. Beneke (2011), Sojkin, Bartkowiak e Skuza (2015) e Obermeit (2012) mostram ainda que fatores relacionados à imagem ou reputação da IES, e motivações pessoais, têm impacto na escolha dos alunos, o que também foi verificado nessa pesquisa.

Adicionalmente, as pesquisas de Sojkin, Bartkowiak e Skuza (2015) e Obermeit (2012) destacam aspectos financeiros que influenciam na escolha da IES, embora Obermeit (2012) mostre que essa influência seja menor dependendo do local da IES.

4.4 REGRESSÃO LINEAR

Na análise de regressão, três modelos preditivos foram ajustados aos dados, que posteriormente foram utilizados para analisar o nível de atratividade da instituição de ensino, como orientado por Field (2009). As variáveis que foram utilizadas como previsoras são as quatro dimensões - IES, Mercado de Trabalho, Motivos Pessoais, Curso, oriundas do trabalho de Mainardes (2007) e compõem o modelo A. Abaixo é apresentada a equação utilizada na regressão:

$$\text{Atratividade da IES} = \beta_0 + \beta_1 \text{IES} + \beta_2 \text{MERCADO DE TRABALHO} + \beta_3 \text{MOTIVOS PESSOAIS} + \beta_4 \text{CURSO} + e$$

(Equação 1)

Os outros dois modelos são uma variação da Equação 1. No modelo B foi incluída a variável *dummy* localidade (Belo horizonte =1 e Muriaé=0), com o propósito de verificar se existe diferença na percepção do aluno ocasionada pelo fato de frequentar o campus da capital. E, por último, o modelo C é composto pelas interações de cada dimensão com a localidade Belo Horizonte, com o objetivo de verificar como a variável localização interage com as quatro dimensões que predizem a atratividade.

Tabela 5: Regressão

Variáveis	Atratividade da IES		
	A	B	C
IES (I)	0.169*** (0.0256)	0.178*** (0.0255)	0.137*** (0.0423)
Mercado de Trabalho (II)	0.111*** (0.0268)	0.117*** (0.0266)	0.105** (0.0416)
Motivos Pessoais (III)	0.264*** (0.0180)	0.244*** (0.0187)	0.225*** (0.0274)
Curso (IV)	0.106*** (0.0234)	0.115*** (0.0234)	0.166*** (0.0366)
Belo Horizonte (V)		0.0766*** (0.0221)	
Interação I*V			0.0600 (0.0524)
Interação II*V			0.0209 (0.0536)
Interação III*V			0.0322 (0.0374)
Interação IV*V			-0.0809* (0.0464)
Constante	0.811*** (0.0560)	0.745*** (0.0587)	0.791*** (0.0558)
Observações	605	605	605
R-Quadrado	0.762	0.767	0.771

1. Erro padrão em parênteses

2. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Modelo A, as variáveis IES (= 0,169, p<0,01), Mercado

de Trabalho (=0,111, p<0,01), Motivos Pessoais (= 0,264, p<0,01) e Curso (= 0,106, p<0,01) foram significativas, o que demonstra uma influência delas sobre a atratividade da IES. Logo, as variáveis apresentam um incremento positivo na atratividade da IES. Ao avaliar a qualidade do ajuste do modelo, através do valor de R-quadrado, o Modelo A explica em 76,2% a variação da atratividade utilizando as quatro variáveis do modelo (IES, Motivos Pessoais, Mercado de Trabalho e Curso).

O modelo B testa o impacto da localização na percepção do aluno quanto à atratividade da instituição, no caso, o quanto o aluno estudar no campus de Belo Horizonte influencia a sua percepção. Os resultados mostraram que o fato de estudar na capital gera um incremento de 0,0766 na percepção da atratividade da IES. Este resultado foi estatisticamente significativo (p<0,01), mostrando que a atratividade é sensível à localidade onde a IES está inserida. Este modelo retornou um R-quadrado igual a 76,7%.

O objetivo de interagir cada dimensão com a variável localização, no modelo C, era compreender se a avaliação do aluno é influenciada por frequentar o campus da capital. A atratividade da IES é impactada negativa e significativamente pela interação da dimensão curso e da localidade (Interação IV*V= -0,0809, p<0.1). Tal resultado mostra uma avaliação desfavorável do curso por causa do campus ou de questões urbanas que possam trazer transtornos a vida do estudante ou até mesmo por questões econômicas relativas ao custo de vida na capital. Como indicado pelo R-quadrado o modelo explica 77,1% da variância.

Esses resultados corroboram o estudo de Mainardes (2007) verificando que os atributos Características da IES, Mercado de Trabalho, Motivos Pessoais e Curso têm impacto na Atratividade da IES. Adicionalmente, a pesquisa mostra que a localidade, se pequeno ou grande porte, também impacta na Atratividade da IES, e mostra ainda que ela é impactada negativamente pela interação do fator Curso e a localidade de grande porte. Os resultados também estão alinhados aos das pesquisas de Ming (2010), Beneke (2011), Sojkin, Bartkowiak e Skuza (2015) e Obermeit (2012) indicando impacto da localidade na escolha dos alunos por uma IES. E as pesquisas de Beneke (2011), Sojkin, Bartkowiak e Skuza (2015) e Obermeit (2012) que relacionam fatores relacionados à imagem ou reputação da IES e motivações pessoais à Atratividade da IES.

5 CONCLUSÕES

A presente pesquisa pretendia identificar se existem diferenças nos fatores de atratividade que distinguem o comportamento dos alunos ingressantes em IES localizadas em uma cidade de pequeno porte em comparação com aqueles que

frequentam uma IES em uma cidade de grande porte.

Os resultados evidenciam a diferença de percepção no que diz respeito aos fatores de atratividade entre os alunos do campus de Belo Horizonte, cidade de grande porte, quando comparados aos alunos que estudam no campus de Muriaé, cidade de pequeno porte. Os alunos da cidade de Belo Horizonte percebem maior atratividade por causa de Motivos Pessoais. Por outro lado, os alunos da cidade de Muriaé se mostraram que a atratividade em relação a IES está associada a três outras dimensões: Atributos da IES, do Curso e de Mercado de Trabalho.

A interação de cada uma das quatro dimensões propostas com a variável localização (Belo Horizonte), mostrou uma avaliação desfavorável quanto as questões relativas ao curso, ou seja, alunos do campus da capital possuem uma percepção inferior quanto ao corpo docente, a avaliação dos veteranos, a qualidade do curso, e qualidade do ensino e a percepção da comunidade sobre o curso. Estes pontos sinalizam que o ambiente de cidades de pequeno porte favorece o reconhecimento da educação formal.

Os resultados parecem apontar que os alunos da cidade de pequeno porte se sentem mais atraídos por fatores acadêmicos, refletindo uma preocupação com o ingresso no mercado de trabalho. Assim, o objetivo principal deste grupo de jovens ao ingressar no ensino superior está associado a chance de atingirem melhores oportunidades. Tal indicação parece refletir a realidade local, uma vez que o número de profissionais com formação superior é menor em cidades de pequeno porte.

Já os alunos da cidade de grande porte parecem avaliar os Motivos Pessoais como sendo mais influenciadores na sua decisão, visto que, dentro desta dimensão constam variáveis como Imagem e Localização da IES, flexibilidade de horários, bem como influência de amigos e familiares. Tais fatores podem refletir as dificuldades vivenciadas pelos habitantes dos grandes centros urbanos como mobilidade urbana e abundância de oferta de serviços educacionais, o que os levam a estreitar os fatores considerados atrativos para eles.

A discrepância encontrada na avaliação entre alunos das duas cidades indica que a IES não deve replicar campanhas de marketing em cidades de diferentes portes sob o risco de não destacar os fatores realmente valorizados pelos alunos, havendo a necessidade da IES estar atenta para os atributos importantes para os alunos e assim empregar recursos de forma mais assertiva, como sugerido por Long *et al.* (1999).

Esta pesquisa contribui para o tema marketing nas Instituições de Ensino Superior, com o aprofundamento dos fatores de atratividade que mais atraem novos alunos para IES, considerando como fator principal o porte da cidade, haja vista, a inexistência de assuntos neste tema específico. Assim, por meio

dos resultados, a gestão de marketing das IES pode conhecer melhor os fatores de atratividade do comprador de serviços educacionais, considerando aspectos pessoais, culturais, sociais, econômicos e comportamentais. Desse modo, espera-se que as organizações de serviços educacionais busquem um maior conhecimento do seu público alvo, isso as permitirá manterem-se competitivas e com uma assertividade maior nas suas decisões de marketing (MAINARDES, 2007).

Este estudo também contribuiu para as IES particulares no sentido de apresentar uma evidência importante a ser considerada pela gestão, que são diferentes fatores de atração de alunos em IES localizadas em cidades de diferentes portes. Nesse sentido, os resultados apresentados nesta pesquisa podem ser úteis na tomada de decisões estratégicas sobre captação e retenção de alunos.

De modo geral, os estudos acadêmicos possuem limitações de pesquisa e este não é diferente. Este estudo foi aplicado em apenas uma IES com unidade de ensino em cidade de grande porte (Belo Horizonte) e outra unidade em cidade de pequeno porte (Muriaé). Seria válido replicar o estudo em IES com mais unidades de ensino em cidades de diversos portes, no intuito de precisar com mais detalhes a situação brasileira.

Para novos estudos, sugere-se a ampliação dos grupos pesquisados, tais como jovens antes da escolha da IES. A amplificação dos respondentes sobre os fatores de atração da IES no Brasil, poderá contribuir para os grupos econômicos consolidadores ou ainda para IES particulares de menor porte que estão dispostas a enfrentar a concorrência desses grandes grupos empresariais.

Referências

- ABDULLAH, Firdaus. The development of HEdPERF: a new measuring instrument of service quality for the higher education sector. **International Journal of Consumer Studies**, v. 30, n. 6, p. 569-581, 2006.
- ACSP. Associação Comercial de São Paulo. Disponível em: www.acsp.com.br. Acesso em: 30 maio 2016.
- ALONDERIENE, Raimonda; KLIMAVIČIENE, Asta. Insights into Lithuanian students' choice of university and study program in management and economics. **Management: Journal of Contemporary Management Issues**, v. 18, n. 1, p. 1-22, 2013.
- APPIO TIBOLA, Jucélia *et al.* Antecedentes da permanência de estudantes de uma instituição de ensino superior: um modelo confirmatório. **Revista Alcance**, v. 19, n. 1, 2012.

- APPLETON-KNAPP, Sara L.; KRENTLER, Kathleen A. Measuring student expectations and their effects on satisfaction: the importance of managing student expectations. **Journal of Marketing Education**, v. 28, n. 3, p. 254-264, 2006.
- BENEKE, Justin. Marketing the institution to prospective students—a review of brand (reputation) management in higher education. **International Journal of Business and Management**, v. 6, n. 1, p. 29, 2011.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996.
- CHIMHANZI, Jacqueline; MORGAN, Robert E. Explanations from the marketing/human resources dyad for marketing strategy implementation effectiveness in service firms. **Journal of Business Research**, v. 58, n. 6, p. 787-796, 2005.
- COBRA, Marcos; BRAGA, Ryon. **Marketing educacional**. São Paulo: Marcos Cobra Editora Ltda, 2004.
- CRISP, Geoffrey *et al.* First year student expectations: Results from a university-wide student survey. **Journal of University Teaching and Learning Practice**, v. 6, n. 1, p. 11-26, 2009.
- DAVIES, Sarah. Marketing in higher education: Matching promises and reality to expectations. **Responding to student expectations**, p. 103-114, 2002.
- EADES, Timothy; DAAKE, Donald. **Key Selection Factors High School Seniors Use to Make their Decisions Regarding Christian College Attendance: A Research Study of Nazarene College Choice**. 2011.
- ESTADÃO. Jornal Estadão. Disponível em: <topicos.estadao.com.br/noticias-sobre-ensino-superior>. Acesso em: 15 maio 2016.
- FAGANEL, Armand. Quality Perception Gap Inside the Higher Education Institution. **International Journal of academic research**, v. 2, n. 1, 2010.
- FIELD, Andy. **Descobrimos a estatística usando o SPSS-2**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.
- FORBES BRASIL. 2015. Disponível em: <http://www.forbes.com.br/negocios/2015/02/educacao-torna-se-nogocio-rentavel-para-acionistas-no-brasil/>. Acesso em: 02 jul. 2016.
- GELI DE CIURANA, Anna M.; LEAL FILHO, Walter. Education for sustainability in university studies: Experiences from a project involving European and Latin American universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 7, n. 1, p. 81-93, 2006.
- HAIR, J.; BABIN, B.; MONEY, A.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2005.
- HOPER, Educação. 2015. Disponível em: <http://www.hoper.com.br/>. Acesso em: 02 jul. 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 maio 2016.
- INEP. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais (INEP). 2016. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em: 01 maio 2016.
- KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LONG, Peter *et al.* Measuring the satisfaction gap: education in the market-place. **Total quality management**, v. 10, n. 4-5, p. 772-778, 1999.
- LOVELOCK, Christopher H.; LOVELOCK, Christopher H. **Services marketing**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1991.
- LÜCKE, Viviane Aparecida Caneppele. **Comportamento financeiro pessoal: um comparativo entre jovens e adultos na cidade de Crissiumal/RS**. 2015.
- MAINARDES, Emerson W. Atração e retenção de alunos em cursos de graduação em administração das instituições particulares de ensino superior de Joinville, SC. 2007. 332f. Blumenau, 2007.
- _____. Gestão de Universidades baseada no relacionamento com os seus Stakeholders. 2010. 432 f. Tese (Doutorado) - Curso de Gestão, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010.
- _____; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. Satisfação de estudantes em administração de Joinville/SC. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 4, n. 2, 2010.
- MAVONDO, Felix T.; TSARENKO, Yelena; GABBOTT, Mark. International and local student satisfaction: Resources and capabilities perspective. **Journal of Marketing for Higher Education**, v. 14, n. 1, p. 41-60, 2004.

- MAZZAROL, Tim; SOUTAR, Geoffrey N.; THEIN, Vicky. Critical success factors in the marketing of an educational institution: A comparison of institutional and student perspectives. **Journal of Marketing for Higher Education**, v. 10, n. 2, p. 39-57, 2001.
- MING, Joseph Sia Kee. Institutional factors influencing students' college choice decision in Malaysia: A conceptual framework. **International Journal of Business and Social Science**, v. 1, n. 3, 2010.
- MONDINI, Vanessa Edy Dagnoni *et al.* Instituições de Ensino Superior a Distância: análise dos motivos de escolha. **Revista Meta: Avaliação**, v. 6, n. 16, p. 71-84, 2014.
- OBERMEIT, Katrin. Students' choice of universities in Germany: structure, factors and information sources used. **Journal of Marketing for Higher Education**, v. 22, n. 2, p. 206-230, 2012.
- PERFEITO, Juarez *et al.* **Marketing em instituições privadas de ensino superior**: fatores influenciadores na atratividade dos cursos de administração. 2004.
- QUEZADO, Izabelle *et al.* Emoções e satisfação de compra em situação de crowding: uma abordagem capital versus interior. **REMark**, v. 11, n. 3, p. 224, 2012.
- SBICCA, Adriana; FERNANDES, André Luiz. Reflexões sobre o comportamento do consumidor e o cartão de crédito no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, n. 2, 2011.
- SEEMAN, Elaine D.; O'HARA, Margaret. Customer relationship management in higher education: Using information systems to improve the student-school relationship. **Campus-Wide Information Systems**, v. 23, n. 1, p. 24-34, 2006.
- SEHN, Carlos Fernando; CARLINI JUNIOR, Reginaldo José. Inadimplência no sistema financeiro de habitação: um estudo junto à Caixa Econômica Federal (CAIXA). **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 8, n. 2, 2008.
- SEMESP. Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior de São Paulo. 2016. Disponível em: <www.semesp.org.br>. Acesso em: 30 maio 2016.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez editora, 2017.
- SILVA, Roberta D. de O. Fazer ver e crer: valores de educação na publicidade e propaganda escolar. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. 2005.
- SOJKIN, Bogdan; BARTKOWIAK, Paweł; SKUZA, Agnieszka. Changes in students' choice determinants in Poland: a comparative study of tertiary business education between 2008 and 2013. **Higher Education**, v. 69, n. 2, p. 209-224, 2015.
- SUARMAN, Suarman; AZIZ, Zahara; YASIN, Ruhizan Mohammad. The quality of teaching and learning towards the satisfaction among the university students. **Asian Social Science**, v. 9, n. 12, p. 252, 2013.
- VIANA, Lilian Carolina *et al.* Valores Pessoais Envolvidos na Escolha de um Curso Superior: Análise Utilizando a Abordagem Meio-Fim. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 7, n. 2, 2014.
- VRONTIS, Demetris; THRASSOU, Alkis; MELANTHIOU, Yioula. A contemporary higher education student-choice model for developed countries. **Journal of Business Research**, v. 60, n. 9, p. 979-989, 2007.

Evasão escolar no ensino superior público: uma análise de conteúdo nos resumos de artigos que estudaram o tema

*Henrique Rosário Carvalho Esteves **Geórgia Fernandes Barros ***Rosenália Ramalho Teixeira

Informações do artigo

Recebido em: 20/06/2022

Aprovado em: 20/11/2023

Palavras-chave:

Evasão Escolar. Ensino Superior. Análise de Conteúdo.

Keywords:

School Evasion. University Education. Content Analysis.

Autores:

*Mestre em Administração Pública pelo PPGAP - UFVJM, Graduação em Administração pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri UFVJM
henrique.esteves@ufvjm.edu.br

**Doutora em Economia Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do CEDEPLAR/UFMG, Mestrado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo, especialização em Administração em Sistemas de Informação, graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora e em Processamento de Dados pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CES/JF
georgia.barros@ufvjm.edu.br

***Mestre em Administração Pública pelo PPGAP - UFVJM, Graduação em Administração Pública pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
rosenalia.teixeira@ufvjm.edu.br

Como citar este artigo:

ESTEVES, Henrique Rosário Carvalho; HIGUCHI, Agnaldo Keiti; BARROS, Geórgia Fernandes; TEIXEIRA, Rosenália Ramalho. Evasão escolar no ensino superior público: uma análise de conteúdo nos resumos de artigos que estudaram o tema. **Competência**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, dez. 2023.

Resumo

A busca pelo entendimento da evasão escolar no Brasil iniciou-se na década de 90, quando o Ministério da Educação criou a Comissão Especial para o Estudo da Evasão. Nesse contexto, esse estudo teve como objetivo analisar o arcabouço teórico desenvolvido pela academia em relação ao tema. Para tanto foi feita pesquisa bibliográfica com levantamento de artigos que abordaram a questão da evasão (N=30) no período de 2006 a 2022, e em seguida realizada análise de conteúdo dos resumos dos artigos selecionados. Para análise de conteúdo foi utilizado o programa Iramuteq, que forneceu a análise fatorial de correspondência, a classificação hierárquica descendente e a análise de similitude, permitindo levantar, dentro do universo lexical, as correlações entre os segmentos de texto mais relevantes. Os resultados mostram que as causas de evasão mais frequentes são relacionadas ao curso, como a forma de administração e aspectos pedagógicos, e, com menos citações, as relacionadas ao aluno, como dificuldade de conciliar trabalho e estudo, problemas de saúde e falta de tempo.

Abstract

The search for an understanding of school dropout in Brazil began in the 1990s, when the Ministry of Education created the Special Commission for the Study of Evasion. This study aimed to analyze the theoretical framework developed by the academy in relation to the theme. For this, a bibliographic research was carried out with a survey of articles that addressed the issue of dropout (N=30) in the period from 2006 to 2022, and then a content analysis of the abstracts of the selected articles was carried out. For content analysis, the Iramuteq program was used, which provided the factorial analysis of correspondence, the descending hierarchical classification and the analysis of similitude, allowing to raise, within the lexical universe, the correlations between the most relevant text segments. The results show that the most frequent causes of dropout are related to the course, such as management and pedagogical aspects, and, with fewer mentions, those related to the student, such as difficulty in reconciling work and study, health problems and lack of time.

1 INTRODUÇÃO

Não há uma definição que esteja em consenso na literatura sobre o termo da evasão escolar, mas esta pode ser entendida como a não conclusão de um determinado curso de uma instituição de ensino por parte de um aluno. Essa desistência, assim, ocorre quando o aluno não renova a sua matrícula, ou não inicia as atividades no período seguinte, contrariando as propostas da universalização do ensino e a qualidade da educação (SILVA, 2013). O aluno evadido pode ser definido também como aquele que desiste antes de se graduar (RODRIGUES *et al.*, 2018).

Sobre as possíveis causas, Ataíde, Lima e Alves (2006), em pesquisa sobre o tema, verificaram que não foi possível identificar uma causa principal para a evasão, demonstrando a complexidade do tema. Com relação às métricas utilizadas em sua mensuração, a evasão escolar pode ser analisada através da média anual, na qual serve de base para análises dos discentes que abandonaram a cada ano letivo. Expandindo o horizonte temporal de análise, o abandono escolar pode ser mensurado pela evasão anual média, que se define pela média das evasões ocorridas dentre um período específico. Pode-se também analisar do ponto de vista da evasão total por turma, realizando um comparativo entre o número de alunos que ingressaram em um determinado curso e o número dos que não obtiveram diploma após o tempo estipulado para a conclusão do mesmo (MOURA; MANDARINO; SILVA, 2020).

No ensino superior, a evasão escolar pode ser definida como a saída dos discentes do curso que ingressaram em uma determinada instituição de ensino superior (IES) ou até mesmo da própria instituição. Essa evasão pode ser caracterizada como definitiva ou temporária, independentemente do motivo que levou ao abandono por parte do estudante (GUIMARÃES; LIMA; MARTINS, 2019).

A evasão escolar vem provocando uma série de prejuízos, criando uma correlação negativa entre o índice de educação com o de desenvolvimento do país. Além disso, a evasão escolar vem desencadeando um retrocesso no que se poderia alcançar quanto à situação socioeconômica, índice de desemprego, expectativa de vida e até mesmo na participação política (PRESTE; FIALHO, 2018). São necessários, portanto, esforços para a redução das taxas de evasão, inclusive no ensino superior. Esses esforços, entretanto, precisam de subsídios para que se tornem efetivos, subsídios estes que podem ser fornecidos pela academia, ou seja, as próprias IES.

Deste modo, este estudo tem como pergunta norteadora: o que a academia tem levantado com relação às causas de evasão escolar no ensino superior público?

O objetivo, então, é analisar os fatores que levam à evasão escolar no ensino superior, presentes nos artigos publicados

no período de 2006 a 2022. Para analisar os conteúdos dos resumos, utilizou-se do IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), programa desenvolvido por Pierre Ratinaud na linguagem Python que executa funções do software de estatística R, sendo utilizado no Brasil desde 2013 para representar dados qualitativos originadas a partir de diversos tipos de pesquisa em diferentes campos de estudos (SOUZA *et al.*, 2018).

Essa pesquisa se justifica, como citado anteriormente, pelo problema representado pela evasão, que afeta todas as instituições e níveis de ensino, causando grandes perdas financeiras para as instituições, como também para a sociedade. Sendo assim, a análise dos fatores que levam os estudantes a abandonarem os cursos no ensino superior se torna fundamental, pois é necessário o entendimento destes para que se possam criar ações que minimizem o problema.

Além dos aspectos introdutórios, este trabalho está organizado em quatro seções. Para dar segmento, na seção dois a seguir será apresentada uma breve síntese sobre os principais fundamentos bibliográficos para que se tenha melhor entendimento sobre a temática deste estudo. Nas próximas seções, três e quatro, serão expostos os procedimentos metodológicos e, posteriormente, apresenta-se, a análise e discussão dos resultados obtidos através do programa Iramuteq. Por fim, são realizadas as considerações finais, limitações e sugestões para novas pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A evasão escolar está associada ao desligamento dos discentes da instituição de ensino, independentemente do motivo, exceto em casos de conclusão ou diplomação do curso. Este fenômeno reflete em múltiplas perdas para a instituição, seja pelos investimentos de recursos com os discentes, ou como também para o desenvolvimento no que tange a sociedade e cultura do país (FRITSCH; ROCHA, VITELLI, 2015, p. 2).

Esse problema também pode ser entendido como a interrupção dos estudos e deve ser analisada como um problema educacional complexo, que compromete a efetivação do direito à educação no Brasil (BRASIL, 2015, p. 15). A evasão tem se tornado cada vez mais agravante, possuindo uma difícil compreensão e se demonstrado complexa para a sua redução.

Preste e Fialho (2015) definem a evasão escolar como um fenômeno macrossocial que possui escalas internacionais e que ocasiona impactos negativos aos indivíduos, sociedade e diretamente na gestão educacional. Sobre suas causas, Baggi e Lopes (2011, p. 371) afirmam que “há múltiplos fatores que levam à

evasão nas instituições de ensino, podendo estar relacionadas aos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos.”. Eles afirmam a necessidade de se realizar uma reflexão sistemática sobre as metodologias de avaliações das instituições sobre a evasão.

Fritsch, Rocha e Vitelli (2015) também discutem sobre a complexidade do fenômeno da evasão escolar, ligado ao desligamento dos estudantes das instituições de ensino antes que estes concluam os seus cursos. Segundo os autores, a evasão escolar está relacionada à diversas causas que necessitam ser estudadas e compreendidas em seus diversos contextos, a exemplo do socioeconômico, político, educacional e outros. Corroborando esse argumento, Zaros *et al.* (2022) elencam fatores como reprovações sucessivas, problemas de saúde, condições financeiras, falta de organização do tempo para o estudo e dificuldades em conciliar estudo, família e trabalho.

Em estudo realizado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (1996), foi realizada uma caracterização da evasão escolar, classificando-a nas seguintes categorias:

- Evasão de curso: Nesta categoria o discente desliga-se do curso superior, considerando-se múltiplas razões: abandono, no qual o estudante deixa de se matricular; desistência, oficialmente; transferência ou reopção de curso; exclusão por norma institucional;
- Evasão da instituição: Ocorre quando o discente desliga-se da Instituição na qual possui vínculo;
- Evasão do sistema: Nesse caso o estudante abandona definitivamente ou por um período de tempo o ensino superior.

Independentemente da categoria da evasão, suas causas podem estar relacionadas às peculiaridades de cada instituição, de cada aluno, ou de cada contexto, o que não permite uma generalização ou a comparação entre instituições (SILVA, 2013). Assim, a complexidade citada por Fritsch, Rocha e Vitelli (2015) é corroborada por mais esse fator, que dificulta aos gestores das Instituições de Ensino levantar ações que seja efetivas em diferentes locais e em diferentes tipos de alunos (TINTO, 1993).

Silva (2013) ressalta a importância de se analisar, além da visão do aluno que evade, a perspectiva daqueles que permanecem no curso, de forma a contrastar essas visões e ter um panorama mais preciso do fenômeno da evasão. Assim, seria importante comparar os fatores relacionados ao contexto familiar, à gestão do curso, ao desempenho acadêmico e à integração acadêmica e social dos alunos que evadem e que permanecem (TINTO, 1993). Na seção a seguir são expostos estudos relacionados à causas de evasão no Ensino Superior Público, foco dessa pesquisa.

2.1 EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Dentre os motivos encontrados que levaram ao abandono escolar nas instituições públicas, os autores Souza, Sá e Castro (2019), Daitx, Loguercio e Strack (2016), Rocha *et al.* (2020), Leonarde e Silvestre (2019), Rodrigues *et al.* (2018), Silva *et al.* (2021) e Lamers, Santos e Toassi (2017) identificaram problemas ligados à própria instituição de ensino, na qual se encontra questões sobre as relações discentes e docentes, coordenação, metodologia de ensino e avaliação utilizada pelos discentes, como também as próprias aulas. Estes fatores provocam um alto índice de reprovações iniciais, gerando uma desmotivação nos discentes.

Leonarde e Silvestre (2019) reforçam a necessidade de uma abordagem diferente por parte da gestão da instituição de ensino e dos docentes, pois pôde-se observar na pesquisa a dificuldade de adequação com a grade curricular do curso e a forma de avaliação utilizada pelos docentes, como também a interação entre alunos e professores.

Souza, Sá e Castro (2019) colocam que a trajetória acadêmica se dá muito pela pressão social, na qual os estudantes não escolhem os cursos por vocação, mas sim por influências externas ou razões pessoais como também profissionais. Sendo assim, a falta de identificação com o curso e a carreira profissional tem se destacado dentre as causas da evasão nas pesquisas dos autores Guimarães, Lima e Martins (2019), Daitx, Loguercio e Strack (2016), Nascimento e Beggiato (2020), Rocha *et al.* (2020) e Barbosa *et al.* (2016).

Rocha *et al.* (2020), Wihelm e Schlosser (2019), Lamers, Santos e Toassi (2017) indicam a falta de tempo para dedicação aos estudos, devido a carga horária de trabalho e de atividades realizadas pelos cursos como outro fator preponderante para a desistência escolar. Nascimento e Beggiato (2020), Brum, Gamenha e Pereira (2017), Rocha *et al.* (2020), Rodrigues *et al.* (2018) e Wihelm e Schlosser (2019) afirmam que questões ligadas a fatores externos como problemas financeiros, pessoais, familiares e no casamento, também aparecem como razões da evasão. Por sua vez, Teles *et al.* (2022) levantaram, além dos fatores citados, a mudança de município/distância, como fator que levou à evasão estudantil.

Diante do exposto acima, pode-se perceber que a evasão pode ser ocasionada por diferentes causas. Estas incluem aspectos pessoais como falta de tempo, falta de recursos financeiros, problemas familiares e não identificação com o curso escolhido. Há também causas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem, como falta de adequação à grade curricular e a não concordância com a metodologia pedagógica dos professores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica e descritiva com relação aos objetivos, e qualitativa quanto à forma de abordagem dos dados. A coleta de dados foi feita a partir de mecanismos de busca nas seguintes bases de consulta: Scielo, Spell, Scholar Google, Portal de Periódicos Capes e *Web of Science*, com os seguintes argumentos de busca: “Evasão Escolar”; “Evasão Estudantil” e “Evasão e permanência”. Com relação ao período de publicação, não foi colocado parâmetro de tempo, assim como não foi limitado o *qualis* dos periódicos consultados.

Da pesquisa foram retornados 237 artigos. Após triagem para verificação de repetição e adequação de conteúdo foram selecionados 30 artigos que abordavam o tema e apresentavam em seus resumos as informações necessárias para a realização da análise. O principal critério de inclusão de artigos é a presença, no resumo, das informações sobre o objetivo do artigo, o método (instrumento de coleta de dados, forma de análise) utilizado, e os resultados encontrados. Desses artigos foram coletados os resumos, que após adaptação textual para retirada de caracteres proibidos e adequação de palavras compostas, foram analisados no programa Iramuteq. O **Quadro 1** a seguir ilustra os autores, títulos e ano de publicação dos artigos cujos resumos foram selecionados para análise:

Quadro 1: Artigos cujos resumos foram utilizados na análise

	Autores	Título	Ano
1	ATAÍDE, J. S. P. de.; LIMA, L. M.; ALVES, E. de O.	A repetência e o abandono escolar no curso de licenciatura em física: um estudo de caso	2006
2	BAGGI, C. A. dos S.; LOPES, D. A.	Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica	2011
3	BRUM, D. V.; GAMENHA, D. E.; PEREIRA, M. B. S.	Panorama da Evasão e Permanência no Ensino Superior no Instituto Federal de Rondônia – Porto Velho Zona Norte	2018
4	COBAS, D. J. P.; CERQUEIRA-ADÃO, S. A. R.	Estudo sobre o perfil dos alunos e os motivos que causam a evasão dos cursos de graduação do campus Santana do livramento da Universidade Federal do Pampa – Unipampa.	2021
5	COSTA, O. S. da; BORGES, G. L.	Examinando fatores preditores da evasão de estudantes na graduação a distância.	2021

6	DAITX, A. C.; LOGUERCIO, R. Q.; STRACK, R.	Evasão e Retenção Escolar no Curso de Licenciatura em Química do Instituto de Química da UFRGS	2016
7	FRITSCH, R; ROCHA, C. S. R.; VITELLI, R. F.	A Evasão nos Cursos de Graduação em uma Instituição de Ensino Superior Privada.	2015
8	GARCIA, L. M. L. S.; LARA, D. F.; ANTUNES, F.	Investigação e análise da evasão e seus fatores motivacionais no ensino superior: um estudo de caso na universidade do Estado de Mato Grosso.	2021
9	GUIMARÃES, O. M.; LIMA, M. J. O.; MARTINS, E. C. B.	A Evasão no Ensino Superior: A UNESP Campus de Franca - PERÍODO DE 2013-2018	2019
10	LAMERS, J. M. S.; SANTOS, B. S.; TOASSI, R. F. C.	Retenção e Evasão no Ensino Superior Público: Estudo de Caso em um Curso Noturno de Odontologia.	2017
11	LEONARDE, G. S. S.; SILVESTRE, L. H. A. S.	Caracterização da Evasão no Curso de Administração da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus do Mucuri, entre 2014 e 2018.	2019
12	LIMA, J. G. L.; CASTRO, C. C.	Fatores críticos de sucesso na evasão de alunos do ensino superior a distância.	2021
13	MACHADO, C. G.; FRARE, A. B.; Cruz, A. P. C.; QUINTANA, A. C.; GOMES, D.	Atribuição de causalidade à Evasão dos Graduandos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior Pública.	2021
14	MODESTO, A. A. S.; SILVA, G. R.	Evasão no curso de licenciatura em física no Ifac, Campus Sena Madureira: causas, fatores e possíveis consequências.	2021
15	MOURA, F. A.; MANDARINO, P. H. P.; SILVA, S. C. P.	Evasão escolar no ensino superior: análise quantitativa no curso de licenciatura em física do IFPA Campus Bragança.	2020
16	NASCIMENTO, C. F.; SANTOS, M. E. E. S.	A evasão e a permanência sob a ótica discente: o que os alunos apontam como fatores influentes na desistência e na conclusão do curso de pedagogia na modalidade Ead.	2021
17	NASCIMENTO, L. C. S.; BEGGIATO, S. M. O.	Evasão escolar na graduação em Musicoterapia da Universidade Estadual do Paraná.	2020

18	NETO, O. A. P.; CRUZ, F.; PFITSCHER, E. D.	Utilização de metas de desempenho ligadas à taxa de evasão escolar nas universidades públicas.	2008
19	OLIVEIRA, L. R. C.; COSTA, S. R. R.	Fatores que contribuem para a evasão escolar em cursos de nível superior	2021
20	PEREIRA, P. E. J.; FÁVERO, J. D.	Fatores de evasão que proporcionam o abandono discente em uma instituição de ensino superior – IES privada do município de Blumenau. Florianópolis	2021
21	PORTELA, I.; CONCEIÇÃO, O.	Abandono Escolar No Ensino Superior Em Portugal: Estudo De Caso Da Associação Dos Institutos Superiores Politécnicos Da Região Norte.	2016
22	PRESTE, E. M. da T.; FIALHO, M. G. D.	Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba.	2018
23	QUINTINO, E. M.; ANDRIOLA, W. B.	Evasão discente no ensino superior: um estudo na universidade do estado de Mato Grosso (Unemat)	2020
24	RANGEL, F. O. <i>et al.</i>	Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura.	2019
25	RENKAVIESKI, E.; OLIVEIRA, M. A. DE; DUARTE, M. A. T.	Os fatores críticos associados à evasão dos cursos de engenharia: um estudo de caso utilizando variáveis sociodemográficas.	2021
26	ROCHA, J. S. <i>et al.</i>	Evasão escolar no curso de licenciatura em química no IFPR Campus Paranavaí: um levantamento das possíveis causas.	2020
27	RODRIGUES, L. S. <i>et al.</i>	A Evasão em um Curso de Especialização em Gestão em Saúde na Modalidade a Distância.	2018
28	SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. A.	Fatores associados à evasão no ensino superior brasileiro: um estudo de análise de sobrevivência para os cursos das áreas de Ciência, Matemática e Computação e de Engenharia. Produção e Construção em instituições públicas e privadas.	2019
29	SILVA, G. P.	Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes.	2013
30	SILVA, I. J. A.; MIRANDA, G. J.; LEAL, E. A.; PEREIRA, J. M.	Estratégias das Coordenações dos Cursos de Ciências Contábeis para combater a Evasão.	2018

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Os procedimentos de análise de conteúdo, auxiliados pelo programa Iramuteq, seguiram as mesmas etapas sugeridas por Bardin (1977), compostas pela pré-análise exploratória dos dados, seguida da codificação e classificação das representações do conteúdo presente no *corpus* textual, que uma vez finalizada gerou o inventário e classificação dos dados, e por fim realizou-se a interpretação lógica dos conteúdos gerando os resultados finais. O programa auxilia principalmente nas etapas iniciais, realizando a classificação dos segmentos de texto e o inventário.

Foram realizadas as seguintes análises: classificação hierárquica descendente – CHD, análise fatorial de correspondência - AFC e a análise de similitude. Estas análises tiveram o intuito de organizar, separar e classificar os segmentos de textos de forma a realizar uma análise de conteúdo. Por meio dessas análises é possível ter uma visão ampla da estrutura e organização dos segmentos de texto dentro do universo lexical estudado (SOUZA *et al.*, 2018).

Na classificação hierárquica descendente foram encontrados 126 segmentos de texto, sendo que houve a classificação de 89 deles, resultando em aproveitamento de 70,63%. Tal valor é superior ao mínimo de 70%, indicando que o *corpus* textual é adequado para a realização da análise (SOUZA *et al.*, 2018). Os resultados obtidos, dendograma e grafos são apresentados no tópico a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir apresentam-se os resultados da análise de conteúdo, realizada com o auxílio do programa Iramuteq, e as discussões, confrontando esses resultados com o exposto no referencial teórico. Assume-se o pressuposto de que a categoria analisada nos estudos é a evasão do sistema, onde o aluno, além de abandonar o curso, não se matricula em outra Instituição de Ensino Superior, desistindo de completar o ensino superior.

Com relação à frequência de citação das causas, a **Figura 1** a seguir da nuvem de palavras ilustra qual a natureza da causa mais citada, no caso, o curso, pois este aparece com caractere maior.

Tabela 1: Frequência dos termos separados por relativos ao curso e relativos ao aluno

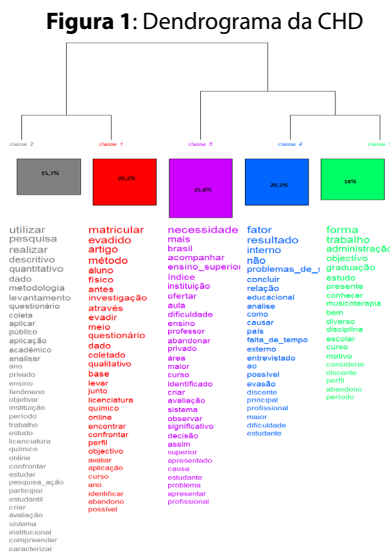
Fatores relacionados ao curso/pedagógicos	N	Fatores relacionados à questões pessoais dos alunos	N
reprovação	3	problemas_de_saúde	3
aula	4	falta_de_tempo	3
método	4	permanência	6
avaliação	4	conhecer	3
ensino	13	pessoal	3
avaliar	4	conciliar	3
examinar	3	social	5
resultado	11	financeiro	4
disciplina	3	dificuldades_financeiras	3
aplicação	4		
metodologia	5	Total	33
retenção	8		
significativo	4		
Total	70		

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Assim, percebe-se que os termos ligados às questões do curso e processos pedagógicos aparecem com maior frequência (70) em relação aos problemas pessoais dos alunos.

4.1 CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE

A Classificação Hierárquica Descendente apresenta como estão organizadas as classes de segmentos de texto dentro de cada grupo. Cada classe de segmento de texto apresenta vocabulário presente somente na classe, o que permite inferir um nome que retrate o conteúdo do grupo e da classe. No caso deste estudo, foram geradas cinco classes, distribuídas em três grupos, conforme mostrado na **Figura 1**.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

O primeiro grupo é formado pelas classes 1 e 2, o segundo pela classe 5 e o terceiro pelas classes 3 e 4. No primeiro grupo a classe 1 recebeu 20,2% dos segmentos de texto, e a classe 2 recebeu 15,8%. Esse grupo, de acordo com as palavras que compõem, evoca o método de pesquisa utilizado no artigo, sendo a classe 1 formada pelo tipo de instrumento de coleta de dados e abordagem (questionário e qualitativo) e a classe 2 pelo tipo de abordagem (descritivo e quantitativo). O maior percentual de segmentos na classe 1 indica maior evocação de aspectos qualitativos nos artigos analisados.

O segundo grupo, formado pela classe 5, recebeu 25,8% dos segmentos de texto. A classe inclui principalmente termos relacionados às ações recomendadas para o combate à evasão (necessidade de acompanhamento). Já o terceiro grupo, formado pelas classes 3 e 4 contém evocações associadas aos resultados obtidos, sendo que a classe 3 recebeu 18% dos segmentos de texto e a classe 4, 20,2%. A classe 3 indica que a evasão é causada pela dificuldade de conciliar trabalho e estudo e forma de administração do curso. A classe 4, por sua vez, coloca como causa de evasão fatores internos aos alunos, como problemas de saúde e falta de tempo. Como essas classes apresentaram percentuais próximos, assume-se que ambas as causas tiveram evocações similares.

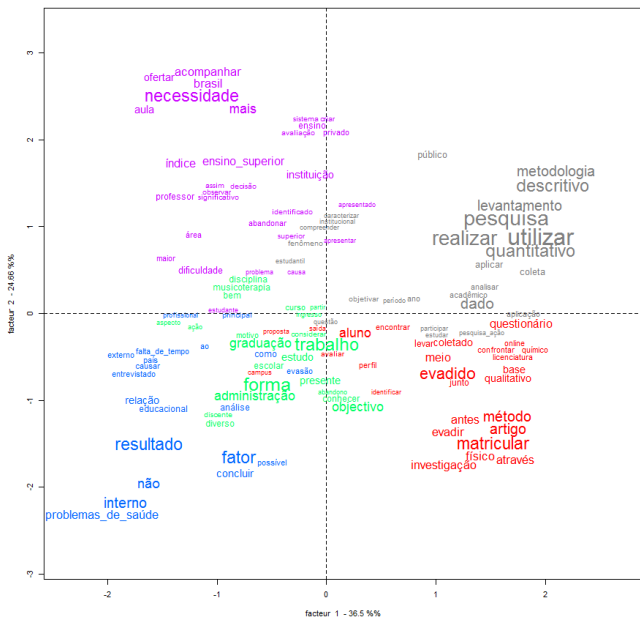
4.2 ANÁLISE FATORIAL DE CORRESPONDÊNCIA

A Análise Fatorial de Correspondência permite visualizar, em um plano cartesiano, as aproximações ou distanciamentos entre as classes levantadas na Classificação Hierárquica Descendente. A distribuição das palavras de cada classe, diferenciadas por cores, nos quadrantes mostra como uma classe permeia ou não a outra.

De acordo com a **Figura 2** mostrada abaixo, é possível perceber que as classes 1 (vermelha) e 2 (cinza) estão separadas, ficando uma em cada quadrante. Assim verifica-se a distinção entre estudos quantitativos (classe 2) e qualitativos (classe 1). Já as classes 3 (verde) e 4 (azul) apresentam-se no mesmo quadrante, permeando-se e sugerindo que, com relação aos resultados, os artigos convergem para dois tipos de resultados: fatores internos ao aluno, como problemas de saúde, falta de tempo, dificuldade de conciliação com trabalho e externos, como forma de administração do curso.

Com relação à classe 5 (lilás), esta também aparece distante das outras classes, isolada em quadrante próprio como as classes 1 e 2. Esse distanciamento indica que, com relação às recomendações para o combate à evasão, a necessidade de acompanhamento do aluno é consenso entre os estudos analisados.

Figura 2: Resultado da AFC

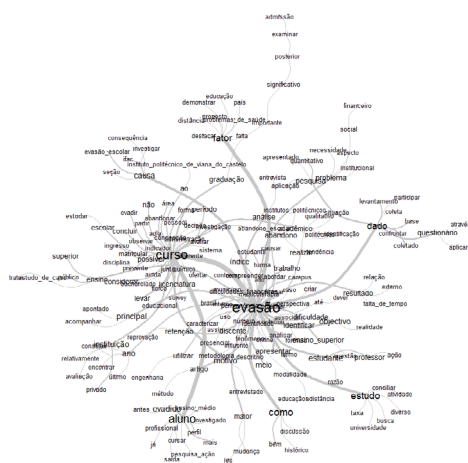


Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

4.3 ANÁLISE DE SIMILITUDE

A Análise de Similitude, ou de semelhanças, é baseada na Teoria dos Grafos, que aborda as relações entre objetos de um mesmo conjunto. Ela gera um grafo com as ligações existentes entre as formas ativas mais frequentes do *corpus*. As ligações são representadas por linhas, cuja espessura indica a força da ligação. Essa força, por sua vez, é determinada pelos indicadores estatísticos calculados com base na frequência em que as ligações ocorrem. Como se pode perceber na **Figura 3** abaixo, as ligações mais fortes, como esperado, ocorrem entre as palavras evasão, alunos, curso e fator. Essas palavras remetem às palavras chave declaradas nos artigos.

Figura 3: Grafo resultado da Análise de Similitude



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

É possível perceber também palavras que remetem a causas de evasão, como reprovação, ou a metodologia, como *survey* aparecem no grafo, mas não no dendograma da CHD. O motivo é exposto pelo tamanho da fonte utilizada, mostrando pouca incidência do termo no *corpus* textual.

4.4 DISCUSSÃO

Após a classificação dos dados e da interpretação lógica dos conteúdos gerando os resultados, faz-se a discussão destes à luz do referencial teórico. Ressalta-se que os autores presentes no referencial não tiveram os resumos de seus artigos ou trabalhos incluídos entre os 30 analisados, justamente para que seja possível a comparação entre os argumentos. Assim garante-se a validade do estudo, evitando que informações endógenas sejam utilizadas.

Os resultados da análise de conteúdo dos resumos dos artigos revelaram que as principais causas da evasão são os fatores relacionados ao aluno, como dificuldade de conciliar trabalho e estudo, problemas de saúde e falta de tempo e relacionadas ao curso, como a forma de administração do curso.

Com relação às causas relacionadas aos alunos, os resultados corroboram os argumentos de Rocha *et al.* (2020), Wihelm e Schlosser (2019), Lamers, Santos e Toassi (2017), que indicaram a falta de tempo para dedicação aos estudos, devido a carga horária de trabalho como fator preponderante para a evasão escolar. Nascimento e Beggiato (2020), Brum, Gamenha e Pereira (2017), Rocha *et al.* (2020), Rodrigues *et al.* (2018) e Wihelm e Schlosser (2019) também tiveram seus argumentos reforçados quando citam questões ligadas a fatores como problemas financeiros, pessoais e familiares.

Com relação às causas relacionadas aos cursos, os argumentos de Souza, Sá e Castro (2019), Daitx, Loguercio e Strack (2016), Rocha *et al.* (2020), Leonarde e Silvestre (2019), Rodrigues *et al.* (2018) e Lamers, Santos e Toassi (2017), que colocaram como causa de evasão problemas ligados a própria instituição de ensino, tais como as relações entre discentes e docentes, coordenação, metodologia de ensino e avaliação utilizada pelos docentes, foram confirmados.

A análise dos resumos apresentou também, como resultado, que para o combate à evasão, os estudos indicam a necessidade de acompanhamento do aluno, assim como aumentar o número de bolsas de estudo (TELES *et al.*, 2022). Esse acompanhamento abrangeria tanto as questões acadêmicas de ensino e aprendizagem, quanto as questões relacionadas à integração acadêmica e social proporcionadas pela Instituição de Ensino (TINTO, 1993). Entretanto, em nenhum dos resumos

analisados detectou-se o uso de método onde comparou-se, como citado por Souza (2013), as perspectivas de alunos evadidos com a de alunos que permaneceram nos cursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo ao objetivo proposto de analisar os fatores presentes na literatura que levam à evasão escolar no ensino superior, a discussão efetuada acima mostra que há alinhamento entre os estudos utilizados no referencial teórico e os demais utilizados na análise de conteúdo. Os trabalhos consultados e analisados convergem no sentido de colocar como causas da evasão fatores relacionados ao aluno, como dificuldade de conciliar trabalho e estudo, problemas de saúde e falta de tempo (33 citações) e relacionadas ao curso, como a forma de administração do curso, que são refletidas nas relações entre discentes e docentes, na efetividade da coordenação, e na aplicação de metodologia de ensino apropriada (70 citações).

Como implicações gerenciais deste estudo, pode-se elencar a necessidade de ações, por parte das IES, com o intuito de realizar acompanhamento entre os alunos que ultrapassasse os limites didáticos acadêmicos e abordasse também a questão social. Esse acompanhamento, realizado pelos órgãos internos das IES ligados aos Assuntos Comunitários, teria como objetivo auxiliar os alunos a superar os problemas pessoais que levam à evasão.

Com relação às limitações da pesquisa, estas são representadas principalmente: (i) pela impossibilidade de se afirmar que os estudos consultados no referencial teórico e os utilizados na análise de conteúdo esgotam as possibilidades de causas de evasão no ensino superior, assim, os resultados aqui levantados estão circunscritos aos artigos consultados e analisados; (ii) pelo fato dos resultados não permitirem discriminar se a evasão analisada foi do curso, da instituição ou do sistema educacional, por isso a adoção do pressuposto de que, nos casos analisados, houve a evasão do sistema, onde o aluno abandona definitivamente ou por um período de tempo o ensino superior; (iii) pelo fato de não haver tratamento para a variável pandemia nas análises, pois pelo resumo não é possível verificar se há menção sobre os impactos indiretos da pandemia na renda dos alunos, problemas de saúde ou falta de tempo, que acarretariam evasão.

Como sugestão de pesquisas para continuidade do estudo do tema, indica-se o estudo da evasão em IES de natureza jurídica privada, com o objetivo de comparar as causas de evasão entre as IES públicas e privadas, assim como a categoria de evasão.

Referências

ATAÍDE, J. S. P. de.; LIMA, L. M.; ALVES, E. de O. A repetência e o abandono escolar no curso de licenciatura em física: um estudo de caso. *Revista Physicae*, v. 6, n. 1, 2006. DOI: <https://doi.org/10.5196/physicae.6.5>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BAGGI, C. A. dos S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação*, v. 16, n. 2, jul. 2011.

BARBOSA, E. T. *et al.* Fatores Determinantes da Evasão no Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição Pública de Ensino Superior. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 13., 2016, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/16Usplnternational/282.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. [S. l.]: Lisboa: Edições 70, 1977.

BOGHI, C.; SHITSUKA, R.; SHITSUKA, D. M.; CONCEIÇÃO, M. M. Pesquisa-ação no desenvolvimento de forma de trabalho em curso superior a distância. **Revista Intersaberes**, v. 13, n. 29, p. 304-315, fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22169/revint.v13i29.1395>. Acesso em: 2 mar. 2022.

BRUM, D. V.; GAMENHA, D. E.; PEREIRA, M. B. S. Panorama da Evasão e Permanência no Ensino Superior no Instituto Federal de Rondônia – Porto Velho Zona Norte. **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/394>. Acesso em: 2 mar. 2022.

COBAS, D. J. P.; CERQUEIRA-ADÃO, S. A. R. Estudo sobre o perfil dos alunos e os motivos que causam a evasão dos cursos de graduação do campus Santana do livramento da universidade federal do pampa – Unipampa. **XX Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU 2021**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230258>. Acesso em: 3 fev. 2022.

COSTA, O. S. da; BORGES, G. L. Examinando fatores preditores da evasão de estudantes na graduação a distância. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 11, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v2i11.924>. Acesso em: 3 fev. 2022.

DAITX, A. C.; LOGUERCIO, R. Q.; STRACK, R. Evasão e Retenção Escolar no Curso de Licenciatura em Química do Instituto de Química da UFRGS. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 21, n. 2, p. 153-178, 2016. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/111>. Acesso em: 3 mar. 2022.

FRITSCH, R.; ROCHA, C. S. R.; VITELLI, R. F. A Evasão nos Cursos de

Graduação em uma Instituição de Ensino Superior Privada. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 81-108, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7963>. Acesso em: 5 out. 2021.

GARCIA, L. M. L. S.; LARA, D. F.; ANTUNES, F. Investigação e análise da evasão e seus fatores motivacionais no ensino superior: um estudo de caso na universidade do Estado de Mato Grosso. **Avaliação**, Sorocaba, v. 26, n. 1, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772021000100007>. Acesso em: 3 fev. 2022.

GUIMARÃES, O. M.; LIMA, M. J. O.; MARTINS, E. C. B. A Evasão no Ensino Superior: A UNESP Campus de Franca - PERÍODO DE 2013-2018. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, v. 11, n. 2, 2019. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/3013>. Acesso: 3 jan. 2022.

LAMERS, J. M. S.; SANTOS, B. S.; TOASSI, R. F. C. Retenção e Evasão no Ensino Superior Público: Estudo de Caso em um Curso Noturno de Odontologia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698154730>. Acesso em: 3 mar. 2022.

LEONARDE, G. S. S.; SILVESTRE, L. H. A. S. Caracterização da Evasão no Curso de Administração da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus do Mucuri, entre 2014 e 2018. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i2.1953>. Acesso em: 2 fev. 2022.

LIMA, J. G. L.; CASTRO, C. C. Fatores críticos de sucesso na evasão de alunos do ensino superior a distância. *EaD em foco*, v. 11, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v11i1.1445>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MACHADO, C. G.; FRARE, A. B.; CRUZ, A. P. C.; QUINTANA, A. C.; GOMES, D. Atribuição de causalidade à Evasão dos Graduandos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior Pública. *Pensar Contábil*, v. 23, n. 81, p. 502-520, 2021.

MODESTO, A. A. S.; SILVA, G. R. Evasão no curso de licenciatura em física no Ifac, Campus Sena Madureira: causas, fatores e possíveis consequências. **Revista Conexão na Amazônia**, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/13>. Acesso em: 3 fev. 2022.

MOREIRA, L. K. R.; DE SOUZA, M. de F. M.; CASTRO, R. C. A. de M. A evasão escolar nos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal do Pará Campus Altamira. **Educação Por Escrito**, v. 12, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2021.1.38462>. Acesso em: 3 mar. 2022.

MOURA, F. A.; MANDARINO, P. H. P.; SILVA, S. C. P. Evasão escolar no

ensino superior: análise quantitativa no curso de licenciatura em física do IFPA Campus Bragança. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 42, e20200044, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9126-RBEF-2020-0044>. Acesso em: 7 mar. 2022.

NASCIMENTO, C. F.; SANTOS, M. E. S. A evasão e a permanência sob a ótica discente: o que os alunos apontam como fatores influentes na desistência e na conclusão do curso de pedagogia na modalidade Ead. **Revista brasileira de aprendizagem aberta e a distância**, v. 20, n. 1, 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.17143/rbaad.v20i1.431>. Acesso em: 3 fev. 2022.

NASCIMENTO, L. C. S.; BEGGIATO, S. M. O. Evasão escolar na graduação em Musicoterapia da Universidade Estadual do Paraná. **Educação & Formação**, v. 5, n. 3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i115set/dez.2080>. Acesso em: 2 fev. 2022.

NETO, O. A. P.; CRUZ, F.; PFITSCHER, E. D. Utilização de metas de desempenho ligadas à taxa de evasão escolar nas universidades públicas. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 2, n. 2, p. 54-74, 2008.

OLIVEIRA, L. R. C.; COSTA, S. R. R. Fatores que contribuem para a evasão escolar em cursos de nível superior. **Revista Espacios**, v. 42, n. 11, 2021. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a21v42n11/a21v42n11p01.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

PEREIRA, P. E. J.; FÁVERO, J. D. Fatores de evasão que proporcionam o abandono discente em uma instituição de ensino superior – ies privada do município de Blumenau. **Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v. 15, n. 1, 2021. Disponível em: <https://etech.emnuvens.com.br/edicao01/article/view/1131>. Acesso em: 2 mar. 2022.

PORTELA, I.; CONCEIÇÃO, O. Abandono Escolar no Ensino Superior em Portugal: Estudo de Caso da Associação dos Institutos Superiores Politécnicos da Região Norte. **Congressos CLABES**, 2016. Disponível em: <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/1423>. Acesso em: 2 mar. 2022.

PRESTE, E. M. da T.; FIALHO, M. G. D. Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, p. 869-889, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601104>. Acesso em: 1 dez. 2020.

QUINTINO, E. M.; ANDRIOLA, W. B. Evasão discente no ensino superior: um estudo na universidade do estado de mato grosso (Unemat) – campus Pontes e Lacerda. **Educação & Linguagem**, n. 3, p. 71-90, 2020. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2021/02/SE_1_REdLi_2020.3.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

- RANGEL, F. O. *et al.* Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. Bauru, **Ciência & Educação**, v. 25, n. 1, p. 25-42, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320190010003>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- RENKAVIESKI, E.; OLIVEIRA, M. A. de; DUARTE, M. A. T. Os fatores críticos associados à evasão dos cursos de engenharia: um estudo de caso utilizando variáveis sociodemográficas. **Revista de extensão e iniciação científica da Unisociesc**, v. 8, n. 2, 2021. Disponível em: <http://dalfovo.com/ojs/index.php/reis/article/view/277>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- ROCHA, J. S. *et al.* Evasão escolar no curso de licenciatura em química no IFPR Campus Paranavaí: um levantamento das possíveis causas. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 4, p. 20778-20797, 2020. DOI:10.34117/bjdv6n4-305. Acesso em: 3 fev. 2022.
- RODRIGUES, L. S. *et al.* A Evasão em um Curso de Especialização em Gestão em Saúde na Modalidade a Distância. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 22, n. 66, 2018. DOI: 10.1590/1807-57622017.0129. Acesso em: 3 fev. 2022.
- SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. A. Fatores associados à evasão no ensino superior brasileiro: um estudo de análise de sobrevivência para os cursos das áreas de Ciência, Matemática e Computação e de Engenharia. Produção e Construção em instituições públicas e privadas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, n. 2. p. 337-373, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-41614925amp>. Acesso em: 27 fev. 2022.
- SILVA, C. F. S. Um estudo sobre evasão no curso de licenciatura em física do IFPE Campus Pesqueira na turma 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal de Pernambuco. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/367>. Acesso em: 3 fev. 2022.
- SILVA, G. P. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação**, v. 18, n. 2, p. 311-333, 2013.
- SILVA, I. J. A.; MIRANDA, G. J.; LEAL, E. A.; PEREIRA, J. M. Estratégias das Coordenações dos Cursos de Ciências Contábeis para combater a Evasão. **Revista Universo Contábil**, v. 14, n. 2, p. 61-81, 2018.
- SILVA, R. A. de S. *et al.* Evasão em Computação na UFC sob a perspectiva dos alunos. In: WORKSHOP SOBRE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (WEI), 29., 2021, Evento Online. **Anais [...]** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 338-347. DOI: <https://doi.org/10.5753/wei.2021.15925>. Acesso em: 1 mar. 2022.
- SOUZA, J. A. S. Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 6, p. 19-29, 2013. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3498>. Acesso em: 20. nov. 2023.
- SOUZA, T. S.; SÁ, S.; CASTRO, P. A. Evasão Escolar no Ensino Superior: um estudo qualitativo via mapeamento de licenciaturas. **Revista Lusófona de Educação**, v. 44, n. 44, p. 63-82, 2019. DOI: 10.24140/issn.1645-7250.rle44.04. Acesso em: 3 fev. 2022.
- SOUZA, M. A. R. *et al.* The use of IRAMUTEQ software for data analysis in qualitative research. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017015003353>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- TELES, R. de M. *et al.* Estudo da evasão Estudantil no curso de Licenciatura em Química do IFMA – Campus São Luís Monte Castelo. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25600>. Acesso em: 1 mar. 2022.
- TINTO, V. **Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. Evasão Escolar na Educação Superior: de que indicador estamos falando? **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 908-937, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v27i66.4009>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- WIHELM, M. F.; SCHLOSSER, M. T. S. Evasão no curso de licenciatura em geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE): indagações e complexidades. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 23, n. 41, p.1-26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236499437672>. Acesso em: 5 mar. 2022.
- ZAROS, L. G. *et al.* Fatores influenciadores da evasão dos estudantes de graduação na modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Educação Contemporânea**, Belo Horizonte, v. 34, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-Celia-Da-Goncalves/publication/358504611_Educacao_Contemporanea_-Volume_34/links/620536feafa8884cabd7003e/Educacao-Contemporanea-Volume-34.pdf#page=36. Acesso em: 1 mar. 2022.

Meta-análise em Marketing: definições, tipos e principais procedimentos na condução do método

*Álan Andrew de Souza **Licione Marques ***Bianca Carvalho ****Cláudio Sampaio

Informações do artigo

Recebido em: 11/04/2023

Aprovado em: 27/11/2023

Palavras-chave:

Meta-análise. Meta-análise de primeira ordem. Método meta-analítico.

Marketing.

Keywords:

Meta-analysis. First-order meta-analysis. Meta-analytical method.

Marketing.

Autores:

*Doutorando - PUCRS

email: alan.andrew.caxias@hotmail.com

**Doutoranda - PUCS

lica.marques@gmail.com

***Doutoranda - PUCRS

bianca.alirs@gmail.com

****Doutor - PUCRS

csampaio@puccrs.br

Como citar este artigo:

SOUZA, Álan Andrew de; MARQUES, Licione; CARVALHO, Bianca; SAMPAIO, Cláudio. Meta-análise em Marketing: definições, tipos e principais procedimentos na condução do método.

Competência, Porto Alegre, v. 16, n. 2, dez. 2023.

Resumo

A produção científica na área de marketing tem resultado em diversas novas descobertas que, em alguns casos, demonstram não convergirem em seus achados. Nesse sentido, a meta-análise pode ser uma solução para esse problema, pois oferece uma oportunidade crucial de revisão e consolidação dos achados empíricos de pesquisas quantitativas, proporcionando para o pesquisador uma melhor compreensão dos fatos e encaminhamentos para identificação de divergências a serem exploradas em novas pesquisas. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo revisar as diretrizes necessárias para condução de estudos meta-analíticos de primeira ordem no campo de marketing. Para tanto, realizou-se uma revisão sobre o conceito de meta-análise, tipos e procedimentos necessários para realizar o processo com rigor, analisando a conduta de estudos meta-analíticos presentes na literatura e publicados em periódicos relevantes para o campo do marketing. Como resultados, destaca-se os principais procedimentos necessários para o atingimento do rigor metodológico do referido método, fornecendo uma melhor compreensão dos fatos e encaminhamentos para identificação de lacunas teóricas para os pesquisadores de marketing.

Abstract

The scientific production in the marketing area has resulted in several new findings that, in some cases, demonstrate that they do not converge in their findings. In this sense, meta-analysis can be a solution to this problem, since it offers a crucial opportunity to review and consolidate the empirical findings of quantitative research, providing the researcher with a better understanding of the facts and directions for identifying divergences to be explored in new research. Thus, the present study aims to review the guidelines necessary for conducting first-order meta-analytic studies in the marketing field. A review was conducted on the concept of meta-analysis, types and procedures necessary to carry out the process with rigor, analyzing the conduct of meta-analytical studies present in the literature and published in journals relevant to the field of marketing. As results, we highlight the main procedures necessary to achieve the methodological rigor of the method, providing a better understanding of the facts and directions for identifying theoretical gaps for marketing researchers.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, diversas novas descobertas empíricas foram relatadas na literatura de marketing, o que facilitou e impulsionou a aparição de inúmeras meta-análises em publicações sobre o tema de marketing (GREWA; PUCCINELLI; MONROE, 2018). Nesse sentido, cabe ressaltar que meta-análise é um método quantitativo, que tem como objetivo fazer um resumo dos resultados de estudos realizados. O termo meta-análise foi introduzido por Gene Glass, o então presidente da *American Educational Research Association*, em 1976, como sendo uma metodologia para análise dos resultados das análises estatísticas para fins do desenho de conclusões gerais (HEDGES, 1992). Hunter e Schmidt (2004) apoiam que o principal propósito da meta-análise é estimar quais seriam os resultados, caso todos os estudos analisados tivessem sido conduzidos sem limitações metodológicas ou falhas. Desta forma, os resultados da condução perfeita dos estudos poderiam revelar as relações ocultas e fundamentais entre os construtos.

No campo de conhecimento do marketing, os primeiros estudos que utilizaram meta-análise foram publicados por Peterson, Albaum e Beltrami (1985), enquanto Monroe e Krishnan (1983) ilustraram um procedimento para integrar os resultados da pesquisa entre os estudos. Grewal, Puccinelli e Monroe (2018), identificaram que embora ocorresse uso consistente de meta-análises no marketing desde a década de 1980, houve um aumento acentuado na popularidade desde 2000, sendo utilizada crescentemente em vários subcampos de marketing, como comportamento do consumidor (SCHEIBEHENNE; GREIFENEDER; TODD, 2010), comunicações (EISEND; KUSTER, 2011), vendas (VERBEKE; DIETZ; VERWALL, 2011), gerenciamento de produto (RUBERA; KIRCA, 2012), performance financeira (ORLITZKY; SCHMIDT; RYNES, 2003; MARGOLIS; ELFENBEIN; WALSH, 2009), consumo sustentável (HAN; HANSEN, 2012) e engajamento de clientes nas mídias sociais (SANTINI *et al.*, 2020).

Apesar de grande utilização, o método meta-analítico é complexo para atendimento de rigor científico, porém, quando executado, unifica diversos resultados empíricos, comprovando sua eficácia. Outro ponto positivo é citado por Verbeke, Dietz e Verwaal (2011), corroborando que o método concede a possibilidade de verificação referente a questões não resolvidas. Desta forma, a meta-análise pode atuar como uma base importante na construção de teoria em uma variedade de domínios e teste de teorias concorrentes, alternativas e complementares, permitindo o desenvolvimento de maneiras eficazes na agregação dos resultados de pesquisas empíricas, sem a necessidade de acessar dados primários, os quais possuem probabilidade de maior omissão para os pesquisadores.

O crescimento exponencial no campo de conhecimento do marketing exige a extração de diversos resultados dentro de

uma vasta literatura. Glass (1976) resalta que isso é um problema metodológico complexo e importante, no qual a meta-análise é uma alternativa rigorosa para dar sentido a uma literatura de pesquisa em rápida expansão, pois pode identificar os limites de um domínio de pesquisa, resumindo o conhecimento atual e importantes questões conceituais, metodológicas e substantivas não resolvidas. Essas contribuições ocorrem no método meta-analítico por meio das generalizações empíricas, que chamam a atenção para implicações desses conhecimentos tanto para a academia, quanto para a prática e respaldam o pragmatismo na construção do conhecimento.

Ainda, Hunter e Schmidt (2004) salientam o fato de muitos autores de revisões de pesquisas não estarem familiarizados com o método meta-analítico. Isso é justificável, especialmente à medida que existe a exigência de replicação e extensão das pesquisas anteriores e também pelo fato dos autores do presente estudo identificarem a carência de trabalhos direcionados para a área de marketing, os quais promovam aos futuros pesquisadores o conhecimento necessário para a produção de meta-análises com adequado rigor metodológico. Na busca de preencher essa lacuna, o presente estudo tem como principal objetivo revisar as diretrizes necessárias para condução de estudos meta-analíticos de primeira ordem, em especial no campo de marketing. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão de literatura sobre o conceito de meta-análise e procedimentos necessários para realizar o processo, analisando a conduta de estudos meta-analíticos presentes na literatura e publicados em periódicos relevantes para o campo do marketing.

2 META-ANÁLISE: COMPREENDENDO O MÉTODO E SEUS TIPOS

A meta-análise é considerada uma das melhores formas de revisão da literatura quando o objetivo é fornecer a partir de um banco de dados de resultados empíricos, uma padronização de resultados, para algum determinado domínio de pesquisa (HUNTER, 2001; SCHMIDT, 2013; GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018). O método meta-analítico geralmente envolve a descrição dos resultados de cada estudo por meio de um índice numérico, que representa uma estimativa do tamanho do efeito, tal como um coeficiente de correlação, uma diferença de média padronizada, ou uma razão de probabilidade e, em seguida, combinando essas estimativas entre estudos para obter um resumo unificado (HEDGES; VEVEA, 1998). Nesse sentido, o trabalho meta-analítico pode ser dividido em duas linhas: testes de significância estatística de resultados e métodos para combinar estimativas entre estudos (HEDGES, 1992). Field e Gillett (2010) afirmam que os estudos meta-analíticos podem informar os pesquisadores sobre (i) média e a variância dos efeitos populacionais subjacentes; (ii) variabilidade nos efeitos entre os estudos, ou seja, o método permite a estimação da variabilidade entre os tamanhos dos efeitos entre os estudos, que representa a homogeneidade dos tamanhos dos efeitos; (iii)

variáveis moderadoras que relatam a existência de variabilidade nos tamanhos de efeito, permitindo a exploração em termos de variáveis moderadoras.

Existem três tipos de meta-análises. A meta-análise de tipo 1 ou padrão envolve como variável-chave específica é o tamanho do efeito, e essas meta-análises integram amplamente vários relacionamentos ou fazem uma análise focada em um conjunto de relacionamentos. Elas examinam o papel de vários moderadores individualmente e/ou simultaneamente. Esses moderadores incluem fatores de método e fatores conceituais importantes que podem resolver inconsistências aparentes na literatura. As meta-análises do tipo 1 também podem utilizar modelagem de equações estruturais e testar modelos alternativos, como no estudo de Santini *et al.* (2020). A meta-análise de tipo 2 ou de replicação não seguem necessariamente os procedimentos meta-analíticos tradicionais, ocorrendo a análise das principais estatísticas empregadas em estudos anteriores em um determinado domínio utilizado para compreender o papel de certos fatores (HUNTER; SCHMIDT, 2004). Por fim, a meta-análise de tipo 3 ou de segunda ordem, é definida como uma abordagem para sintetizar quantitativamente os resultados de uma série de meta-análises, abordando uma questão de pesquisa semelhante (HUNTER; SCHMIDT, 2004; GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018). Essas análises tomam os tamanhos dos efeitos das meta-análises publicadas e examinam os efeitos de outras variáveis que podem influenciar a relação, como Peterson (2001) qualitativamente e Eisend (2015) quantitativamente. A abordagem pretende resumir um corpo crescente de meta-análises, ao longo de vários anos, da mesma forma que uma meta-análise busca identificar inferências mais confiáveis e generalizáveis do que estudos primários individuais (PETERSON, 2001). Schmidt e Oh (2013) corroboram com Busch e Friede (2018) quando descrevem a meta-análise de segunda ordem como um método que combina uma série de meta-análises de primeira ordem independentes, mas metodologicamente comparáveis. Essa prática permite uma generalização em contextos que possuem tamanhos de amostra tremendamente maior e análises de fator moderador meta-analíticas aprimoradas. As conclusões podem ser derivadas não apenas de uma fração dos estudos primários disponíveis, mas presumivelmente com uma amostra próxima a um conjunto completo de estudos. Desta forma, podemos conceituar uma meta-análise de segunda ordem como uma meta-análise das meta-análises.

Assim, as meta-análises de tipo 1 e de tipo 2 são consideradas meta-análises de primeira ordem porque unificam dados codificados de estudos primários, enquanto as do tipo 3 são consideradas meta-análises de segunda ordem, visto que consolidam os resultados de meta-análises de primeira ordem (HUNTER; SCHMIDT, 2004; GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018).

3 MÉTODO

Com o objetivo de revisar as diretrizes necessárias para condução de estudos meta-analíticos de primeira ordem no campo de marketing, realizou-se um estudo qualitativo, de cunho descritivo, realizado através de uma revisão de literatura com base nas etapas propostas por Wolfswinkel, Furtmueller e Wilderom (2013), sendo elas: definição, busca, seleção, análise e apresentação. Na etapa de definição, o critério adotado foi: identificação de estudos sobre meta-análise que tenham sido publicados em periódicos relevantes dentro do campo da administração com foco em marketing.

Posteriormente, na etapa de busca, realizou-se uma pesquisa avançada pela palavra-chave *meta-analytics* nas seguintes bases: *Web of Science*, *Scopus*, *Google Scholar*, *SCIELO*, *EMERALD*, totalizando 34.982 artigos. Para a seleção dos estudos, adotou-se dois critérios: a) estudos publicados na área de marketing em periódicos com considerável produtividade e impacto nas pesquisas acadêmicas, nesta etapa, considerou-se o *Impact Factor* (H-index) de cada revista; e b) número de citações em outras pesquisas conforme *Google Scholar*, sendo que juntos, os artigos selecionados para a etapa de análise totalizam 153.014 contribuições acadêmicas em outros estudos – o que demonstra a importância da meta-análise para os estudos de marketing. Importante ressaltar que além dos 57 artigos selecionados para a etapa de análise, também se identificou 3 livros para embasar as diretrizes propostas neste estudo, totalizando 60 estudos.

Na etapa de análise, realizou-se a leitura dos estudos e registrou-se as informações bibliométricas. Logo após, as etapas a serem observadas na condução de uma meta-análise de primeira ordem foram quantificadas e os textos codificados, sendo a que a codificação emergiu da leitura dos artigos analisados. Além disso, os artigos foram divididos em dois grupos: o primeiro relacionado a artigos que contribuíram para o entendimento e rigor no uso do método meta-análise e segundo relacionado aos artigos que utilizaram a meta-análise como metodologia dos seus estudos.

Finalmente, a etapa de apresentação dos resultados foi estruturada de forma a apresentar as principais considerações para conduzir uma meta-análise de primeira ordem, destacando as etapas a serem observadas na condução do estudo, sendo elas: definição do problema de pesquisa, especificação da amostra e a estratégia de pesquisa para coleta de dados, codificação, extração do tamanho do efeito, correção do erro de mensuração, tratamento dos diversos resultados de estudos únicos, tratamento de possíveis *outliers*, combinação dos tamanhos de efeito e escolha do tipo de modelo a ser aplicado.

4 DIRETRIZES PARA CONDUÇÃO DE ESTUDOS META-ANALÍTICOS DE PRIMEIRA ORDEM

As etapas propostas por Grewal, Puccinelli e Monroe (2018) são a seguir apresentadas e foram adotadas para a apresentação das diretrizes para condução de estudos meta-analíticos de primeira ordem.

4.1 DEFININDO O PROBLEMA DE PESQUISA

Da mesma forma que outros desenhos de estudo, a meta-análise começa com uma questão de pesquisa a ser especificada em termos de população, intervenção, grupo de controle, relações entre construtos e resultados. Definir a questão de pesquisa é um ato de equilíbrio, pois caso seja muito restrito, a revisão pode terminar com poucos estudos, entretanto caso seja muito ampla, uma visão geral significativa pode ser complicada. Para resolver essa situação Dekkers (2018) afirma que uma ideia aproximada do número de publicações sobre um determinado tópico pode orientar o enquadramento da questão de pesquisa. A definição da questão de pesquisa guiará as próximas etapas das decisões posteriores para a meta-análise que será realizada. Por exemplo, Santini *et al.* (2020) examinaram o envolvimento do cliente nas mídias sociais, e realizaram uma busca para identificar todos os estudos empíricos que investigaram essa relação entre os construtos.

4.2 ESPECIFICANDO A AMOSTRA E A ESTRATÉGIA DE PESQUISA PARA COLETA DE DADOS

Muitos bancos de dados eletrônicos podem ser usados nesta etapa, e o pesquisador deve detalhar a forma por meio da qual irá selecionar os estudos que irão compor sua pesquisa. Para otimização do processo de pesquisa, os artigos-chave devem ser fornecidos ao pesquisador na informação que está sendo utilizada como filtro de pesquisa, pois podem conter pistas para palavras-chave e indexação. Além disso, as referências dos principais artigos podem ser verificadas (DEKKERS, 2018). A definição clara dos critérios de seleção é fundamental para os resultados do trabalho, e ajuda a definir o escopo da revisão a fim de determinar a população para a qual as generalizações serão possíveis. Desta forma, é possível projetar e implementar a estratégia de pesquisa mais adequada e minimizar o viés no processo de revisão para inclusão de estudos na meta-análise (TAMIM *et al.*, 2011). A definição da estratégia de pesquisa é necessária para capturar o conjunto mais abrangente e relevante de estudos a serem analisados. Portanto, definir quais bases de dados serão utilizadas, quais periódicos, as palavras-chave do estudo em foco e os critérios que venham a

qualificar a definição da amostra, com vista a qualidade na seleção dos estudos. Grewal, Puccinelli e Monroe, (2018) indicam que sejam definidos critérios de inclusão e exclusão, visando sempre a melhor qualidade possível do material coletado.

No estudo de Santini *et al.* (2020), por exemplo, os pesquisadores informaram que o procedimento de busca focou artigos publicados antes e até maio de 2019, envolvendo cinco etapas: primeiro, a pesquisa no banco de dados do *Scholar Google* usando palavras-chave pré-definidas. Segundo a verificação manual dos estudos identificados por meio da busca eletrônica para descobrir estudos adicionais que desenvolveram escalas para medir o envolvimento na mídia social. Terceiro, usaram as mesmas palavras-chave para pesquisar distintos bancos de dados eletrônicos: JSTOR, Emerald, PsycINFO, Taylor & Francis, Elsevier, Science Direct, SCOPUS, Scielo e EBSCO. Quarto, procuraram manualmente o texto completo dos artigos apresentados nos principais congressos das academias de marketing e sistemas de informação: *The Academy of Marketing Science Conferences, a Association for Consumer Research, a European Marketing Academy, American Marketing Association, Global Marketing Conference, INFORMS e European Conference on Information Systems*. Por último, verificaram as dissertações disponíveis no *ProQuest*. Como critérios de inclusão amostral, os pesquisadores informam no estudo que incluíram artigos e papers os quais: (1) examinaram o envolvimento do cliente nas mídias sociais e (2) apresentaram informações estatísticas suficientes para uso em meta-análise. Os pesquisadores citam que a primeira condição eliminou 609 estudos e a segunda eliminou 277 artigos, pois forneceram apenas dados qualitativos. A amostra final foi de 814 tamanhos de efeito de 97 estudos publicados dentro de um período de 11 anos, representando 92 amostras independentes e envolvendo um total de 161.059 entrevistados. Vale ressaltar que essa abordagem na inclusão de artigos realizada por Santini *et al.* (2020) segue a sugestão de Dekkers (2018), pois segue critérios de elegibilidade.

4.3 CODIFICANDO

Hunter e Schmidt (2004) colocam que planejamento diligente, instruções explícitas e definições específicas devem ser fornecidas para o leitor desde o início da meta-análise e, em especial, na etapa de codificação. Para tirar conclusões significativas, é necessário considerar as muitas características diferentes dos estudos individuais, os quais podem fornecer uma fonte de variação nos resultados entre os estudos (FIELD; GILLET, 2010; GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018). Como a codificação de estudos é uma questão de medição, as questões de validade incluem a clareza das definições, a adequação das informações fornecidas nos relatórios originais, a quantidade de inferência que o codificador deve fazer e o grau de detalhes da codificação. Enquanto o problema de confiabilidade diz respeito à consistência

da codificação entre os codificadores ao longo do tempo, é relevante padronizar os procedimentos de codificação e verificar a necessidade de correção sempre que houver inconsistência dos codificadores e do tempo. Além disso, é essencial usar vários codificadores e relatar os resultados da confiabilidade dos codificadores e como as discrepâncias foram resolvidas (HUNTER; SCHMIDT, 2004; FIELD; GILLET, 2010; GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018).

Os pesquisadores meta-analíticos devem capitalizar as variações entre os estudos para desenvolver explicações causais que evidenciem determinada relação ser significativa em um estudo, mas não em outro. Ao encobrir as variações devido a diferenças como ambiente, tipo de respondentes, medição, instrumentação, operacionalização de variáveis e outras características do estudo, tal revisão terá menor probabilidade de resolver conflitos entre os diferentes resultados. Para que isso ocorra, é necessário que cada estudo incluído na meta-análise seja avaliado minuciosamente. Cabe ressaltar que a extração de dados deve ser realizada por no mínimo dois pesquisadores de forma independente, pois essa prática reduz a taxa de erro e permite a discussão das escolhas a serem realizadas (DEKKERS, 2018).

Existem dois objetivos a serem alcançados no processo de codificação. Em primeiro lugar, conforme observado acima, é desejável relacionar as características dos estudos aos resultados do estudo. Em segundo lugar é quantificar o máximo possível a descrição dos estudos, seja em base métrica ou não métrica. Para cumprir esses objetivos, é necessário reflexão e cuidado na definição dos atributos dos estudos e sua quantificação. Os revisores que examinam criticamente os detalhes de cada estudo, tendem a conclusões mais válidas pelo simples fato de maior acesso a informações sobre as variações contextuais que podem ter influenciado os resultados dos estudos (GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018).

Uma prática com rigor metodológico é a utilização de vários codificadores relatando os resultados da confiabilidade dos codificadores e como suas discrepâncias foram resolvidas. É recomendado a utilização de ferramentas para suporte e codificação dos dados, como o manual de codificação proposto por Capaldi, Dopko e Zelenski (2014). Por exemplo, tem-se o que foi empregado no estudo de Santini *et al.* (2020) quando informam detalhadamente seu esquema de codificação para moderadores contextuais relacionados ao objetivo da pesquisa, sendo que o procedimento abordado pelos autores para extração de dados seguiu pesquisas anteriores em meta-análises tais como Babić Rosario *et al.* (2016) e Kim e Peterson (2017).

4.4 EXTRAINDO O TAMANHO DO EFEITO

Uma prática comum em estudos primários quantitativos dentro do campo do marketing são os testes de significância estatística que buscam realizar inferências em pesquisas comportamentais, como no estudo de Santini *et al.* (2020). Muitos estudos em ciências comportamentais relatam tamanhos de efeito, que são definidos como uma estimativa da diferença entre os grupos, independentemente do tamanho da amostra (Borenstein *et al.*, 2009). Essa medida padronizada indica a direção e o tamanho de um efeito associado a um relacionamento de interesse. No que tange aos estudos meta-analíticos, sempre que possível os pesquisadores devem calcular o tamanho do efeito de um resultado empírico a partir do relatório original do estudo.

Após a codificação o pesquisador calcula um tamanho de efeito para cada estudo individualmente, e então compara os tamanhos de efeito antes de sintetizar esses resultados. Em suma, os valores p são informativos, mas, em alguns estudos, esses valores se referem a um efeito que atinge algum tipo de limite (por exemplo, $p < .05$), portanto, combiná-los pode não oferecer granularidade ou especificar a magnitude real de um efeito. Além disso, nos estudos em que os valores de p são inferiores a 0,001, geralmente não relatam nenhuma outra informação sobre o tamanho do efeito em virtude do alto nível de significância obtido. A coleta e seleção da medida do tamanho do efeito requer a consideração dos tipos de dados disponíveis no domínio da meta-análise. Os estudos que relatam as diferenças entre dois grupos (condições experimentais e de controle) tendem a relatar os valores t e os valores F , a partir dos quais um indicador do tamanho do efeito pode ser calculado. Frequentemente, o pesquisador meta-analítico pode descobrir que todas as informações relevantes não são relatadas no artigo e nesses casos, o pesquisador pode entrar em contato com os autores originais para obter as informações. Uma alternativa é utilizar alguma analogia para estimar as informações ou não incluir esse estudo na meta-análise (GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018).

Fern e Monroe (1996) relatam que grandes quantidades de tamanhos de efeito diferentes podem ser calculadas e analisadas. Os autores fornecem uma série de medidas de tamanho de efeito distintos, variando de tamanhos de efeito correlacionais, a tamanhos de efeito de diferença da média padronizada e dos tamanhos de efeito de variância explicados. Algumas meta-análises conduzem suas análises usando a sigla “ r ” de Pearson, enquanto outras usam a transformação “ r ” para “ z ” de Fisher. O coeficiente de correlação de Pearson, “ r ”, é uma forma padronizada da covariância entre duas variáveis e é bem conhecido e compreendido pela maioria dos pesquisadores da área de marketing como uma medida da força do relacionamento entre duas variáveis contínuas (FIELD; GILLET, 2010). Conforme proposto por Glen (2014) o “ z ” de Fisher é usado para encontrar

intervalos de confiança para “ r ” e diferenças entre correlações. Conforme exposto pelo mesmo autor, esse cálculo é mais comum para testar a significância da diferença entre dois coeficientes de correlação, por exemplo “ r_1 ” e “ r_2 ” de amostras independentes, como é o caso de estudos meta-analíticos.

Peterson e Brown (2005) fornecem um procedimento para imputar a correlação desses coeficientes parciais. Eles propõem que os revisores devem testar se os efeitos diferem para o “ r ” médio imputado em comparação com o “ r ” baseado na correlação média. Essa prática pode ser eficaz nos estudos baseados em regressão, quando a matriz de correlação não estiver disponível, pois pode ser necessário escolher usar coeficientes beta, que são considerados parciais ou não usar os dados. Cabe ressaltar a consideração de Grewal, Puccinelli e Monroe (2018) que aponta a existência de diversas opções para capturar o tamanho de um efeito quando os pesquisadores não possuem acesso a todos dados brutos referentes às publicações sobre determinado fenômeno de interesse. Isto é considerado raro, e em muitos casos praticamente impossível, e essa prática será abordada posteriormente no tópico arquivo de gaveta.

4.5 CORRIGINDO O ERRO DE MENSURAÇÃO

As meta-análises realizam rotineiramente procedimentos de conversão estatística para fornecer resultados em uma métrica de efeito comum (SANTINI *et al.*, 2020). Se os constructos podem ser capturados por uma única medida objetiva (por exemplo, lucro operacional, ROA, receita, vendas etc.), não há necessidade de corrigir o erro de medição. Em marketing, muitos construtos geralmente requerem medidas de vários itens contendo algum erro de medição. Como o erro de medição leva a estimativas subestimadas de um tamanho de efeito, ou seja, uma medida de vários itens menos confiáveis, os tamanhos de efeito serão menores. Sempre que possível os pesquisadores devem corrigir esse erro. Se as informações de confiabilidade da medida estiverem disponíveis, os pesquisadores podem fazer uso para ajuste do erro de medição (PALMATIER; HOUSTON; HULLAND, 2018). Hunter e Schmidt (2004) relatam uma fórmula que representa as confiabilidades de mensuração das variáveis. Através dela os pesquisadores podem corrigir outros erros sistemáticos, como restrições de intervalo em qualquer variável e dicotomização de uma variável contínua (GEYSKENS *et al.*, 2009). Essa técnica pode resultar em tamanhos de efeito de correlação maiores que 1,0, então os pesquisadores podem considerar limitá-lo a 1,0. As estimativas de tamanho do efeito devem ser relatadas com e sem essas correções. Santini *et al.* (2020), por exemplo, informam que quando os estudos não conseguem relatar correlações, eles converteram outras estatísticas, como diferenças médias, testes “ t ” ou valores de “ F ”.

4.6 TRATANDO DIVERSOS RESULTADOS DE ESTUDOS ÚNICOS

Um problema identificado em relação às meta-análises é a possibilidade de obter várias estimativas do tamanho de efeito referente a cada estudo (ORSINGHER; VALENTINI; DE ANGELIS, 2010). Essas estimativas devem ser consideradas independentes ou devem ser agregadas no nível do estudo, de forma que apenas um resultado contribua para a síntese total. Caso o estudo possa ser separado em replicações conceitualmente equivalentes, mas estatisticamente independentes, cada resultado deve ser analisado separadamente, como quando um estudo examina mais de um resultado. Um exemplo é quando existem vários indicadores sendo usados para estimar uma relação entre as variáveis independentes e dependentes. Nesse caso, incluir o tamanho do efeito de cada relação pode violar a suposição de independência dos procedimentos estatísticos. Sendo assim, Hunter e Schmidt (2004) sugerem que a melhor prática é a utilização de um tamanho de efeito médio ponderado pelo tamanho da amostra.

4.7 TESTANDO A HOMOGENEIDADE DOS TAMANHOS DE EFEITO

As meta-análises são especialmente úteis para fornecer um escopo mais amplo da literatura, mas, para atingir esse objetivo, Dekkers (2018) relata a necessidade de exploração minuciosa das fontes de heterogeneidade entre os estudos. Na medida em que os resultados são quantificados usando métricas padronizadas (tamanhos de efeito), Grewal, Puccinelli e Monroe (2018) sugerem que os estudos podem ser comparados e combinados para testar hipóteses sobre o domínio de pesquisa subjacente. Antes de combinar ou sintetizar os resultados, os estudos devem ser testados quanto à homogeneidade dos resultados. Se os resultados variam significativamente, existe a possibilidade de ser devido à qualidade da metodologia, erro de amostragem e/ou erro de medição. Um teste de homogeneidade ajuda o pesquisador a estabelecer que esses resultados, considerados tamanhos de efeito, são oriundos da mesma distribuição subjacente de resultados. Caso contrário, os tamanhos de efeito devem ser separados em subgrupos homogêneos para análise de moderadores. Isso dependerá do tipo de variável, e temos duas categorias: quando for variável discreta temos subgrupos e, no caso de variável contínua, temos meta-regressão.

Essas comparações podem se basear em valores “ p ” ou tamanhos de efeito. Se os estudos falham em relatar o tamanho do efeito ou não fornecem as informações necessárias para calcular os tamanhos dos efeitos, os valores “ p ” fornecem uma opção viável. Sendo assim, assumindo não significância estatística para quaisquer resultados sem um valor “ p ” correspondente, igual a $p = 0,50$, e transformando qualquer resultado com significância

estatística inferior a 0,01 para ser equivalente a um valor p de 0,01, os pesquisadores podem determinar o desvio padrão normal “ z ” para cada valor “ p ” com o mesmo sinal direcional. Todos os valores “ p ” devem ser unilaterais (GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018). Rosenthal (1982) fornece a equação para o teste de significância estatística da heterogeneidade de “ z ”, propondo como preferível para cálculo da significância estatística da homogeneidade. Assim, a transformação em um “ z ” de Fisher é uma forma para transformar a distribuição de amostragem do “ r ” de Pearson para que ele se torne normalmente distribuído. Se a hipótese de homogeneidade dos resultados for rejeitada, os resultados devem ser particionados em subgrupos apropriados, cada um deles consistente em seu grau de associação. Um teste de homogeneidade não significativo relata que a distribuição da amostra de resultados é oriunda da mesma população de resultados, e os resultados podem ser combinados (GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018).

A avaliação estatística da heterogeneidade considera apenas a heterogeneidade das estimativas quantitativas. Dekkers (2018) sugere que tais medidas estatísticas abordam a questão de compreender se as diferenças nas estimativas de efeito estão além do acaso. Os testes estatísticos não têm o poder de detectar heterogeneidade quando a revisão inclui menos de 10 artigos. A diversidade do estudo pode se traduzir em heterogeneidade estatística, portanto os pesquisadores devem avaliar a heterogeneidade e decidir se realizam uma meta-análise formal, levando em consideração tanto o julgamento subjetivo quanto o veredicto estatístico.

Os testes de heterogeneidade mais utilizados no campo do marketing são “ Q ” test e I^2 . O “ Q ” de Cochran pode ser usado como uma medida de heterogeneidade e é calculado como a soma ponderada das diferenças quadradas entre os efeitos do estudo individual e o efeito agrupado entre os estudos, com os pesos sendo aqueles usados no método de agrupamento (BORENSTEIN *et al.*, 2009). Higgins e Thompson (2002) e Higgins, Judge e Ferris (2003) propõem outra estatística, chamada de estatística I^2 , indicando a porcentagem de variação entre os estudos que estão sendo examinados e trazendo a heterogeneidade em oposição ao acaso. Geyskens *et al.* (2009) discutem vários outros testes de homogeneidade e sugerem que a utilização de vários testes pode ser vantajosa. Quando a saída desses testes estatísticos sugere heterogeneidade, os pesquisadores devem examinar os dados em busca de *outliers*. Se a heterogeneidade persistir apesar da remoção de *outliers*, os efeitos de possíveis moderadores (teóricos e metodológicos) devem ser avaliados.

4.8 TRATANDO POSSÍVEIS OUTLIERS

Para abordar algumas dessas questões de heterogeneidade, uma meta-análise deve testar quaisquer *outliers* relevantes e garantir que os resultados sejam de fato robustos.

Se tal teste revelar que as conclusões meta-analíticas mudariam, na hipótese de descartar algum estudo, requer consideração cuidadosa por parte do pesquisador. Os pesquisadores podem relatar os resultados com e sem o *outlier* na análise de resultados, e também devem perceber que, como um efeito do estudo é um *outlier*, ele não torna o estudo automaticamente impreciso ou incorreto. A análise que o exclui fornece um contexto adicional para determinar se os resultados podem ser dependentes desse *outlier* (GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018).

Técnicas sofisticadas para análise de *outliers* estão disponíveis. O procedimento de desvio meta-analítico ajustado por amostra (SAMD) de Huffcutt e Arthur (1995) leva o tamanho da amostra em consideração à medida que identifica potenciais *outliers*. Geyskens *et al.* (2009) observam que o SAMD é calculado usando a diferença entre o tamanho do efeito de cada estudo primário e o tamanho do efeito médio da amostra ponderada com o último valor não incluindo o primeiro, ocorrendo, assim, o ajuste dessa diferença para o tamanho da amostra do estudo.

4.9 COMBINANDO OS TAMANHOS DE EFEITO

A meta-análise pode integrar os efeitos de diferentes estudos que podem ter usado medidas diferentes, de tal modo que fornece um meio de avaliar o construto subjacente com uma única métrica padronizada. É possível alavancar os pontos fortes do tamanho do efeito, combinando tamanhos de efeito de vários estudos primários. Por exemplo, três estudos independentes do mesmo efeito podem não fornecer resultados estatisticamente (HUNTER; SCHMIDT, 2004; GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018). Combinar os tamanhos de efeito padronizados aumenta o poder estatístico. Existem várias diretrizes para escolher e calcular os tamanhos de efeito (BORENSTEIN *et al.*, 2009). Grewal, Puccinelli e Monroe (2018) relatam a disponibilidade de softwares para cálculo desses tamanhos automaticamente, desde que os pesquisadores insiram os dados resumidos.

4.10 ESCOLHENDO O MODELO A SER APLICADO

A seleção de um procedimento estatístico em meta-análise deve ser determinada pelas inferências que se deseja fazer. Uma vez que na inferência os objetivos forem claros, um procedimento estatístico apropriado para esses objetivos deve ser escolhido (HEDGES; VEVEA, 1998). Do ponto de vista estatístico, as meta-análises são simples e tratam a estimativa combinada por meio de uma média ponderada das estimativas de efeito dos estudos individuais (GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018). Existem duas opções estatísticas básicas para realizar uma meta-análise: um modelo de efeitos fixos e um modelo de efeitos aleatórios (DEKKERS, 2018). Ao comparar os dois modelos, estudos com amostras menores ganham relativamente mais

peso em um modelo aleatório e os intervalos de confiança são maiores. Dekkers (2018) relata que não existe resposta para qual é o modelo correto, embora muitas vezes seja realista supor alguma heterogeneidade subjacente e começar com um modelo aleatório. Em caso de ausência da heterogeneidade estatística, os dois modelos apresentam resultados idênticos. O autor menciona que os modelos de efeitos fixos e aleatórios fornecem estimativas combinadas muito semelhantes. A principal diferença está no intervalo de confiança mais amplo para o modelo aleatório, e por isso é amplamente utilizado dentro do campo de marketing. Existe uma exceção a essa regra, quando na média os efeitos de estudos menores são diferentes dos efeitos de estudos maiores.

Em complemento, Field e Gillett (2010) argumentam que a principal diferença entre modelos de efeitos fixos e aleatórios está nas fontes de erro. Os modelos de efeitos fixos assumem que o tamanho do efeito verdadeiro é compartilhado por todos os estudos, enquanto os modelos de efeitos aleatórios assumem que o tamanho do efeito varia entre os estudos, geralmente seguindo uma distribuição normal. Em particular, os modelos de efeitos aleatórios são mais apropriados quando os estudos são realizados por diferentes pesquisadores em diferentes cenários, de modo que os tamanhos dos efeitos podem variar aleatoriamente (CHEUNG, 2015).

4.10.1 Modelos de efeito fixo

Os modelos de efeito fixo assumem que os estudos na meta-análise são amostras de uma população em que o tamanho médio do efeito é fixo ou que pode ser previsto a partir de alguns preditores (HUNTER; SCHMIDT, 2000). O ponto fraco desses modelos está no fato de assumirem que todos os estudos têm o mesmo efeito verdadeiro subjacente, suposição muito rígida, pois supõe que o pesquisador possui a certeza de que todos os estudos diferem apenas devido ao acaso. Hunter e Schmidt (2000) provam que os modelos de efeito fixo normalmente manifestam um viés substancial em testes de significância para tamanhos médios de efeito e para variáveis moderadoras, enquanto os modelos de efeito aleatório não. Desta forma, recomendam que os métodos de efeito aleatório sejam os preferidos para uso em meta-análises.

4.10.2 Modelos de efeitos aleatórios

Um modelo de efeitos aleatórios relaxa a suposição de que todos os estudos usados na meta-análise possuem o mesmo efeito subjacente e que diferem apenas devido ao acaso. Desta forma, não assume que todos os estudos tenham o mesmo efeito real subjacente (DEKKERS, 2018). Se a inferência que se deseja fazer não é totalmente clara, procedimentos de efeitos condicionalmente aleatórios podem ser a melhor opção. No entanto, esclarecer a inferência desejada, seguida pela escolha de

procedimentos de efeitos fixos ou aleatórios, é geralmente o mais adequado. Usando efeitos aleatórios ou efeitos condicionalmente aleatórios para fazer inferências condicionais, podem resultar em testes menos poderosos de significância e intervalos de confiança muito amplos (HEDGES; VEVEA, 1998). Um exemplo desse modelo é o estudo de Scalco *et al.* (2017), que optaram pelo uso de efeitos aleatórios, visto que a maioria dos estudos selecionados foram realizados de forma independente, com várias amostras retiradas de diferentes populações.

4.10.3 Modelos de efeitos mistos

Modelos mistos envolvem uma combinação das ideias envolvidas em efeitos fixos e modelos de efeitos aleatórios. Nesses modelos algumas das variações entre os efeitos do tratamento são fixos, ou seja, explicáveis, e alguns são aleatórios. Consequentemente, o pesquisador procura explicar algumas das variações entre estudar os resultados e quantificar o restante, estimando uma composição de variância. Esses modelos são úteis para tratamento da variabilidade entre os resultados do estudo como aleatório. A diferença mais importante nos resultados produzidos pelos três tipos de análises estatísticas reside nos erros padrão que eles associam à estimativa geral ou combinada do efeito do tratamento (HEDGES, 1992).

4.10.4 Viés da publicação (BIAS) e teste de homogeneidade

O julgamento da validade de estudos individuais é referido como avaliação do risco de viés. O viés de publicação pode exercer uma influência substancial nas revisões meta-analíticas. Dekkers (2018) relata que uma meta-análise fornece uma resposta inválida, caso os estudos incluídos não forem válidos. Para estudos randomizados, a avaliação do risco de viés é padronizada e os elementos a serem julgados são ocultação da alocação, mascaramento de participantes, avaliadores dos resultados, relatórios seletivos de resultados e dados de resultados incompletos. Para esses domínios, os pesquisadores julgam os estudos incluídos quanto ao risco de viés, que deve ser relatado no nível do estudo. O risco total da análise de viés é preferencialmente tabulado para facilitar uma visão geral e fornecer uma ideia sobre a validade dos estudos incluídos.

O viés de publicação ocorre quando estudos com efeitos positivos estatisticamente significativos possuem maior probabilidade de publicação. Existem muitas razões para os estudos negativos permanecerem não publicados, tais como a menor motivação dos autores para finalizar o estudo e a falta de vontade dos periódicos em publicar resultados considerados desinteressantes. Esse viés frequentemente resultará em uma imagem muito positiva de uma possível intervenção. Nos estudos observacionais, dois domínios de viés são relevantes. O primeiro

deles, a classificação incorreta, pode ocorrer do fator de risco ou da intervenção em estudo, do resultado ou de ambos. O viés de seleção se refere ao viés introduzido pelos mecanismos de seleção nos estudos. Esse tipo de viés requer conhecimento metodológico e geralmente é difícil de detectar.

Três abordagens podem ser consideradas para incorporar resultados de uma análise de risco de viés. Hunter e Schmidt (2004), Grewal, Puccinelli e Monroe (2018) e Dekkers (2018) relatam as abordagens da seguinte maneira: (i) os pesquisadores podem restringir sua meta-análise a estudos com baixo risco de viés; (ii) se o risco de viés for considerado muito alto, os pesquisadores podem se abster de combinar os resultados estatísticos; (iii) exploração por meta-regressão ou análises de subgrupo, que buscam responder à pergunta, caso o risco de viés influencie as estimativas de efeito relatadas. Cabe ressaltar que a exploração por meta-regressão ou análises de subgrupo é a abordagem utilizada com mais frequência em estudos de marketing, principalmente naqueles centrados no comportamento do consumidor, pois geralmente apresentam diferentes características em suas amostras (gênero, idade, escolaridade, profissão etc.). Field e Gillett (2010) afirmam que várias técnicas foram desenvolvidas para estimar o efeito do viés e corrigi-lo. No seu estudo, os referidos pesquisadores focaram em explicar o método de estimativa “N” de Rosenthal (1982) que, segundo eles, é o mais comumente relatado em viés de publicação.

4.10.5 Procedimento da gaveta dos arquivos – *File Drawe “N” Procedure*

O procedimento *File Drawer* apresenta o método de Orwin *fail safe “N” procedure* (ORWIN, 1983), citado por Hunter e Schmidt (2004) como um artefato eficaz para determinar quantos estudos de efeito nulo seriam necessários para alterar um resultado meta-analítico significativo para não significativo. Assim, Grewal, Puccinelli e Monroe (2018) sugerem a adoção desse procedimento na realização de meta-análises, pois ele fornece evidências adicionais sobre a robustez dos resultados e destaca que possuem menor probabilidade de influência substancial em virtude do viés de publicação. Rosenthal e Rosnow (2008) relatam em maiores detalhes a adoção do procedimento no seu estudo.

4.10.6 Identificando possíveis moderadores-chave

A maioria das meta-análises procura estimar explicitamente a distribuição dos efeitos em pelo menos dois conjuntos de estudos, desta forma é interessante relatar a distribuição dos efeitos separadamente para cada conjunto

de estudos. Grewal, Puccinelli e Monroe (2018) relatam que é possível comparar as médias dos diferentes conjuntos de estudos de forma análoga a uma análise de variância unilateral ou um teste “t”, se apenas dois estudos estiverem sendo comparados. Esses moderadores são frequentemente separados em teóricos e relacionados ao estudo em questão. Contudo, essa análise dos diferentes conjuntos, não confirma causalidade e apenas conclui que o tamanho do efeito é maior em um grupo em relação a outro grupo. Desta forma, não é possível concluir que seja devido apenas a um determinado moderador, por exemplo. Por isso, ao descobrir diferenças significativas entre os vários subgrupos, os pesquisadores devem determinar se a diferença persiste após o controle de outros moderadores potenciais, usando procedimentos de meta-regressão.

Regressões para meta-análises (meta-regressão) e estudos primários contam com os mesmos princípios básicos, mas seus cálculos diferem. Se um número suficiente de estudos estiver disponível, as técnicas estatísticas multivariadas, como a meta-regressão, podem investigar concomitantemente as relações entre as principais características dos estudos revisados, levando em consideração seu desenho de pesquisa, assuntos, tratamentos, cenários e descobertas (GREWAL; PUCCINELLI; MONROE, 2018). Imagine dois preditores da variável dependente performance financeira: reputação corporativa e aspectos ambientais. Se uma regressão usar reputação corporativa como único preditor, os resultados poderão revelar a relação entre reputação corporativa e o tamanho do efeito, sem considerar como essa relação também pode ser influenciada por aspectos ambientais. Uma regressão com reputação corporativa e aspectos ambientais como preditores da performance financeira, produzirá um impacto único de reputação corporativa (controlando para qualquer influência de aspectos ambientais), o impacto único de aspectos ambientais (controlando para qualquer influência de reputação corporativa) e o impacto conjunto de reputação corporativa e aspectos ambientais, como nos estudos de Margolis, Elfenbein e Walsh (2009) que buscaram mensurar esses construtos.

Modelos causais podem ser mensurados por meio de uma matriz de correlações meta-analíticas entre os construtos no modelo. Grewal, Puccinelli e Monroe (2018) propõem que modelos de equações estruturais meta-analíticas (MASEM) demonstram a superioridade de um tipo de modelo de processo ou mecanismo sobre outro. Tal análise permite uma melhor compreensão do mecanismo subjacente em que a variável independente subjacente ao efeito influencia a variável dependente. Uma vez que as várias correlações na matriz provavelmente representam um acúmulo de diferentes efeitos e diferentes tamanhos de amostra geral, muitas meta-análises usam uma média harmônica das várias amostras como o “N”, como utilizado por Orlitzky, Schmidt e Rynes (2003) e por Busch e Friede (2018). Grewal, Puccinelli e Monroe (2018) entendem que o principal objetivo dessa prática é a manutenção do rigor catedrático, a fim de não ser influenciado por

tamanhos extremos de amostra. Desta forma, a matriz de entrada provavelmente será mais representativa do domínio e dos estudos que estão sendo examinados. A maioria dos modelos causais são limitados aos construtos frequentemente estudados na meta-análise, e os pesquisadores podem acabar se limitando aos seus modelos para estudar apenas aqueles construtos para os quais pelo menos três estudos relataram tamanhos de efeito.

Como exemplo, Santini *et al.* (2020) utilizaram MASEM para testar a estrutura do engajamento dos clientes nas redes sociais. A MASEM realiza análise meta-analítica da estrutura de covariância, usando estimativa de modelagem de equação estrutural padrão. Os artefatos "R" meta SEM e OpenMx 2.0 (NEALE *et al.*, 2016) foram utilizados para realização das análises necessárias. A análise de moderação empregou HILMA, uma abordagem baseada em regressão multivariada (GEYSKENS *et al.*, 2009) amplamente usada em pesquisas meta-analíticas, por exemplo, Babić Rosario *et al.* (2016). Os pesquisadores também utilizaram o "R", conforme indicado por Viechtbauer (2010). MASEM para testar a estrutura do engajamento dos clientes nas redes sociais. A MASEM realiza análise meta-analítica da estrutura de covariância, usando estimativa de modelagem de equação estrutural padrão. Os artefatos "R" meta SEM (CHEUNG, 2015) e OpenMx 2.0 (NEALE *et al.*, 2016) foram utilizados para realização das análises necessárias. A análise de moderação empregou HILMA, uma abordagem baseada em regressão multivariada (GEYSKENS *et al.*, 2009) amplamente usada em pesquisas meta-analíticas, por exemplo, Babić Rosario *et al.* (2016). Os pesquisadores também utilizaram o "R", conforme indicado por Viechtbauer (2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos meta-analíticos têm recebido cada vez mais atenção de pesquisadores da área de marketing. A meta-análise é um método que geralmente envolve a descrição dos resultados de cada estudo por meio de categorização, que representa uma estimativa do tamanho do efeito, tal como um coeficiente de correlação, uma diferença de média padronizada ou uma razão de probabilidade e, em seguida, combinando essas estimativas entre estudos para obter um resumo unificado (HEDGES; VEVEA, 1998) com a utilização de modelagem de equações estruturais meta-analíticas e meta-regressões. O fundamento da ciência é a acumulação de conhecimento a partir dos resultados de diversos estudos, e esse é o principal alicerce da meta-análise. Por muitos anos essa não foi uma questão importante nas ciências sociais porque o número de estudos que tratavam de determinado assunto era pequeno. Todavia, isso mudou na medida em que atualmente existem diversos estudos tratando das mesmas relações entre construtos.

Conforme abordado por Hunter e Schmidt (2004), a grande maioria dos estudos científicos não chegou a resultados concretos, causando frustração para as organizações que financiam pesquisas, principalmente pelo fato de que a maioria dos resultados traz necessidade de novas pesquisas. Para minimizar este cenário, o uso de meta-análise se faz necessário, visto que o método possui a interpretação direta quando todos os estudos fornecem a mesma imagem, exibindo um resumo estatístico dos resultados de estudos relevantes. Um ponto ofensor é que a interpretação é mais complexa, como, por exemplo, quando um ou dois grandes ensaios mostram efeitos não diretamente comparáveis à média ponderada de um número muito maior de ensaios. Nesse caso, os pesquisadores devem, então, equilibrar cuidadosamente os argumentos para uma decisão. Isso pode ocorrer pelo fato de que a meta-análise pode fornecer uma resposta não válida se os estudos incluídos não forem válidos. Por isso, o julgamento da validade dos estudos individuais é crucial (HUNTER; SCHMIDT, 2004).

A acumulação de resultados em estudos para estabelecer fatos é uma necessidade para os pesquisadores de diversas áreas, que precisam saber e compreender o método da meta-análise para serem eficientes em seus trabalhos. Um limitador para os pesquisadores é a falta de tempo e treinamento para explorar o material altamente técnico e complexo existente sobre meta-análise. É fato que os estudiosos precisam aplicar a meta-análise em suas próprias pesquisas, mesmo aqueles sem planos de utilizar o método devem estar familiarizados para melhor compreensão da literatura de pesquisa em seus campos de estudo. Isso é necessário pois raros campos do conhecimento ainda não são afetados por aplicações de meta-análise, e no futuro a quantidade poderá ser ainda menor (DEKKERS, 2018). Podemos observar nessa pesquisa quais são as etapas necessárias para a existência de rigor metodológico nos estudos meta-analíticos. É possível afirmar que esta é a principal contribuição do estudo.

É notável que Hunter e Schmidt (2004) são base de muitos estudos sobre meta-análise, e suas considerações são citadas nas pesquisas de Field e Gillett (2010) e Grewal, Puccinelli e Monroe (2018). O modelo das 10 etapas sugeridas por Grewal, Puccinelli e Monroe (2018) foi escolhido como base para este estudo visto que consideramos como um dos mais eficientes para condução do método. Cabe destacar que os autores citados possuem procedimentos que permitem determinar quanto da variação nas descobertas de estudos empíricos ocorreu devido a erro de amostragem, artefatos de medição e outros artefatos, ajustando os efeitos desses artefatos e produzindo uma estimativa da população real e sua possível variabilidade dos resultados do estudo. Essa variação, sendo pequena ou zero, indica que muitas das aparentes discrepâncias entre diferentes estudos são ilusórias. A meta-análise também permite a correção de correlações e do tamanho do efeito dos estudos para os efeitos atenuantes de erros de medição e outros artefatos. Isso é possível principalmente por empregar o procedimento de ponderação nos tamanhos de

amostra e resultados dos estudos primários (HUNTER; SCHMIDT, 2004). Como vimos, a meta-análise possibilita integrar resultados de estudos existentes para revelar padrões de relações subjacentes e causalidades, buscando estabelecer e constituir princípios gerais e conhecimentos cumulativos de estudos empíricos. Isso é possível por meio da integração de resultados conflitantes, comuns em estudos com pequenas amostras típicos por apresentarem baixa significância. A meta-análise integra as descobertas por meio desses estudos para revelar os padrões mais simples de relacionamento que fundamentam as literaturas de pesquisa, fornecendo uma base para o desenvolvimento da teoria.

O desenvolvimento de teorias que explicam os fenômenos, que são foco da área científica em diversos campos do conhecimento, e sua devida compreensão, somente é viável quando o pesquisador consegue calibrar com precisão as relações entre as variáveis investigadas (HUNTER; SCHMIDT, 2004). Podemos concluir que o conhecimento teórico é possível nas ciências comportamentais e sociais, e questões socialmente relevantes podem ser respondidas de maneiras razoavelmente definitivas quando o método meta-analítico for empregado com rigor científico. Ao realizar este estudo identificamos que existe carência de estudos que explicam os procedimentos a serem realizados com foco em rigor metodológico para estudos meta-analíticos com enfoque em marketing. É notável a presença de estudos que tratam especificamente em explicar o método em áreas como biomedicina, medicina, psicologia, educação, entre outras (FIELD; GILLET, 2010; DEKKERS, 2018; GLASS, 1976). No entanto, se percebe o aumento de interesse dos pesquisadores de marketing na realização de estudos meta-analíticos para uma melhor compreensão de correlações entre variáveis dependentes e independentes, moderadoras e mediadoras. Na última década temos a produção de meta-análises em campos como comportamento do consumidor (SCHEIBEHENNE; GREIFENEDER; TODD, 2010), comunicações (EISEND; KUSTER, 2011), vendas (VERBEKE; DIETZ; VERWAAL, 2011), gerenciamento de produto (RUBERA; KIRCA, 2012), performance financeira (ORLIZKY; SCHMIDT; RYNES, 2003; MARGOLIS; ELFENBEIN; WALSH, 2009), consumo sustentável (HAN; HANSER, 2012), engajamento de clientes nas mídias sociais (SANTINI *et al.* 2020) entre outras.

Como limitações deste estudo evidenciamos o número limitado de bases para a busca dos estudos para a análise, apontando, assim, para a necessidade de que futuros estudos aumentem o escopo em outras bases de dados. Além disso, indicamos a realização de uma revisão sistemática sobre aspectos metodológicos da meta-análise e a proposição de diretrizes para a condução de meta-análises em marketing. Apesar das limitações do estudo, foi possível identificar na meta-análise uma oportunidade crucial para uma revisão e consolidação dos achados empíricos de pesquisas quantitativas, proporcionando para os pesquisadores uma melhor compreensão dos fatos e encaminhamentos para identificação de lacunas teóricas.

Referências

- BABIĆ ROSARIO, Ana *et al.* The effect of electronic word of mouth on sales: A meta-analytic review of platform, product, and metric factors. **Journal of Marketing Research**, v. 53, n. 3, p. 297-318, 2016. <http://dx.doi.org/10.1509/jmr.14.0380>.
- BORENSTEIN, M.; HEDGES, L. V.; HIGGINS, J. P.; ROTHSTEIN, H. R. How a meta-analysis works. **Introduction to Meta-analysis**, v. 1, n. 421, 2009.
- BUSCH, Timo; FRIEDE, Gunnar. The robustness of the corporate social and financial performance relation: A second-order meta-analysis. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 25, n. 4, p. 583-608, 2018. <https://doi.org/10.1002/csr.1480>.
- CAPALDI, Colin A.; DOPKO, Raelyn L.; ZELENSKI, John M. The relationship between nature connectedness and happiness: A meta-analysis. **Frontiers in Psychology**, p. 976, 2014. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2014.00976>.
- CHEUNG, M. W. **Meta- Analysis: A Structural Equation Modeling Approach**. Wiley, 2015.
- CHURCHILL JR, Gilbert A.; PETER, J. Paul. Research design effects on the reliability of rating scales: A meta-analysis. **Journal of Marketing Research**, v. 21, n. 4, p. 360-375, 1984. <https://doi.org/10.1177/002224378402100402>.
- DEKKERS, Olaf M. Meta-analysis: Key features, potentials and misunderstandings. **Research and Practice in Thrombosis and Haemostasis**, v. 2, n. 4, p. e12153, 2018. <https://doi.org/10.1002/rth2.12153>.
- EISEND, Martin. Have we progressed marketing knowledge? A meta-meta-analysis of effect sizes in marketing research. **Journal of Marketing**, v. 79, n. 3, p. 23-40, 2015. <http://dx.doi.org/10.1509/jm.14.0288>.
- _____; KÜSTER, Franziska. The effectiveness of publicity versus advertising: A meta-analytic investigation of its moderators. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 39, p. 906-921, 2011. [10.1007/s11747-010-0224-3](https://doi.org/10.1007/s11747-010-0224-3).
- FERN, Edward F.; MONROE, Kent B. Effect-size estimates: Issues and problems in interpretation. **Journal of Consumer Research**, v. 23, n. 2, p. 89-105, 1996. <https://doi.org/10.1086/209469>.
- FIELD, Andy P.; GILLET, Raphael. How to do a meta-analysis. **British Journal of Mathematical and Statistical Psychology**, v. 63, n. 3, p. 665-694, 2010. <https://doi.org/10.1348/000711010X502733>.

- GEYSKENS, Inge *et al.* A review and evaluation of meta-analysis practices in management research. **Journal of Management**, v. 35, n. 2, p. 393-419, 2009. DOI 10.1177/0149206308328501.
- GLASS, Gene V. Primary, secondary, and meta-analysis of research. **Educational Researcher**, v. 5, n. 10, p. 3-8, 1976. <https://doi.org/10.3102/0013189X005010003>.
- GLEN, Stephani. **“Fisher Z-Transformation” From StatisticsHowTo.com: Elementary Statistics for the rest of us!** 2014. <https://www.statisticshowto.com/fisher-z/>.
- GREWAL, Dhruv; PUCCINELLI, Nancy; MONROE, Kent B. Meta-analysis: integrating accumulated knowledge. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 46, p. 9-30, 2018. <https://doi.org/10.1007/s11747-017-0570-5>.
- HAN, Yan; HANSEN, Håvard. Determinants of sustainable food consumption: a meta-analysis using a traditional and a structural equation modelling approach. **International Journal of Psychological Studies**, v. 4, n. 1, p. 22, 2012. <http://dx.doi.org/10.5539/ijps.v4n1p22>.
- HEDGES, Larry V. Meta-analysis. **Journal of Educational Statistics**, v. 17, n. 4, p. 279-296, 1992. <https://doi.org/10.3102/10769986017004279>.
- _____; VEVEA, Jack L. Fixed-and random-effects models in meta-analysis. **Psychological Methods**, v. 3, n. 4, p. 486, 1998. <https://doi.org/10.1037/1082-989X.3.4.486>.
- HIGGINS, C. A.; JUDGE, T. A.; FERRIS, G. R. Influence tactics and work outcomes: A meta-analysis. **Journal of Organizational Behavior: The International Journal of Industrial, Occupational and Organizational Psychology and Behavior**, v. 24, n. 1, p. 89-106, 2003.
- HIGGINS, Julian P. T.; THOMPSON, Simon G. Quantifying heterogeneity in a meta-analysis. **Statistics in Medicine**, v. 21, n. 11, p. 1539-1558, 2002. <https://doi.org/10.1002/sim.1186>.
- HUFFCUTT, Allen I.; ARTHUR, Winfred. Development of a new outlier statistic for meta-analytic data. **Journal of Applied Psychology**, v. 80, n. 2, p. 327, 1995. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.80.2.327>.
- HUNTER, J. E. The desperate need for replications. **Journal of Consumer Research**, v. 28, n. 1, p. 149-158, 2001.
- _____; SCHMIDT, Frank L. Fixed effects vs. random effects meta-analysis models: Implications for cumulative research knowledge. **International Journal of selection and Assessment**, v. 8, n. 4, p. 275-292, 2000. <https://doi.org/10.1111/1468-2389.00156>.
- _____; _____. **Methods of meta-analysis: Correcting error and bias in research findings**. Sage, 2004.
- KIM, Yeolib; PETERSON, Robert A. A Meta-analysis of Online Trust Relationships in E-commerce. **Journal of Interactive Marketing**, v. 38, n. 1, p. 44-54, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.intmar.2017.01.001>.
- MARGOLIS, Joshua D.; ELFENBEIN, Hillary Anger; WALSH, James P. Does it pay to be good... and does it matter? A meta-analysis of the relationship between corporate social and financial performance. **And does it matter**, 2009. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1866371>.
- MONROE, K. B.; KRISHNAN, R. A procedure for integrating outcomes across studies. **Advances in Consumer Research**, v. 10, p. 503-508, 1983.
- NEALE, Michael C. *et al.* OpenMx 2.0: Extended structural equation and statistical modeling. **Psychometrika**, v. 81, p. 535-549, 2016. <https://doi.org/10.1007/s11336-014-9435-8>.
- OH, I. Adverse Impact Is Unlikely to Be Eliminated as Long as Cognitively Loaded Constructs Are Assessed. **Industrial and Organizational Psychology**, v. 6, n. 4, p. 494-496, 2013.
- ORLITZKY, Marc; SCHMIDT, Frank L.; RYNES, Sara L. Corporate social and financial performance: A meta-analysis. **Organization Studies**, v. 24, n. 3, p. 403-441, 2003.
- ORSINGHER, Chiara; VALENTINI, Sara; DE ANGELIS, Matteo. A meta-analysis of satisfaction with complaint handling in services. **Journal of the academy of marketing science**, v. 38, p. 169-186, 2010. <https://doi.org/10.1007/s11747-009-0155-z>.
- ORWIN, Robert G. A fail-safe N for effect size in meta-analysis. **Journal of Educational Statistics**, v. 8, n. 2, p. 157-159, 1983. <https://doi.org/10.3102/10769986008002157>.
- PALMATIER, Robert W.; HOUSTON, Mark B.; HULLAND, John. Review articles: Purpose, process, and structure. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 46, p. 1-5, 2018. <https://doi.org/10.1007/s11747-017-0563-4>.
- PETERSON, Robert A. On the use of college students in social science research: Insights from a second-order meta-analysis. **Journal of Consumer Research**, v. 28, n. 3, p. 450-461, 2001. <https://doi.org/10.1086/323732>.
- _____; ALBAUM, Gerald; BELTRAMINI, Richard F. A meta-analysis of effect sizes in consumer behavior experiments. **Journal of Consumer Research**, v. 12, n. 1, p. 97-103, 1985. <https://doi.org/10.1086/209039>.

_____; BROWN, Steven P. On the use of beta coefficients in meta-analysis. **Journal of Applied Psychology**, v. 90, n. 1, p. 175, 2005. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.90.1.175>.

ROSENTHAL, Robert. Valid interpretation of quantitative research results. **New Directions for Methodology of Social & Behavioral Science**, 1982.

_____; ROSNOW, Ralph L. **Essentials of behavioral research: Methods and data analysis**. 2008.

RUBERA, Gaia; KIRCA, Ahmet H. Firm innovativeness and its performance outcomes: A meta-analytic review and theoretical integration. **Journal of Marketing**, v. 76, n. 3, p. 130-147, 2012.

SANTINI, Fernando *et al.* Customer engagement in social media: a framework and meta-analysis. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 48, p. 1211-1228, 2020. <https://doi.org/10.1007/s11747-020-00731-5>.

SCALCO, Andrea *et al.* Predicting organic food consumption: A meta-analytic structural equation model based on the theory of planned behavior. **Appetite**, v. 112, p. 235-248, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.appet.2017.02.007>.

SCHEIBEHENNE, Benjamin; GREIFENEDER, Rainer; TODD, Peter M. Can there ever be too many options? A meta-analytic review of choice overload. **Journal of Consumer Research**, v. 37, n. 3, p. 409-425, 2010. <https://doi.org/10.1086/651235>.

SCHMIDT, Frank L.; OH, In-Sue. Methods for second order meta-analysis and illustrative applications. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 121, n. 2, p. 204-218, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2013.03.002>.

_____; HUNTER, John. History, development, evolution, and impact of validity generalization and meta-analysis methods, 1975–2001. In: **Validity Generalization**. Psychology Press, 2013. p. 42-76.

TAMIM, Rana M. *et al.* What forty years of research says about the impact of technology on learning: A second-order meta-analysis and validation study. **Review of Educational Research**, v. 81, n. 1, p. 4-28, 2011. DOI: 10.3102/0034654310393361.

VIECHTBAUER, Wolfgang. Conducting meta-analyses in R with the metafor package. **Journal of Statistical Software**, v. 36, n. 3, p. 1-48, 2010. DOI: 10.18637/jss.v036.i03.

VERBEKE, Willem; DIETZ, Bart; VERWAAL, Ernst. Drivers of sales performance: a contemporary meta-analysis. Have salespeople become knowledge brokers?. **Journal of the Academy**

of Marketing Science, v. 39, p. 407-428, 2011. <https://doi.org/10.1007/s11747-010-0211-8>.

WOLFSWINKEL, Joost F.; FURTMUELLER, Elfi; WILDEROM, Celeste PM. Using grounded theory as a method for rigorously reviewing literature. **European Journal of Information Systems**, v. 22, n. 1, p. 45-55, 2013. <https://doi.org/10.1057/ejis.2011.51>.

Motivações pela escolha da profissão contábil: uma percepção de alunos de graduação de uma universidade comunitária de Santa Catarina

*Caroline Coelho **Leonardo Jaques Danielli ***Vitor Augusto Dehlano ****Zilton Bartolomeu Martins

Informações do artigo

Recebido em: 15/06/2022

Aprovado em: 27/11/2023

Palavras-chave:

Motivações. Escolha. Profissão Contábil.

Keywords:

Motivations. Choice. Accounting Profession.

Autores:

*Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
carolcoelhodesouza@gmail.com

**Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
leonardojaques@gmail.com

***Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
vitordehlano@hotmail.com

****Doutor em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Mestre em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Especialista em Gerência Contábil, Perícia, Auditoria e Controladoria pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER)
Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Docente do curso de Ciências Contábeis na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
ziltonmartins@univali.br

Como citar este artigo:

COELHO, Caroline; DANIELLI, Leonardo Jaques; DEHLANO, Vitor Augusto; MARTINS, Zilton Bartolomeu. Motivações pela escolha da profissão contábil: uma percepção de alunos de graduação de uma universidade comunitária de Santa Catarina. **Competência**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, dez. 2023.

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção de alunos de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade comunitária de Santa Catarina acerca das motivações pela escolha da profissão contábil. Quanto à metodologia, a presente pesquisa é classificada segundo a abordagem, como quantitativa, descritiva, em relação aos objetivos e, de levantamento, no que diz respeito aos procedimentos. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário com 20 (vinte) questões fechadas, baseado nos estudos de Bauermann e Públio (2018) e Rodriguês, Bazani e Leal (2020), aplicado de forma eletrônica e validado por três professores da área. A população foi composta por 293 alunos matriculados no curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária em 2021/2 e a amostra foi de 75 respondentes, que corresponde a 25,60% da população. Os dados coletados foram tabulados por meio do Google Formulários® e a técnica de análise utilizada foi estatística descritiva, conforme a distribuição de frequência relativa. Como principais resultados, observou-se que os respondentes concordam que a profissão contábil contribui para desenvolvimento pessoal, além de ser uma profissão de prestígio. Percebeu-se também ser uma profissão sólida e que familiares e amigos agregam de forma predominante no momento da escolha pela profissão contábil.

Abstract

This study aimed to analyze the perception of undergraduate students in Accounting from a community university in Santa Catarina about the motivations for choosing the accounting profession. As for the methodology, the present research is classified according to the approach, as quantitative, descriptive, in relation to the objectives and, of survey, with regard to the procedures. As a data collection instrument, a questionnaire with 20 (twenty) closed questions was used, based on the studies of Bauermann and Públio (2018) and Rodriguês, Bazani and Leal (2020), applied electronically and validated by three professors in the area. The population consisted of 293 students enrolled in the Accounting course at a community university in 2021/2 and the sample consisted of 75 respondents, which corresponds to 25.60% of the population. The collected data were tabulated using Google Forms® and the analysis technique used was descriptive statistics, according to the relative frequency distribution. As main results, it was observed that the respondents agree that the accounting profession contributes to personal development, in addition to being a prestigious profession. It was also perceived to be a solid profession and that family and friends predominantly aggregate when choosing the accounting profession.

1 INTRODUÇÃO

A educação é a base para uma sociedade mais justa, seja no desenvolvimento da pessoa como indivíduo ou profissional, ou seja, a educação constitui elemento essencial em sua formação. Além disto, em um mundo cada vez mais globalizado, a tecnologia impõe a necessidade de atualização contínua, buscando adequar-se às novas mídias e às mudanças que impactam todas as profissões (CASTILHO; STEFANO, 2017).

Desta forma, Marques, Silva e Salviano (2016) observam que a profissão contábil tem evoluído substancialmente nos últimos anos, e em grande parte devido ao movimento global pela convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Isto traduz o grau de evolução e destaque que se imprime ao curso e à profissão contábil. Silva *et al.* (2017) complementam que o aumento da importância dada à profissão contábil se deu com a inserção das IFRS, que objetivou uniformizar e harmonizar a formulação das demonstrações contábeis no mundo.

Sobre a escolha pela profissão contábil, o compromisso tem início no ensino superior, quando profissionais em formação começam a planejar suas carreiras e refletir sobre as diversas possibilidades de atuação. O processo da escolha de uma profissão representa um complexo conjunto de variáveis internas e externas, como: características individuais, valores religiosos, políticos e socioeconômicos do país e da família (ARAÚJO *et al.*, 2018).

Nascimento Júnior *et al.* (2018) esclarecem que o processo de escolha da profissão está ligado às motivações do indivíduo, fundamentadas em dois fatores: intrínsecos e extrínsecos. Os fatores intrínsecos seriam manifestados como desejos de atingir objetivos, a despeito de qualquer influência externa. Já os fatores extrínsecos, estariam a cumprir a influência do ambiente externo. Os primeiros fatores se relacionam com ideias de satisfação subjetiva, como reputação e *status* da profissão. Já o segundo grupo se relaciona com o crescimento financeiro e alcance patrimonial.

Neste sentido, Rodriguês, Bazani e Leal (2020) argumentam que as motivações são inerentes à pessoa humana e circundam três aspectos: o primeiro fala da necessidade de realização, em âmbito pessoal e profissional, o segundo menciona sobre a necessidade de poder e o último aborda a necessidade de afiliação, que é o sentimento de pertencimento a determinado grupo. Os autores ainda salientam que mais precisamente sobre a escolha da profissão contábil, estes indivíduos buscam a autonomia na profissão, associando a imagem do profissional e a expectativa de maiores e melhores ofertas de emprego, além de uma remuneração que seja compensatória.

Assim, com base na contextualização apresentada, busca-se responder a pergunta central deste artigo: **Qual a**

percepção de alunos de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade comunitária de Santa Catarina acerca das motivações pela escolha da profissão contábil? Para que esta pergunta possa ser respondida, o estudo apresenta como objetivo analisar a percepção de alunos de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade comunitária de Santa Catarina acerca das motivações pela escolha da profissão contábil.

Como justificativa teórica, Rodriguês, Bazani e Leal (2020) investigaram os fatores que afetam a escolha da profissão contábil na percepção dos alunos do curso de Ciências Contábeis e recomendam a necessidade de novos estudos de modo a contribuir para melhores comparativos e análises dos resultados. Já Ribeiro *et al.* (2021) investigaram os fatores que influenciaram a decisão dos alunos de uma instituição de ensino pública, na escolha do curso e suas expectativas em relação à carreira na área de contabilidade e propõem que novas pesquisas deste teor sejam feitas em outras instituições de ensino superior, de modo a ampliar as áreas pesquisadas, sendo significativo recomendar novos estudos, em outras localidades, nesta temática.

Por fim, Souza *et al.* (2021) buscaram determinar os fatores motivacionais que influenciam na escolha do curso de Ciências Contábeis pelos discentes e sugerem entender se a motivação extrínseca e todas suas regulações acontece de forma mais elevada do que a motivação intrínseca, identificando assim, se o indivíduo é motivado totalmente por interesses externos ou se em suas escolhas, as identidades adquiridas ao longo da vida também estão presentes. Como justificativa empírica, este trabalho pode contribuir para os discentes e docentes do curso de Ciências Contábeis, no sentido de proporcionar uma visão mais precisa acerca das reais motivações na escolha pela profissão contábil por parte dos alunos. Também pode servir como facilitador para os discentes, interlocutores por assim dizer, mensurarem, principalmente ao final do curso, se suas ideias iniciais, fundantes da sua escolha, estão alinhadas ao posicionamento do mercado de trabalho.

Este artigo contém, além desta introdução, a fundamentação teórica sobre o tema, os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, a análise dos resultados e por fim, as considerações finais, seguido das referências deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste artigo é dividida em: a profissão contábil, motivações pela escolha da profissão contábil e estudos anteriores sobre o tema.

2.1 A PROFISSÃO CONTÁBIL

Com todas as mudanças advindas com a globalização e seu impacto na economia, a profissão contábil se estendeu além das fronteiras nacionais e teve seu papel maximizado, dada a importância que possui frente aos desafios que este novo cenário incorporou à profissão e aos profissionais contábeis (FAHL; MANHANI, 2006). Gomes (2009) complementa que em decorrência da maior complexidade das organizações, atrelado ao dinamismo social, as empresas enfrentam uma realidade que as coloca, muitas vezes, em um espiral de incertezas, frente ao mercado que muda seu perfil, fazendo com haja uma transformação contínua, que implica na necessidade de informação para a tomada de decisão.

A contabilidade é compreendida como a linguagem dos negócios e, em seu arcabouço próprio no uso sistemático de procedimentos, busca mensurar, avaliar e reportar os eventos econômicos das entidades com a intenção de informar e tornar válidas e confiáveis, as informações para a tomada de decisão dos gestores e pessoas à frente das organizações (RAFFAELLI; ESPEJO; PORTULHAK, 2016). Desta forma, Martins, Martins e Morais (2019) argumentam que as exigências profissionais e os contornos que a contabilidade foram tomando ao longo do tempo, deram origem a um novo modelo de profissional, que é representado por aquele que auxilia a empresa no cumprimento de planejamentos e os formula de maneira conjunta, para que assim, os objetivos traçados sejam alcançados.

Miranda e Faria (2016) observam que o profissional da área contábil tem se destacado como peça fundamental, sobretudo na gestão das informações patrimoniais, de utilidade no processo de tomada de decisão. Neste contexto, a profissão contábil constitui instrumento hábil a ligar organizações a seus usuários externos, assim como fornece uma leitura dos fatos contábeis ocorridos dentro da empresa aos seus próprios dirigentes, mas de sobremaneira, ao ambiente que rodeia a entidade, externo a ela (RAFFAELLI; ESPEJO; PORTULHAK, 2016).

Schmidt e Gass (2018) revelam que embora a história da contabilidade seja tão antiga quanto a própria civilização, passou por uma grande evolução, visando sua importância e essencialidade para as relações de comércio e para a economia. Sendo assim, a informação gerada pela contabilidade alimenta todo um universo de gestão e análise e exerce uma influência direta no comportamento daqueles que a utilizam (MEDEIROS *et al.*, 2017).

De fato, no ambiente dos negócios e, especificamente nos processos que envolvem a profissão contábil, os impactos das tecnologias da informação estão produzindo alterações substantivas nas mais diversas dimensões, promovendo implicações diretas sobre a atuação do profissional contábil. Em pouco tempo, percebeu-se que os processos mecanizados, passaram para um

modo totalmente informatizados, automatizados e, muitos deles, realizados por robôs, por inteligência artificial, com sistemas e bancos alocados na nuvem (SANTOS *et al.*, 2019).

Cabe ressaltar que o ensino ao acadêmico de Ciências Contábeis deve ter a compreensão de que o objeto da contabilidade vai além das variações patrimoniais, não é composto exclusivamente do financeiro e que deve considerar na sua formação, a habilidade para preservação e desenvolvimento do patrimônio humano, social e cultural, que possui interferência direta com a evolução percebida no mercado atual (FERREIRA; POPIK; PAES, 2021). Com isto, Silva (2021) aborda que a profissão contábil tem caráter de essencialidade para o sucesso da empresa, busca dar informação suficiente para a tomada de decisão e o sucesso da organização, ou seja, caminha ao lado deste leque de informações contábeis que são apresentadas aos gestores do negócio ou a seus usuários externos.

2.2 MOTIVAÇÕES PELA ESCOLHA DA PROFISSÃO CONTÁBIL

A palavra motivação pode possuir diferentes conceitos, assim como a força que leva cada indivíduo à sua motivação. Desta forma, tudo que impulsiona o indivíduo a praticar determinada ação é definido como um motivo (OLIVEIRA, 2017). Neste sentido, Lens, Matos e Vansteenkiste (2008) já destacavam que a motivação é um sistema psicológico de cada indivíduo que interage com as características ambientais da personalidade, como por exemplo, interesses, habilidades, perspectiva de futuro, razões e expectativa.

A escolha da carreira profissional a se seguir é complexa, pois é um momento determinante na vida do indivíduo, quando passa por grandes transformações. Entretanto, vários fatores podem ser determinantes na escolha pela profissão contábil, como fatores psicológicos, aspectos comportamentais que se relacionam, fatores intrínsecos, como anseios, capacidade, satisfação e fatores extrínsecos, como disponibilidade e oportunidades de trabalho, prestígio de carreira, como preditivos na escolha do indivíduo. Deste modo, os fatores são confrontados para reconhecer as suas relações no período de escolha de um determinado procedimento (SANTOS, 2016).

A autora ainda salienta a existência de fatores comportamentais que influenciam os indivíduos no processo de tomada de decisão, baseados no nível de conhecimento pessoal e em experiências vivenciadas. Estes fatores são divididos entre internos (habilidades, conhecimento e realização profissional) e externos (incentivo de amigos, familiares e remuneração financeira). Silva *et al.* (2017) complementam que além dos fatores internos e externos, as condições sociais já vivenciadas, prestígio profissional e o ambiente que o indivíduo está inserido, são fatores que também influenciam diretamente na escolha da profissão.

Com uma análise abrangente dos fatores que influenciam os indivíduos a optar em exercer a profissão contábil, destacam-se como principais motivos para escolha da profissão, os aspectos financeiros, oportunidades de emprego, ambiente desafiador e dinâmico, independência, criatividade e a influência de pessoas importantes. Além destes, autonomia de atuação, liberdade para agir e para tomada de decisões, são fatores com grande relevância neste processo (HSIAO; CASA NOVA, 2016).

Souza *et al.* (2021) deixam claro que as motivações pela escolha da profissão acontecem por conta do indivíduo acreditar em uma perspectiva de vida melhor depois de formado. Leva-se em consideração que o conhecimento adquirido na universidade amplia os horizontes dos futuros profissionais, ou seja, escolhem a profissão movidos por interesses externos, enxergando a contabilidade como meio de chegar a estes objetivos desejados.

Na mesma linha, Broietti *et al.* (2020) observam que em relação às motivações na escolha pela profissão contábil, se dá em virtude do mercado de trabalho abrangente que a área oferece. Na mesma concepção, Pavão (2020) complementa que a motivação acontece por conta do mercado de trabalho possuir grandes ofertas de emprego, bem como uma remuneração satisfatória.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE O TEMA

No **Quadro 1** a seguir, fundamentado em pesquisas anteriores, pode-se observar alguns estudos correlatos que tratam da temática abordada neste artigo.

Quadro 1: Estudos anteriores sobre o tema

Autores	Objetivos	Principais Resultados
Lopes <i>et al.</i> (2015)	Verificar se existem diferenças significativas nos níveis de motivação entre alunos de instituições públicas e privadas nos cursos de Ciências Contábeis na Bahia.	Não foi constatada diferenças significativas na motivação entre os alunos das instituições públicas e privadas. No entanto, comparando gênero, estágio do curso e idade, constatou-se as mulheres possuem mais motivação extrínseca por introjeção e motivação intrínseca. Os alunos iniciantes também são mais motivados por introjeção.

Hsiao e Casa Nova (2016)	Identificar os fatores que influenciaram a geração Y ao escolher a contabilidade como sua carreira, analisando um declínio de candidatos a contador no exterior, em oposto ao que vai acontecendo no Brasil.	Destaca-se a influência de alguns fatores no momento da escolha como criatividade, independência, ambiente desafiador e dinâmico, entre outros, não sendo influenciados por fatores sociais como trabalhar com pessoas e proporcionar contribuições à sociedade.
Marques, Silva e Salviano (2016)	Analisar e identificar os fatores determinantes na escolha pelo curso de Ciências Contábeis na perspectiva dos estudantes de uma das maiores universidades privadas do país.	Os fatores que mais influenciaram na escolha foram possibilidade de atuar em diversas áreas, curso que evolui com o mercado, profissão que proporciona autonomia de atuação e possui grande oferta de emprego. Os fatores de menor relevância ficaram entre influência ou custeio da empresa onde trabalha/trabalhou e administração de empresa familiar.
Oliveira (2017)	Analisar a respeito da utilização da motivação como estratégia fundamental para efetivação da aprendizagem de acadêmicos.	Demonstra-se o papel do professor no ensino superior, mediante a compreensão da importância da atuação deste profissional, estabelecer estratégias de ensino e motivação que auxiliem no aprendizado de graduandos.
Peleias, Nunes e Carvalho (2017)	Identificar e analisar os fatores que influenciaram a escolha de estudantes pelo ingresso no curso de graduação de Ciências Contábeis.	Nota-se com resultados obtidos, que fatores mais influentes são empregabilidade e a perspectiva de carreira. Constatou-se também que os pais não exerceram influência direta na escolha do curso dos estudantes pesquisados.
Bauermann e Públlo (2018)	Identificar os fatores que influenciam os alunos a cursar Ciências Contábeis, em uma IES privada do interior de São Paulo.	Foi constatado que a maioria dos acadêmicos ingressantes buscaram informações suficientes para a escolha do curso superior sem que houvesse pressão externa. Além disto, foi possível concluir que os principais fatores que motivam a decisão do acadêmico pelo curso de Ciências Contábeis são a empregabilidade, perspectivas de carreira e percepção de vocação.

Faotto e Jung (2018)	Identificar a percepção de acadêmicos do curso de Ciências Contábeis de uma faculdade do RS, acerca de habilidades e competências do contador, confrontando-as com as tendências do mercado no âmbito nacional e internacional.	A visão dos acadêmicos está na mesma direção do mercado de trabalho, buscando suporte nas questões gerenciais e não mais somente na parte fiscal. Outro ponto a destacar é que o curso tem atendido suas expectativas, contudo, precisa incrementar aulas práticas na grade curricular, bem como na parte de gestão de negócios.
Silva, Ferreira e Arantes (2018)	Analisar a perspectiva dos graduandos em Ciências Contábeis a respeito da atuação na área acadêmica.	Os alunos buscam segurança e estabilidade financeira e enxergam a área acadêmica como uma profissão bem remunerada, mas tem uma certa resistência deixando em segunda opção.
Juchum e Feil (2019)	Analisar as perspectivas quanto a atuação do profissional contábil pelos acadêmicos de uma instituição de ensino superior em Portugal e comparar com estudos no Brasil.	Destaca-se que grande parte dos alunos de Portugal não trabalham e os que trabalham não atuam na área contábil, mas demonstram interesse em exercer a função. Também foi possível observar que apesar das semelhanças de estrutura normativa, as perspectivas futuras dos acadêmicos mudam de forma substancial entre Portugal e Brasil.
Souza <i>et al.</i> (2019)	Detectar os motivos que influenciaram discentes de uma instituição privada do Recife, na escolha do curso de Ciências Contábeis.	Os resultados foram baseados em três modelos: pela dimensão econômica destaca-se o fato de ser uma carreira com ampla empregabilidade e permite atuar em diferentes áreas/segmentos da empresa. Quanto à dimensão social, destacou-se o prestígio do curso e na questão psicológica, ampliação da cultura geral e desenvolvimento intelectual.
Rodriguês, Bazani e Leal (2020)	Investigar os fatores que afetam na escolha da profissão contábil na percepção dos alunos do curso de Ciências Contábeis de uma Universidade pública do estado de Minas Gerais.	Pode-se destacar como fatores psicológicos a questão da autonomia na profissão contábil, referente a fatores sociais a questão de poder atuar em diferentes áreas e referente a fatores econômicos, a boa remuneração no mercado de trabalho foi de grande influência pela decisão.

Santos, Pavão e Borges (2021)	Analisar os interesses motivacionais para entrada e permanência dos alunos de uma Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) do curso de Ciências Contábeis.	Não foi identificado um nível de desmotivação nos estudantes elevado, devido a sua boa relação com outros alunos e professores. A pesquisa também mostra uma boa autoavaliação dos acadêmicos que são motivados intrinsecamente e extrinsecamente pelo fato de se identificar com o curso e desejar um bom retorno financeiro, também influenciam na motivação e desempenho dos estudantes.
Ribeiro <i>et al.</i> (2021)	Identificar os fatores que influenciaram na decisão dos alunos de uma instituição de ensino pública e suas expectativas com relação à carreira na área de contabilidade.	Nota-se que com relação à carreira profissional na área da contabilidade, a área pública foi que recebeu maior destaque. Já quanto à área de atuação, foi a de contador.
Ferreira Neto e Couto (2021)	Verificar o perfil do profissional contábil e sua percepção com relação à sua profissão.	Observa-se que embora haja uma boa oferta de emprego na área, a profissão contábil não passa confiança para os atuais profissionais, mesmo que se apresente confiança de ser uma profissão promissora.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2022)

Conforme os estudos apresentados no **Quadro 1**, pode-se destacar Marques, Silva e Salviano (2016), Rodriguês, Bazani e Leal (2020) e Santos, Pavão e Borges (2021), que apresentaram pontos em comum na motivação pela escolha da profissão contábil. Uma delas é a amplitude do mercado de trabalho, tendo uma boa percepção de autonomia de atuação, gerando uma perspectiva de carreira, com destaque para o retorno financeiro. Conforme apontam Santos, Pavão e Borges (2021), os estudantes apresentam alto nível de motivação dentro de um bom relacionamento com colegas de curso e professores, identificando-se com o curso e no anseio de um bom retorno financeiro, uma vez que optaram pela profissão contábil.

Observa-se também que a questão da empregabilidade é um ponto forte no momento da escolha pela profissão contábil, como destacam Bauermann e Públio (2018), além de manter-se atualizados na evolução do mercado de trabalho. Souza *et al.* (2019) ainda complementam que na dimensão social, destacou-se o prestígio do curso e, na questão psicológica, a ampliação da cultura geral e desenvolvimento intelectual.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é classificada quanto à abordagem, como quantitativa, descritiva, em relação aos objetivos e, de levantamento, no que diz respeito aos procedimentos. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário com 20 (vinte) questões fechadas, baseado nos estudos de Bauermann e Públio (2018) e Rodrigues, Bazani e Leal (2020), aplicado de forma eletrônica (encaminhado pela coordenação do curso via *e-mail*) no período entre agosto e setembro de 2021 e validado por três professores da área.

A população deste artigo foi composta por 293 alunos matriculados no Curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária de Santa Catarina em 2021/2 e a amostra foi de 75 respondentes, que corresponde a 25,60% da população. Os dados coletados foram tabulados por meio *Google* Formulários® e a técnica utilizada foi estatística descritiva, conforme a distribuição de frequência relativa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são abordados os resultados da pesquisa, separados em duas seções. A primeira, trata do perfil dos respondentes e, a segunda, dos resultados obtidos acerca da percepção de alunos sobre suas motivações pela escolha da profissão contábil. Isto posto, inicia-se a análise da primeira seção, sendo que nela é possível identificar o gênero dos participantes desta pesquisa, conforme a **Tabela 1**.

Tabela 1: Gênero

Gênero	Frequência Relativa
Feminino	63,50%
Masculino	35,10%
Prefiro não responder	1,40%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Observa-se que a maior parte dos respondentes são do gênero feminino, com a frequência de 63,50%, enquanto o gênero masculino representou somente 35,10% dos participantes do estudo, não representando um equilíbrio entre o gênero dos alunos. Na **Tabela 2**, pode-se verificar a faixa etária dos respondentes.

Tabela 2: Faixa Etária

Idade	Frequência Relativa
Até 20 Anos	14,90%
de 21 a 25 Anos	47,30%
de 26 a 30 Anos	16,20%
de 31 a 35 Anos	9,50%
de 36 a 40 Anos	6,80%
de 41 a 45 Anos	5,30%
de 46 a 50 Anos	0,00%
Acima de 50 Anos	0,00%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Verifica-se que a maior parte dos respondentes da pesquisa estão concentrados na faixa etária de até 25 anos, representando 62,20%, sendo 47,30% na faixa etária de 21 a 25 anos. Portanto, nota-se que os participantes deste estudo estão no grupo de jovens. Adiante, indica-se o período nos quais os respondentes estão matriculados, segundo a **Tabela 3**.

Tabela 3: Período

Período	Frequência Relativa
1º Período	8,10%
2º Período	16,20%
3º Período	2,70%
4º Período	4,10%
5º Período	4,00%
6º Período	9,50%
7º Período	14,90%
8º Período	40,50%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

No que tange ao período em que se encontram os respondentes, observa-se que a maior frequência foi encontrada no oitavo período, com 40,50%. Também se verifica que a maioria dos alunos que responderam a pesquisa está matriculada na parte final do curso (6º a 8º período), com 64,90%. Na **Tabela 4**, verifica-se o percentual correspondente ao campus de origem dos respondentes da pesquisa.

Tabela 4: Campus

Curso	Frequência Relativa
Ciências Contábeis – Campus A	24,30%
Ciências Contábeis – Campus B	75,70%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Em relação ao campus dos graduandos de Ciências Contábeis, observa-se que a maior parte dos respondentes são do campus B, com representação de 75,70%, enquanto o campus A tem seu percentual em 24,30%. O resultado obtido expressa que a população universitária do campus B é maior que do A, sendo isto refletido na amostra. A seguir, apresentam-se os dados referentes ao trabalho ou estágio dos graduandos, de acordo com a **Tabela 5**.

Tabela 5: Área de Atuação

Trabalho / Estágio	Frequência Relativa
Não trabalho/faço estágio atualmente	6,80%
Não trabalho em escritório de contabilidade	1,40%
Fiscal	29,70%
Contábil	31,10%
Planejamento Tributário	5,40%
Pessoal	5,40%
Contábil/Fiscal	2,70%
Outros	17,50%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

No que concerne à atuação profissional dos respondentes, tem-se que a maior parte trabalham ou fazem estágio na área fiscal ou área contábil, representando 63,50%, enquanto 8,20% dos respondentes, não trabalham ou fazem estágio atualmente, ou ainda, não trabalham em escritórios de contabilidade. A seguir, inicia-se a análise da segunda seção, acerca da percepção de alunos sobre suas motivações pela escolha da profissão contábil. Com isto, tem-se na **Tabela 6**, que inaugura esta seção, a informação sobre a profissão contábil que os alunos possuem quando do seu ingresso no curso de Ciências Contábeis.

Tabela 6: Informações sobre a profissão contábil

Alternativas	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	14,90%
Discordo Parcialmente	27,00%

Nem discordo/Nem concordo	12,20%
Concordo Parcialmente	33,80%
Concordo Totalmente	12,10%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

De acordo com as respostas obtidas, foi possível verificar se os respondentes possuíam informações suficientes sobre a profissão contábil no momento que por ela optaram, quando 45,90% dos respondentes disseram concordar, total ou parcialmente, com tal indagação, contra 41,80% que discordam, total ou parcialmente, dizendo que não possuíam informações suficientes sobre a profissão. Os percentuais apontados acima, refletem uma boa previsão, ou, conhecimento implícito sobre a atividade contábil quando da escolha pela profissão.

O resultado obtido vai ao encontro da pesquisa de Faotto e Jung (2018), quando 66,67% responderam acerca de como seria o papel do contador como operador da profissão contábil, o que reflete diretamente sobre a pergunta aqui lançada, já que ela trata sobre as percepções dos ingressantes sobre a sua futura atuação profissional. No demonstrativo abaixo, apresenta-se sobre a segurança dos respondentes na hora da escolha pela profissão contábil, conforme a **Tabela 7**.

Tabela 7: Decisão segura no momento da escolha

Alternativas	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	6,80%
Discordo Parcialmente	14,90%
Nem discordo/Nem concordo	16,20%
Concordo Parcialmente	32,40%
Concordo Totalmente	29,70%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Analisando os dados encontrados, 62,10% dos acadêmicos se sentiam total ou parcialmente seguros no momento de escolher a profissão contábil para carreira a se seguir, sendo que somente 21,70% discordaram, total ou parcialmente, da afirmação. Esta informação vai ao encontro dos dados da **Tabela 6**, quando apenas 41,90% dos respondentes não possuíam informações total ou parcialmente suficientes sobre a profissão no momento da escolha. O estudo de Souza *et al.* (2019) corrobora com estes achados, quando 76,60% dos respondentes foram firmes e decididos na hora de escolher a profissão. A **Tabela 8** traz os dados dos acadêmicos que se por acaso possuíssem recursos financeiros e tempo, optariam por escolher outra opção profissional.

Tabela 8: Recursos financeiros e tempo mudaria a decisão

Alternativas	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	29,70%
Discordo Parcialmente	12,20%
Nem discordo/Nem concordo	14,90%
Concordo Parcialmente	10,80%
Concordo Totalmente	32,40%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Verificou-se que 43,20% discordam, total ou parcialmente, da afirmação, ou seja, se possuísem recursos financeiros e tempo, optariam por outra profissão a se seguir. Observa-se um equilíbrio nos dados encontrados entre os acadêmicos que escolheram a profissão contábil por livre e espontânea vontade (41,90%), e não por falta de recursos (43,20%), já que se possuísem, influenciaria de forma negativa a escolha da profissão contábil. Estes dados não corroboram com Rodriguês, Bazani e Leal (2020), quando 58,20% dos acadêmicos respondentes da pesquisa, se caso, possuísem um maior porte financeiro e disponibilidade de tempo, não optariam por outra profissão. Na sequência, estão expostos na **Tabela 9**, os resultados se atualmente, o acadêmico tivesse que fazer a escolha pela profissão a se seguir, optaria pela profissão contábil novamente.

Tabela 9: Atualmente, optaria pela profissão contábil

Alternativas	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	12,20%
Discordo Parcialmente	6,70%
Nem discordo/Nem concordo	12,20%
Concordo Parcialmente	32,40%
Concordo Totalmente	36,50%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

De acordo com os resultados obtidos, a maioria (68,90%) optaria novamente pela profissão contábil se tivessem que fazer a escolha atualmente. Estes dados confirmam que a maioria dos respondentes tiveram a segurança de forma parcial ou total (62,10%) sobre tomada de decisão de sua carreira profissional, segundo a **Tabela 7**. No estudo de Rodriguês, Bazani e Leal (2020) e Bauermann e Públio (2018), os acadêmicos também optariam novamente, quando, respectivamente, 80,60% e 85,95% responderam positivamente a esta questão. Na **Tabela 10**, foi questionado se os acadêmicos tiveram influências/recomendações de terceiros na escolha da profissão contábil.

Tabela 10: Influência/recomendações de terceiros

Alternativas	Frequência Relativa
Familiares	33,60%
Amigos	23,60%
Relacionamentos no trabalho	28,60%
Ninguém	12,80%
Professores	1,40%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Verifica-se que que maior parte dos respondentes (87,20%) tiveram influência de terceiros na escolha da profissão contábil, entre eles, 57,20% sofreram influência de familiares e amigos e 30% por relacionamentos por profissionais no trabalho/professores. Talvez por serem influenciados por pessoas importantes para si, tenha ocorrido uma maior segurança ao optarem pela profissão contábil. Os resultados desta pesquisa vão ao encontro do estudo de Bauermann e Públio (2018), que dos dados coletados, 52,07% concordaram totalmente terem sido influenciados por pessoas próximas, como, amigos, familiares, colegas do ambiente de trabalho e professores. Na sequência, a **Tabela 11** apresenta as respostas acerca do questionamento se os acadêmicos imaginavam que a profissão contábil os traria mais prazer que as demais profissões.

Tabela 11: A profissão contábil me traria mais prazer que as demais

Alternativas	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	16,20%
Discordo Parcialmente	4,10%
Nem discordo/Nem concordo	36,50%
Concordo Parcialmente	27,00%
Concordo Totalmente	16,20%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Conforme exposto, quando questionados se a profissão contábil daria para o acadêmico mais prazer do que as demais profissões, houve um equilíbrio nas respostas, sendo que 36,50% nem concordam e nem discordam com a possibilidade da profissão contábil ser mais prazerosa e 43,20% se posicionaram que concordam, total ou parcialmente, que a profissão contábil traria mais prazer que as demais. Segundo Oliveira (2017), a motivação é um fator de suma importância para o acadêmico, está ligada diretamente no desenvolvimento e desempenho no processo educacional, entretanto, se a pessoa está interessada, desenvolve seus deveres e tarefas com mais prazer e eficácia. Analisando o estudo de Rodriguês, Bazani e Leal (2020), a maioria

dos respondentes concordaram que a profissão contábil é mais prazerosa que as demais. Na **Tabela 12** estão os resultados colhidos ao analisar se os estudantes acreditam que a profissão contábil contribui para o desenvolvimento pessoal.

Tabela 12: A profissão contribui para o desenvolvimento pessoal

Alternativas	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	1,30%
Discordo Parcialmente	0,00%
Nem discordo/Nem concordo	6,80%
Concordo Parcialmente	40,50%
Concordo Totalmente	51,40%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A maior parte dos respondentes da pesquisa (91,90%) concorda, total ou parcialmente, que a profissão contábil contribui para o próprio desenvolvimento pessoal. Por conta da maioria acreditar que seja mais prazerosa, conseqüentemente, sua motivação pelo aprendizado e suas ambições sociais e econômicas, fazem o acadêmico se desenvolver tanto pessoalmente, como intelectualmente. Os resultados corroboram com a pesquisa de Marques, Silva e Salviano (2016), quando os respondentes também destacaram que este fator psicológico contribui para o desenvolvimento pessoal, intelectual e profissional. Na **Tabela 13**, evidencia-se os resultados na percepção dos respondentes sobre habilidades típicas para o exercício da profissão (autogerenciamento).

Tabela 13: Possui habilidades típicas para exercício da profissão (autogerenciamento)

Alternativas	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	0,00%
Discordo Parcialmente	0,00%
Nem discordo/Nem concordo	10,80%
Concordo Parcialmente	62,20%
Concordo Totalmente	27,00%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Analisando a **Tabela 13**, pode-se destacar que 89,20% dos respondentes concordam, total ou parcialmente, que possuem habilidades típicas para exercício da profissão (autogerenciamento), demonstrando que podem se adaptar ao

perfil do profissional contábil. Este achado confirma a pesquisa de Rodrigues, Bazani e Leal (2020), quando obtiveram 61,20% de concordância. Na **Tabela 14**, demonstra-se se a profissão contábil proporciona autonomia na atuação do profissional.

Tabela 14: Proporciona autonomia na atuação

Alternativas	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	1,40%
Discordo Parcialmente	8,10%
Nem Discordo/Nem Concordo	8,10%
Concordo Parcialmente	37,80%
Concordo Totalmente	44,60%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Pode-se observar na **Tabela 14**, que 82,40% dos respondentes concordam, total ou parcialmente, que a profissão contábil é uma carreira que proporciona autonomia na atuação. Isto significa que para a maioria dos respondentes, a autonomia ou liberdade para atuar e auxiliar na tomada de decisão, serviu de grande influência na hora da escolha, como destacou Hsiao e Casa Nova (2016). Este resultado corrobora com os achados de Rodrigues, Bazani e Leal (2020), quando destacaram índices elevados (79,40%) de concordância com esta afirmação. Na **Tabela 15**, foi questionado sobre o prestígio da profissão contábil.

Tabela 15: É uma profissão de prestígio

Alternativas	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	1,30%
Discordo Parcialmente	5,40%
Nem discordo/Nem concordo	12,20%
Concordo Parcialmente	36,50%
Concordo Totalmente	44,60%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Identificou-se na **Tabela 15**, que 81,10% concordam, total ou parcialmente, que há prestígio na profissão contábil. Este resultado evidencia que no momento da escolha, um dos pontos influentes, além da estabilidade na profissão, é o prestígio na carreira profissional. Este achado vai ao encontro com as pesquisas de Bauermann e Públio (2018) e Rodrigues, Bazani e Leal (2020), quando observaram de forma predominante, ser uma profissão de prestígio. A **Tabela 16** demonstra resultados sobre ser uma profissão sólida (estabilidade no emprego).

Tabela 16: Profissão sólida (estabilidade no emprego)

Alternativas	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	0,00%
Discordo Parcialmente	1,30%
Nem discordo/Nem concordo	6,80%
Concordo Parcialmente	31,10%
Concordo Totalmente	60,80%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Nota-se que 91,90% dos respondentes concordam, total ou parcialmente, que a profissão contábil é uma profissão sólida (estabilidade no emprego), sendo que 60,80% deste resultado concordam totalmente. Demonstra-se de forma expressiva, que na perspectiva dos respondentes, há estabilidade na profissão contábil, além de proporcionar bom desenvolvimento pessoal evidenciado anteriormente nesta pesquisa. Este resultado corrobora com os estudos de Bauermann e Públio (2018) e Rodriguês, Bazani e Leal (2020), quando a maioria dos respondentes também concordaram com a afirmação. Na **Tabela 17**, aborda-se se a profissão proporciona uma rápida ascensão profissional.

Tabela 17: Proporciona uma rápida ascensão profissional

Alternativas	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	2,70%
Discordo Parcialmente	5,40%
Nem discordo/Nem concordo	31,10%
Concordo Parcialmente	35,10%
Concordo Totalmente	25,70%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Quanto à questão de proporcionar uma rápida ascensão profissional, nota-se que 60,80% dos respondentes concordam, total ou parcialmente, que é possível crescer rapidamente na profissão, mostrando que a contabilidade pode proporcionar possibilidades para os profissionais. O achado corrobora com as pesquisas de Bauermann e Públio (2018) e Rodriguês, Bazani e Leal (2020), quando obteve-se concordância entre os respondentes. A **Tabela 18** evidencia se o respondente se sente preparado para atuar como profissional contábil.

Tabela 18: Preparado para atuar como profissional contábil

Alternativa	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	2,70%
Discordo Parcialmente	9,50%
Nem discordo/Nem concordo	18,90%
Concordo Parcialmente	33,80%
Concordo Totalmente	35,10%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Analisando a **Tabela 18**, notou-se que a autoavaliação dos respondentes para atuar na profissão contábil apresentou dados positivos, com 68,90% de concordância, parcial ou total. Assim, observa-se que no tema pessoal, tanto na questão de habilidades, quanto na avaliação de estar preparado para atuar na profissão, os respondentes acenam de forma positiva, corroborando com o estudo de Rodriguês, Bazani e Leal (2020). A **Tabela 19** aborda o interesse em fazer um curso de aperfeiçoamento após o término da graduação.

Tabela 19: Curso de aperfeiçoamento após a conclusão do curso

Alternativas	Frequência Relativa
Especialização na área contábil	37,80%
Mestrado	25,70%
Curso de aperfeiçoamento	17,60%
Não pretende fazer nenhum tipo curso ou continuidade acadêmica	18,90%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Nota-se que 81,10% dos respondentes demonstram interesse em fazer uma pós-graduação ou um curso de aperfeiçoamento após a conclusão da graduação. Evidencia-se quão a escolha pela profissão contábil não é garantia de sucesso, como o mercado de trabalho se torna cada vez mais exigente, o contador além de habilidades específicas tem que estar em constante atualização, buscando estar preparado para atender as perspectivas da profissão, conforme enfatizam Bauermann e Públio (2018). Este resultado vai ao encontro do estudo de Ribeiro *et al.* (2021), quando 43,48% dos respondentes mostraram interesse em fazer especialização e 37,39% mestrado/doutorado na área contábil. Na **Tabela 20**, demonstra-se em que área da contabilidade os respondentes estão inclinados a atuar.

Tabela 20: Em que área da contabilidade você está inclinado a atuar

Área da Contabilidade	Frequência Relativa
Contabilidade Pública	8,10%
Contabilidade Privada	63,50%
Professor	2,70%
Auditoria contábil	16,20%
Perícia Contábil	2,70%
Outros	6,80%
Total	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Observa-se que para maior parte dos respondentes, dentro das diversas áreas da contabilidade, optaram pela contabilidade privada, com 63,50%. Este resultado pode ter ocorrido por conta de uma maior oferta do mercado de trabalho, quando comparado com as outras áreas. Este resultado não corrobora com os estudos de Peleias, Nunes e Carvalho (2017), quando o maior percentual encontrado foi de Auditoria (29,30%) e Silva, Ferreira e Arantes (2018), quando 77,40% dos respondentes afirmaram ter a intenção de prestar concurso público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção de alunos de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade comunitária de Santa Catarina acerca das motivações pela escolha da profissão contábil. Verifica-se com a análise dos respondentes, uma multiplicidade de respostas, mas que de maneira universal, respondem a problemática do tema proposto.

Colhe-se das respostas trazidas no artigo, que a maioria dos respondentes tinha informações suficientes sobre a profissão contábil, assim como a escolha pela profissão foi segura. Também se consegue denotar um grau quantitativo satisfatório dos respondentes quando indagados sobre se atualmente mudariam a opção, antes feita pelo curso de Ciências Contábeis, em condições financeiras e de tempo diferentes, e suas respostas tenderam pelo não. Desta forma, constata-se que em sua maioria, aqueles respondentes tinham segurança na hora que optaram pela profissão contábil e, atualmente, possuem a percepção de terem acertado pela escolha anteriormente feita.

No que tange às motivações propriamente ditas acerca das percepções pela escolha da profissão contábil, tem-se uma boa gama de esteios apresentados, destacando-se uma considerável influência de familiares e amigos, pela opção feita dos

respondentes. Assinala-se, com igual importância, uma profícua porcentagem dentre os respondentes, que acreditam possuir habilidades para o aprendizado desenvolvido ao longo do curso e para o exercício da profissão, sendo que estas habilidades que afirmam possuir, refletem diretamente na escolha.

Acerca das motivações que se relacionam diretamente com a profissão contábil e seu exercício, encontra-se nas respostas trazidas, que a profissão contábil goza de particular autonomia e contribuiria para o desenvolvimento pessoal dos respondentes. Isto aponta para uma característica da atividade contábil, quando exercida de maneira livre, como profissional liberal, e o interesse predominante dos questionados por tal caractere.

Uma nítida maioria daqueles que tiveram suas respostas analisadas para o presente artigo, delineiam a profissão contábil como sendo uma profissão sólida, que traz estabilidade de emprego, mas que também promove uma ascensão profissional com relativa rapidez. Também foram muitos que apontaram para um grau de prestígio que a profissão confere aos seus atuantes.

De certa forma, estas características adornam a concepção dos respondentes que as apontam como motivações para sua escolha. É subjetivo, mas traça um perfil de escolha, e no campo da realidade da profissão, é bem verdade o prestígio que possui o contador, até porque detém, muitas vezes, um conhecimento tão técnico, que é difícil de ser alcançado por pessoas que não possuem ligação à área contábil.

Diante destes resultados, conclui-se que as motivações que circundam os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis são bastante variadas, no entanto, refletem caráter externo: família, amigos, assim como informações suficientes sobre a carreira profissional e segurança no momento da decisão pela escolha da profissão contábil, mas também possuem perspectivas bastante subjetivas, como a percepção da solidez da profissão, sua possibilidade de ascensão, estabilidade e autonomia do exercício profissional. Todos estes vetores reunidos, imprimem uma escolha consciente, com tenacidade e bem orientada na busca da formação profissional destes acadêmicos e que traduz a finalidade de realização e formação para a entrada no mercado de trabalho.

Destarte, evidencia-se que esta pesquisa pode contribuir com discentes e docentes do curso de Ciências Contábeis no que tange a dar contorno aos anseios e motivações dos ingressantes e atuais acadêmicos do curso, demonstrando de forma inequívoca certo perfilamento dos estudantes em suas causas de orientação pela sua escolha. Isto pode dizer às instituições de ensino, o que procuram seus alunos, bem como, aos discentes, o que orienta a maioria dos seus colegas, quando optam pela profissão contábil, lhes emprestando maior segurança pela escolha anterior tomada.

Com isto, a pesquisa tem seus objetivos alcançados, e

sua pergunta respondida. Para tanto, a metodologia aplicada foi adequada. Contudo, o estudo tem suas limitações: sua amostra foi bastante baixa considerando a população pesquisada, tendo como representatividade apenas 25,60% de sua população de um total de 293 possíveis respondentes. Possivelmente, tal fato, pode ter ocorrido por conta da política de isolamento sanitário, com aulas remotas, devido à propagação do vírus SARS-CoV-2 em 2020, mas sentidas ainda no ano de 2021, uma vez que o questionário aplicado teve seu pedido feito por e-mails destinados aos alunos, e não, de maneira presencial. Desta forma, atribui-se a isto, o baixo quórum de adesão de respondentes, impactado na baixa amostra que, se aplicado de forma presencial, possivelmente teria este percentual de participação aumentado.

Fica como sugestão para trabalhos futuros, que esta pesquisa possa ser aplicada novamente, com uma amostra mais abrangente, bem como, possa ser feita em outras instituições de ensino de Santa Catarina ou de outros estados da federação, a fim dos resultados serem comparados e obter-se, de maneira mais expressiva e certa, o objetivo proposto. Também se recomenda que uma pesquisa possa ser realizada junto aos profissionais de Ciências Contábeis, de preferência, entre o intervalo de um a cinco anos de atuação profissional, com o intuito de verificar se as motivações, inicialmente apontadas enquanto alunos, se mostram verificáveis no transcurso da atividade profissional. Propõe-se, ainda, uma pesquisa com abordagem qualitativa, de modo que seja aprofundada as motivações dos acadêmicos pela escolha da profissão contábil, clareando suas ocorrências e razões.

Referências

- ARAÚJO, E. T.; MOREIRA, M. A.; GOMES, S. C.; AQUIME, M. L. P. Fatores de decisão de carreira durante a graduação. **Revista de Carreiras & Pessoas**, v. 8, n. 2, p. 151-171, 2018.
- BAUERMANN, A. A.; PÚBLIO, D. S. Fatores que influenciam a escolha pelo curso de Ciências Contábeis: Uma pesquisa com alunos ingressantes em uma IES privada do interior Paulista. **Revista Formadores - Vivências e Estudos**, v. 11, n. 6, p. 49-61, 2018.
- BROIETTI, C.; FRAGA, S. S.; BROIETTI, F. C. D.; ROVER, S. Ensino em contabilidade: Perfil dos alunos e motivos que os levaram a cursar Ciências Contábeis. **Revista da Educação Superior do SENAC**, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2020.
- CASTILHO, A. F. A. N.; STEFANO, L. B. Deficiência intelectual e o direito fundamental à educação no Brasil. **Revista Jurídica Luso Brasileira**, v. 3, n. 2, p. 1-21, 2017.
- FAHL, A. C.; MANHANI, L. P. S. As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 10, n. 12, p. 25-33, 2006.
- FAOTTO, C. L. F.; JUNG, C. F. Perfil e tendências profissionais no âmbito nacional e internacional: Um estudo acerca da percepção de acadêmicos de um curso de Ciências Contábeis do Vale do Paranhana – RS. **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis**, v. 7, n. 1, p. 171-199, 2018.
- FERREIRA, R. Q.; POPIK, F.; PAES, A. P. Núcleo de apoio contábil e fiscal (NAF): Um estudo dos serviços e práticas desenvolvidas no Brasil. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E CONTABILIDADE, 18., 2021, São Paulo/SP. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2021.
- FERREIRA NETO, M. N. F.; COUTO, A. M. L. Perfil dos contadores potiguaras e sua percepção quanto à profissão contábil. **Revista Razão Contábil & Finanças**, v. 12, n. 1, p. 1-13, 2021.
- GOMES, J. S. Controle gerencial na era da globalização. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 8, n. 2, p. 26-36, 2009.
- HSIAO, J.; CASA NOVA, S. P. C. Abordagem geracional dos fatores que influenciam a escolha de carreira em contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 72, p. 393-407, 2016.
- JUCHUM, M.; FEIL, A. A. As perspectivas profissionais dos acadêmicos de contabilidade: Comparação entre Brasil e Portugal. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 11, n. 1, p. 181-203, 2019.
- LENS, W.; MATOS, L.; VANSTEENKISTE, M. Professores como fontes de motivação dos alunos: O quê e o porquê da aprendizagem do aluno. **Revista Educação**, v. 31, n. 1, p. 17-20, 2008.
- LOPES, L. M. S.; PINHEIRO, F. M. G.; SILVA, A. C. R.; ABREU, E. S. Aspectos da motivação intrínseca e extrínseca: Uma análise com discentes de Ciências Contábeis da Bahia na perspectiva da Teoria da Autodeterminação. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 5, n. 1, p. 21-39, 2015.
- MARQUES, V. A.; SILVA, C. E. S.; SALVIANO, R. A. G. Fatores determinantes da escolha do curso de Ciências Contábeis: Uma análise a partir das teorias da motivação. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 10, n. 3, p. 176-197, 2016.
- MARTINS, J. V.; MARTINS, Z. B.; MORAIS, M. L. S. Atributos e habilidades do profissional contábil e a importância de seus serviços para a tomada de decisão empresarial. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 20, n. 1, p. 5-18, 2019.
- MEDEIROS, J. T.; BARBOSA, A.; SILVA, J. D. G.; COSTA, F. H. Tomada de decisão financeira sob condições de incerteza: Estudo com alunos de graduação de Contabilidade e Administração de

empresas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 30, p. 36-45, 2017.

MIRANDA, V. L.; FARIA, J. A. Caricaturas e estereótipos do Contador: Como a imagem do profissional de contabilidade vem sendo veiculada em um jornal de grande circulação no Brasil?. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 15, n. 3, p. 1087-1116, 2016.

NASCIMENTO JÚNIOR, J. R. A.; GRANJA, C. T. L.; SANTOS, M. M.; SANTOS, M. L. C.; SILVA, G. C. B.; MELO, G. F.; OLIVEIRA, D. V. Estresse pré-competitivo e experiência esportiva em adolescentes de Petrolina-PE. **Psicologia Revista**, v. 27, n. especial, p. 615-631, 2018.

OLIVEIRA, E. S. Motivação no ensino superior: Estratégias e desafios. **Revista Contexto & Educação**, v. 32, n. 101, p. 212-232, 2017.

PAVÃO, J. A. Fatores motivadores e expectativas profissionais de alunos que cursam Ciências Contábeis como segunda formação. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 19, n. 2, p. 323-338, 2020.

PELEIAS, I. R.; NUNES, C. A.; CARVALHO, R. F. Fatores determinantes na escolha do curso de Ciências Contábeis por estudantes de instituições de ensino superior particulares na cidade de São Paulo. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v. 10, n. 3, p.39-58, 2017.

RAFFAELLI, S. C. D.; ESPEJO, M. M. S. B.; PORTULHAK, H. A imagem do profissional contábil: Análise da percepção socialmente construída por estudantes de Ciências Econômicas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 13, n. 29, p. 157-178, 2016.

RIBEIRO, S. P.; ARAÚJO, T. S.; FONSECA, E. C.; SILVA, M. L. A. Decisão de carreira na área contábil na visão dos discentes. **Revista Pretexto**, v. 22, n. 2, p. 69-86, 2021.

RODRIGUÊS, J. A. A.; BAZANI, C. L.; LEAL, E. A. Fatores que afetam a escolha da profissão contábil: Um estudo realizado com os alunos de uma IES pública de Minas Gerais. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 14, n. 2, p. 91-111, 2020.

SANTOS, B. L.; SUAVE, R.; FERREIRA, M. M.; ALTO, S. M. L. Profissão contábil em tempos de mudança: Implicações do avanço tecnológico nas atividades em um escritório de Contabilidade. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 11, n. 3, p. 113-133, 2019.

SANTOS, D. D.; PAVÃO, J. A.; BORGES, I. M. T. Motivação dos acadêmicos de Ciências Contábeis de uma universidade pública.

Revista Sinergia, v. 25, n. 1, p. 37-48, 2021.

SANTOS, E. A. Fatores determinantes da intenção de escolha da carreira na área de contabilidade: Um estudo sob o enfoque da Teoria do Comportamento Planejado. 2016. 114f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SCHMIDT, P.; GASS, J. M. Estudo comparativo entre a história da contabilidade tradicional e a sua nova história. **Revista Ciência & Trópico**, v. 42, n. 2, p. 71-98, 2018.

SILVA, J. P.; BONFIM, M. P.; NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. Adoção ao padrão IFRS e earnings quality: A persistência do lucro das empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 29, p. 46-55, 2017.

SILVA, R. H. O.; FERREIRA, A. C.; ARANTES, R. C. Perspectiva de atuação na área acadêmica por alunos de Ciências Contábeis de uma instituição pública de ensino superior. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, v. 2, n. 18, p. 1-22, 2018.

SILVA, V. A importância das informações contábeis voltadas para as microempresas. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia**, v. 1, n. 4, p. 1-15, 2021.

SOUZA, F. C. S.; SILVA, J. D.; COSTA, W.; FELIX JÚNIOR, L. A.; KRONBAUER, C. A. Fatores motivacionais na escolha do curso de Ciências Contábeis: um estudo baseado na self-determination theory. **Revista ENIAC Pesquisa**, v. 10, n. 1, p. 134-154, 2021.

SOUZA, L. P. D.; PEREIRA, E. V. F.; MOURA, N. S. P. F.; ARAÚJO, J. G. N.; SOEIRO, T. M. Motivação dos discentes a para escolha do curso de Ciências Contábeis em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia**, v. 1, n. 21, p. 149-160, 2019.

Parceria público-privada: avaliação financeira de um complexo penal no Estado de Minas Gerais

Public-private partnership: financial evaluation of a criminal complex in the State of Minas Gerais

João Eduardo Ribeiro** *Evandro Pedro Rosa**

Informações do artigo

Recebido em: 04/08/2022

Aprovado em: 06/11/2023

Palavras-chave:

Investimento. Parceria Público Privada. Complexo Penitenciário. Análise econômico-financeira; Indicadores financeiros.

Keywords:

Investment. Public-Private Partnership. Penitentiary Complex. Economic-financial analysis. Financial indicators.

Autores:

*Doutor em Administração - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
joaoeduardoribeiro@ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0001-6969-6972>

**Especialista em Finanças - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
evandroprosa2014@gmail.com

Como citar este artigo:

RIBEIRO, João Eduardo; ROSA, Evandro Pedro. Parceria público-privada: avaliação financeira de um complexo penal no Estado de Minas Gerais. **Competência**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, dez. 2023.

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em analisar, por meio de indicadores financeiros e da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), o projeto de PPP do Complexo Penitenciário Penal de Ribeirão das Neves, confrontando os valores projetados pela empresa com os reais, no período de 2011 a 2019. A análise de performance econômica financeira contou com índices de liquidez, estrutura patrimonial, rentabilidade, EVA e Fluxo de caixa, efetivamente obtidos pela concessionária, os quais possibilitaram perceber que nos anos iniciais da empresa houve alta demanda por financiamento e que as receitas operacionais começaram somente a partir de 2013, com entrega de dois dos complexos prisionais, características de projeto Greenfield. No que concerne a comparação dos índices efetivamente obtidos com os índices projetados, verifica-se um distanciamento e em alguns casos, mudanças de estratégias, tais como a substituição de algumas fontes de recursos de terceiros por capital próprio, impactando diretamente no retorno do investimento.

Abstract

The objective of this work is to analyze, through financial indicators and the Cash Flow Statement (DFC), the PPP project of the Ribeirão das Neves Penal Penitentiary Complex, comparing the values projected by company with the real ones, in the period of 2011 to 2019. The analysis of economic and financial performance included liquidity indices, equity structure, profitability, EVA and cash flow, effectively obtained by dealership, which made it possible to realize that in the early years of the company there was a high demand for financing and that Operating revenues began only from 2013, with delivery of two of the prison complexes, characteristics of the Greenfield project. Regarding the comparison of the indices actually obtained with the projected indices, there is a gap and in some cases, changes in strategies, such as the replacement in some of third party sources of funds by equity, directly impacting the return on investment.

1 INTRODUÇÃO

Em razão da crescente necessidade de investimentos em infraestrutura no Brasil, assim como a disponibilidade de verbas públicas para esses investimentos ser cada vez mais limitada, o governo vem explorando novas abordagens de financiamento para a construção de infraestrutura e buscado alternativas para possibilitar a prestação de serviços públicos, (SHINOHARA; SAVÓIA, 2008, TALLAKI; BRACCI, 2021, AKINSOLA *et al.*, 2022).

A alternativa que está ganhando destaque no Brasil, devido aos excelentes resultados obtidos no exterior, são os contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) que, de maneira geral, são parcerias entre o setor privado e o público com o intuito de viabilizar obras de infraestrutura. A PPP envolve a utilização de recursos privados para que o Estado atinja seus objetivos e, também possibilita que o setor privado realize negócios em atividades que até então eram de responsabilidade do setor público, possibilitando uma descentralização estatal. A grande vantagem dessas parcerias é que elas tornam possível o desenvolvimento de projetos que não seriam viáveis sob as formas tradicionais (MENDONÇA, 2014, STORENG; PUYVALLÉE; STEIN, 2021).

Para que um projeto de PPP seja aprovado, é essencial o desenvolvimento de uma análise de investimentos. O principal papel desta análise é projetar e selecionar os projetos que trarão maior retorno para os empreendedores, ou seja, se aquele projeto é viável e se é uma boa decisão investir nele. Por outro lado, o Poder concedente, visando a eficiência, deve monitorar os resultados das PPPs. Esse monitoramento visa verificar se os custos e receitas projetados pelo governo, provenientes da exploração do negócio por meio de um contrato de PPP, se mostram menores que os custos e receitas projetados desses mesmos serviços caso executados pelo governo (SHINOHARA; SAVÓIA, 2008, HODGE; GREVE, 2021).

O estado de Minas Gerais foi pioneiro ao publicar, no final de 2003, a Lei Estadual nº 14.868, que regulamentou o Programa de Parcerias Público-Privadas e teve como objetivo principal fomentar e disciplinar a atuação de agentes do setor privado como colaboradores na implementação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Em 2015, nove contratos de PPPs já haviam sido assinados, destacando a rodovia MG-050, unidades de atendimento integrado, o Mineirão e o primeiro presídio nacional construído e administrado por uma empresa privada em formato de PPP (COSCARRELLI *et al.*, 2015).

O Complexo Penitenciário Penal de Ribeirão das Neves surgiu em 2009 com o contrato de PPP celebrado entre o estado de Minas Gerais e a concessionária, com vigência inicial de 27 anos, prorrogada por mais 3 anos. O contrato prevê a construção e gestão do complexo penal composto por 5 unidades penais, sendo

três de regime fechado e duas de regime semiaberto, mais uma Célula Mãe (Unidade Administrativa), no município de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte. O órgão gestor e fiscal do contrato é a Secretaria de Estado de Administração Prisional sucedida pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com apoio da Unidade Setorial de PPP e do Verificador Independente. O valor inicial estimado do contrato foi de R\$ 2,1 bilhões, a valores constantes de dezembro de 2008, alterando-se para R\$ 2,4 bilhões após os dez aditivos celebrados até o ano de 2019 (SEJUSP, 2020).

Para Freitas (2017), o sistema prisional brasileiro precisa de uma reforma urgente para que cumpra com sua função de ressocialização do preso e, nesse aspecto, as penitenciárias com participação da iniciativa privada apresentaram uma melhor performance. O Relatório de Gestão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF) (2017) aponta que o sistema prisional brasileiro é o quarto do mundo em número de pessoas, após Estados Unidos da América (2.228.424), China (1.657.812) e Rússia (673.818).

Com isso, nota-se a importância dos contratos de PPPs nas gestões públicas atuais, bem como o pioneirismo do Estado de Minas Gerais na celebração destes contratos, principalmente no setor prisional. Dessa forma, é importante entender a aderência dos planos de investimentos das PPPs com os valores reais alcançados pelo setor privado, a fim de lançar transparência a este importante mecanismo de prestação de serviço público.

Levando-se em conta todos estes aspectos apresentados e que o Plano de Negócios inicial da empresa indicava viabilidade econômica financeira para a construção e administração do Complexo Penitenciário Penal de Ribeirão das Neves, emerge a seguinte questão de pesquisa: *A análise dos indicadores econômico-financeiros do Complexo Penitenciário Penal de Ribeirão das Neves, apresenta viabilidade financeira aderente ao projetado inicial?* Para responder a esta questão, este estudo tem por objetivo analisar, por meio de indicadores financeiros e da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), o projeto de PPP do Complexo Penitenciário Penal de Ribeirão das Neves, confrontando os valores projetados pela concessionária com os observados, no período de 2011 a 2019. As análises se limitam ao ano de 2019 em função do cenário pandêmico causado pelo surgimento do novo coronavírus e sua influência na economia e na performance financeira das empresas. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou em março a Resolução 62/2020. Tal medida impacta nos sistemas prisionais, haja vista que no documento, o CNJ orienta a antecipação da progressão de regime às pessoas presas pertencentes aos grupos de risco, assim como a prisão domiciliar, quando possível (COSTA *et al.*, 2020).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 PARCERIA PÚBLICO PRIVADA

No Brasil, ao longo de anos, a percepção da sociedade era de que a provisão dos serviços e obras públicas deveria ser necessariamente estatal. Essa visão, de acordo com Lamounier (2000), se encontrava institucionalizada nas estruturas econômica e jurídica, bem como na consciência social que, entendia tais serviços com uma concepção de cidadania.

À vista disso, a compreensão de que os serviços públicos são direitos do cidadão e dever do Estado gerou a percepção que aqueles devem ser executados por estes. Entretanto, a ineficiência da gestão estatal, a restrição orçamentária, os conflitos de interesse, dentre outros fatores, fizeram com que o Estado se voltasse para os agentes privados, com intuito de firmar parcerias que provessessem serviços públicos com custos baixos e qualidade. Nesse sentido, o grau de intervenção do Estado sofreu mudanças e, é um fenômeno mundial que se evidencia em sua forma mais intensa com as privatizações e concessões (LAMOUNIER, 2000).

Na década de 1990, o governo de Margaret Thatcher no Reino Unido deu os primeiros passos da participação privada nas atividades e funções que até então eram realizadas unicamente pelo poder público, criando dessa forma, as bases de um modelo de negócio denominado Private Finance Initiative (PFI), chamados no Brasil de contratos de Parcerias Público-Privadas. As PPPs representam uma aliança entre o Estado e os financiamentos privados, seguindo uma tendência que liga esta realidade à agenda política neoliberal, iniciada também na década de 1990 (CRUZ; MARQUES, 2011).

De acordo com o Dicionário Aurélio século XXI (FERREIRA, 1999, p. 1499), uma parceria é “[...] a reunião de pessoas para um fim de interesse comum [...]”. Permitindo também a compreensão de companhia ou sociedade. No âmbito social, uma parceria se define então como uma reunião de pessoas ou empresas com intuito de atingir uma finalidade que seja compartilhada por todos os implicados, inclusive a sociedade, buscando o bem comum.

Toda parceria se apoia em dispor das melhores habilidades ou características de cada uma das partes. No tocante às PPPs, o setor público vislumbra os serviços que atendem às prioridades da política de longo prazo, enquanto o setor privado vislumbra o fornecimento de serviços melhores e mais eficientes à sociedade (ROCHA; HORTA, 2005).

Ainda de acordo com Rocha e Horta (2005, p. 1), o contrato de PPP:

[...] é o acordo firmado entre a Administração

Pública e entes privados, que estabelece vínculo jurídico para implantação, expansão, melhoria ou gestão, no todo ou em parte, e sob o controle e fiscalização do Poder Público, de serviços, empreendimentos e atividades de interesse público em que haja investimento pelo parceiro privado, que responde pelo respectivo financiamento e pela execução do objetivo estabelecido.

Esse conceito emergiu como resultado de uma transformação da gestão pública na prestação dos serviços públicos. De acordo com Shinohara e Savóia (2008, p. 11), uma vez que:

[...] os crescentes déficits públicos aliados à idéia de potencializar sinergias e economias com a utilização da expertise da iniciativa privada, verificou-se que a utilização desse tipo de parceria, em detrimento das formas tradicionais de contratação e prestação de serviços públicos, proporcionaria ganhos significativos para a sociedade em termos de qualidade dos serviços e eficiência dos recursos.

A sua definição e caracterização varia de país para país, podendo-se resumir como sendo uma nova forma de celebração de contratos, na qual ambas as partes participam, tanto a pública como a privada. No caso do Brasil [...] a idéia de implementação das parcerias público-privadas foi percebida como uma ferramenta imprescindível para alavancar o crescimento e o desenvolvimento do país, dada a escassez de recursos para capitalizar novos investimentos, especialmente em áreas bastante carentes atualmente, como as de infraestrutura. A possibilidade de transferir essa responsabilidade para a iniciativa privada é o que faz das PPP uma possível solução para a falta de verbas para investimentos públicos, bem como fonte de geração de novos empregos.

De acordo com Borges e Neves (2005, p. 81), “Uma PPP pode ser legal, mas não ter legitimidade perante a população, o que porá em risco a sua continuidade no longo prazo e aumentará o risco de crédito. A PPP também tem de interessar claramente aos contribuintes e aos consumidores para ter legitimidade.” No Brasil, a PPP é entendida como uma solução perante o contingenciamento de recursos obrigatórios, haja vista que fazer a mesma obra por meio do setor público tem se tornado inviável (BORGES; NEVES, 2005).

Existe um anseio geral de que uma PPP trará mais transparência por estar submetida a regras de governança corporativa de sociedades empresariais, ainda que isso dependa da qualidade dos institutos da sociedade civil acompanhar essas informações, da natureza do serviço e de seu caráter monopolista. No entanto, não se pode esperar mais transparência em termos absolutos, uma vez que isso dependerá de como tiverem sido definidos os objetivos do projeto na licitação pública original. Ademais, um contrato de PPP só pode atuar de acordo com os limites contratuais e legais. Como exemplo dessa limitação, pode-se citar os projetos públicos que, podem ser legais e terem legitimidade perante a maioria dos atendidos no momento de sua contratação

e perderem legitimidade devido a forma de sua construção ou das cobranças de tarifas realizadas pela concessionária (BORGES; NEVES, 2005).

De acordo com Bonomi e Malvessi (2008, p. 77-78), esse tipo de parceria deve “proporcionar ao setor público alguma economia mensurável ou ganho identificado de eficiência, caso contrário corre o risco de tornar-se apenas uma forma de deslocar gastos presentes para uma necessidade de fluxo de desembolsos futuros”. Caso o Estado tiver condições de realizar diretamente os investimentos desejados em tempo hábil, não existe motivo para a implantação de uma PPP, a menos que o ganho esperado seja realizado através da incorporação de técnicas de gestão mais flexíveis, de algum insumo ou tecnologia não disponível ao setor público.

Consoante com o Tribunal de Contas da União - TCU (2006), em uma visão ampla e comumente utilizada, uma PPP é um contrato de longo prazo entre um ente do governo e um particular com intuito de promover a prestação de um serviço público ou obra pública, na qual a parte privada incorre nos riscos e nas responsabilidades de gestão e, sua remuneração está associada ao desempenho. Esta definição inclui as PPPs que fornecem novos ativos e serviços, bem como aquelas com ativos e serviços já existentes.

A implementação de projetos de PPPs no Brasil tem sido a principal estratégia dos governos para alavancar o crescimento e desenvolvimento do país, a julgar pelas dificuldades encontradas para capitalizar novos investimentos, principalmente em áreas carentes, como as de infraestrutura e a escassez de recursos públicos (SHINOHARA; SAVÓIA, 2008). Nesse sentido, no intuito de demonstrar os direitos e deveres do poder público e do parceiro privado, a próxima seção contempla o marco regulatório sobre as PPPs no Brasil, bem como alguns estudos recentes e importantes sobre o tema.

Com a aprovação, em dezembro de 2004, da Lei 11.079 (BRASIL, 2004), conhecida também como a Lei de PPP, instituíram-se, segundo o seu art. 1º “[...] normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Inclusive no mesmo artigo, no Parágrafo Único (BRASIL, 2004) indica que:

Esta lei se aplica aos órgãos da Administração Pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em seu art. 2º, a Lei 11.079 (BRASIL, 2004) traz definido esse tipo de parceria como “[...] o contrato administrativo de

concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.”, instituindo, assim, duas espécies de contratos de PPP: (i) Concessão patrocinada, a qual consiste em um contrato de concessão que prevê um patrocínio, pela Administração Pública, de parte do serviço público ou da obra pública, e o usuário paga o restante do custo do serviço mediante tarifa, assemelhando-se a uma concessão comum e; (ii) Concessão administrativa, a qual consiste em um contrato de concessão em que a Administração Pública é a única usuária direta ou indireta do serviço público concedido – escolas, hospitais, presídios – ainda que o contrato envolva a execução de obra ou fornecimento e a instalação de bens.

Em 2016, o governo federal lançou a medida provisória nº 727/2016, que criou o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), com o intuito de ampliar e fortalecer a relação do estado e a iniciativa privada. O programa remodelou o formato de concessões no Brasil e focou em empreendimentos públicos de infraestrutura executados por meio de parcerias entre o setor privado e o setor público.

2.2 OS ESTUDOS SOBRE PPPS NO BRASIL

Após a promulgação da Lei 11.079 de dezembro de 2004, que regulamenta as PPPs no Brasil e, a implementação das primeiras PPPs, diversos pesquisadores se propuseram a analisá-las sobre diferentes óticas.

Pereira e Ferreira (2008) empregaram um modelo dinâmico de equilíbrio geral para analisar os impactos de crescimento econômico e bem estar relacionados à política de PPPs no Brasil. O modelo é calibrado para a economia brasileira e, procura reproduzir os mecanismos da Lei 11.079, de dezembro de 2004, que criou a PPP no Brasil. Os autores assumem um governo que, arrecada impostos, investe, recebe renda de seus serviços e transfere essa renda para os indivíduos, além de uma economia com capital privado e infraestrutura pública e privada. As simulações criadas pelos autores sugerem que o impacto potencial das PPPs em relação ao crescimento econômico brasileiro é pouco significativo. Todavia, a importância dos ganhos de bem-estar pode ser significativa, a depender do efeito externo da infraestrutura, um parâmetro que, para os autores, é de mensuração delicada.

Ponchio, Alencar e Lima (2016) realizaram uma análise comparativa de dois projetos de PPPs, a partir da existência e verificação do *value for money* (BETTIGNIES; ROSS, 2004; 2009; WILLIAMSON, 2007; MARTIMORT, 1999), tendo como base os projetos das linhas 4 e 6 do metrô de São Paulo. Como resultados, os autores observaram a existência de mérito pela escolha por projetos de PPP em futuras linhas de metrô, no entanto, a depender do nível de risco assumido pelo parceiro privado e a depender da conjuntura e cenário econômico do país, faz sentido a escolha por

um ou por outro modelo de contrato.

Já Fonseca *et al.* (2018), com o objetivo de analisar o impacto das incertezas na viabilidade de um projeto real de uma PPP na área de transporte público, apontam que devido à escassez de recursos públicos no Brasil, as PPP's se tornam a melhor opção para atender essa carência de investimentos, que não se viabilizam com as clássicas concessões. Pelo método tradicional sugeriu ao tomador de decisão investir no desenvolvimento do projeto.

No que tange às PPPs em sistemas prisionais, Freitas (2017) estudou a participação da iniciativa privada no sistema prisional brasileiro. O autor documentou os desafios e condições encontradas nos presídios brasileiros e, por meio de um estudo comparativo entre presídios internacionais e nacionais, procurou identificar aqueles que já sofrem intervenção da iniciativa privada, no intuito de perceber se esta é uma boa solução para o caos do sistema prisional brasileiro. Para o autor, o sistema prisional brasileiro precisa de uma reforma urgente para que cumpra com sua função de ressocialização do preso. Além disso, foi percebido com a análise das experiências brasileiras, que *a priori*, as penitenciárias com participação da iniciativa privada apresentaram uma melhor performance. No entanto, com o passar dos anos, estas enfrentam os mesmos problemas que as penitenciárias públicas tradicionais e com um custo maior.

Por outro lado, Falcão e Fernandes (2018) investigaram insconstitucionalidades no sistema carcerário brasileiro devido às massivas e sistemáticas violações de direitos fundamentais, provocadas por falhas na execução de políticas públicas por parte de órgãos de diferentes instâncias do Estado brasileiro. Ao estudarem a legislação pátria e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Corte Constitucional da Colômbia, bem como a experiência pioneira de uma PPP do sistema prisional no Estado de Minas Gerais, os autores concluíram que a PPP pode ser considerada como um dos meios mais eficazes de superação das insconstitucionalidades no sistema prisional. Falcão e Fernandes (2018) ressaltam ainda que, as atribuições jurisdicionais e disciplinares não devem ser delegadas ao ente privado, uma vez que o interesse deste reside na persecução do lucro. Nesse sentido, o sucesso da PPP depende grandemente do grau de efetividade do controle exercido pelo Estado na execução do contrato de parceria público-privada.

Maurício (2011), ao estudar a privatização e a terceirização do sistema prisional, afirma que as PPPs trazem vantagens na modalidade de terceirização, como condições ao preso de se recuperar e o efetivo cumprimento da Lei. No entanto, o autor afirma que a premissa maior, que seria o direito de punir, deve ser exclusiva do Estado, haja vista os altos custos com cada detento e as possibilidades de corrupção visando lucros através de mandados de prisão. O autor documentou que a operacionalização pela iniciativa privada dos serviços públicos relativos à execução penal,

melhoram a gestão dos presídios, transferindo apenas a logística e a administração para o parceiro privado.

Contrária à visão de Maurício (2011) e, em uma visão mais crítica, Amaral, Barros e Nogueira (2016) afirmam que a utilização de PPPs em um complexo penal está relacionada às práticas punitivas que historicamente têm se apresentando ora como meio de garantir a existência de mão de obra, ora como meio de alocar aqueles que não se adequam ao “correto” funcionamento social. Na visão destes autores, é improvável a combinação de qualidade e eficiência apresentada pelos ideólogos da privatização, pelo contrário, as PPPs seriam um novo modo de conversão da prisão em um meio de controle lucrativo daqueles que não participam do mercado de consumo e de produção capitalista, isto é, as PPPs teriam o objetivo final de alcançar o lucro.

No tocante a PPP de Ribeirão das Neves, Freitas (2017) ressalta que, de início a PPP parecia ser uma solução para o problema do sistema penitenciário, trazendo qualidade muito superior aos presídios com atividades terceirizadas ou aos públicos tradicionais. Entretanto, à medida que o tempo passou, a PPP passou a enfrentar os mesmos problemas das penitenciárias públicas e terceirizadas e os custos com os presos são ainda maiores. Nesse sentido, percebe-se que não foi um investimento compensador, no longo prazo, para o Estado de Minas Gerais.

A despeito da aderência dos ganhos do parceiro privado ao efetivamente contratado com o parceiro público em um contrato de PPP, Santos (2015) estudou a PPP do Hospital do Subúrbio (HS) em Salvador/BA, analisando a ocorrência de ganhos extraordinários para o parceiro privado. O autor confrontou as TIRs entre os períodos T0 (Contrato) e T1 (Real), a possível ocorrência de ganhos extraordinários. Os resultados documentados evidenciam incompatibilidade parcial entre os indicadores e os valores efetivamente pagos ao parceiro privado, sugerindo a ocorrência de ganhos extraordinários em favor do parceiro privado. Além disso, os resultados também sugerem que a relação de PPP do HS tem potencial para geração de ganhos extraordinários favorável ao parceiro privado através da aplicação do Fluxo de Caixa Marginal (FCM).

Ainda segundo Santos (2015), no Brasil, há evidências de que contratos de PPPs estejam beneficiando parceiros privados e provocando ganhos extraordinários. Como exemplos, o autor destaca as PPPs criadas no âmbito da Copa do mundo FIFA 2014, em que estádios foram construídos ou reformados, como a Arena Fonte Nova, cujos custos foram 140% maiores do que o previsto.

Santos (2015) corrobora os achados de Oliveira *et al.* (2010), que evidencia que, em Minas Gerais, a reforma do Mineirão em contrato de PPP com a Minas Arena S/A, teve seu valor inicial aumentado em 85%, especialmente pelos custos de transação *ex post* oriundos das obras de adaptação do estádio para o evento

Copa do Mundo FIFA 2014.

Esses estudos evidenciam a necessidade de se avaliar os contratos de PPPs no Brasil, comparando ganhos reais com o contratado, a fim de melhor contribuir com o entendimento dessa modalidade de concessão pública. Nesse sentido, a seção seguinte traz descreve os passos que foram planejados com fins de alcançar o objetivo propostos pela pesquisa.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

3.1 COLETA DE DADOS E AMOSTRA

De acordo com Stake (1999), a presente pesquisa pode ser entendida como um estudo de caso, haja vista que representa o interesse específico pelo caso em si, em seu contexto real, permitindo que sejam investigadas características holísticas e gerais dos acontecimentos. Ademais, como foi realizada análise e produção de dados pode ser entendido como uma pesquisa empírica, segundo Demo (2000). Além disso, conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) esta pesquisa pode, ainda, ser caracterizada como quantitativa, dada a natureza e análise dos dados.

O Grupo empresarial GPA - Gestores Prisionais Associados - sagrou-se vencedor de processo licitatório, na modalidade PPP, em 2009, para construção e administração de unidades prisionais, cujo Contratante foi o Estado de Minas Gerais, por um período de 30 anos. A empresa apresentou o menor custo para Valor da Vaga/dia disponibilizada e ocupada em Unidade Penal de Regime Fechado (VVG DIA). A análise da proposta considerou dentre outros documentos, o Plano de Negócio dos proponentes com suas projeções, contemplando indicadores financeiros que verificariam sua exequibilidade. Desta forma, o escopo deste trabalho é verificar a viabilidade do plano de negócio inicialmente projetado. Para tanto, foi realizada análise de desempenho dos indicadores financeiros alcançados pela concessionária e comparação desses com os indicadores obtidos com os dados projetados, conforme plano de negócio.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise das demonstrações contábeis da empresa publicadas no Diário Oficial de Minas Gerais. O período amostral considerado, inicialmente foi de 2010 a 2019. O universo de dados para o estudo é composto pela Demonstração de Resultado (DRE), Fluxo de Caixa (DFC), Balanço Patrimonial e demais informações contidas nas notas explicativas. Após análise preliminar verificou-se que no ano 2010 a empresa apresentava algumas distorções nos indicadores, haja vista que foi o ano inicial dos trabalhos e de formação de patrimônio. Além de ainda não contar com capital de terceiros. Desta forma, optou-se

por excluir o ano de 2010 da amostra.

3.2 VARIÁVEIS

Além da DRE e da DFC, as variáveis consideradas nesta pesquisa são as utilizadas para cálculo e análise de indicadores econômico-financeiros. Assim sendo, o VVG DIA é a contraprestação pecuniária mensal (receita), correspondente ao Valor da Vaga-dia disponibilizada e ocupada em Unidade Penal de Regime Fechado (VVG DIA), conforme definido em edital de licitação. A composição do VVG DIA é 47,83% referente ao investimento despendido - CAPEX (aquisição de imobilizado) e 52,17% são para o OPEX (custo de manutenção + custo operacional).

As principais fontes de capital de terceiros da concessionária foram os financiamentos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), arrendamento mercantil, Banco PAN, emissão de debêntures em 2019 e capital próprio. **A Tabela 1** expõe as taxas utilizadas na análise.

Tabela 1: Taxas do Projeto ano a ano

Período	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa Capital Próprio	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%
Taxa Capital Terceiros	5,67%	5,46%	5,74%	5,49%	6,41%	7,22%	5,43%	4,51%	5,74%
WACC Real	7,62%	7,66%	7,79%	8,12%	8,73%	9,25%	9,18%	9,23%	9,76%
WACC Projetado	8,60%	8,60%	8,60%	8,60%	8,60%	8,60%	8,60%	8,60%	8,60%

Fonte: Plano de Negócio Inicial e cálculos feitos pelos autores.

A taxa de capital próprio foi calculada por meio do CAPM (SHARPE, 1964; LINTNER, 1965; MOSSIN, 1966; RIBEIRO *et al.*, 2023). O WACC Projetado (ROSS *et al.*, 2015), por sua vez, considerou essa taxa de capital próprio e informações do plano de negócio, ambas adotadas e apresentadas pela empresa no início do projeto, quando venceu a licitação. A taxa de capital de terceiros foi calculada para cada ano, com base nas efetivas entradas de recursos e considerando o benefício tributário das dívidas (34%). O WACC Real foi a média das taxas realmente obtidas pela concessionária ao longo do período amostral, também considerando o mesmo benefício tributário. Nos anos de 2013 e 2019, não foram encontradas as publicações de notas explicativas e/ou informações sobre o financiamento e debêntures. Nesse sentido, foi adotada a média das taxas dos 7 anos disponíveis, para os referidos anos.

Considerando os dados reais e projetados, na **Tabela 2** são apresentados os indicadores financeiros calculados e analisados para verificar a performance financeira da empresa nos períodos

de 2011 a 2019. Dentre os índices financeiros, os indicadores de Liquidez são capazes de evidenciar a situação financeira de uma empresa, com relação à sua capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, a vencerem no curto e longo prazo. Quanto maior for a liquidez dos ativos da empresa, menor é a possibilidade de ela ter dificuldades no cumprimento de obrigações. Foram considerados os indicadores de liquidez geral (LG), corrente (LC), seca (LS) e imediata (LI). É comum que se utilize, como parâmetro para estes indicadores, valor superior a 1, com vistas a denotar capacidade de pagamento satisfatória (ASSAF NETO; LIMA, 2017; BARBOSA; SOUZA; RIBEIRO, 2023).

Os índices de Endividamento e Estrutura de Capital visam evidenciar a dependência da empresa em relação aos recursos de terceiros. Estabelecem relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros (ROSS *et al.*, 2015, RIBEIRO; SOUZA, 2023). Neste trabalho são utilizados os índices Participação de Capital de Terceiros (PCT), composição do endividamento (CE), imobilização do Patrimônio Líquido (IPL) e imobilização dos recursos não correntes (IRNC).

Os indicadores de rentabilidade/lucratividade, visam medir o retorno do investimento feito nas atividades da empresa, compilando e relacionando dados das demonstrações contábeis para obter os índices econômicos. Este grupo de indicadores relacionam os resultados obtidos pela empresa com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, ou seja, valor de vendas, ativo total, patrimônio líquido ou ativo operacional (IUDÍCIBUS, 2017; BARBOSA; SOUZA; RIBEIRO, 2021). São analisados neste trabalho, a Margem EBITDA, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), o Retorno sobre o Investimento (ROI) e a Alavancagem Financeira (GAF).

De forma complementar aos indicadores de rentabilidade foi realizado o cálculo do *Economic Value Added* (EVA), com intuito de analisar a rentabilidade sob a ótica de aumento de riqueza do acionista. Os investidores têm a necessidade e dever de avaliar se os recursos aplicados proporcionaram a rentabilidade requerida ou satisfatória. Para tal, utilizam-se indicadores econômicos de desempenho, que combinem o retorno das operações com o montante investido. O *Economic Value Added* (EVA) é um dos indicadores mais robustos do que as medidas de desempenho financeiro, que tem recebido bastante destaque nas últimas décadas (COSTA *et al.*, 2019).

O EVA é uma marca registrada da empresa Stern Steward & Co., que evidencia a capacidade da empresa de cumprir com todas as suas despesas, remunerar o capital próprio e gerar resultados positivos. Em outras palavras, o resultado obtido menos o custo do financiamento de capital (próprio) da empresa. Portanto, o valor só é criado quando o retorno sobre o capital da empresa é maior que o custo desse capital. O custo do capital próprio não é contabilizado, mas está presente. Ele representa o

mínimo que os sócios esperam ganhar com seu investimento; se esse mínimo não for esperado, eles simplesmente não investem no negócio. Note-se que esse custo do capital próprio está sempre associado ao risco do negócio (ROSS *et al.*, 2015).

Tabela 2: Indicadores Econômico-Financeiros

Endividamento e Estrutura de Capital	Imobilização do Patrimônio Líquido	$IPL = \frac{AP}{PL}$
	Imobilização dos Recursos não Correntes	$IRNC = \frac{AP}{(PL + PNC)}$
Estrutura de Capital	Composição do Endividamento	$CE = \frac{PC}{(PC + PNC)}$
	Participação de Capital de Terceiros	$PCT = \frac{(PC + PNC)}{PL}$
Rentabilidade e Lucratividade	Margem EBITDA	$Margem\ EBITDA = \frac{EBITDA}{RL} \times 100$
	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	$ROE = \frac{LL}{PL} \times 100$
	Retorno sobre o Investimento	$ROI = \frac{LL}{Investimento} \times 100$
	Grau de Alavancagem Financeira	$GAF = \frac{LAJIR}{LAIR}$

Nota: Ativo Circulante (AC), Ativo não Circulante (ANC), Passivo Circulante (PC), Passivo não Circulante (PNC), Ativo Permanente (AP), Patrimônio Líquido (PL), Receita Líquida (RL), Lucro Líquido (LL), Lucro antes dos Juros e Imposto de Renda (LAJIR), Lucro antes dos Imposto de Renda (LAIR), Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA).

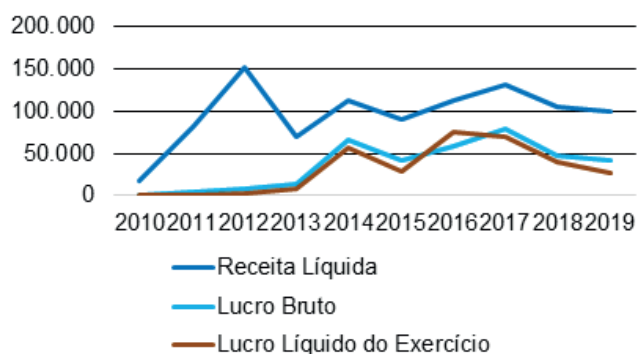
Fonte: Elaborada pelos autores.

Além dos indicadores de rentabilidade, verifica-se a necessidade de analisar, também, o acompanhamento das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. Nesse sentido, foi realizada uma análise do fluxo de caixa da concessionária em três grupos: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamento.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Por meio da DRE, observou-se que o lucro bruto apresentou forte crescimento a partir de 2014, período no qual, conforme notas explicativas, as duas primeiras unidades prisionais foram entregues, fazendo com que a concessionária passasse a receber o VVGDA. O Lucro Líquido segue também a tendência de alta com exceção de 2015 e 2019, que apresentam quedas. O **Gráfico 1** evidencia a evolução da Receita Líquida, do Lucro Bruto e do Lucro Líquido, no período analisado.

Gráfico 1: Evolução das Contas de Resultado (em mil reais)



Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme **Tabela 3**, os resultados dos cálculos dos índices realizados de liquidez corrente e seca indicam um patamar de estabilidade superior a 2, nos anos 2011, 2014, 2015, 2017, 2018 e 2019, ou seja, a situação permitiu a empresa realizar o pagamento de despesas com sobra de recursos. Já em 2012 verifica-se índice de liquidez seca de 0,93, representando um alerta para falta de recursos no curto prazo.

A liquidez imediata realizada, com exceção de 2012 e 2018, obtida, estava em patamares bem inferiores a 1, o que denota outro ponto de atenção. No caso da liquidez geral observa-se um número considerado elevado no ano 2019. Mas, que se justifica pela redução drástica da dívida com o pré-pagamento do financiamento do BNDES.

Tabela 3: Índices de Liquidez Calculados

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Liquidez Corrente	Realizado	2,27	1,09	1,18	4,3	3,86	1,45	4,01	4,48	2,48
	Projetado	3,82	2,79	3,07	2,69	2,9	2,47	2,06	1,75	0,97
Liquidez Seca	Realizado	2,24	0,93	1,16	4,23	3,81	1,42	3,99	4,45	2,44
	Projetado	3,82	2,79	3,07	2,69	2,9	2,47	2,06	1,75	0,97
Liquidez Imediata	Realizado	2,23	0,24	0,04	0,14	0,04	0,12	0,24	1,91	0,37
	Projetado	3,82	2,79	3,07	2,69	2,9	2,47	2,06	1,75	0,97
Liquidez Geral	Realizado	1,95	1,83	1,77	1,99	2,38	2,91	4,57	5,87	9,24
	Projetado	3,82	2,79	3,07	2,69	2,9	2,47	2,06	1,75	0,97

Fonte: Elaborada pelos autores.

Além dos indicadores efetivamente alcançados pela empresa, em uma análise comparativa com os resultados dos indicadores previstos, considerando os parâmetros do plano de negócio inicial e obtidos pela empresa, é possível observar que a liquidez corrente e seca realizada, a partir de 2013, apresenta uma melhora nos indicadores reais, com exceção de 2016, que apesar de estar abaixo do projetado ainda é superior a 1.

A liquidez imediata realizada, mantém-se inferior a projetada durante quase todo período, com exceção de 2018. Quanto a liquidez geral realizada e projetada é possível verificar

que os resultados se invertem, de forma que o realizado se torna melhor do que o projetado. Isso pode ser justificado devido aos pagamentos do empréstimo e a entrada em operação da empresa, com a entrega de algumas unidades prisionais e consequentemente o recebimento da receita relativa ao VVG DIA.

Por sua vez, a **Tabela 4** apresenta um sumário dos resultados dos indicadores de estrutura patrimonial, seguida de uma análise dos indicadores efetivamente alcançados pela concessionária. Posteriormente, é realizada uma análise comparativa entre realizado e projetado. Na Participação de Capital de Terceiros observa-se que houve uma redução sensível partindo de um patamar de 122%, em 2011, para 6%, em 2019. No início a empresa utilizava bastante financiamento, sendo bem dependente de capital de terceiros, mas com o passar dos anos realizou amortizações e em 2019, pré-pagou sua maior dívida cujo credor era o BNDES.

Em relação ao índice de composição de endividamento, percebe-se que em 2019 o passivo circulante era maior que todo o capital de terceiros, o que está em linha com o já mencionado, pois a maior dívida da empresa foi pré-paga no referido ano. A imobilização do PL apresenta uma curva crescente desde 2012, porém pouco significativa.

Tabela 4: Resultado dos Indicadores de Estrutura Patrimonial (em %)

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Participação de Capital de Terceiros	Realizado	122	107	108	71	55	37	22	16	6
	Projetado	123	119	105	92	78	64	51	37	25
Composição do Endividamento	Realizado	19	15	26	13	15	41	31	32	102
	Projetado	5	6	7	8	10	12	17	27	74
Imobilização do PL	Realizado	0,07	0,03	0,03	0,08	0,20	0,19	0,27	0,33	0,32
	Projetado	23	19	22	19	22	19	18	18	18
Imobilização de Recursos não correntes (IRNC)	Realizado	0,03	0,01	0,02	0,04	0,12	0,14	0,22	0,29	0,30
	Projetado	10	9	11	10	12	12	12	13	14

Fonte: Elaborada pelos autores.

Passando para análise comparativa, destaca-se que os indicadores projetados relativos à Imobilização do PL e Imobilização de Recursos não Correntes, apresentam grande distanciamento em relação ao realizado, ou seja, bem superiores. Apesar de o projeto contemplar também a construção de presídios, verifica-se que o tratamento contábil dado ao recurso oriundo da rubrica Complexo Penitenciário, é diferente de Imobilizado, sendo Ativo Financeiro – Complexo Prisional, que é amortizado ao longo do período como forma de pagamento do investimento realizado pela empresa.

A partir de 2014, o endividamento realizado é inferior ao projetado, o que pode ser justificado pelo não investimento

em construção de complexos prisionais que constavam no plano de negócio, permitindo com que a empresa não realizasse mais captações de recursos com terceiros. Por outro lado, o índice de Composição do Endividamento realizado, foi superior ao planejado em todo o período, apontando uma captação de recursos de terceiros e próprios superior ao inicialmente previsto pela empresa.

Quanto aos índices de rentabilidade realizados, expressos na **Tabela 5**, o ROI proporciona uma visão de retorno do investimento. Nesse sentido, ao considerar uma taxa de retorno requerida de 10%, observa-se que apenas os anos de 2014, 2016 e 2017 alcançariam este patamar, de acordo com a **Tabela 1**. A Margem EBITDA realizada, bem como outros indicadores podem apresentar índices correspondentes ao setor ou típico do negócio. Isto é, existem tipos de negócios que podem apresentar margem operacional baixa. Conquanto, a Margem EBITDA da empresa nos anos 2012 e 2013 são bem alarmantes, o que pode estar relacionado com período pré-operacional.

Tabela 5: Indicadores de Rentabilidade

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ROI	Realizado	1,09%	1,49%	4%	16%	8%	14%	10%	5%	3%
	Projetado	8,31%	11,1%	13%	14%	16%	20%	22%	25%	27%
Margem EBITDA	Realizado	0,62%	1,70%	16%	60%	45%	77%	59%	45%	31%
	Projetado	18%	21%	21%	21%	22%	24%	24%	24%	24%
ROE	Realizado	2,20%	4,60%	8,10%	42%	14%	32%	22%	10%	6%
	Projetado	10%	15%	19%	19%	22%	28%	30%	32%	34%
GAF	Realizado	201%	308%	200%	257%	182%	228%	217%	187%	186%
	Projetado	122%	134%	146%	139%	140%	141%	136%	130%	127%

Fonte: Elaborada pelos autores.

O Retorno sobre o Patrimônio apresenta seus números mais baixos nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2019. De 2011 a 2013 pode ser justificado por ser a fase pré-operacional da empresa. E 2019, deve-se ao aumento de patrimônio, principalmente por meio do aumento da conta incentivos fiscais. Mas em todas as situações inferiores, a taxa requerida pela empresa de 10% a.a.

O Grau de Alavancagem Financeira é o indicador de rentabilidade que apresenta melhor performance, ou seja, superior a 1 em todos os anos e constante ao longo do período amostral. Apesar de o GAF indicar boa utilização dos recursos de terceiros para maximizar o lucro operacional (LAJIR) sobre os lucros por ação, há que se ter atenção quanto ao aumento do risco financeiro, e consequentemente risco de insolvência.

Nesta esteira, passa-se a análise comparativa dos

indicadores de rentabilidade. O ROI realizado foi inferior ao projetado em todos os anos, exceto em 2013, indicando ser um projeto que ficou abaixo do plano de negócio inicial da concessionária. Em alguns anos ficou inferior, inclusive, à taxa mínima requerida de 10%.

A Margem EBITDA realizada apresenta, a partir de 2014, índice superior ao projetado, o que vai ao encontro do início do recebimento do VVG DIA. Destaca-se que ao longo do projeto houve solicitações de pleitos e aditivos visando reequilíbrio de contrato, o que pode ter proporcionado um aumento de receita da empresa, contribuindo para que a Margem EBITDA realizada fosse superior à projetada.

O GAF é o indicador que apresenta melhor performance em relação ao projetado, uma vez que o realizado é bem superior em todos os anos. Isso indica uma utilização coerente dos recursos de terceiros para criação de valor à concessionária.

De forma complementar a análise do ROI, segue a análise do EVA Realizado da empresa. Comparando o ROI e EVA, concomitantemente, e considerando uma taxa de retorno de 10% para o projeto, verifica-se que o pior ano do ROI foi 2011, enquanto para o EVA, foi 2019, conforme **Tabela 1**. Como 2011 foi uma fase em que a empresa não estava em operação, com investimento maciço para iniciar a construção do complexo prisional e não recebia contraprestação VVG DIA, seria justificável que esse fosse o ano com o índice mais baixo para o ROI.

Porém, quando se analisa sob o prisma do EVA verifica-se que em valores absolutos o ano com maior impacto negativo para os acionistas em termos de redução de riqueza, foi 2019, isso ocorre porque em 2019 a concessionária reduz drasticamente suas dívidas e utiliza bastante capital próprio, que é mais caro do que de terceiros, conforme indicado nas **Tabelas 6 e 7**.

Tabela 6: Variáveis para o cálculo do EVA 2011 – 2014 (em mil reais)

	2011	2012	2013	2014
Capitais de Terceiros	67.735	115.349	147.732	140.278
Patrimônio Líquido	55.400	108.026	136.899	196.442
Capital Total	123.135	223.375	284.631	336.720
Lucro Operacional	502	2.591	11.530	66.969
Taxa Capital Próprio	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Taxa Capital Terceiros	5,67%	5,46%	5,74%	5,49%
WACC Real	7,62%	7,66%	7,79%	8,12%
EVA Real	-8.879	-14.510	-10.640	39.624

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 7: Variáveis para o cálculo do EVA 2015 - 2019 (em mil reais)

	2015	2016	2017	2018	2019
Capitais de Terceiros	128.319	116.566	89.084	72.543	27.361
Patrimônio Líquido	234.617	317.729	404.881	441.874	457.090
Capital Total	362.936	434.295	493.965	514.417	484.451
Lucro Operacional	40.397	87.213	78.125	47.031	31.344
Taxa Capital Próprio	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Taxa Capital Terceiros	6,41%	7,22%	5,43%	4,51%	5,74%
WACC Real	8,73%	9,25%	9,18%	9,23%	9,76%
EVA Real	8.710	47.029	32.797	-428	-15.936

Fonte: Elaborada pelos autores.

Além da avaliação comparativa entre ROI e EVA, segue a comparação entre os resultados do EVA Real (efetivamente alcançado) e o EVA projetado para qual foi considerado o WACC de 8,6% a.a. e taxa de capital próprio de 10% a.a. Nesse sentido, conforme **Tabela 8** percebe-se que o EVA Projetado apontava para maximização de riqueza em todos os anos, com exceção de 2011, diferenciando-se bastante do realizado, que apresenta bons resultados somente no período de 2014 a 2017.

Por meio da **Tabela 8** verifica-se uma grande distorção entre o EVA Projetado e o Realizado. Enquanto o EVA Projetado indicava crescimento constante e positivo, o Realizado não é constante e bem acentuado, quando positivo ou negativo. Desta forma, ao analisar o lucro acumulado ao longo dos anos observa-se que o EVA realizado foi cerca de 19% inferior ao projetado.

O EVA Real tem forte queda em 2019, principalmente, quando comparado ao EVA Projetado. Isso se deve ao fato de que há nesse ano uma queda no lucro operacional, redução de capital de terceiros e conseqüentemente maior utilização de capital próprio, não previstos no plano de negócio, cuja taxa de retorno requerida é bem mais alta.

Tabela 8: EVA Real x EVA Projetado (em milhões de reais)

EVA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Real	-8,9	-14,5	-10,6	39,6	8,7	47,0	32,8	-0,4	-15,9
Projetado	-2,0	4,8	6,6	7,9	10,2	14,5	16,4	18,0	20,0

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pela análise do fluxo de caixa, observou-se que o fluxo de caixa operacional foi negativo no período de 2011 e 2012, o que converge com o momento do início de construção dos complexos prisionais, quando a empresa ainda não recebe o VVGDI. A partir de 2013 o saldo de fluxo de caixa operacional mantém-se positivo até o final do período analisado, que se justifica pelo incremento de uma receita operacional substancial, a Amortização do Ativo Financeiro, com recebimento do VVGDI. Além de recursos oriundos de capital de terceiros.

No fluxo de caixa de investimentos percebeu-se que o financiamento do ativo financeiro até 2013, tem como fontes principais o capital de terceiros e capital próprio em proporção menor, indicando boa gestão do caixa. Ao longo da década analisada verificou-se que houve apenas uma distribuição de dividendos, em 2019, o que difere da proposta original do projeto, onde a distribuição de proventos ocorreria a partir de 2012.

Conforme extrato do fluxo de caixa projetado, observa-se que os investimentos principais estavam concentrados no ano de 2011, o que não aconteceu. Outro ponto relevante é a integralização de capital bem inferior ao projetado e em contrapartida o financiamento foi bem superior. Ou seja, houve uma inversão de fontes, justificável ao considerar que o capital próprio é mais caro. Além disso, dois complexos prisionais que deveriam ser construídos ainda não foram, o que pode ter contribuído para minimizar a necessidade de caixa da concessionária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral deste trabalho, que foi realizar um estudo de performance econômico-financeira do projeto do Complexo Penitenciário Penal de Ribeirão das Neves, no período de 2011 a 2019, da empresa, destaca-se que foi possível identificar parâmetros de viabilidade econômica financeira e estabelecer um paralelo entre os resultados alcançados e resultados projetados segundo o plano de negócio. Após a análise das demonstrações contábeis da concessionária, alguns pontos relevantes e aspectos foram apontados acerca da gestão econômico-financeira da concessionária.

A análise de performance econômico-financeira contou com índices de liquidez, estrutura patrimonial, rentabilidade, EVA e Fluxo de caixa, efetivamente obtidos pela empresa, os quais possibilitaram perceber que nos anos iniciais da empresa houve alta demanda por financiamento e que as receitas operacionais começaram somente a partir de 2013, com entrega de dois dos complexos prisionais, características de projeto *Greenfield*.

Outro ponto de destaque é a análise da gestão do custo de oportunidade da concessionária, tanto pelo ROI quanto pelo EVA realizados. Indicaram um retorno inferior ao mínimo requerido pela empresa, mas como o projeto tem um prazo de 30 anos, pode ser que nos próximos anos ocorra a compensação em relação ao capital investido.

Quanto a comparação dos índices efetivamente obtidos com os índices projetados, verifica-se um distanciamento e, em alguns casos, mudanças de estratégias, tais como a substituição em algumas fontes de recursos de terceiros por capital próprio, impactando diretamente no retorno do investimento.

Como limitações da pesquisa, destacam-se alguns pontos. Dentre eles, que esta pesquisa está sendo realizada por membro externo à Companhia, o que dificulta e impossibilita o acesso a políticas internas de gestão e de operação. Além disso, os documentos obtidos foram em algumas situações insuficientes ou não estavam disponíveis, como é o caso das notas explicativas sobre financiamento do ano de 2013 e as debêntures emitidas em 2019.

Outro fato foi a restrição de acesso a informações de empresas com mesmo modelo de negócio e/ou de mercado similar, para servirem de *Benchmarking* de comparação dos indicadores. Além disso, este trabalho não considerou os impactos da conjuntura macroeconômica do Brasil no período amostral.

Diante das limitações apresentadas, recomenda-se para trabalhos futuros, realização de estudos de comparação dos indicadores com empresas similares, pois permitiria verificar se alguns resultados de performance estão realmente elevados ou baixos. Propõe-se uma análise de VPL e TIR com as projeções da empresa, para o período inteiro do projeto, 30 anos, e comparar com parâmetros de mercado e contemplar impactos da conjuntura macroeconômica brasileira no período analisado. Tais questões seriam interessantes de serem analisadas futuramente, de maneira a contribuir ainda mais para o entendimento dos fatores que interferem na viabilidade econômico-financeira proposta e efetivamente alcançada pela empresa.

Referências

- AKINSOLA, G. D.; AWOSUSI, A. A.; KIRIKKALELI, D.; UMARBAYLI, S.; ADESHOLA; ADEBAYO, T. S. Ecological footprint, public-private partnership investment in energy, and financial development in Brazil: a gradual shift causality approach. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 29, n. 7, p. 10077-10090, 2022.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- AMARAL, T. V. F.; BARROS, V. A.; NOGUEIRA, M. L. M. Fronteiras trabalho e pena: das casas de correção às PPPs prisionais. **Psicologia ciência e profissão**, v. 36, n. 1, p. 63-75, 2016.
- ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Fundamentos de Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- BARBOSA, D. M. S.; SOUZA, A. A.; RIBEIRO, J. E. Um índice de avaliação do desempenho operacional e econômico-financeiro de hospitais sem fins lucrativos no Brasil. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 22, p. 72-85, 2021.
- _____.; _____.; _____. Variáveis Determinantes para o Desempenho Econômico-Financeiro e Operacional de Hospitais sem fins Lucrativos. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v. 11, p. 80-97, 2023.
- BETTIGNIES, J. E.; ROSS, T. W. Public private partnership and the privatization of financing: An incomplete contract approach. **International Journal of Industrial Organization**, v. 27, 2009.
- _____.; _____. The Economics of public private partnership. **Canadian Public Policy**, v. 30, n. 2, 2004.
- BONOMI, C. A.; MALVESSI, O. **Project finance no Brasil: fundamentos e estudos de casos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BORGES, L. F. X.; NEVES, C. Parceria Público-Privada: riscos e mitigação de riscos em operações estruturadas de infraestrutura. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 73-118, jun. 2005.
- BRANCO, J.; FIEGO, S.; ALVES, M. **Manual de parcerias público-privadas - PPPs**. Conselho gestor do programa estadual de parcerias público-privadas - CGP, 2008.
- BRASIL. **Lei N. 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- _____. **Lei N. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8987cons.htm>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Covid-19 no Sistema Prisional**. Programa Fazendo Justiça. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/folder-fazendo-justica.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- COSCARELLI, B.; PEREIRA, B.; NAVES, G.; REIS, R. **Oportunidade de negócios em infraestrutura e PPPs: encontro com as referências mundiais sobre o tema**. International Meeting Infrastructure and PPPs. Brasília: RADARPPP, 2015. Disponível em: <<http://infraestruturaeppps.com.br/Portugues-CBIC-Radar-PPP.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- COSTA, J. S.; SILVA, J. C. F.; BRANDÃO, E. S. C.; BICALHO, P. P. G. COVID-19 no sistema prisional brasileiro: da indiferença como política à política de morte. **Psicologia e Sociedade**, v. 32, 2020.
- COSTA, P. N.; RIBEIRO, J. E.; BYRRO, L. M. N. ; MACIEL, C. F. Avaliação de desempenho pelo EVA: estudo de caso em uma construtora de

pequeno porte. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 9, n. 1, p. 21-36, 2019.

CRUZ, C. O.; MARQUES, R. C. Contribution to the study of PPP arrangements in airport development, management and operation. **Transport Policy**, v. 18, n. 2, 2011.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2000. (Biblioteca de educação. Série I. Escola; v.11).

DMF. **Relatório de Gestão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário 2017**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/10/23902dd211995b2bcba8d4c3864c82e2.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

FALCÃO, A. G. C.; FERNANDES, A. D. Unconstitutional State Of Affairs In The Brazilian Prison System And The Public-Private Partnership. **Duc In Altum-Cadernos de Direito**, v. 10, n. 21, 2018.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONSECA, M. N.; OITICICA, A. C. R.; PAMPLONA, E. O. P.; VALERIO, V. E. M.; AQUILA, G.; ROTELA JUNIOR, P. Analysis of the impact of uncertainties on public-private partnerships: a real case in the area of public transport. **Brazilian Applied Science Review**, v. 2, n. 2, p. 532-549, 2018.

FREITAS, J. S. **A intervenção da iniciativa privada é a solução para atingir a finalidade da pena?** Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Direito Prof. Jacy de Assis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2017.

HODGE, G.; GREVE, C. What can public administration scholars learn from the economics controversies in public-private partnerships?. **Asia Pacific Journal of Public Administration**, v. 43, n. 4, p. 219-235, 2021.

IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAMOUNIER, B. **Utilidades públicas, cidadanias e participação**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2000.

LINTNER, J. The valuation of risk assets and the selection of risky investments in stock portfólios and capital budgets. **Review of**

Economics and Statistics, v. 47, n. 1, p. 13-37, 1965.

MÁLAGA, F. K. **Análise de demonstrativos financeiros e da performance empresarial: para empresas não financeiras**. São Paulo: Saint Paul, 2019.

MARTIMORT, D. Renegotiation Design with Multiple Regulators. **Journal of Economic Theory**, v. 88, 1999.

MARTINS, E.; MIRANDA, G.; DINIZ, J. **Análise avançada de demonstrações contábeis: uma abordagem crítica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MAURICIO, C.R.N. **A privatização do sistema prisional**. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2011.

MENDONÇA, C. **Teoria das opções Reais: Aplicação em Parcerias Público-Privadas (PPP), um estudo de caso em sistemas Metroviários**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - RJ, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Junho de 2017. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MOSSIN, J. Equilibrium in a capital asset market. **Econometrica**, v. 34, n. 4, p.768-783, 1966.

OLIVEIRA, R. R.; COSTA, V. H. C.; CAMPOS, E. S. A.; MORAES, M. S. O compartilhamento de ganhos econômicos nas PPP's: um estudo de caso da concessão administrativa para modernização do "Complexo do Mineirão" no contexto da Copa de 2014. **Revista da AMDE**, v. 4, 2010.

PEREIRA, R. A.; FERREIRA, P. C. Efeitos de crescimento e bem-estar da Lei de Parceria Público-Privada no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 2, p. 207-219, 2008.

PONCHIO, C.; ALENCAR, C. T. F.; LIMA, J. R. Uma análise crítica e comparativa de dois projetos de PPP no setor de mobilidade urbana em São Paulo, a partir da existência e verificação do value for money de ambos. **Latin American Real Estate Society (LARES)**, 2016.

PPP SISTEMA PENITENCIÁRIO. **Edital de Licitação Concorrência Nº 01/2008** – SEDS/MG. Exploração Mediante Concessão Administrativa da Construção e Gestão do Complexo Penal. Disponível em: < http://www.ppp.mg.gov.br/images/documentos/Projetos/concluidos/Complexo_Penal/edital_e_

anexos/Corpo%20do%20Edital%2001.2008.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

RIBEIRO, J. E.; SILVA, E. A.; PIRES, R. C. S.; SOUZA, A. A. Modelo de Cinco Fatores: Desempenho na Precificação de Anomalias no Mercado de Capitais Brasileiro. **Foco (Faculdade Novo Milênio)**, v. 16, p. 1-22, 2023.

_____; SOUZA, A. A. A Governança Corporativa afeta a Estrutura de Capital? Evidências das empresas listadas na Brasil Bolsa Balcão no período 2010-2020. **Revista Universo Contábil**, v. 18, p. 1-22, 2023.

ROCHA, G. E. M.; HORTA, J. C. M. **Parcerias Público-Privadas: guia legal para empresários, executivos e agentes de governo**. São Paulo: Prax, 2005.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J.; LAMB, R. **Administração financeira**. Porto Alegre: AMGH Editora. 2015.

SANTOS, E. B. **Parceria pública privada e ganhos extraordinários: uma análise da PPP do Hospital do Subúrbio em Salvador/BA**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2015.

SEJUSP. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais. **Unidades Prisionais**. Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/288-Estrutura>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARPE, W. F. Capital asset prices: a theory of market equilibrium under conditions of risk. **Journal of Financial**, v. 19, n. 3, p. 425-442, 1964.

SHINOHARA, D. Y.; SAVÓIA, J. R. F. **Parcerias público-privadas no Brasil**. Porto Alegre: Editora Manole Ltda, 2008.

STAKE, R. E. **Investigação com estudos de casos**. Madrid: Morata, 1999.

STORENG, K. T.; PUYVALLÉE, A. B.; STEIN, F. COVAX and the rise of the 'super public private partnership' for global health. **Global Public Health**, p. 1-17, 2021.

TALLAKI, Mouhcine; BRACCI, Enrico. Risk allocation, transfer and management in public-private partnership and private finance initiatives: a systematic literature review. **International Journal of Public Sector Management**, 2021.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Relatório sobre Análise da experiência internacional e nacional em matéria de PPP**. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2006. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2055918.PDF>>.

Acesso em: 6 mar. 2020.

WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics: An Introduction. **Economic Discussion Papers**, mar. 2007.

WORLD BANK GROUP. **Public-Private Partnerships: Reference Guide**, Public-Private Infrastructure Advisory Facility (PPIAF); Asian Development Bank, Inter-American Development Bank. Version 2.0. Washington, DC, 2014. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20118>. Acesso em: 05 mar. 2020.

Programa jovem aprendiz: dinâmica do mercado de trabalho e subutilização do potencial de contratação

Young apprentice program: dynamics of the job market and underutilization of hiring potential

*Silas Dias Mendes Costa **Samara de Menezes Lara

Informações do artigo

Recebido em: 25/03/2023

Aprovado em: 20/11/2023

Palavras-chave:

Jovens trabalhadores. Aprendiz.
Mercado de trabalho.

Keywords:

Young workers. Apprentice. Job market.

Autores:

*Doutorando em Administração. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais.
silasdiasmendes@gmail.com

**Doutorando em Administração. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais.
mgsamaralara@gmail.com

Como citar este artigo:

COSTA, Silas Dias Mendes; LARA, Samara de Menezes. Programa jovem aprendiz: dinâmica do mercado de trabalho e subutilização do potencial de contratação. **Competência**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, dez. 2023.

Resumo

Apesar do interesse de pesquisa com jovens aprendizes ter aumentado nos últimos anos, há uma lacuna de pesquisa a ser preenchida quando se considera a inexistência de estudos sobre impacto social da aprendizagem profissional. Assim, o objetivo do artigo é analisar o impacto do Programa Jovem Aprendiz no mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, foram examinados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos Boletins da Aprendizagem Profissional, configurando um estudo quantitativo. Os resultados indicam altas taxas de desemprego entre a população jovem, com destaque para mulheres e deficientes, uma tendência de aumento de aprendizes contratados que se contrapõe à subutilização do potencial de contratações, estados como Piauí, Maranhão e Mato Grosso do Sul com as menores médias de admissão de aprendizes, concentração de vagas em tarefas administrativas, e a necessidade de avaliação do programa em todas as suas fases para torná-lo mais eficaz. Na perspectiva acadêmica, a contribuição do artigo consiste na apresentação e discussão de dados sobre a aprendizagem, atendendo a uma lacuna da literatura. Na perspectiva gerencial, evidencia-se a necessidade de as organizações cumprirem suas responsabilidades sociais e legais em relação à natureza educativa e formativa desta política pública.

Abstract

Although research interest in young apprentices has increased in recent years, there is a research gap to be filled when considering the lack of studies on the social impact of vocational training. Thus, the objective of this article is to analyze the impact of the Young Apprentice Program on the Brazilian job market. To this end, data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and Professional Learning Bulletins were examined, configuring a quantitative study. The results indicate high rates of unemployment among the young population, with emphasis on women and disabled individuals, a trend of increasing numbers of hired apprentices that contrasts with the underutilization of hiring potential, states such as Piauí, Maranhão, and Mato Grosso do Sul with the lowest average apprenticeship admission rates, concentration of job vacancies in administrative tasks, and the need for program evaluation in all its phases to make it more effective. From an academic perspective, the article's contribution consists of presenting and discussing data on apprenticeship, filling a literature gap. From a managerial perspective, it highlights the need for organizations to fulfill their social and legal responsibilities regarding the educational and formative nature of this public policy.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre juventude e mercado de trabalho têm ganhado espaço em diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da educação (OLIVEIRA; GODOY, 2015), da psicologia (FREITAS; OLIVEIRA, 2012), da economia do trabalho (GONÇALVES, 2014) e, mais recentemente, da administração, em especial o comportamento organizacional (COSTA; PAIVA, 2021). Essas pesquisas evidenciam o interesse multidisciplinar sobre este público, que compreende o trabalho como um elemento estruturante em suas vidas, ocupando, em muitos casos, uma posição de centralidade (COSTA *et al.*, 2023).

Apesar da importância atribuída ao trabalho, os jovens são mais vulneráveis ao desemprego quando comparados a outros grupos de trabalhadores (ILO, 2017) e lidam com dificuldades de encontrar empregos formais e decentes (CARRIJO; MONSUETO; CARDOSO, 2020), deslocando-os para a informalidade (ILO, 2017). A taxa de desemprego destes tende a ser impactada pelos ciclos econômicos (CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2021), nos quais altos níveis de desemprego por períodos prolongados potencializam o trabalho precarizado, resultando em efeitos sociais e econômicos negativos (OIT, 2013).

No Brasil, a taxa de desocupação entre as pessoas na faixa etária de 14 a 29 anos aumentou de 13% em 2014 para pouco mais de 22% em 2017, situação que representa um desafio internacional (IBGE, 2018). Com as maiores taxas de desocupação por faixa etária entre 2012 e 2018 de jovens com idade entre 14 e 24 anos (IBGE, 2019). No intuito de mitigar esse cenário, são implementadas políticas públicas voltadas para a juventude, sob enfoques diferentes que contemplam a concepção de juventude, sua formação educacional, inserção e desenvolvimento no mercado de trabalho (VICENTE, 2022).

Um exemplo de política pública para estimular a inserção profissional e o desenvolvimento de jovens no mercado de trabalho para atenuar o problema da informalidade é a Lei n.º 10.097 (BRASIL, 2018), alterada pelo Decreto n.º 11.061 (BRASIL, 2022), conhecida como Lei da aprendizagem (COSTA *et al.*, 2023). Desde sua promulgação, em 2005, até o ano de 2018, mais de 3,5 milhões de jovens foram inseridos no mercado de trabalho (ME, 2019). A mesma determina que empresas de médio e grande porte contratem um percentual entre 5% e 15% de jovens com idade entre 14 e 24 anos, tendo como referência a quantidade de funcionários da empresa (BRASIL, 2018; 2022).

No campo da administração, as pesquisas com estes jovens focalizam o comportamento organizacional (COSTA; PAIVA, 2021), discutindo-se sobre assédio (OLETO *et al.*, 2020); percepções temporais, prazer e sofrimento (LARA; BARBOSA; PAIVA, 2021), estresse (GOMES; PAIVA; BARBOSA, 2022), sentidos do trabalho

(COSTA *et al.*, 2023), entre outros temas. Há contribuições importantes incorporadas à literatura, no entanto, estudos cujo escopo contemple a análise e discussão de dados da política de aprendizagem parecem até então inéditos, sobretudo quando se analisa produção científica nacional na última década (COSTA; PAIVA, 2021), representando uma lacuna de pesquisa.

Com base nessa lacuna, o objetivo deste artigo é analisar o impacto do Programa Jovem Aprendiz no mercado de trabalho brasileiro. Este se mostra relevante enquanto a discussão desses dados permite compreender a dinâmica ocupacional deste público. Além disso, os resultados podem subsidiar novas pesquisas, tanto no nível macroeconômico, como nos níveis social e organizacional. Têm-se como objetivos específicos: i) analisar as contratações dos aprendizes entre 2005 e 2018; ii) analisar o potencial de contratação e a contratação efetiva desses jovens; iii) mapear suas ocupações após ingressarem nas organizações; e iv) apresentar um *framework* conceitual do impacto dessa política no mercado de trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESAFIOS E DESIGUALDADES JUVENIS NO MERCADO DE TRABALHO

Em 2021, os jovens representavam cerca de 25% da população brasileira (NERI; HECKSHER, 2021) e, em sua maioria, lidam com conjunturas sociais e econômicas excludentes e desafiadoras, com violações de seus direitos enquanto cidadãos, maior exposição a uma série de vulnerabilidades sociais que dificultam seu desenvolvimento (ATLAS DA JUVENTUDE, 2021). Dentre os obstáculos enfrentados por este público, destaca-se a inserção no mercado de trabalho, principalmente para os jovens desprovidos de recursos (UNITED NATIONS, 2018), que enfrentam a informalidade, baixa remuneração, alto índice de rotatividade, precarização das relações de trabalho e conciliação de diversas responsabilidades na transição para mundo do trabalho (FALCÃO; DIAZ, 2019; VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022).

Esta realidade tornou-se mais desafiadora após a pandemia do Coronavírus e das medidas de restrição de circulação de pessoas e funcionamento de empresas, implementadas para controlar os casos de contaminação da Covid-19, impactando a economia e o mercado de trabalho, que foi afetado para além da mortalidade e morbidade de pessoas. Com o fechamento do comércio, a restrição de atividades produtivas e, nos casos mais extremos, lockdowns (RUSSO; CORSEUIL, 2021), a pandemia agravou também os desafios enfrentados pelos jovens (ILO, 2020; 2022) que, de acordo com organismos internacionais, podem ter resultado em 73 milhões de jovens desempregados em todo o mundo em 2022 (ILO, 2020).

Os trabalhadores jovens lidam também com diferenças relacionadas ao desemprego, a depender do gênero. Usualmente, as maiores taxas de desemprego são registradas entre as mulheres (ILO, 2020; 2022; UNITED NATIONS, 2018), ao passo que os homens são quase 1,5 vezes mais propensos a serem empregados, quando comparados às mulheres (ILO, 2022). Considerando a disparidade geográfica e de renda entre países, é possível ocorrer diferenças quanto à recuperação das taxas de desemprego juvenil entre aqueles de renda baixa e média, e renda alta. É provável que neste último caso — países de renda alta — até o ano de 2022 se retome às taxas de desemprego jovem registradas em 2019. Por outro lado, estima-se que países de baixa e média renda tenham índices piores em comparação a 2019 (ILO, 2022).

Os desafios enfrentados pelos jovens, em especial aqueles pertencentes a grupos minoritários, como o acesso a seus direitos como saúde, educação de qualidade e mercado de trabalho (UNITED NATIONS, 2018), já existiam antes do período da pandemia. Contudo, organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2020; 2022) e nacionais, a exemplo do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE, 2020), advertem sobre os impactos e consequências severas que podem se estender para além da pandemia, agravando tais desafios em grupos social e economicamente vulneráveis, como os jovens (CONJUVE, 2020; ILO, 2020; 2022; SILVA; FREITAS, 2022).

No Brasil, país que registra desigualdades históricas em relação à juventude, como racismo (GTSC, 2021; VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022), etarismo e diferença de gênero (VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022), desigualdades regionais (PRONI; GOMES, 2021), de classe (GTSC, 2021) e preconceitos e estigmas com os portadores de deficiência (ATLAS DA JUVENTUDE, 2021), a falta de planejamento e controle no enfrentamento da crise sanitária, econômica e social por parte dos governantes (GTSC, 2021) teve reflexos no mercado de trabalho, mantendo as maiores taxas de desocupação da população entre jovens com idade entre 14 e 24 anos, com maiores percentuais em 2020, quando observada a série histórica desde 2013 (IBGE, 2022).

Frente ao contexto apresentado, percebe-se que os danos ao mercado de trabalho em virtude da recessão econômica refletem no cotidiano de jovens brasileiros, mesmo diante de implementações de programas que visam sua profissionalização (VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022) e empregabilidade. Assim, são necessários os investimentos em políticas públicas (ATLAS DA JUVENTUDE, 2021) considerando questões amplas — como aquelas relacionadas às desigualdades históricas — bem como as especificidades que podem excluir ou limitar as oportunidades de inserção do jovem no mercado de trabalho (UNITED NATIONS, 2018), sobretudo, no cenário pós-pandemia (ATLAS DA JUVENTUDE, 2021). Uma dessas políticas é a Lei de Aprendizagem, vigente desde 2000.

2.2 A INSERÇÃO JUVENIL NO MERCADO DE TRABALHO

A Lei n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que ficou popularmente conhecida como Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2000), foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.598, de 1º de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que, foi revogado pelo Decreto n.º 9.579, de 22 de novembro de 2018 (BRASIL, 2018), e atualizado pelo Decreto n.º 11.061, de 4 de maio de 2022 (BRASIL, 2022), considerada um importante instrumento de combate ao trabalho infantil e de inserção do público jovem no mercado de trabalho. Como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não permite a realização de qualquer atividade remunerada por menores de 16 anos, a aprendizagem representa a única alternativa de contratação de mão de obra a partir dessa idade (BRASIL, 2000).

O aprendiz, conforme o Decreto n.º 11.061, é a pessoa que firma contrato de aprendizagem profissional. Ao concluir o curso de aprendizagem e ter seu contrato extinto, passa a condição de aprendiz egresso. Antes da promulgação desse decreto, em 2022, a idade limite para ser aprendiz era de 24 anos. No entanto, após a sua publicação, esse limite não se aplica aos casos de contratação de pessoas com deficiência, que podem ser contratadas a partir dos 14 anos. O contrato de aprendizagem é ajustado por escrito, com prazo determinado não superior a três anos, com exceções quando se tratar de pessoas com deficiência, jovens com quatorze anos, ser egresso do sistema socioeducativo ou esteja em cumprimento de pena no sistema prisional (BRASIL, 2022).

As organizações devem cumprir uma cota de contratação que varia entre 5% e 15% do seu total de vagas, considerando as funções que demandam formação profissional (BRASIL, 2000). Essa cota pode ser contabilizada em dobro, como em casos de jovens egressos do sistema socioeducativo, entre outros. Cabe ao empregador “assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem profissional, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico” por meio de programas de aprendizagem profissional sob a orientação de entidades cuja natureza possui tal finalidade (BRASIL, 2022, Art. 45º, §§ 1º).

Outro marco legal que estimula a inserção dos jovens no mercado de trabalho, é a Lei n.º 12.852 que “institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude” e considera, entre outros princípios, o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares, promoção do bem-estar e do desenvolvimento integral, respeito à sua identidade e promoção da vida segura e a jornada de trabalho que permita conciliar os horários de trabalho e estudo e a frequência escolar (BRASIL, 2013, Art. 1º). As leis n.º 10.097 e n.º 12.852 são exemplos de políticas públicas que visam assegurar a formação educacional e inserir os

jovens no mercado de trabalho (VICENTE, 2022).

As políticas públicas direcionadas para esse grupo visam mitigar desigualdades sociais e promover o crescimento econômico por intermédio da inserção social destes sujeitos (LONGARAY *et al.*, 2018) que, em virtude da pouca qualificação (ou sua ausência), da pouca experiência profissional (ou experiência inexistente), e pouca idade, em especial aqueles expostos a situações de vulnerabilidade social, acabam por construir relações de trabalho fragilizadas e transitórias (FRANCO; PAIVA, 2018). Essas relações frágeis eram evitadas quando no Decreto n.º 5.598 previa-se a inclusão prioritária de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social nos programas de aprendizagem (BRASIL, 2005), deixando de existir tal prerrogativa a partir do Decreto n.º 11.061 (BRASIL, 2022).

Configuram-se como medidas eficazes de promoção da inserção juvenil em atividades de trabalho formal e decente políticas públicas que proporcionem com que os jovens sejam incluídos em programas de aprendizagem formal ainda no período do ensino básico, de modo que a conclusão do ensino médio potencialize as chances de ingresso no mercado de trabalho (VENTURI; TORINI, 2014). Com o Decreto n.º 11.06/2022 “quando o aprendiz for contratado com idade entre quatorze e quinze anos de idade incompletos, [...] poderá ter seu contrato firmado pelo prazo de até quatro anos” (BRASIL, 2022, Art. 45, §1º, inciso II), aumentando as suas chances de inserção nas organizações e sua experiência profissional por meio do trabalho.

2.3 ESTUDOS COM JOVENS ASSISTIDOS PELA LEI DA APRENDIZAGEM

Embora os estudos com jovens aprendizes no campo da administração focalizem aspectos relacionados ao comportamento organizacional (COSTA; PAIVA, 2021), alguns (FRANCO *et al.*, 2017; COSTA *et al.*, 2023) tangenciam questões relacionadas à aprendizagem profissional. No geral, a experiência de trabalho do jovem na condição de aprendiz tende a ser valorizada em momento futuro pelo mercado de trabalho e se mostra com menor grau de precarização quando comparada às demais atividades — geralmente informais — realizadas por esse público. Contudo, existem conjunturas nas quais o processo de inserção profissional não necessariamente é emancipatório e volta-se, por vezes, ao mero cumprimento da legislação trabalhista (FRANCO *et al.*, 2017).

Por mais que o trabalho ocupe uma posição de centralidade na vida dos aprendizes, em especial, por lhes garantir os sustento financeiro e atendimento às suas necessidades (COSTA *et al.*, 2023), é possível identificar incongruências entre aspectos legais e a prática organizacional envolvendo: a realização de atividades esvaziadas de propósito, que não promovem a aprendizagem; a ausência de tarefas durante o horário que

deveria ser destinado ao trabalho; cobranças para atingir metas da organização; atividades que visam transgredir valores éticos; e submissão a situações de constrangimentos diversos e exigências físicas, como trabalhar em pé durante todo o expediente (PAIVA *et al.*, 2018).

Em relação à capacitação teórica dos aprendizes, esta é de responsabilidade de entidades que possuem tal finalidade (BRASIL, 2022) e os capacitam oferecendo formação teórica voltada para o mercado de trabalho, os direcionando a empresas parceiras para a formação prática. Os profissionais que realizam esse trabalho são atores importantes no processo de formação e socialização que a aprendizagem proporciona. Em uma pesquisa com profissionais de uma dessas instituições, verificou-se que em determinados contextos alguns jovens são expostos a situações de assédio moral, gerando consequências que afetam sua vida pessoal e profissional (OLETO; PALHARES; PAIVA, 2019).

Nos últimos anos, apesar de notar certa instabilidade econômica e política no Brasil, que resultou no aumento do desemprego e desigualdades sociais, um estudo que avaliou a propensão ao estresse de jovens aprendizes nos anos de 2010 e 2019 indica que, comparativamente, este público mostrou-se menos estressado no último ano avaliado. Isso pode ser explicado quando são consideradas ações das organizações voltadas para a promoção do bem-estar dos aprendizes, desenvolvimento de estratégias defensivas individuais para lidar com o problema ou, ainda, condições mais satisfatórias para realização do trabalho. Na pesquisa, a dimensão saúde mental — resolutividade de problemas — também apresentou resultados melhores no ano de 2019, quando comparado aos resultados de 2010 (GOMES; PAIVA; BARBOSA, 2022).

Os aprendizes têm demonstrado comportamentos monocrônicos, isto é, a preferência por realizar uma tarefa por vez, embora o número de atividades por unidade de tempo tenha adotado um ritmo rápido. Além disso, demonstram forte pontualidade na execução das tarefas, que pode estar associada ao temor de serem mal avaliados, bem como a organização do trabalho, as relações socioprofissionais, os custos físicos, cognitivos e afetivos, e os indicadores de prazer — realização profissional e liberdade de expressão — e de sofrimento — esgotamento profissional e falta de reconhecimento — apresentam níveis críticos (avaliação ruim) na percepção dos próprios aprendizes (LARA; BARBOSA; PAIVA, 2021).

Embora todos esses estudos (COSTA *et al.*, 2023; COSTA; PAIVA, 2021; FRANCO *et al.*, 2017; GOMES; PAIVA; BARBOSA, 2022; LARA; BARBOSA; PAIVA, 2021; OLETO; PALHARES; PAIVA, 2019; PAIVA *et al.*, 2018) apresentem contribuições sobre o trabalho dos aprendizes assistidos pela Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2005; 2022), não foram observados detalhes sobre o impacto do

Programa Jovem Aprendiz no mercado de trabalho brasileiro. Neste sentido, o presente artigo busca suprir essa lacuna. Para tanto, detalha-se na seção a seguir a fonte dos dados da pesquisa, método de análise e caracterização da pesquisa.

3 MÉTODO

Este artigo tem o objetivo geral de analisar o impacto do Programa Jovem Aprendiz no mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) analisar as contratações dos aprendizes entre 2005 e 2018; ii) analisar o potencial de contratação e a contratação efetiva desses jovens; iii) mapear suas ocupações após ingressarem nas organizações; e iv) apresentar um framework conceitual do impacto dessa política no mercado de trabalho. Foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos Boletins da Aprendizagem Profissional, configurando um estudo quantitativo, de natureza descritiva (VERGARA, 2009) a partir de dados secundários (VERGARA, 2009).

O IBGE é um instituto considerado o principal provedor de dados e informações do Brasil, desde a contagem da população até a evolução da economia nacional a partir do trabalho das pessoas (IBGE, 2019). No que lhes concernem, os Boletins de Aprendizagem Profissional foram consolidados pelos então Ministérios do Trabalho e Previdência (MTP), Ministério da Economia (ME), e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujas atribuições estão relacionadas a geração de emprego, modernização das relações do trabalho e fiscalização em segurança e saúde. Essas pastas ministeriais foram modificadas ao longo dos mandatos do Poder Executivo entre 2013 e 2023, por conta de fusões e desmembramentos de ministérios.

A elaboração dos Boletins de Aprendizagem Profissional considera dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), de janeiro a dezembro de cada ano, passível de ajustes de dados a partir de declarações feitas fora do prazo. Tendo em vista que as fusões e desmembramentos ministeriais implicaram na mudança do formato de alguns dados, foi preciso considerar dados de boletins mais antigos — 2013, 2014 e 2015 — considerando ressalvas na apresentação dos resultados no que tange a não contabilização de possíveis ajustes de declarações enviadas ao CAGED fora do prazo. Para o ano de 2022, os dados mais recentes — consultados em março de 2023 — consideram as admissões até o mês de julho.

O formato de contabilização dos dados apresentados nesta pesquisa foi a alternativa encontrada para sintetizar indicadores da política de aprendizagem e sanar uma lacuna relevante nos estudos sobre jovens aprendizes. O esforço empreendido parece ser até então inédito quando se consideram os estudos mais recentes com tal público (COSTA; PAIVA, 2021).

Destaca-se que, embora secundários, os dados apresentam procedência e qualidade chanceladas pela administração pública federal. Após a fase de coleta, iniciou-se um processo de tabulação dos dados no Excel, possibilitando a organização e sistematização, e viabilizando a criação de figuras e tabelas que serviram para discutir as questões apresentadas ao longo do artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados disponíveis sobre o Programa Jovem Aprendiz não seguem o mesmo padrão de apresentação, dificultando uma análise longitudinal do seu impacto no mercado de trabalho brasileiro. Para possibilitar tal análise, os dados foram tabulados considerando: i) taxa de desocupação jovem, por faixa etária; ii) admissão de aprendizes, de 2013 a 2022; iii) admissão de aprendizes, por sexo; iv) admissão de aprendizes, por faixa etária; v) aprendizes admitidos com e sem deficiência; vi) proporção de aprendizes admitidos em relação ao potencial de contratação e; vii) preenchimento de vagas, por ocupação. Ao final desta seção é apresentado um framework conceitual do impacto dessa política no mercado de trabalho.

4.1 TAXA DE DESOCUPAÇÃO JOVEM, POR FAIXA ETÁRIA

No que concerne à taxa de desocupação, os jovens registraram as maiores taxas entre 2013 e 2022, tanto para a faixa etária de 14 a 17 anos, quanto para aqueles com idade entre 18 e 24 anos, quando comparados com a população em geral. Em 2013, somados, o percentual de desocupação para essas faixas de idade alcançou 35,5%, registrando um pico em 2017, ano em que o percentual acumulado foi de 68,8%, como decréscimo no ano subsequente — 2018 — e novas taxas superiores a 60% em 2019, 2020 e 2021, com taxas semelhantes às de 2020, no ano de 2022. As taxas apresentadas na **Figura 1**, a seguir, foram calculadas com base nas médias dos quatro trimestres de cada ano, a partir de dados fornecidos pelo IBGE, com consulta feita em março de 2023.

Figura 1: Taxa de desocupação jovem, por faixa etária, de 2013 a 2022



Fonte: Elaborado pelos autores/dados do IBGE (2023).

Nota-se que, embora as taxas de desocupação em 2020 e nos anos seguintes apresentem um decréscimo, ainda são as maiores que alguns anos do período analisado. Os resultados indicam ainda que período afetado pela pandemia, a partir de 2020 (RUSSO; CORSEUIL, 2021), mesmo havendo uma tendência de diminuição das taxas de desemprego, os jovens brasileiros mantêm-se como o grupo mais afetado pelo desemprego em comparação a trabalhadores de idade igual ou superior a 25 anos, resultado que coaduna com aqueles indicados por organizações internacionais (ILO, 2020; 2022), os quais apontam alto desemprego para esses trabalhadores em todo o mundo.

O problema do desemprego juvenil parece ter se estabelecido ao longo da última década — 2013 a 2022 — estendendo-se para além da pandemia (CONJUVE, 2020; ILO, 2022; RUSSO; CORSEUIL, 2021). No Brasil, os dados divergem de projeções nas quais se estimavam piores índices de desemprego em 2022 para países de renda média e baixa quando comparadas às obtidas em 2019 (ILO, 2022). As taxas de desocupação apresentam redução de aproximadamente 10% considerando os resultados de 2022 e de 2019, somando-se a desocupação daqueles com idade entre 14 e 24 anos. Isto pode estar relacionado a fatores macroeconômicos e à retomada das atividades produtivas, após a pandemia.

4.2 APRENDIZES ADMITIDOS DE 2013 A 2022

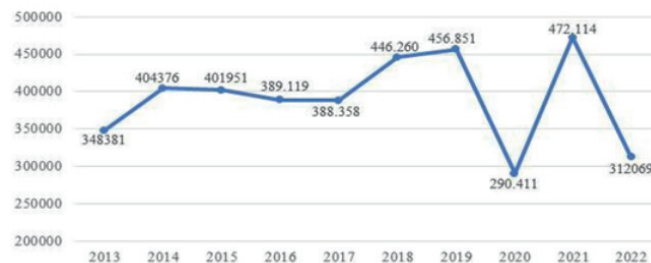
Em relação à contratação de aprendizes, no período de 2013 a 2022 (Figura 2), percebe-se que apesar da existência da Lei da Aprendizagem, que determina a admissão de jovens a partir de 14 anos no percentual entre 5 e 15% do total de vagas da organização (BRASIL, 2000), há uma oscilação no número de contratações. Os quatro períodos de elevação de contratação são entre os anos de 2013-2014 (+55.995), 2017-2018 (+57.902), 2018-2019 (+10.591), 2020-2021 (+181.703). Os resultados indicam decréscimos seguidos entre os anos de 2014-2015 (-2.425), 2015-2016 (-12.832), 2016-2017 (-761).

Especialmente, o pico negativo de contratação do período de 2019-2020 (-166.440) e 2021-2022 (-160.045), devem ser observados com ressalvas. O primeiro, entre 2019 e 2020, pode ser atribuído à crise da pandemia da Covid-19 (RUSSO; CORSEUIL, 2021; VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022), que impactou as taxas de desemprego em todo mundo, particularmente a população mais jovem (ILO, 2020; 2022; RUSSO; CORSEUIL, 2021), em razão da inserção no mercado de trabalho ter dependência com a conjuntura econômica (CARUSO; POSTHUMA, 2020). A segunda ressalva, acerca do período entre 2021 e 2022, deve considerar que neste último os dados disponibilizados nos boletins de aprendizagem contabilizam admissões até o mês de julho de 2022.

Os números apresentados na Figura 2, a seguir, foram

contabilizados a partir dos dados disponibilizados do boletim de aprendizagem de 2018 — admissões em 2013, 2014 e 2015 — e dados dos boletins de aprendizagem de 2016-2020, e de 2021 e 2022 — considerando admissões até o mês de julho de 2022, cujos dados consideram informações do CAGED, de janeiro a dezembro de cada ano (exceto 2022), e ajustes em declarações feitas fora do prazo, sendo a consulta aos boletins feita em março de 2023.

Figura 2: Aprendizes admitidos de 2013 a 2022



Fonte: Elaborado pelos autores/dados do ME (2018) e MTP (2023).

Conforme a Figura 2, nota-se que a contratação de aprendizes oscila, com períodos de diminuição ou pouca elevação da contratação de jovens em cumprimento da cota estabelecida na Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2000; 2022). No geral, há uma tendência de aumento das contratações a partir de 2017 que foi interrompida em 2020, ano marcado pela pandemia. Um aspecto a ser esclarecido em relação a esses dados diz respeito ao cumprimento da cota mínima de 5% para contratação de aprendizes (FALCÃO; DIAZ, 2019), conforme determinada na Lei n.º 10.097 (BRASIL, 2018) e ao potencial máximo de contratação de 15% do total de funcionários, que poderia contribuir para o aumento da quantidade de contratações. Esta análise será detalhada na subseção 4.6 deste artigo, a qual trata da proporção de aprendizes admitidos em relação ao potencial de contratação.

A perspectiva de um possível aumento na contratação de jovens aprendizes, torna-se relevante, visto que a inserção dos jovens no mercado de trabalho através da aprendizagem profissional é percebida pela OIT como “uma política fundamental na erradicação do trabalho infantil e na promoção do emprego juvenil” (FALCÃO; DIAZ, 2019, p. 107). Soma-se a isso o fato das políticas públicas, a exemplo da lei da aprendizagem, consiste em uma das formas de jovens, especialmente aqueles inseridos em contextos de desigualdades (VICENTE, 2022), serem alocados no mercado de trabalho formal e decente, com chances de conciliação dos estudos e trabalho (VENTURI; TORINI, 2014).

O cenário da contratação dos jovens aprendizes reflete a realidade de muitos jovens de 15 a 24 anos que enfrentam inúmeros desafios de inserção e manutenção no mercado de

trabalho, com índices de desempregos maiores que a população adulta (IBGE, 2023), fato que tem gerado preocupação de órgãos internacionais, como a OIT (FALCÃO; DIAZ, 2019; ILO, 2022). Com relevante impacto no abandono escolar devido à necessidade de inserção precoce dessa população no mercado de trabalho (MINAYO-GOMES; MEIRELLES, 1997) para obtenção de renda e/ou complementação da renda familiar (COSTA et al., 2023).

4.3 ADMISSÃO DE APRENDIZES, POR SEXO

No período analisado, o percentual de contratação de jovens do sexo masculino (média de 52%) foi maior do que o feminino (média de 48%). A menor contratação de mão de obra feminina também ocorre a nível Brasil, com a população em geral, mesmo as mulheres possuindo maiores taxas de escolarização quando comparadas aos homens, registrando-se, também, menores rendimentos do que os homens, e maior quantidade de horas dispensadas aos cuidados de pessoas e tarefas domésticas (FALCÃO; DIAZ, 2019; VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022). Contudo, a intersecção de ser jovem e ser do sexo feminino, no Brasil, coaduna para o enfrentamento de desafios ainda maiores no acesso à educação, saúde e inserção no mercado de trabalho decente, já que para as mulheres a literatura têm indicado que os desafios são ainda maiores (UNITED NATIONS, 2018; VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022).

Os percentuais apresentados na **Tabela 1**, a seguir, foram reunidos a partir dos dados disponibilizados dos boletins de aprendizagem, os dados consideram o CAGED, de janeiro a dezembro de cada ano, exceto em 2022, que possui dados disponíveis até o mês de julho. Estes dados abrangem ajustes das declarações feitas fora do prazo, salvo os anos de 2013* e 2014**, que foram utilizados os dados sem reajustes, pois nos dados mais recentes, frutos dos ajustes (boletim de 2018), não é possível observar os percentuais por sexo.

Tabela 1: Admissão de aprendizes, por sexo, de 2013 a 2022

Ano	Homens	%	Mulheres	%	Total
2013	176.614	52,60%	159.195	47,40%	335.809 *
2014	210.864	52,36%	191.819	47,64%	402.683**
2015	210354	52,33%	191.597	47,67%	401.951
2016	204.010	52,43%	185.109	47,57%	389.119
2017	204.513	52,66%	183.845	47,34%	388.358
2018	231.381	51,85%	214.879	48,15%	446.260
2019	234.698	51,37%	222.153	48,63%	456.851
2020	146.861	51,19%	143.550	49,43%	290.411
2021	245.371	51,97%	226.743	48,03%	472.114
2022	161.054	51,61%	151.015	48,39%	312.069

Fonte: Elaborado pelos autores/dados do ME (2019), MTE (2014; 2015) e MTP (2023).

A contratação de aproximadamente 2% a mais de jovens homens em detrimento das jovens mulheres (ver **Tabela 1**),

corroborar com a assimetria de inserção no mercado de trabalho pautadas em desigualdades históricas que são arraigadas e perpetuam ao longo dos anos, mesmo diante de alguns avanços das últimas décadas (VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022). As jovens mulheres, especialmente as pretas e pardas, possuem maior dificuldade de acesso a oportunidades de educação e trabalho decente, com maior dificuldade de conciliar trabalho e estudo (FALCÃO; DIAZ, 2019; VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022). Observa-se que, mesmo nas políticas públicas, a exemplo da Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2000), importante instrumento de combate ao trabalho infantil e de inserção do público jovem no mercado de trabalho, há maior dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho (FALCÃO; DIAZ, 2019).

4.4 ADMISSÃO DE APRENDIZES, POR FAIXA ETÁRIA

No que concerne à admissão de aprendizes por faixa etária no período de 2013 a 2022, nota-se que até o ano de 2018 o maior número de admissões acontecia na faixa etária de 17 anos. Nos anos seguintes, exceto 2022, passa-se a ter maior número de admissões na faixa etária de 18 a 24 anos. As outras faixas etárias comparadas a estas duas possuem números bem menos significativos de contratações. Infere-se que isso acontece em virtude de as contratações de jovens acima de 24 serem permitidas para os casos de exceções na Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2022), a exemplo das pessoas com deficiência e de jovens egressos do sistema socioeducativo ou que estejam em cumprimento de pena no sistema prisional. A baixa contratação para estes casos sugere que sejam realizadas ações do poder público que estimulem a inclusão dessas pessoas nas organizações por meio da aprendizagem profissional.

Os percentuais apresentados na **Tabela 2**, a seguir, foram reunidos a partir dos dados disponibilizados dos boletins de aprendizagem, considerando o CAGED, dos anos de 2013 a 2021, no período de janeiro a dezembro, e 2022, no período de janeiro a julho. Estes dados não compreendem ajustes das declarações feitas fora do prazo, porque os boletins mais recentes não apresentam dados de admissão de aprendizes por idade. Para o ano de 2015*, em virtude da metodologia utilizada para a apresentação dos dados, em que não há categorização de admissão por idade (não disponível = N.D), não foi possível detalhar a admissão deste público valendo-se do critério etário.

Tabela 2: Aprendizes admitidos por idade, de 2013 a 2022

	Até 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 64 anos	65 anos ou mais
2013	227.688	107.082	390	437	166	44	2
2014	275.152	126.020	516	636	264	90	5
2015*				N.D			
2016	230.989	156.802	490	548	214	76	0
2017	209.384	177.966	385	419	166	38	0
2018	226.063	218.950	474	532	187	54	0
2019	217.455	238.230	451	485	176	52	2
2020	123.901	165.399	354	475	215	67	0
2021	216.688	253.556	617	676	403	155	19
2022	152.659	158.149	340	433	273	101	114

Fonte: Elaborado pelos autores/dados do ME (2019), MTE (2014; 2015) e MTP (2023).

Em todas as faixas etárias, exceto de 40 a 49 anos, e aqueles entre 50 a 64 anos, ocorreu uma diminuição de admissões do ano de 2019 para 2020, e um aumento em todas as faixas em comparação às admissões do ano de 2020 para 2021. O cenário da queda de admissões em 2019 pode ser explicado pelo impacto do período pandêmico no mercado de trabalho (RUSSO; CORSEUIL, 2021), que resultou em consequências nas vagas ofertadas para aprendizes, que se baseiam na quantidade de vagas das organizações para seu cálculo de obrigatoriedade de contratação. O aumento de admissões em todas as faixas em 2021 sinaliza uma possível recuperação do mercado de trabalho em comparação ao período mais crítico da pandemia. Os dados de 2022 ainda não contabilizam todo o ano, apenas as admissões de janeiro a julho, assim não é possível ter um panorama completo para comparação. Mesmo com a contabilização parcial, os dados de admissão na faixa etária até 17 anos já superam os de 2019, e nas demais faixas se aproximam ou superam os valores desse período.

4.5 APRENDIZES ADMITIDOS COM E SEM DEFICIÊNCIA

Sobre a contratação de jovens aprendizes com deficiência, percebe-se que ocorreu um decréscimo no seu percentual (ver **Tabela 3**) nos anos de 2020, 2021 e 2022 (até julho), em relação aos anos anteriores, figurando entre os anos com menor índice de admissão de aprendizes portadores de deficiência, mesmo considerando que a Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2000; 2022) não estabelece limite de idade para a contratação nestes casos. Este resultado corrobora com estudos que indicam que as vivências dos jovens deficientes, grupo social excluído, tende a ser marcada por regulares violações de seus direitos, como a falta de oportunidade de acessibilidade e inclusão no mundo do trabalho, e o fato de ter de lidar com preconceitos e estigmas (ATLAS DA JUVENTUDE, 2021).

Tabela 3: Aprendizes admitidos com e sem deficiência, de 2013 a 2022

Indicador Pessoa com deficiência	2013/2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Sim		1,0%	0,8%	0,9%	0,8%	0,7%	0,6%	0,6%
Não	N. D	99,0%	99,2%	99,1%	99,2%	99,3%	99,4%	99,4%
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores/dados do MTP (2023).

Os percentuais apresentados na **Tabela 3** foram reunidos com base nos anos de 2013 a 2022, a partir de dados fornecidos pelo MTP (2023), com consulta feita em março de 2023. Ressalta-se que nos anos 2013, 2014 e 2015 não foram localizados dados discriminando a contratação de pessoas com deficiência. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, as pessoas com deficiência apresentam taxas de participação no mercado de trabalho (28,3%) e formalização (34,3%) bem menores quando comparadas ao grupo de pessoas não portadores de deficiência, que registraram 66,3% de participação e 50,9% de formalização. Essa disparidade se acentua quando há interseção de deficiência e faixa etária jovem (de 14 a 29 anos), com taxa de desocupação de 25,9% contra 18,1% para jovens sem tais condições (IBGE, 2022).

Nota-se, portanto, que a disparidade da inserção dos jovens portadores de deficiência no mercado de trabalho pode ser justificada, em partes, pelo fato destes terem desvantagem no acesso à educação de qualidade, o que pode impactar negativamente nas possibilidades de emprego. Quando estes conseguem emprego, em sua maior parte, tendem a ser mal remunerados ou informais (UNITED NATIONS, 2018), situação que poderia ser modificada, em partes, pela aprendizagem profissional, enquanto as organizações utilizem o potencial de contratações de aprendizes, priorizando a contratação daqueles portadores de deficiência, como forma de incluí-los socialmente e de promover a equidade e diversidade.

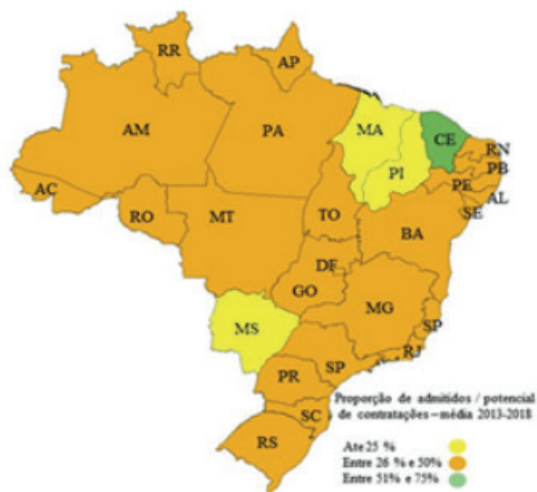
4.6 APRENDIZES ADMITIDOS EM RELAÇÃO AO POTENCIAL DE CONTRATAÇÃO

O percentual de aprendizes admitidos em relação ao potencial de contratação se distribui de forma distinta e, quando considerada a cota mínima de 5% apresenta, em média, os seguintes resultados: os estados do Piauí (20%), Maranhão (23%) e Mato Grosso do Sul (25%) registram as menores médias. Nos últimos dois anos de análise, 2017-2018, Piauí (+10%) e Mato Grosso do Sul (+6%) apresentaram aumento na proporção de admitidos considerando o potencial de contratações, ao contrário do estado do Maranhão, que registrou queda de 1 ponto percentual. Por outro lado, dentre as cinco regiões brasileiras, os estados que alcançaram no mínimo 40% da média do potencial

de contração dos anos de 2013 a 2018 foram no Norte — Amapá (46%) e Acre (42%); Centro Oeste — Goiás (41%); Nordeste — Ceará (52%) e Sergipe (40%); Sul — Rio Grande do Sul (43%) e Santa Catarina (41%); e Sudeste — Espírito Santo (43%). Os percentuais apresentados na **Figura 3**, a seguir, foram reunidos com base nos dados de 2013 a 2018, fornecidos pelo MTE (2014; 2015), MT (2016, 2017, 2018) e ME (2019).

Figura 3: Proporção de aprendizes admitidos em relação ao potencial de contratação

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
AC Acre	34%	44%	43%	35%	51%	46%	42%
AL Alagoas	22%	26%	27%	28%	31%	32%	28%
AP Amapá	44%	44%	38%	36%	61%	52%	46%
AM Amazonas	31%	32%	31%	25%	45%	52%	36%
BA Bahia	21%	26%	28%	26%	44%	48%	32%
CE Ceará	39%	49%	49%	49%	60%	64%	52%
DF Distrito Federal	28%	44%	31%	32%	40%	56%	38%
ES Espírito Santo	39%	46%	41%	35%	40%	56%	43%
GO Goiás	31%	36%	33%	33%	51%	62%	41%
MA Maranhão	16%	18%	21%	22%	30%	29%	23%
MT Mato Grosso	26%	30%	31%	29%	42%	42%	33%
MS Mato Grosso do Sul	20%	21%	23%	23%	29%	35%	25%
MG Minas Gerais	32%	38%	36%	33%	43%	45%	38%
PA Pará	19%	22%	29%	27%	41%	48%	31%
PB Paraíba	21%	26%	29%	29%	51%	52%	35%
PR Paraná	23%	28%	28%	30%	40%	47%	33%
PE Pernambuco	26%	28%	28%	26%	36%	38%	30%
PI Piau	13%	15%	17%	13%	26%	36%	20%
RJ Rio de Janeiro	27%	31%	35%	35%	42%	53%	37%
RN Rio Grande do Norte	20%	27%	24%	24%	45%	54%	32%
RS Rio Grande do Sul	20%	49%	42%	42%	50%	54%	43%
RO Rondônia	26%	28%	27%	26%	50%	54%	35%
RR Roraima	23%	28%	29%	26%	65%	58%	38%
SC Santa Catarina	31%	38%	40%	38%	47%	51%	41%
SP São Paulo	24%	29%	30%	29%	35%	41%	31%
SE Sergipe	26%	35%	38%	36%	49%	55%	40%
TO Tocantins	23%	24%	27%	22%	38%	41%	29%



Fonte: Elaborado pelos autores / dados do ME (2019), MTE (2014; 2015), MT (2016, 2017, 2018).

Cabe destacar que, nenhum dos 26 estados e o Distrito Federal, cumpriram a cota mínima de 5% para contratação de aprendizes, com alcance de percentuais de médias de 2013 a 2018 muito aquém do determinado. Além disso, a quantidade de aprendizes poderia ser maior, caso fosse cumprido o percentual de até 15% previsto em lei, no entanto, o que se nota é que, na maioria dos casos, nem mesmo o valor mínimo é atendido. O que

indica a subutilização do potencial nacional de contratação, tal fato deriva do não cumprimento por parte das organizações da cota mínima de 5% para contratação de aprendizes (FALCÃO; DIAZ, 2019). Essa conclusão da pesquisa parece ser até então inédita, já que pesquisas anteriores com este público tendem a focalizar elementos comportamentais (COSTA; PAIVA, 2021), assim, esta pode ser a contribuição central deste artigo.

4.7 PREENCHIMENTO DE VAGAS, POR OCUPAÇÃO

Referente ao preenchimento das vagas por aprendizes — ver **Tabela 4** — em todos os anos, de 2015 a 2022, há uma predominância de ocupações ligadas a atividades de auxiliar de escritório, em geral/assistente administrativo, com média de 58% das vagas preenchidas. O preenchimento de vagas na classificação “outros” figura na segunda posição com 21% das ocupações, esta classificação abrange outras possibilidades de atividades desempenhadas pelos jovens, seguida de — controlador de entrada e saída, atendente de lanchonete, auxiliar de logística, operador de caixa, entre outras — que não foram detalhadas, pois, individualmente, representam menos de 1% das ocupações em cada ano analisado. Os percentuais apresentados na **Tabela 4**, a seguir, foram calculados com base nos dados do MTP (2023) e MT (2015), com consulta feita em março de 2023.

Tabela 4: Média do preenchimento de vagas por aprendizes entre 2015 e 2022, por ocupação (CBO)

CBO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2018	2020	2021	2022	Média
Auxiliar de escritório, assistente administrativo			58%	58%	58%	58%	57%	56%	57%	60%	58%
Vendedor de comercio varejista			5%	5%	5%	6%	6%	6%	5%	5%	5%
Repositor de mercadorias			5%	6%	5%	5%	5%	6%	6%	5%	5%
Alimentador de linha de produção			2%	2%	3%	3%	4%	4%	4%	3%	3%
Mecânico de manutenção de máquinas, em geral		N.D	5%	4%	4%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Embalador, a mão			2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Escriturário de banco			0%	1%	1%	1%	1%	0%	2%	0%	1%
Almoxarife			0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Outros			23%	21%	21%	21%	21%	21%	21%	21%	21%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do MTP (2023) e MT (2015). Nota: Nos anos de 2013 e 2014 o preenchimento de vagas era classificado por atividade econômica. A partir de 2015 a metodologia de apresentação dos dados foi alterada, passando a utilizar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

No tocante ao mercado de trabalho, os jovens brasileiros presenciam seus desafios de inserção no primeiro emprego, descontinuidade de estudos e informalidade, se intensificando com as transformações e crises atuais (VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022). Frente a estes desafios, é possível que as políticas públicas, de modo geral, carecem de incorporar em suas agendas condições de formação para que estes jovens consigam suprimir

essas dificuldades, com a formação de vínculos de trabalho que promovam o empoderamento destes (VICENTE, 2022) e seja possível estabelecer mediações entre as atividades educacionais e o trabalho (VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022), e não tornar a política pública, em específico a da aprendizagem profissional, restritiva, em alguns casos, ao mero cumprimento da legislação (FRANCO *et al.*, 2017).

Segundo a Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2000; 2022), as atividades desenvolvidas pelos aprendizes devem promover o desenvolvimento de habilidades profissionais compatíveis com exigências do mercado de trabalho (PAIVA *et al.*, 2018; VIEIRA; LIMA; FRANCO, 2022) para serem valorizadas no futuro. Voltar o olhar para como a inserção destes jovens está ocorrendo, considerando a qualidade, a dinâmica e o contexto em que as atividades são executadas, torna-se relevante em razão desta ter consequências que podem afetar a vida pessoal e profissional dos próprios jovens (OLETO; PALHARES; PAIVA, 2019; ILO, 2017), além de potenciais impactos na saúde física e psicológica (GOMES; PAIVA; BARBOSA, 2022).

Discutidos os dados, a seguir apresenta-se um *framework* conceitual do impacto da aprendizagem no mercado de trabalho.

4.8 FRAMEWORK DA LEI DA APRENDIZAGEM E O MERCADO DE TRABALHO

Os jovens usualmente encontram problemas para inserção no mercado de trabalho formal, além de serem afetados pela precarização do vínculo profissional e terem de conciliar várias responsabilidades concomitantemente na transição para o mundo laboral (FALCÃO; DIAZ, 2019), esses jovens representam um grupo heterogêneo, dessa forma é possível se pensar, em juventudes, no plural, as quais enfrentam as maiores taxas de desocupação no Brasil, nos últimos 10 anos IBGE (2022), resultado semelhante àqueles de abrangência internacional, em que as taxas de desemprego desse público também é elevada (ILO, 2020; 2022).

Em meio a esse cenário, dada a dificuldade de inserção e permanência no mercado de trabalho pelos jovens e, considerando a necessidade de se combater o trabalho infantil e precarizado, foi promulgada, no ano 2000, a Lei n.º 10.097, que se popularizou como Lei da Aprendizagem. Em momento posterior, foram criados decretos para regulamentação da aprendizagem profissional no país, sendo o mais recente e vigente o Decreto nº 11.061/2022 que, apesar de assegurar condições diferenciadas de trabalho para trabalhadores contratados na condição de aprendizes e a manutenção desta política pública, possui atualizações controversas e passíveis de questionamentos, representando possíveis retrocessos.

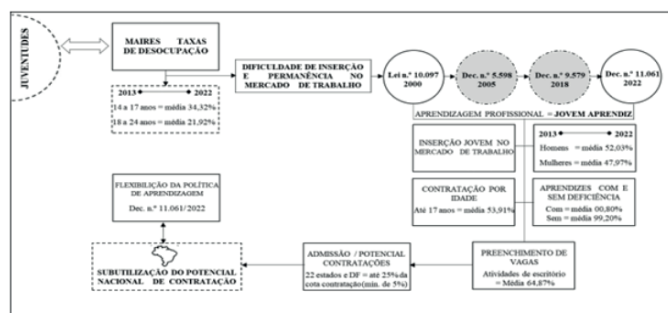
O primeiro aspecto diz respeito ao fato de que a contratação do aprendiz continua sendo contabilizada para fins de cálculo de cumprimento da cota exigida em lei por até 12 meses após o término do contrato. O segundo considera a contabilização do dobro de jovens no cálculo da cota a ser cumprida nos casos de aprendizes em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2022, Art. 3º). Há uma conotação discriminatória em relação aos vulneráveis quando comparados a outros jovens, como se estes primeiros onerassem adicionalmente os empregados, gerando uma espécie de compensação, realizada quando há contabilização em dobro. O terceiro exclui da cota de aprendizes, calculada pelo total de vagas da organização, trabalhadores contratados no regime intermitente, o que resultará na necessidade de contratação de menos aprendizes.

Também merece atenção a possibilidade de contratação de pessoas com deficiência e egressos do sistema socioeducativo ou que estejam em cumprimento de pena no sistema prisional. Com a flexibilização no prazo de duração do contrato de trabalho nesses casos, há de se considerar se as atividades realizadas por esses jovens efetivamente contribuem com o seu desenvolvimento profissional, se há algum tipo de discriminação em relação aos demais, ou se as relações de trabalho são ainda mais frágeis, voltadas essencialmente para o cumprimento legal da cota (FRANCO; PAIVA, 2018). Neste ponto, a Lei da Aprendizagem apresenta fragilidade, já que não prevê a fiscalização do trabalho realizado pelos aprendizes, e se as atividades de fato são compatíveis com o “desenvolvimento físico, moral e psicológico” dos jovens (BRASIL, 2022, Art. 45º, §§ 1º).

Mesmo diante de tais questionamentos, a aprendizagem profissional tem contribuído para a inserção juvenil no mercado de trabalho, no qual os jovens figuram com as maiores taxas de desocupação por faixa etária, com 34,32% (de 14 a 17 anos) e 21,92% (de 18 a 24 anos). De 2013 a 2022 são contabilizadas mais de 3 milhões de contratações (ME, 2018; MTP, 2023), sendo 52,03% de homens e 47,97% de jovens mulheres. Em relação à idade, o maior percentual de contratados são aqueles com idade até 17 anos (53,91%) e em relação aos portadores de alguma deficiência, a contratação média é inferior a 1%. De modo geral, os dados da aprendizagem profissional indicam que 22 estados e o Distrito Federal cumprem no máximo 25% da cota mínima, apontando para subutilização do potencial de contratação, mesmo considerando a cota mínima de 5% a ser cumprida, e a maior parte das vagas é destinada para atividades da rotina administrativa (64,87%). Considerando as atualizações legais a respeito da Lei da Aprendizagem, observa-se que o Decreto nº 11.061/2022 apresenta uma série de flexibilizações — já mencionadas anteriormente — que, em alguma medida, abre a possibilidade para distorção dos objetivos da aprendizagem por parte de algumas organizações, transformando os jovens em mão de obra de menor custo.

A **Figura 4**, apresentada a seguir, ilustra as discussões apresentadas, resultando num *framework* que sintetiza o impacto da Lei da Aprendizagem no mercado de trabalho brasileiro.

Figura 4: Framework da Lei da Aprendizagem e o mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com a apresentação de um panorama do Programa Jovem Aprendiz por meio do *framework*, finaliza-se as discussões desta pesquisa e, na seção subsequente, apresenta-se as considerações finais da pesquisa e novos itinerários a serem percorridos em estudos futuros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de analisar o impacto do Programa Jovem Aprendiz no mercado de trabalho brasileiro. Com base em dados secundários que foram analisados, verificou-se que os jovens correspondem ao grupo de trabalhadores em potencial que possui as maiores taxas de desocupação por faixa etária em uma década (2013-2022), em média, aproximadamente 4 vezes maior que o restante da população. Esses achados corroboram com a literatura internacional, a qual apresenta essa realidade para jovens em todo o mundo, indicando que se trata de um desafio global. Por outro lado, diferente das projeções de organismos internacionais, apesar das taxas de desocupação ainda serem as maiores para os jovens, nota-se uma diminuição destas após a crise sanitária e econômica da Covid-19, sugerindo alguma melhora nesse cenário.

Acerca da política de aprendizagem e aos dados referentes à contratação de aprendizes, foi possível notar uma tendência de aumento no número de contratações que teve a sua dinâmica interrompida em 2020, fato que pode estar associado ao contexto pandêmico. No ano seguinte, em 2021, houve uma recuperação na quantidade de contratações, registrando-se o maior número de aprendizes contratados no período analisado. Destes, a maior parte é do sexo masculino, o que sugere algumas dificuldades de inserção das mulheres no mercado de trabalho

de forma geral. Parece haver uma preferência pela contratação daqueles até 17 anos, que correspondem a cerca de dois terços das contratações de cada ano.

Uma das contribuições mais relevantes desta pesquisa é a constatação da subutilização do potencial de contratação dos aprendizes no país. Isto porque o cálculo considerou a cota mínima de 5% determinada em Lei, o que demonstra que a subutilização pode ser três vezes maior, quando observada a cota máxima de 15%. A média de contratação de quase todos os estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, tem compreendido percentuais entre 26% e 52%. Estima-se que mais de 3 milhões de jovens poderiam ser inseridos no mercado de trabalho na condição de aprendizes caso as contratações superem a cota mínima determinada em lei. Em geral, aqueles contratados têm desempenhado funções administrativas.

Outro destaque desta pesquisa é a apresentação de um *framework* que sintetiza o impacto da Lei da Aprendizagem no mercado de trabalho brasileiro. O ineditismo da proposta — analisar dados da aprendizagem profissional — traz, além das discussões à luz da teoria e de dados do mercado de trabalho nacional e internacional, um recurso visual que permite a compreensão da dinâmica e do impacto da Lei da aprendizagem, sintetizando aspectos legais — cronologia dos decretos que regulamentam a aprendizagem — e resultados pragmáticos da aprendizagem, apresentando um macro panorama do país considerando uma década. Na etapa de levantamento bibliográfico para este artigo, foi possível identificar que alguns estudos mais recentes não mencionam ou discutem as atualizações a partir dos decretos publicados em 2018 e 2022. Assim, a síntese aqui apresentada pode contribuir para orientar a discussão de novos estudos com este público.

Do ponto de vista teórico-conceitual, a pesquisa fornece informações novas para a literatura sobre jovens no país, em especial, sobre os aprendizes, contribuindo com a possibilidade de novas discussões e teorizações sobre este grupo de trabalhadores. Do ponto de vista pragmático-organizacional, a subutilização do potencial de contratação sugere que essa política, em alguns casos, pode estar sendo reduzida ao mero cumprimento da legislação vigente, como indica alguns estudos recentes, o que demanda uma revisão das políticas e práticas de Gestão de Pessoas das organizações e um alinhamento ao propósito central da aprendizagem — a inserção e o desenvolvimento de jovens no mercado de trabalho para atenuar o problema da informalidade. Do ponto de vista político-social, é preciso se pensar em mecanismos mais efetivos para fiscalização, monitoramento e ajustes dessa política.

Apesar das suas contribuições, o artigo possui algumas limitações em virtude do formato de apresentação dos dados coletados. A metodologia utilizada pelas entidades que reúnem

os dados da aprendizagem em forma de boletins tem sido alterada com a transição de governos. Embora, no Brasil, a Lei da Informação assegure a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, houve dificuldade de acesso aos dados utilizados nesta pesquisa, observando-se períodos nos quais não se pode acessar e salvar os documentos consultados.

Com base no conteúdo deste artigo, vislumbram-se outros itinerários de estudos com e sobre aprendizes: i) podem ser empreendidas novas revisões da literatura, desta vez com viés epistemológico, a fim de mapear as principais correntes e matrizes epistêmicas que orientam tais estudos; ii) discussões de cunho comportamental, com estudos de comparação, considerando sexo, idade, renda, condição de deficiência, região de residência e ocupação, a fim de identificar a influência dessas aspectos no trabalho dos aprendizes; e iii) estudos com gestores de organizações, já que até então é possível observar apenas a participação dos aprendizes e de funcionários das instituições de ensino profissionalizante. Estas constituem apenas algumas das possibilidades que podem ser exploradas.

Referências

ATLAS DA JUVENTUDE. **Evidências para a transformação das juventudes**. 2021. Disponível em: www.atlasdasjuventudes.com.br. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.061, de 4 de maio de 2022**. Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, e o Decreto nº 10.905, de 20 de dezembro de 2021, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11061.html. Acesso em: 14 mar. 2023.

_____. **Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005**. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.html. Acesso em: 14 mar. 2023.

_____. **Decreto Nº 9.579, de 22 de novembro de 2018**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos

Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9579.html. Acesso em: 14 mar. 2023.

_____. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho–CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.html. Acesso em: 14 mar. 2023.

_____. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.html. Acesso em: 14 mar. 2023.

CARRIJO, B. C. P. S.; MONSUETO, S. E.; CARDOSO, L. B. The first job and occupational trajectories: young workers in Brazil between 2002 and 2016. **International Review of Applied Economics**, v. 34, n. 2, p. 235-251, 2020.

CARUSO, L. A. C.; POSTHUMA, A. C. Subsídios para a formulação de políticas públicas de juventude no Brasil. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 70, p. 123-135. Brasília: IPEA, 2020.

CONJUVE - **Conselho Nacional Da Juventude**. Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, 2020. Disponível em: https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee-9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b-201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf. Acesso em 01. mar. 2023.

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. A. P. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013**, Brasília: OIT, 2015.

_____.; _____.; POLOPONSKY, K. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p. 501-520, 2021.

COSTA, S. D. M.; BARBOSA, J. K. D.; REZENDE, A. F.; PAIVA, K. C. M. Os sentidos do trabalho para trabalhadores jovens: Uma análise com aprendizes na região metropolitana de Belo Horizonte. **Gestão e Conexões**, v. 12, n. 1, p. 106-126, 2023.

_____.; PAIVA, K. C. M. Juventude e Trabalho: um Estudo Bibliométrico com Pesquisas Brasileiras sobre Jovens Aprendizes. **Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão**, v. 5, n. 1, p. 1-17, 2021.

- FALCÃO, M. C.; DIAZ, L. A. Aprendizagem profissional inclusiva como estratégia de combate ao trabalho infantil e promoção do emprego juvenil. IN: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho (Org.) **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** – IPEA, 2019. p. 105-114.
- FRANCO, D. S.; MAGALHÃES, A. F.; PAIVA, K. C. M.; SARAIVA, L. A. S. Entre a inserção e a inclusão de minorias nas organizações: uma análise crítica sob o olhar de jovens trabalhadores. **Revista Economia & Gestão**, v. 17, p. 43-61, 2017.
- _____.; PAIVA, K. C. M. Justiça organizacional e comportamentos retaliatórios: como jovens aprendizes (não) se posicionam? **Gestão & Planejamento**, v. 10, p. 331-349, 2018.
- FREITAS, M. F. Q.; OLIVEIRA, L. M. P. Juventude e educação profissionalizante: dimensões psicossociais do programa jovem aprendiz. **Psicologia em Pesquisa**, v. 6, n. 2, p. 111-120, 2012.
- GOMES, A. G.; PAIVA, K. C. M.; BARBOSA, J. K. Estresse ocupacional: um estudo comparativo com jovens trabalhadores. **Gestão.Org**, v. 20, n. 1, p. 1-26, 2022.
- GONÇALVES, A. L. de A. Aprendizagem profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico. **Estudos avançados**, v. 28, p. 191-200, 2014.
- GTSC - Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **V relatório luz da sociedade civil agenda 2030 de desenvolvimento sustentável brasil**, 2021. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Séries históricas, 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Séries históricas, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 mar. 2023.
- _____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- ILO — International Labour Office. **Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future**. Geneva: ILO, 2017.
- _____. **Global Employment Trends for Youth 2022: Investing in transforming futures for young people**. Geneva: ILO, 2022.
- _____. Les jeunes et le COVID-19: impacts sur les emplois, l'éducation, les droits et le bien-être mental. ILO, 2020.
- LARA, S. M.; BARBOSA, J. K. D.; PAIVA, K. C. M. Percepções Temporais, Prazer e Sofrimento no Trabalho: Um Estudo com Jovens Trabalhadores de Curitiba (PR). **Gestão & Regionalidade**, v. 37, n. 110, p. 137-153, 2021.
- LONGARAY, A. A.; LOURENÇO, N. B.; MUNHOZ, P. R.; TONDOLO, V. G.; AMARAL, T. A. Programas de aprendizagem profissional para jovens: proposta de mapeamento da produção científica sobre o tema. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 9, p. 2512-2532, 2018.
- ME — Ministério da Economia. Boletim da Aprendizagem Profissional - Jan a dez 2018. 2019. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/aprendizagem>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- MINAYO-GOMEZ, C.; MEIRELLES, Z.V. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública [online]**. v. 13, n. 2, p.S135-S140, 1997.
- MT — Ministério do Trabalho. Boletim da Aprendizagem Profissional – Ano 2015. 2016. Disponível em: <https://acesso.mte.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- _____. Boletim da Aprendizagem Profissional – Ano 2016. 2017. Disponível em: <https://acesso.mte.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- _____. Boletim da Aprendizagem Profissional – Jan a dez 2017. 2018. Disponível em: <https://acesso.mte.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- MTE — Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim da Aprendizagem Profissional ano 2013**. 2014. Disponível em: <https://acesso.mte.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- _____. **Boletim da Aprendizagem Profissional 2014**. 2015. Disponível em: <https://acesso.mte.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- MTP — Ministério do Trabalho e Previdência. **Boletins da Aprendizagem Profissional**. 2023. Disponível em: <https://acesso.mte.gov.br>. Acesso em: 08 mar. 2023.
- NERI, M.; HECKSHER, M. **“Jovens: Percepções e Políticas Públicas”** - Parte integrante do Projeto Atlas das Juventudes. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021.
- OIT — Organización Internacional del Trabajo. **Trabajo Decente y Juventud en América Latina**. Lima: Oficina Internacional del Trabajo, 2013.

OLETO, A. F.; GUERRA, D. S.; PALHARES, J. V.; PAIVA, K. C. M. The role of resilience in the creation of meaningful work for young Brazilian workers, victims of moral harassment. **REUNA**, v. 25, n. 2, p. 53-69, 2020.

_____; PALHARES, J. V.; PAIVA, K. C. M. Assédio Moral no Ambiente de Trabalho: Um Estudo sobre Jovens Trabalhadores Brasileiros. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 8, p. 141-162, 2019.

OLIVEIRA, A. L.; GODOY, M. M. C. O processo de resiliência do jovem aprendiz e as estratégias de conciliação estudo-trabalho. **Boletim de Psicologia**, v. 65, n. 143, p. 175-191, 2015.

PAIVA, K. C. M.; TORRES, T. P. R.; PEREIRA, J. R.; SILVEIRA, V. N. S. Burnout and Retaliatory Attitudes: A Study with Young Brazilian Workers. **Tourism & Management Studies**, v. 14, p. 72-83, 2018.

PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Problemas crônicos do mercado de trabalho no Brasil: diferenças regionais, 2014-2019. In: LEONE, E. T.; PRONI, M. W. (org.). **Facetas do Trabalho no Brasil Contemporâneo**. Curitiba: CRV; Campinas, SP: Unicamp. IE, 2021.

RUSSO, F. M.; CORSEUIL, C. H. **Panorama do Trabalho em tempos de COVID-19**, Brasília: ILO, 2021.

SILVA, T. A. A.; FREITAS, L. C. D. Pandemia do COVID-19 e impactos sobre os jovens: um olhar acerca de pesquisas realizadas entre 2020 e 2021 no Brasil. **Sociedade em Debate**. v. 28, n. 2, p. 172-187, 2022.

UNITED NATIONS. **World Youth Report: Youth and the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: UN, 2018. Disponível em: https://www.un.org/%20development/desa/youth/wp-content/uploads/sites/21/2018/12/World_YouthReport-2030Agenda.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

VENTURI, G.; TORINI, D. **Transições do mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil**. Organização Internacional do Trabalho. Genebra: OIT, 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VICENTE, M. E. Contribuições para ampliar a visão no desenho de políticas públicas de juventude, Educação e trabalho na América Latina. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, n. 117, p. 960-978, 2022.

VIEIRA, A. R.; LIMA, G.; FRANCO, S. **Relatório: diagnóstico da juventude**. Brasília: ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. Assessoria para Avaliação de Políticas Públicas, 2022.